

60 Anos
da Fundação
Calouste
Gulbenkian

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Relatório e Contas 2016

Relatório e Contas 2016

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

**60 Anos
da Fundação
Calouste
Gulbenkian**

Índice

Mensagem do Presidente
004 — 017

Apoio ao Conselho
de Administração

018 — 033

020

Secretário-Geral

028

Gabinete do Presidente

Serviços
034 — 099

036

Biblioteca de Arte

046

Instituto Gulbenkian de Ciência

054

Museu Calouste Gulbenkian

070

Serviço de Bolsas

078

Serviço das Comunidades Arménias

086

Serviço de Música

Programas
102 — 195

102

Programa Gulbenkian
de Desenvolvimento Humano

118

Programa Gulbenkian Educação
para a Cultura e Ciência

130

Programa Gulbenkian Inovar
em Saúde

140

Programa Gulbenkian de Língua
e Cultura Portuguesas

150

Programa Gulbenkian Parcerias
para o Desenvolvimento

166

Programa Gulbenkian Qualificação
das Novas Gerações

182

Programa Cidadania Ativa EEA Grants

Iniciativas
196 — 201

192

Iniciativa Gulbenkian Cidades

196

Iniciativa Gulbenkian Oceanos

Delegações

202 — 221

204

França

215

Reino Unido

222
Execução do Orçamento
e Atividades

230
Demonstrações Financeiras
Relatório dos Auditores

314
Relatório e Parecer
da Comissão Revisora
de Contas

319
Parcerias

321
Conselho de Administração
Secretário-Geral
Comissão Revisora de Contas

322
Direções de Serviços,
Programas e Iniciativas

324
Informações Úteis

MENSAGEM DO PRESIDENTE





Atribuição do título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade à Fundação Calouste Gulbenkian, por Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, 20 de julho de 2016. © FCG/Márcia Lessa

Este é o meu último Relatório e Contas como Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. Julgo, por isso, justificado fazer um breve balanço destes cinco anos que constituíram, para mim, uma honra partilhada com os meus Colegas no Conselho de Administração e em que beneficiámos do apoio de todos os Colaboradores da Fundação.

Quando iniciei o meu mandato, em 2012, Portugal vivia, porventura, uma das crises mais graves da sua história contemporânea. Por esse motivo defendi que a afirmação da Fundação num mundo global devia privilegiar uma relação de proximidade com os Portugueses.

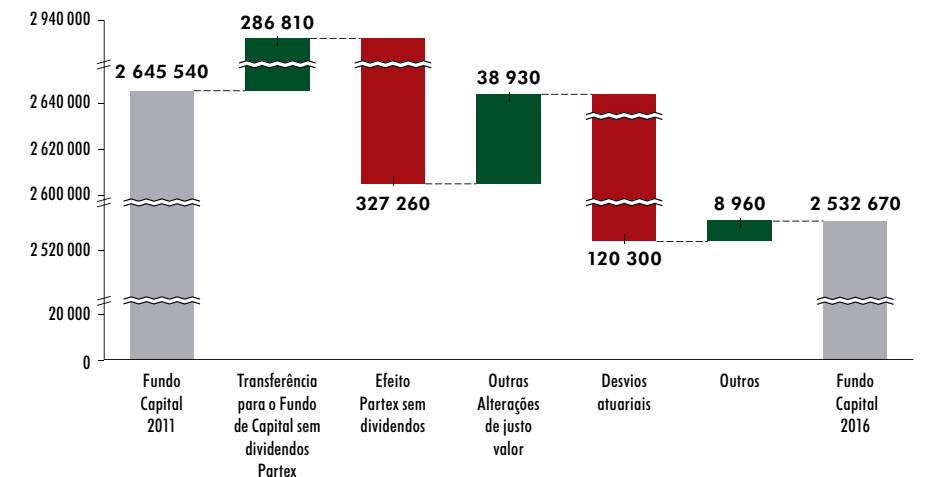
Afirmei também que a principal e permanente preocupação da Fundação será sempre assegurar as condições da sua perpetuidade. A dimensão, a solidez e a rentabilidade do seu património deverão constituir a primeira prioridade. Do mesmo modo, a sustentabilidade da sua estrutura de custos fixos é essencial para proporcionar a indispensável agilidade em tempos incertos e perturbados como os que vivemos.

I. Evolução do Fundo de Capital

O património da Fundação, medido pelo seu fundo de capital, passou de 2 645 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2011, para 2 522 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2016. Deve ser sublinhado que os critérios contabilísticos internacionais (IFRS) adotados pela Fundação vieram impor, em 2015, a alteração da contabilização de uma das subsidiárias da área dos produtos petrolíferos, o que reduziu em 100 milhões de euros o valor do fundo de capital reportado nas contas. Isto significa que, sem alteração de tal critério contabilístico, o fundo de capital se teria mantido praticamente constante entre 2012 e 2016.

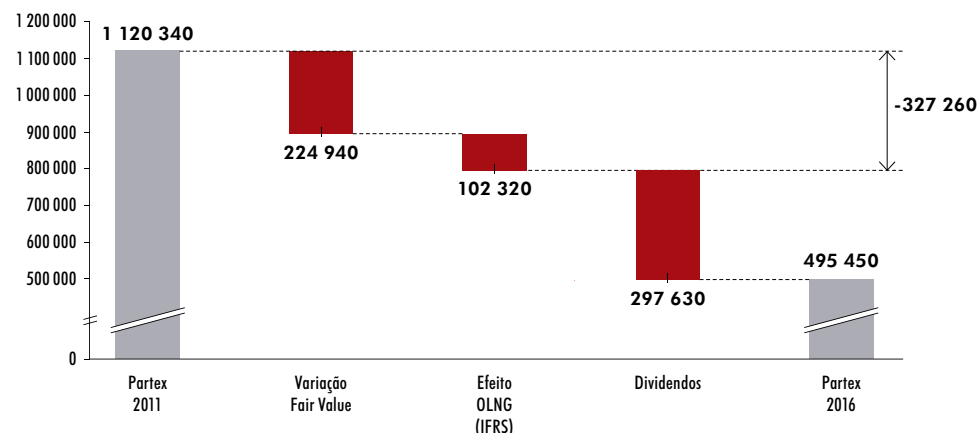
Para este comportamento do fundo de capital contribuíram, essencialmente, o desempenho dos ativos detidos pela Fundação que são geradores de rendimentos (valorizados em 2 777 milhões de euros em dezembro de 2016) e, no passivo, a evolução das responsabilidades com pensões (290 milhões de euros em dezembro de 2016).

Quadro 1 - Contribuições para o Fundo de Capital



A Fundação detém dois grandes ativos geradores de rendimento: o primeiro é uma carteira de ativos financeiros, valorizada, em final de 2016, em 2 247 milhões de euros; o segundo é um conjunto de participações em empresas dedicadas à exploração e/ou produção de petróleo e gás reunidas na Partex, empresa detida integralmente pela Fundação, contabilizada, em final de 2016, em 495 milhões de euros.

Quadro 2 – Evolução da Partex



Ao longo destes últimos cinco anos, a carteira de ativos financeiros teve um desempenho satisfatório, acompanhando o comportamento dos mercados. O rendimento médio anual foi de 8,3%, valor que excedeu largamente o objetivo de longo prazo definido pela Fundação – um rendimento de 4,5% acima da inflação média anual do período (estimada, nestes últimos cinco anos, em 0,6%).

Até meados de 2013, a carteira foi gerida por entidades externas especializadas, na sua maioria contratadas ao abrigo de mandatos de gestão discricionária que lhes conferiam liberdade na tomada de decisões de gestão, dentro dos limites estabelecidos por orientações gerais da Fundação.

A partir de julho de 2013, a Fundação, com o apoio de um consultor externo, definiu, em termos gerais, como política de investimento que tal carteira devia ser gerida de forma passiva, o que significa que os ativos financeiros detidos deverão ter por objetivo replicar o comportamento dos mais importantes índices bolsistas internacionais, investindo nos seus títulos mais representativos. Por outro lado, foram ainda contratados gestores mais especializados para executar mandatos específicos. Desta forma, os custos de gestão suportados passaram a ser mais baixos e, por outro lado, foi devidamente ponderado que, historicamente e em geral, a *performance* de valorização dos ativos em gestão discricionária de investidores institucionais não foi mais favorável do que a gestão passiva.

O baixo nível de taxas de juro que se observou ao longo destes anos justificou que tenha sido atribuído, na política de investimento da carteira, um peso importante ao investimento em ações.

Fazem ainda parte dessa carteira alguns investimentos de menor liquidez, realizados antes de 2012, correspondentes, essencialmente, a participações em fundos com investimentos quer em património imobiliário em Portugal, quer em energias renováveis cujo desinvestimento, em regra, vai tendo lugar à medida que os respetivos fundos atingem a data de liquidação.

Finalmente, porque as participações e os correspondentes rendimentos em empresas de petróleo e gás estão denominados em dólares, foi mantida a política de minimizar o risco cambial, assegurando a conversão dos ativos expressos em dólares para euros – a moeda principal das despesas da Fundação.

O valor dos ativos detidos pela Partex foi penalizado pela queda do preço do petróleo a partir de 2014 e, também, pelo reconhecimento de imparidades, sobretudo nos investimentos no Brasil e no Cazaquistão.

A valorização atual da carteira de investimentos da Partex é essencialmente feita pelo método “discount cash flow” e está, desde 2016, a recuperar em face da evolução dos preços do petróleo.

A Partex atribuiu à Fundação, durante o período, cerca de 300 milhões de euros em dividendos, cerca de metade dos quais pagos com a transferência de ativos relacionados com energias renováveis, mas gerou uma rentabilidade média anual negativa de 3,2%.

Em 2013, foi criada a Partex BV, uma *holding* sediada na Holanda na qual foram sendo concentradas as participações detidas em empresas das áreas do petróleo e do gás anteriormente localizadas em zonas *offshore*. Por outro lado, foi decidido que todas as atividades de prestação de serviços com as vendas de petróleo e gás, quando recebidas como dividendos das empresas participadas, fossem transferidas para a Partex Portugal SA.

O fundo de capital corresponde à diferença entre o ativo e o passivo. O ativo da Fundação é constituído, sobretudo, pelos ativos geradores de rendimento. Por sua vez, o passivo reflete, na sua grande parte, responsabilidades com pensões cujo valor, quando comparado com o do início de 2012, sofreu um acréscimo estimado em 100 milhões de euros, resultante da descida da taxa de desconto das responsabilidades futuras com pensões que acompanhou a descida da taxa de juro nos mercados financeiros. À medida que se assiste à recuperação das taxas de juro nos mercados obrigacionistas de mais baixo risco, virá a ocorrer uma redução de tais responsabilidades por pensões.

II. Estratégia de intervenção

Foi iniciada, em 2015, uma reflexão sobre a estratégia de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian que teve como objetivo principal a sua necessária adaptação aos novos e desafiantes contextos culturais, sociais e económicos, assegurando que continue a ser uma instituição filantrópica de referência.

Pretendemos dar mais coerência ao papel último da Fundação que consiste em contribuir para uma sociedade mais justa e solidária, que ofereça iguais oportunidades e que seja sustentável, preparando os cidadãos do futuro. Aliás, o tema da desigualdade tinha já merecido a nossa atenção, com a realização, em 2015, de duas conferências muito concorridas de Thomas Piketty e Joseph Stiglitz, que encheram o Grande Auditório e as zonas adjacentes do nosso Centro de Congressos.

2017 será o ano em que começarão a ser testadas algumas das propostas que foram emergindo neste processo, com o gradualismo que se impõe numa instituição com 60 anos de história, mas que nunca abandonou a sua vocação fundadora de inovação social e de antecipação das respostas aos novos problemas.

O âmbito e a complexidade de um processo desta natureza recomendaram que fosse aprofundado um modelo de auscultação interno e externo que permitiu redefinir as prioridades da estratégia de longo prazo da Fundação, compatibilizando a estabilidade da nossa ação e a preservação do nosso legado com a evolução das necessidades da sociedade que servimos. Foi, ainda, decidido que a organização e os processos da Fundação deveriam refletir que o universo digital ocupará, de forma crescente, um lugar central.

No contexto deste processo foram, igualmente, avaliados todos os Programas da Fundação, por uma empresa internacional de consultadoria selecionada em processo competitivo, o que permitiu preparar, sem solução de continuidade, a organização e a nova agenda da área distributiva em Portugal. Foram, assim, definidos três eixos estratégicos – *Coesão e Integração; Sustentabilidade dos Sistemas e dos Recursos; Conhecimento* – que se desdobram em oito áreas temáticas: Bem-estar; Primeira Infância e Seniores; Inovação e Investimento Social; Migrações; Desafios Saúde; Justiça Intergeracional; Recursos Naturais; Educação e Talentos e Novas Fronteiras do Conhecimento.

De igual modo, a ação da Delegação no Reino Unido, cuja estratégia tem como objetivo contribuir para melhorar, a longo prazo, o bem-estar social, em particular na população mais vulnerável, através da criação de valor social, cultural e ambiental, deverá articular-se estreitamente com a atividade distributiva em Portugal.

Deverá garantir-se que as áreas distributivas sejam mais focadas e interligadas, não apenas entre si mas igualmente com as atividades diretas, as quais foram também objeto da reflexão estratégica. Esta interligação começou já a ser testada em 2015, no evento *Jardim de Verão* que, todos os anos, pretende mostrar ao público projetos em todas as áreas de intervenção da Fundação. Foram concluídos planos a longo prazo para o Serviço de Música e para o Museu Calouste Gulbenkian, tal como para a Biblioteca de Arte e o Arquivo, cujas estruturas vão ser integradas com ganhos de eficiência, ou para o Serviço das Comunidades Arménias, que elaborou um plano estratégico para 5 anos.

Finalmente, o plano a 10 anos do Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), aprovado em 2012, vai ser revisto em função do novo enquadramento legal da contratação de doutorados no nosso país, mas também em resultado das novas diretrizes do financiamento público da Ciência. Tal como estava definido no plano inicial, foi realizada uma avaliação intermédia do IGC por peritos internacionais que evidenciou resultados muito positivos e que precedeu o processo de recrutamento de um novo Diretor que virá a ser responsável pela implementação de um novo modelo científico. Este modelo deverá incorporar uma atitude mais colaborativa com outras instituições do sistema científico. Por outro lado, deverá proporcionar à investigação fundamental – que é a identidade do IGC – oportunidades de translação do conhecimento, assumindo um papel mais ativo nos grandes desafios das ciências da vida e a saúde.

III. Organização

Este exercício de reflexão estratégica obrigou a alguns ajustamentos na organização da Fundação, procurando torná-la mais flexível, concentrada e com maior capacidade para estruturar as suas atividades, atuando de modo mais articulado, evitando sobreposições e sempre com a preocupação de conseguir o maior impacto das nossas intervenções, diretas ou distributivas.

Quanto à evolução do número de Colaboradores, foi feito um esforço no sentido de assegurar uma maior racionalização na estrutura da Fundação, tendo-se assistido a uma evolução positiva no quadro permanente.

Quadro 3 – Número de efetivos

	ABRIL 2012	MARÇO 2017
Quadro Permanente	440	392
Contratados a termo	28	49
Total	468	441

Relativamente à estrutura orgânica, procedeu-se a algumas mudanças que procuraram obter ganhos de eficiência: o Museu passou a gerir as duas Coleções, a Coleção do Fundador e a Coleção Moderna (até então da responsabilidade do CAMJAP – Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão), a Biblioteca de Arte e o Arquivo vão fazer parte da mesma unidade orgânica; a Contabilidade foi integrada no Serviço de Finanças; criou-se um novo departamento, de Marketing e Transformação Digital, que tem como missão preparar e concretizar tal indispensável transformação da organização e aprofundar a função de *marketing* e distribuição.

Quanto ao clima organizacional da Fundação, foram realizadas reuniões regulares com as Direções, e todos os Colaboradores tiveram a oportunidade de participar no processo de reflexão estratégica.

A criação de Conselhos Consultivos em todos os Programas permitiu uma aproximação com os beneficiários das nossas atividades num exercício de reflexão sobre a nossa intervenção que se revelou construtivo e altamente enriquecedor.

IV. Contexto e principais atividades

Como já sublinhei, o contexto histórico em que iniciei o meu mandato foi particularmente difícil – um ano após a intervenção financeira externa da Troika (integrando o FMI, o BCE e a Comissão Europeia) – desde logo porque uma das exigências do acordo com tais autoridades externas foi ser efetuada uma avaliação de todas as fundações pelo Estado. Tal processo foi conduzido com deficiente recolha de informação inicial por parte da Administração Pública, o que determinou correções aos processos utilizados. A notação final obtida pela Fundação foi a mais significativa entre as fundações mais relevantes.

A nossa própria ação procurou contribuir para a necessária reflexão sobre as políticas públicas e as reformas de que o País necessita, a fim de ultrapassar os constrangimentos que então enfrentava. Logo em janeiro de 2013, iniciámos uma parceria muito profícua com o Banco de Portugal e com o Conselho das Finanças Públicas, promovendo a conferência internacional *Para uma Reforma Abrangente da Organização e Gestão do Sector Público*, que se veio a prolongar com o ciclo de conferências *Sextas da Reforma* ao longo de mais de um ano.

Em setembro de 2014, no âmbito do Programa Gulbenkian Inovar em Saúde, foi apresentado o Relatório *Um Futuro para a Saúde – todos temos um papel a desempenhar*, liderado por Lord Nigel Crisp, em que se efetuou um diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Saúde, ao longo de 18 meses, com a participação de mais de 150 especialistas. Em maio de 2015, a Fundação teve a oportunidade de ver discutido tal Relatório na Assembleia da República, em Conferência Parlamentar precedida de um construtivo diálogo com todos os líderes das bancadas partidárias. Deste Relatório emergiu um conjunto de 20 recomendações que combinam, entre outras, a promoção da saúde, a reorganização da prestação de cuidados primários, a elevação da literacia em saúde, a participação dos cidadãos e o reforço do papel do poder local na implementação desta abordagem.

A Fundação decidiu, então, responsabilizar-se diretamente, nos próximos anos, por três grandes desafios – o primeiro tem como objetivo reduzir a incidência das infeções hospitalares, o segundo procura sustentar o crescimento do número de pessoas que sofrem de diabetes, e o terceiro quer contribuir para melhorias quantificáveis nos indicadores de saúde e bem-estar das crianças até aos 5 anos. Esperamos vir a apresentar resultados positivos nestes domínios fundamentais no decurso dos próximos anos.

Em outubro de 2014, apresentámos, também, os resultados do projeto desenvolvido desde o início desse ano, *Afirmar o Futuro – Políticas Públicas para Portugal* que se concluiu com uma

Conferência em que, para todas as áreas estudadas, foram apresentadas recomendações concretas de políticas e medidas a adotar.

A Iniciativa Cidades, por sua vez, teve como objetivo estimular o debate público sobre o papel crucial das cidades na economia global, bem como dinamizar redes de cooperação institucional, através da definição de projetos dirigidos a grupos das cidades que, pela sua interação, possam ganhar uma massa crítica de atratividade na globalização e que possam, desse modo, assegurar mais crescimento, mais emprego e uma maior coesão social.

Capa do Relatório
Um Futuro para a Saúde – todos temos um papel a desempenhar.



Conferência Afirmar o Futuro – Políticas Públicas para Portugal, outubro de 2014.
© FCG / Márcia Lessa



No âmbito desta Iniciativa foram analisadas, inicialmente, duas macrorregiões urbanas: a Região do Noroeste (de que resultou o estudo *Noroeste Global*) e o Arco Metropolitano de Lisboa (*Uma Metrópole para o Atlântico*). Nestas áreas geográficas concentram-se atividades que podem contribuir decisivamente para que Portugal retome não apenas o crescimento económico, mas também um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Mais recentemente, foi apresentado o estudo *Portugal no Centro*, que incide sobre a Região Centro, que também desempenha uma função crucial na geoeconomia de Portugal ao fechar o litoral atlântico.



Em 2013 lançámos a Iniciativa Gulbenkian Oceanos com o objectivo de contribuir para o conhecimento e valoração dos serviços dos ecossistemas marinhos, tais como a produção de energia, o transporte marítimo, a regulação climática ou a captação de carbono, reconhecendo que é necessário um esforço coletivo para valorizar este enorme capital natural.

Já este ano de 2017, articulando as nossas preocupações com as do Presidente da República, após um convite dirigido às principais Universidades portuguesas, seleccionámos as Universidades do Minho e de Coimbra para realizarem um estudo sobre o investimento em Portugal, cujos resultados irão ser conhecidos no primeiro semestre deste ano. Em março passado e por iniciativa do Presidente da República, a Fundação organizou uma primeira conferência sobre a mesma problemática.

No domínio educativo, a Fundação está a financiar a realização de dois importantes estudos: o primeiro destinado a analisar a gestão e o financiamento das escolas públicas - Ensinos Básico e Secundário - e a repensar as políticas públicas a adotar. Este estudo visa a melhoria da eficiência e da eficácia das escolas e o aumento da qualidade do ensino ministrado, assim como a mobilização dos principais parceiros do processo educativo: professores, famílias, municípios e comunidades educativas em geral.

O outro estudo, *Educação Superior em Portugal - Uma Nova Perspetiva*, pretende proceder à caracterização da rede de educação superior existente, tendo em vista identificar linhas orientadoras para definir a natureza da oferta formativa universitária e politécnica, numa perspetiva de desenvolvimento integrado do espaço nacional, regional e local, identificando os modelos institucionais mais adequados para responder às necessidades detetadas.

Primeira edição
da iniciativa
Hack for Good.
© Origamind

O grande objetivo é investir fortemente nos sistemas de educação e formação para os tornar mais flexíveis e capazes de preparar os jovens para as necessidades de mercado, bem como apostar na requalificação daqueles que estão disponíveis para aproveitar tais oportunidades.

Para além da reflexão e da apresentação de propostas, empenhámo-nos em combater os principais efeitos da crise, designadamente o desemprego e a exclusão, de que destacaria o *Movimento para o Emprego*, lançado em 2013, em associação com o IEFP e a COTEC e que permitiu criar 5 mil estágios em empresas para jovens licenciados. Com o mesmo objetivo lançámos o projeto “Novas Competências para Novos Postos de Trabalho (New Skills, New Jobs)” e promovemos, igualmente com a COTEC e a Consultora Everis, um estudo de identificação, desenvolvimento e retenção do Talento que concluiu com a apresentação de 14 soluções e idêntico número de ações e medidas prioritárias.



Assinatura do Protocolo
para o *Movimento
para o Emprego, 2013*.
© FCG / Márcia Lessa

Ainda com o propósito de captar o nosso Talento, temos apoiado progressivamente a formação de redes da Diáspora Portuguesa Qualificada, nomeadamente através do apoio concedido pelo Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano a associações de pós-graduados portugueses noutros países, como nos Estados Unidos, em França, na Alemanha ou no Reino Unido.

Outro grande desafio foi mantermo-nos ligados a projetos sobre questões europeias fundamentais, no quadro de uma atuação internacional da Fundação em que colaborámos com os principais atores.

Por exemplo, fomos membros do *Steering Committee* da Global Partnership for Effective Development Cooperation (parceria da OCDE com o PNUD) que acompanha o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em representação das Fundações a nível internacional, por indicação da OCDE, no âmbito do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento.

O Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas, por seu lado, prosseguiu a sua estratégia de focalização e de internacionalização de projetos de criadores nas artes performativas (cinema, teatro e dança), bem como do ensino do português, com a consolidação do apoio a programas nas Universidades de Brown, Berkeley e Massachusetts Lowell.



Projeto PARTIS
- *Ópera na Prisão*
© Joaquim Dâmaso

Assinatura do Memo-
rando de Entendimento
do projeto *Vision
Europe, 2015*.
© DR



A Fundação integrou também o projeto *New Pact for Europe*, que conta com a participação de algumas das mais relevantes fundações e *think tanks* europeus. Os objetivos mais importantes deste projeto são, por um lado, promover um debate público mais amplo sobre o futuro da UE, tanto a nível europeu como nacional, envolvendo os decisores políticos e os cidadãos, e, por outro lado, contribuir para um pensamento mais realista sobre como lidar com os desafios que a Europa enfrenta.

Também, desde há dois anos, por iniciativa da Fundação Bertelsmann participámos num conjunto restrito de mais quatro fundações e três *think tanks* no lançamento do projeto *Vision Europe* que constitui a rede de instituições com mais significativo trabalho sobre políticas

européias. Em 2015 foi debatida a sustentabilidade do Estado Social Europeu e, em 2016, o tema foi o das migrações e, em especial, como lidar com o anormal fluxo de refugiados. No ano em curso será debatido o impacto da globalização na desigualdade crescente que se verifica nos países mais desenvolvidos e que muito tem contribuído para o aparecimento de movimentos demagógicos, populistas e xenófobos.

Numa iniciativa inédita, a Fundação assumiu o desafio de ser o Operador Nacional dos Fundos para as Organizações Não Governamentais em Portugal, no âmbito dos apoios concedidos pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants). Com o Programa Cidadania Ativa, especificamente criado para este efeito, a Fundação geriu cerca de 9 milhões de euros numa intervenção orientada para o aperfeiçoamento das organizações da Sociedade Civil,



Aspeto das obras do Grande Auditório.
© FCG / Márcia Lessa

o que implicou o cumprimento de regras e metodologias inovadoras de gestão. Foram financiados mais de 110 projetos, que envolveram cerca de 150 ONG, além de 90 instituições de outra natureza (incluindo Universidades e Politécnicos), com impacto em mais de 50 mil beneficiários.

V. Celebrações

O meu mandato coincidiu com importantes aniversários de áreas da Fundação que entendemos celebrar: os 30 anos do CAM, os 50 anos da Orquestra e do Coro, e os 50 anos da Delegação em França.

Os aniversários da Orquestra e do Coro coincidiram com a conclusão da renovação do Grande Auditório, que passou a ser uma das mais modernas e tecnologicamente mais bem equipadas salas de espetáculo, no seu género, à escala europeia. A renovação abrangeu todas as estruturas de palco e ventilação, a sala de ensaios do Coro Gulbenkian, as zonas de apoio, os acessos e o foyer. Aumentou-se a segurança e foram criados lugares acessíveis a pessoas com dificuldades motoras. A construção de uma nova sala de ensaios para a Orquestra Gulbenkian, inédita, possibilita agora, também, um uso mais alargado do espaço do Grande Auditório.



Aspeto da exposição Amadeo de Souza-Cardoso no Grand Palais, Paris.
© Nuno Cera

Celebrando cinquenta anos da sua inauguração em 2015, a Delegação em França da Fundação Calouste Gulbenkian ocupa um lugar com especial significado no cenário cultural e artístico de Paris. Para comemorar este aniversário, foi preparado um conjunto de iniciativas, desde exposições a colóquios, que esperamos tenham contribuído para afirmar o legado de Calouste Gulbenkian neste país tão importante para Portugal e para o mundo. Salientaria, pela sua especial relevância, quer a exposição *Amadeo de Souza-Cardoso*, inaugurada em abril de 2016 no Grand Palais, quer a exposição *Les Universalistes. 50 ans d'architecture portugaise*, na Cité de l'architecture et du patrimoine.

Em 2016, a própria Fundação celebrou 60 anos de ininterrupta atividade em torno das quatro áreas estatutárias – Arte, Beneficência, Ciência e Educação – procurando, assim, promover os valores universais inerentes à condição humana, o respeito da diversidade e da diferença, a cultura da tolerância, bem como a preservação do ambiente na relação do homem com a natureza.

No mesmo ano, completaram-se igualmente 120 anos do nascimento do Doutor José de Azeredo Perdigão, o primeiro Presidente da Fundação e principal responsável pela construção da nossa Instituição, pelo que se entendeu prestar-lhe uma justíssima homenagem que culminou com a inauguração de um busto da artista Clara Menéres no hall do edifício da Coleção Moderna. Como tão justamente sublinhou o Professor Ferrer Correia, “a ação da Fundação não teria sido possível sem a direção inteligente, o poder criador e a visão rasgada do seu primeiro Presidente (...) foi o verdadeiro construtor da Fundação Calouste Gulbenkian.”

José de Azeredo Perdigão foi um contemporâneo do seu tempo que conseguiu antecipar o futuro que o País tantas vezes adiou, tendo com isso honrado a confiança que Calouste Gulbenkian nele depositou.

VI. Desafios futuros

A Fundação deverá ambicionar ser uma fonte de inspiração e de transformação social, continuando a ser uma referência através do alinhamento da sua atuação com os grandes temas da agenda global. Importa, porém, sublinhar que a Fundação deve privilegiar uma ação local pois só sendo relevante em Portugal poderá ter influência ou impacto internacional.

Por sua vez, no nosso País, a Fundação deve preocupar-se, sempre que possível, em descentralizar a sua ação. Nesse sentido, o Serviço de Música tem procurado alargar a sua presença a todo o território nacional e, ao mesmo tempo, proporcionar o acesso de novos públicos à programação. Tal objetivo tem sido conseguido com os concertos “Portas Abertas” no Grande Auditório e no Anfiteatro ao Ar Livre, bem como no programa acordado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O Museu Calouste Gulbenkian tem também uma política regular de empréstimos e de itinerância de exposições, devendo preocupar-se com a maior descentralização das suas atividades, divulgando, em especial, a Coleção Moderna.

Da cultura à educação, a ação da Fundação deve privilegiar o seu impacto social. Tendo também em vista este impacto, a Fundação lançou um programa transversal de transformação digital que constitui uma oportunidade única quer para o aprofundamento da missão da Fundação – com o alargamento dos públicos ou beneficiários – quer para uma significativa alteração dos processos de organização do trabalho e das atividades, transformando-a numa instituição mais aberta e dinâmica.



Primeiro Concerto Participativo – Coro e Orquestra Gulbenkian, novembro de 2014.
© FCG / Márcia Lessa

Com efeito, o universo digital veio colocar desafios que obrigam a uma transformação do modo de intervir e do relacionamento da Fundação com os seus beneficiários.

A compreensão informada da realidade que nos rodeia é sem dúvida uma condição essencial para uma intervenção mais eficaz e com mais impacto no tratamento dos principais problemas que afetam as comunidades que servimos.

Importa repensar o modelo de resposta e o paradigma de intervenção de todos os agentes, apostando numa cultura de inovação e empreendedorismo social, que mais não quer dizer que a procura, teste e difusão de novas e melhores respostas para as mais sérias necessidades sociais emergentes.

O Terceiro Setor, e as Fundações em particular, pelas características que as identificam de independência, credibilidade, capacidade de assumir riscos, podem desempenhar um papel fundamental a dois níveis distintos mas que se complementam:

- I) Fazendo advocacia, promovendo o debate e a reflexão atenta sobre estas questões e, assim, produzir recomendações validadas para futuras atuações dos decisores;
- II) Funcionando também como “laboratórios” que, em parceria com outras organizações sociais, testam e disseminam novas respostas que respondam melhor às necessidades sociais.

Nesse sentido, é fundamental apostar na capacitação das comunidades locais fragilizadas e dar prioridade à prevenção da pobreza, apostando na educação e na formação de crianças e jovens, de forma a conseguir quebrar os ciclos de transmissão intergeracional da pobreza.

Mais recentemente, a Fundação tem igualmente apoiado a promoção de novos modelos de financiamento para o sector social, com a criação do Laboratório de Investimento Social.

O investimento social procura colocar instrumentos do sistema financeiro ao serviço da resolução de problemas da sociedade, aos quais as tradicionais abordagens do mercado ou do sector público já não conseguem dar resposta. A Fundação foi mesmo responsável pelo lançamento do primeiro Título de Impacto Social no nosso País, um mecanismo pioneiro de financiamento do sector não-lucrativo que pressupõe a celebração de um contrato entre investidores sociais, entidades públicas e entidades da economia social para alcançar resultados sociais específicos.

Este conceito alia a missão social da filantropia a modelos de investimento do sector financeiro que medem o seu retorno social, apoiando o desenvolvimento e crescimento de projetos inovadores, alocando recursos da sociedade de forma eficiente, eficaz e sustentável aos sectores da economia social.

Na Fundação Calouste Gulbenkian, julgamos que estes são alguns dos caminhos para debelar os principais problemas que afetam a sociedade, estando sempre disponíveis para nos envolvermos em iniciativas inovadoras que tenham em vista o diálogo e a integração social.

Pretendemos dar mais coerência ao papel último da Fundação, mobilizando para isso todos os recursos que dispomos, sempre com a preocupação de cumprir os mais nobres desígnios filantrópicos do nosso Fundador.

ARTUR SANTOS SILVA



APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





Secretário-Geral

COMPETE AO SECRETÁRIO-GERAL o acompanhamento de assuntos de natureza transversal, tais como a implementação dos sistemas de avaliação e de gestão de qualidade e a atividade de auditoria interna; compete-lhe ainda o acompanhamento direto da atividade do Serviço de Recursos Humanos e do Serviço de Sistemas de Informação.

Para além das atividades referidas, o Secretário-Geral tem sob a sua responsabilidade a gestão de subsídios para iniciativas internacionais, as atividades inerentes à participação da Fundação em redes nacionais e internacionais de fundações, o Prémio Vasco Vilalva para a Recuperação e a Valorização do Património, a gestão dos processos de cedência de instalações a terceiros e o acompanhamento do Projeto Arquivo Gulbenkian.

Subsídios e Prémios

O SECRETÁRIO-GERAL é responsável pela gestão de subsídios para iniciativas e projetos de organização multilateral, no âmbito da qual foi concedido um total de 184 040 €.

Prémio Vasco Vilalva

Em homenagem a Vasco Vilalva, mecenas na área da recuperação e da valorização do Património, a Fundação Calouste Gulbenkian criou, em 2005, um prémio anual com o seu nome, destinado a assinalar intervenções exemplares em bens móveis e imóveis de valor cultural que estimulem a preservação e a recuperação do Património, no valor de 50 mil euros.

Na sua nona edição, foi atribuído ao projeto da Igreja e Torre dos Clérigos, pela importância do seu conjunto patrimonial e pela qualidade geral da intervenção de conservação e restauro realizada por ocasião da comemoração dos 250 anos da construção da Torre – o seu principal ícone visual.

Foi concedida uma menção honrosa ao projeto das Novas Instalações da Sede da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos.

Cerimónia de entrega do Prémio Vasco Vilalva 2015 ao Presidente da Irmandade dos Clérigos, Senhor Padre Américo Aguiar.
© Luís Pedro Martins



Participação em Redes de Fundações

O SECRETÁRIO-GERAL acompanha as atividades inerentes à participação da Fundação Calouste Gulbenkian em associações de fundações e redes congéneres que, a nível nacional e internacional, promovem o aperfeiçoamento do sector fundacional, fomentam a cooperação entre as fundações e outras organizações (organizações multilaterais e *think tanks*, entre outras) e possibilitam à Fundação ter um papel facilitador no debate e na intervenção sobre os principais problemas que afetam as diferentes comunidades onde atua.

Em 2016, a Fundação contribuiu com 68 mil euros em quotas voluntárias para apoiar a atividade de outras organizações de suporte à filantropia organizada, designadamente 40 mil euros para o European Foundation Centre (EFC), 18 mil euros para a Network of European Foundations (NEF) e 10 mil euros para o Centro Português de Fundações (CPF).

Salientam-se ainda as seguintes atividades no âmbito das redes de fundações:

– European Foundation Centre – presença na 27.ª Assembleia-Geral Anual e Conferência do EFC, sob o tema *Imagining and Investing in our Future*, que teve lugar de 26 a 28 de maio, reunindo perto de 700 representantes do mundo da filantropia em Amsterdão; participação com o projeto “Desafio Gulbenkian Stop Infecção Hospitalar!” na exposição *Championing Philanthropy*, que decorreu em Bruxelas de 15 de novembro a 31 de dezembro; e organização da reunião da Operations Professionals Network que decorreu em Lisboa, na Fundação, a 5 e 6 de dezembro.

– Network of European Foundations – continuação do apoio aos seguintes projetos:

› *FutureLab Europe*, cujo objetivo é promover a educação para uma cidadania europeia ativa, entre jovens profissionais com idade compreendida entre os 20 e os 30 anos. O projeto procura que estes jovens desenvolvam as suas capacidades como cidadãos responsáveis e dinamizem iniciativas para uma Europa democrática e sustentável. Com o apoio do parceiro operacional European Policy Centre, o projeto oferece aos participantes uma oportunidade de interagirem com decisores europeus, enriquecerem o seu percurso profissional com uma experiência única a nível europeu, darem um contributo ativo para a construção da União Europeia e desenvolverem ideias, capacidades e redes de contacto; e o

› *New Pact for Europe*, projeto cujo objetivo é contribuir para a identificação das ferramentas necessárias para que a União Europeia possa enfrentar os desafios internos e externos com que se depara. O trabalho final reunirá recomendações de alteração à forma como a União Europeia e as suas políticas se encontram projetadas, procurando contribuir para evitar a ocorrência futura de crises. O papel fundamental da sua implementação cabe a dez Grupos de Reflexão Nacional (Bélgica, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Polónia, Portugal e Eslováquia), cada um constituído por 20 altos representantes políticos, líderes de opinião, representantes de Organizações Não Governamentais e outros intervenientes-chave. O primeiro Encontro do Grupo de Reflexão Nacional deste projeto em Portugal teve lugar na FCG a 26 de setembro; a 4 de novembro, realizou-se o Encontro Transnacional com o Grupo de Reflexão Nacional da Estónia, em Tallinn. A estes, seguem-se outros encontros, em 2017.

Cedência de Instalações

A GESTÃO DOS PROCESSOS DE CEDÊNCIA de instalações a terceiros, para a realização de conferências nacionais e internacionais, encontros, colóquios, seminários, congressos, *workshops* e apresentações de livros e/ou outras iniciativas, e cuja autorização é da competência do Presidente da Fundação, encontra-se centralizada no Secretário-Geral, em articulação com os Serviços Centrais.

Privilegiam-se solicitações provenientes de instituições sem fins lucrativos cujos objetivos se enquadrem ou contribuam para a realização das finalidades estatutárias da Fundação. Em 2016, o valor global das cedências gratuitas, consideradas materialmente como subsídios, foi de 660 124,75 €, tendo a receita das cedências com encargos totalizado 133 009,50 €. Neste mesmo ano, a Fundação acolheu 223 eventos de terceiros que trouxeram à FCG mais de 40 800 pessoas.

Projeto Arquivo

O ACERVO ARQUIVÍSTICO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN é composto pelos arquivos criados pelos diversos órgãos e serviços que a integraram ao longo dos seus 60 anos de existência e pelos conjuntos documentais gerados no âmbito da extensa e complexa atividade de negócios e filantrópica desenvolvida por Calouste Sarkis Gulbenkian e seus colaboradores, no contexto de um universo empresarial por ele fundado e que, no essencial, chegou aos nossos dias.

Com vista à integração destes arquivos na Biblioteca de Arte em 2017, em termos quantitativos, a atividade de tratamento documental realizada em 2016 traduziu-se em 120 metros lineares de documentação tratada, 18 389 registos de descrição (metainformação) produzidos, 12 476 registos do ficheiro de autoridade relacionados e 16 256 imagens digitalizadas. Foram feitas 2323 consultas internas e 1302 consultas externas.



Ferrer Correia a discursar na inauguração do monumento de homenagem a Azeredo Perdigão / Nuno Vieira. Lisboa: 1997-07-21. Fotografia: Arquivos Gulbenkian

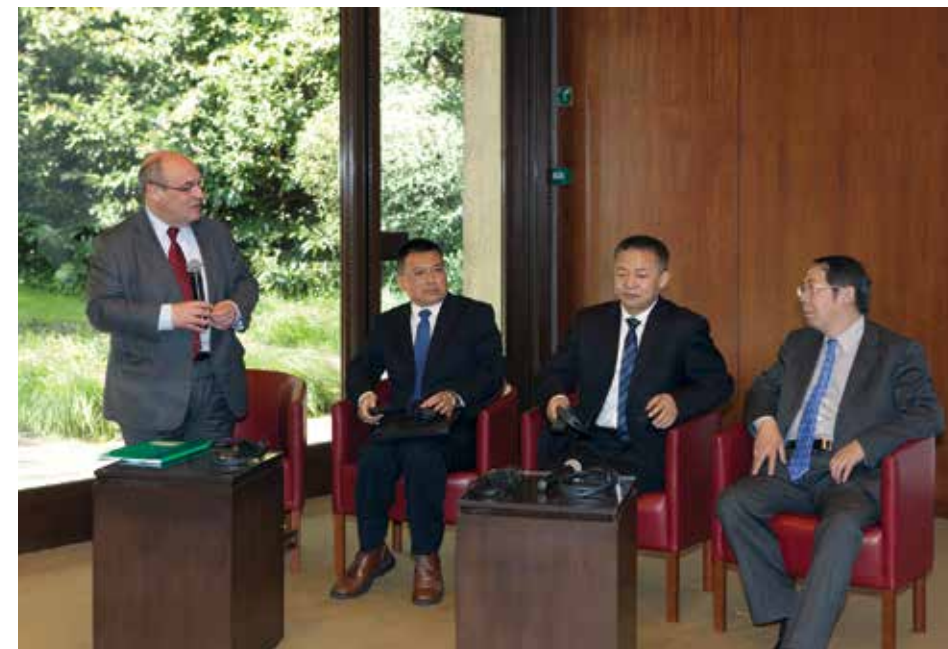
Ensaio do bailado *Pra lá e pra cá*, figurinos de Paula Rego / s.n. Lisboa: 1988. Fotografia: Arquivos Gulbenkian

Conferência China at the Crossroads – The Politics of Change

A 17 DE MAIO, realizou-se na Fundação a conferência *China at the Crossroads – The Politics of Change*, em parceria com o European Council on Foreign Relations (ECFR).

Comissariada por François Godement, diretor do Programa Ásia & China do ECFR, pretendeu estimular a reflexão sobre questões internas e externas da economia chinesa, em três painéis temáticos: *New Trends in Chinese Foreign Policy: from neighbourhood politics to the New Silk Roads*; *The Public Space in China: new means of expression and their limitations*; e *The Future of the Chinese Economy: challenges and opportunities*.

Conferência China at the Crossroads – The Politics of Change. © FCG / Carlos Azevedo



Biografia de Calouste Sarkis Gulbenkian

FOI CELEBRADO um acordo entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Southampton, para investigação da vida e elaboração da biografia de Calouste Gulbenkian pelo Dr. Jonathan Conlin, do Departamento de História daquela Universidade. Foi formado um grupo de acompanhamento dos trabalhos, constituído por historiadores de reconhecido mérito e especialistas da época da vida do Fundador: Dr. Richard Roberts (King's College de Londres), Dr. Joosts Jonker (Universidade de Utreque) e Prof.ª Doutora Maria Fernanda Rollo (Universidade Nova de Lisboa).

Conferência Vision Europe 2016

SOB O TÍTULO “Melhorar as respostas à crise migratória e de refugiados na Europa”, a Vision Europe Summit 2016, que se realizou em novembro na Fundação Calouste Gulbenkian, reuniu mais de uma centena de decisores políticos e delegados especialistas dos Estados-membros, instituições europeias e organizações internacionais que, juntos, debateram os desafios da Europa relativamente às migrações e à crise de refugiados, assim como possíveis respostas.

Após a conferência, os líderes das quatro fundações e dos quatro *think tanks* que formam o consórcio *Vision Europe* (Bertelsmann Stiftung, Bruegel, Chatham House, Compagnia di San Paolo, Jacques Delors Institute, Finnish Innovation Fund Sitra, CASE – Center for Social and Economic Research e Fundação Calouste Gulbenkian) assinaram a declaração “Construir uma

Plataforma Comum: Promover políticas estratégicas de imigração e de refugiados na Europa”, na qual se alerta para a necessidade de, entre outros princípios, criar vontade política para desenvolver uma estratégia da UE sobre a imigração orientada para o futuro, desenvolver mecanismos coerentes e justos para uma melhor gestão dos fluxos migratórios, promover uma integração centrada no trabalho e na educação, que reforce a pertença social, e, finalmente, mobilizar toda a sociedade para promover a inclusão.

Centrados nas ideias que propõem na declaração, todos os parceiros que formam o *Vision Europe* assumiram o compromisso de continuar a fomentar e influenciar construtivamente o debate sobre as migrações e os refugiados.

Os líderes das fundações e *think tanks* que formam o consórcio *Vision Europe* (da esquerda para a direita): Robin Niblett, Chatham House; Aart De Geus, Bertelsmann Stiftung; Piero Gastaldo, Compagnia di San Paolo; Artur Santos Silva, Fundação Calouste Gulbenkian;

Izabela Styczynska, CASE – Center for Social and Economic Research; Isabel Mota, Fundação Calouste Gulbenkian; Mikko Kosonen, Finnish Innovation Fund Sitra; Guntram Wolff, Bruegel. Ausente: Yves Bertoin, Jacques Delors Institute.
© FCG / Márcia Lessa

Intervenção de Jorge Sampaio na conferência *Vision Europe 2016*.
© FCG / Márcia Lessa



Gabinete do Presidente

O **GABINETE DO PRESIDENTE** é uma estrutura técnica e administrativa de apoio ao Presidente do Conselho de Administração, que tem como funções principais acompanhar e executar a implementação de projetos iniciados no âmbito da Presidência da Fundação, apoiar a representação institucional do Presidente, prestar assessoria jurídica no âmbito das atividades da Fundação e, ainda, assegurar o encaminhamento e a gestão técnico-administrativa resultante das solicitações, internas e externas, dirigidas ao Presidente.

Artur Santos Silva
– discurso por ocasião
do Dia do Fundador,
20 de julho de 2016,
no Anfiteatro
ao Ar Livre.
© FCG/Márcia Lessa

HOMENAGEM A
JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN | 60 ANOS

19 de setembro de 2016



Atividades

Homenagem a José de Azeredo Perdigão

A 19 de setembro, comemorou-se o 120.º aniversário do nascimento de José de Azeredo Perdigão, o advogado que presidiu a Fundação Calouste Gulbenkian desde a sua criação, em 1956, até à data da sua morte, em 1993.

As comemorações iniciaram-se com uma Conferência de Homenagem no Grande Auditório, a qual contou com depoimentos de Jorge Sampaio e de Aníbal Cavaco Silva



Descerramento do busto de José de Azeredo Perdigão.
© FCG/Márcia Lessa

e intervenções de Artur Santos Silva, Adriano Moreira, Rui Machete, José Blanco e Pedro Paulo Perdigão, seguida da inauguração, no Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Moderna, do busto de José de Azeredo Perdigão, da autoria de Clara Menéres, e do lançamento de um suplemento especial da revista *Colóquio/Letras* dedicado ao homenageado.

As comemorações incluíram, ainda, um Concerto de Homenagem, na primeira parte com o Coro e a Orquestra Gulbenkian dirigidos por Michel Corboz e, na segunda, com a Orquestra Gulbenkian dirigida por Pedro Neves.

4.º Fórum Portugal-Alemanha

Este fórum é uma iniciativa da sociedade civil, organizada pelo Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Institut für Europäische Politik (IEP) de Berlim. Um dos seus objetivos é promover o diálogo aberto entre os dois países sobre os seus problemas económicos e sociais, procurando respostas comuns, bem como o favorecimento da integração europeia.

A quarta edição do fórum teve lugar a 10 de novembro, em Berlim, onde foram debatidos as seguintes questões: a criação de crescimento e emprego, com especial enfoque na indústria 4.0; os desafios na segurança interna e externa europeia; as relações Europa-África; e os atuais desafios que a Europa enfrenta.

Subsídios e Prémios

O GABINETE DO PRESIDENTE é responsável pela gestão dos subsídios atribuídos pelo Presidente, no âmbito da Reserva sob Administração Direta do Presidente (RADP), a outras instituições e a outros projetos. No âmbito da RADP, repartida pelas quatro áreas estatutárias da Fundação, o Gabinete concedeu diretamente, em subsídios e bolsas, um total de 280 319 € e, para projetos cofinanciados por outros serviços da Fundação, um total de 32 145 €.

Prémio Calouste Gulbenkian

O prémio Calouste Gulbenkian, no valor de 250 mil euros, distingue pessoas ou instituições, nacionais ou internacionais, que se tenham destacado pelo seu papel internacional na defesa dos valores essenciais da condição humana, em particular o respeito pela diferença e a diversidade, a cultura da tolerância e a preservação do ambiente na relação do homem com a natureza. A decisão final de atribuição do Prémio cabe ao Conselho de Administração da Fundação, com base numa proposta feita pelo júri, presidido pelo Dr. Jorge Sampaio.

Em 2016, na última edição do Prémio, foram recebidas cerca de 85 nomeações, tendo este sido atribuído à Fundação Amazonas Sustentável, uma organização brasileira não-governamental sem fins lucrativos, que tem como missão a defesa e a valorização da floresta, promovendo o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas.

A cerimónia de entrega do Prémio decorreu no Dia Calouste Gulbenkian, 20 de julho, tendo contado com a participação do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que atribuiu o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade à Fundação Calouste Gulbenkian.

A celebração terminou com um concerto da Orquestra Gulbenkian, dirigida por Pedro Neves e com o pianista Mário Laginha. O Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação foi pequeno para acolher as cerca de 1500 pessoas que estiveram presentes na cerimónia.

Virgílio Viana, diretor-geral da Fundação Amazonas Sustentável, com Artur Santos Silva, Marcelo Rebelo de Sousa e Jorge Sampaio.
© FCG/Márcia Lessa



Conferência *Os Direitos Humanos e os Desafios do Século XXI. Globalizar a Dignidade*

EM 2016, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América e com a Embaixada da Áustria, foi promovida uma Conferência com o objetivo de estimular o debate e a reflexão sobre os direitos humanos. A iniciativa foi comissariada por Viriato Soromenho-Marques e contou com a presença de Kerry Kennedy, Presidente da Robert F. Kennedy Human Rights, que foi uma das instituições parceiras da Conferência.

A marcar a abertura da iniciativa (9 de abril), a companhia de teatro Bonifrates apresentou, em estreia absoluta, a versão portuguesa da peça de Ariel Dorfman baseada numa obra de Kerry Kennedy, *Diz a Verdade ao Poder. Vozes do outro lado da escuridão*. O segundo dia da Conferência (10 de abril) contou com a participação de vários oradores nacionais e estrangeiros. A Fundação promoveu ainda a edição, na versão portuguesa, do *Manual para os Direitos Humanos*, que recolhe experiências de corajosos defensores dos direitos humanos em todo o mundo, apelando à ação de todos neste domínio.

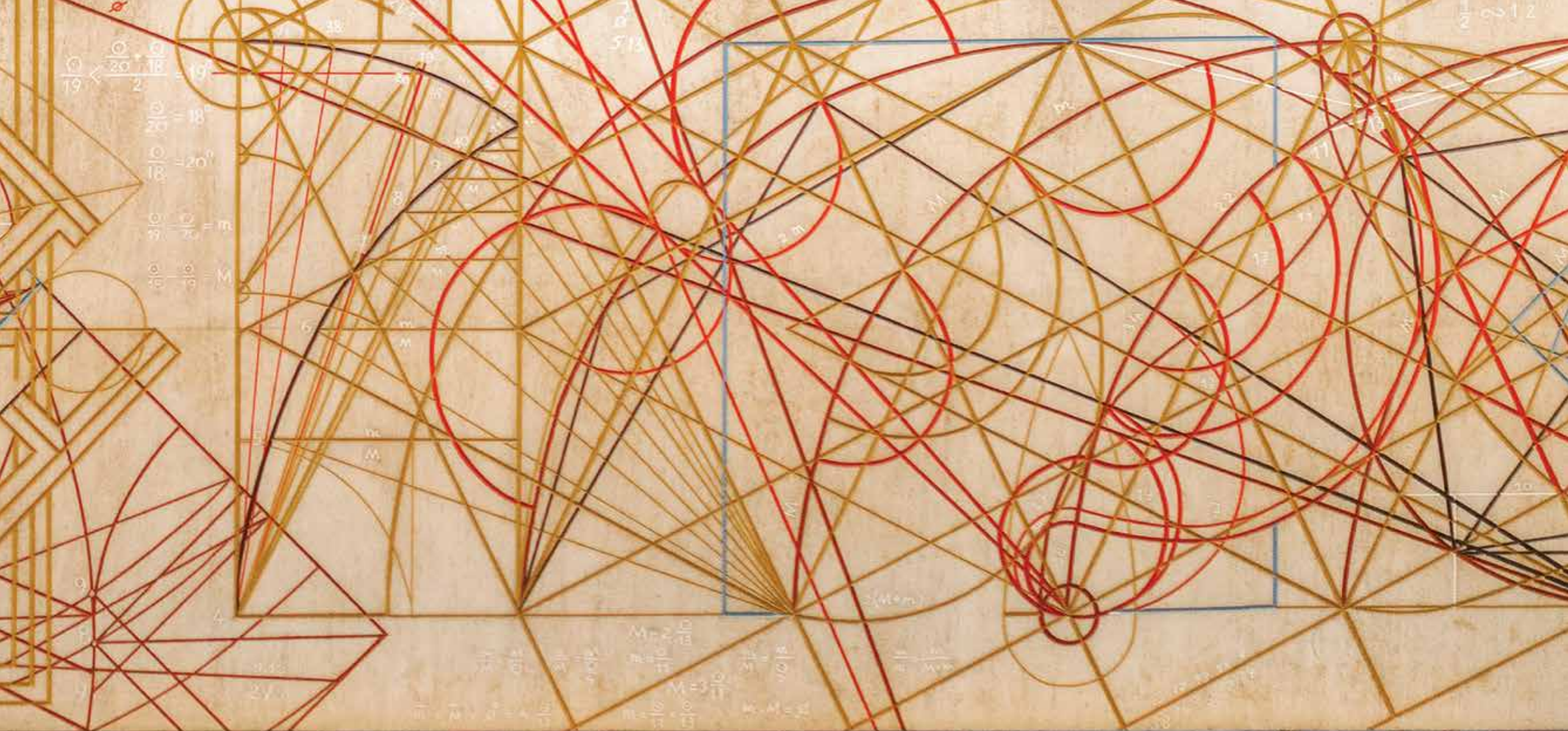
No final da iniciativa, foi assinada a "Declaração de Lisboa – A Educação para os Direitos Humanos e para a Dignidade nos Desafios do Século XXI" pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Robert F. Kennedy Human Rights e por várias entidades, nomeadamente ONG, comprometendo-se, deste modo, a promover uma política educativa e a fomentar o debate público em defesa dos direitos humanos e da dignidade humana.



Kerry Kennedy, Viriato Soromenho-Marques e Artur Santos Silva
© Luís Lopes

Estreia da versão portuguesa da peça *Diz a Verdade ao Poder. Vozes do outro lado da escuridão*, de Ariel Dorfman, pela companhia de teatro Bonifrates.
© Luís Lopes





SERVIÇOS



Biblioteca de Arte

A **BIBLIOTECA DE ARTE** é uma biblioteca especializada, de investigação, cuja atividade pretende contribuir para o conhecimento, a fruição e o desenvolvimento da criação artística e prestar apoio às atividades de formação, ensino e investigação em arte, com particular destaque para a arquitetura e as artes visuais.

Os serviços prestados destinam-se também a promover a inovação e o desenvolvimento científico nestes domínios, designadamente através do estabelecimento de parcerias com instituições congéneres. A Biblioteca agrega e gere um património documental diversificado, assegurando o processamento e a disponibilização de recursos de informação, bem como a recolha e conservação de todas as publicações produzidas pela Fundação.

467 291 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

EM 2016, A BIBLIOTECA DE ARTE (BA) continuou a selecionar conteúdos, ponderando a produção corrente, a diversidade das diferentes práticas artísticas e o enriquecimento dos recursos patrimoniais.

As atividades de processamento bibliográfico e de disponibilização das coleções tornaram acessíveis todos os documentos adquiridos e recebidos por oferta, para além de espólios e coleções especiais. Foram desenvolvidas ações de preservação e conservação dos documentos, tendo em vista o acondicionamento, o armazenamento ou as intervenções de restauro nos diversos materiais. A BA continuou a oferecer um conjunto de serviços de difusão e acesso, recorrendo a soluções e meios consentâneos com a evolução tecnológica.

Para avaliar as necessidades do público, foi aplicado um inquérito de satisfação a leitores que usaram os recursos e serviços da BA para a realização de investigações nos dois últimos anos (2014 e 2015), relacionadas com a organização de exposições ou a publicação de obras sobre Artes Visuais e Arquitetura.

O apoio a projetos e serviços da Fundação manifestou-se sobretudo na área das exposições e no acompanhamento de várias atividades.

A nível externo, para além da cedência de documentos para mostras e exposições de outras instituições, foram criadas parcerias para desenvolver projetos que incrementem a utilização e divulgação das coleções e dos serviços e promoveu-se a participação em redes especializadas nas áreas da Biblioteca ou de caráter mais genérico, para divulgar os recursos a comunidades mais diversificadas.

A taxa de concretização das atividades da BA foi de 91%, conforme indicado no Plano Detalhado de Objetivos.

Atividades

Projetos e Iniciativas

Colaboração com a Bienal de São Paulo e o Consulado Geral Português em São Paulo

A exposição *Lourdes Castro – Todos os Livros*, realizada pela Biblioteca de Arte em 2015, com a curadoria de Paulo Pires do Vale, mostrou os livros de artista que Lourdes Castro (n. 1930) realizou desde 1956. Esta exposição serviu de modelo quer para a participação de Lourdes Castro na 32.ª Bienal de São Paulo, quer para a exposição paralela de 23 dos seus livros no Consulado Geral Português em São Paulo. A exposição realizada pela Bienal replicou a exposição dos *Livres Rouges* realizada pela BA; no Consulado, utilizaram-se diversos materiais preparados pela BA para a descrição das obras, nomeadamente as tabelas dos livros expostos.

Vista da exposição *Lourdes Castro – Todos os Livros* na Bienal de São Paulo.

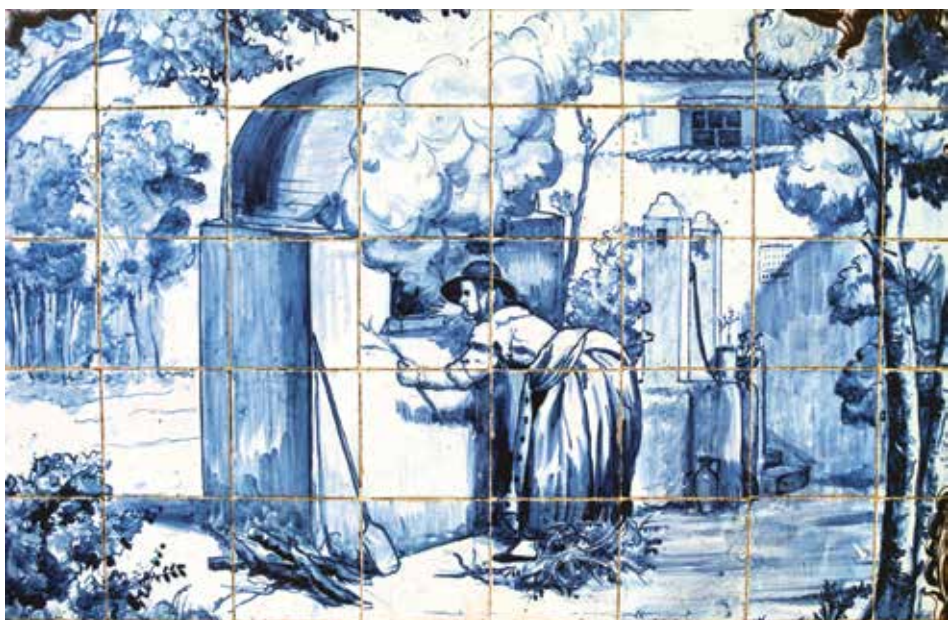


Colaboração com a Academia Nacional de Belas-Artes

A colaboração com a Academia Nacional de Belas-Artes, tendo em vista o tratamento do seu Fundo Antigo, concretizou-se no apoio à contratação de técnicos, formação específica e coordenação do projeto.

Novas Coleções Especiais Acessíveis ao Público

Foram disponibilizadas ao público e ficaram acessíveis, via internet, cinco novas coleções especiais: *Inventário dos azulejos de Lisboa: inventário de azulejaria de autores* (509 imagens); *Inventário da azulejaria do distrito de Portalegre* (510 imagens); *Azulejaria barroca portuguesa: figuras de convite* (62 imagens); *Vistas aéreas do património arquitetónico em Portugal continental* (138 imagens); *Reportagem sobre a montagem da coleção de pintura no café A Brasileira do Chiado, 1971* (55 imagens). Com estas coleções, o público tem acesso a mais de 1200 novas imagens digitais.



Painel de azulejos,
Estação de Caminhos-
de-Ferro de Fronteira.
© Raul Ladeira

Preservação e Conservação de Espécies

Foram feitas intervenções em diversas coleções, visando assegurar a integridade física do acervo patrimonial da Biblioteca de Arte.

Parcerias Internas e Externas

EM 2016, destacam-se as seguintes parcerias:

Direção da Biblioteca da Delegação em França – Tem vindo a ser prestado apoio técnico contínuo à Biblioteca da Delegação em França desde 2008. Em 2016, destacam-se, neste âmbito, atividades de acompanhamento e coordenação, reorganização de espaços e serviços e, ainda, a implementação de um programa de atividades culturais.

Museu Calouste Gulbenkian – Colaboração com as atividades expositivas do Museu, através da realização de pequenas mostras bibliográficas complementares às exposições *José Escada e A Forma Chã*.

Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano – A Biblioteca de Arte realizou formação dos técnicos, seleção bibliográfica e apoio à renovação da Biblioteca do Centro Cultural Português de Maputo.

Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas – Foi feita a seleção de títulos de obras multimédia sobre história e cultura portuguesas para apoio do Museu de Cochim.

Projeto História das Exposições de Arte da FCG – Prosseguiram o apoio e o acompanhamento das consultas dos fundos da Biblioteca de Arte realizadas no âmbito deste projeto que visa a inventariação, a sistematização e a divulgação de informação sobre exposições realizadas pela Fundação.

No âmbito de parcerias com unidades externas, destacam-se:

Museu Nacional de Soares dos Reis e Museu do Chiado – Colaboração na exposição *Amadeo de Souza-Cardoso / Porto Lisboa / 2016-1916* realizada naqueles museus, do Porto e de Lisboa, que implicou, numa primeira fase, pesquisa bibliográfica e de imagens no espólio de Amadeo de Souza-Cardoso e de recortes de jornais no espólio de Diogo de Macedo e, numa segunda fase, o empréstimo de quatro obras – monografias e um manuscrito – e a cedência de imagens fotográficas do espólio do artista.

Art Discovery Group Catalogue – Este catálogo coletivo de bibliotecas especializadas em Arte é desenvolvido pelo consórcio internacional ArtLibraries, integrando a Biblioteca de Arte o seu órgão de gestão.

Continuidade Digital – Este projeto resulta da iniciativa da Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas e tem como objetivo a construção de uma rede sustentável de preservação comum de património digital.

Para além destes projetos, desenvolveram-se parcerias pontuais com diversas organizações culturais no apoio à investigação e à organização de eventos.



António Carneiro,
Duas Figuras à Janela.
Obra apresenta-
da na *Exposição*
Retrospectiva do I
Centenário: António
Carneiro (1872-1930),
Fundação Calouste
Gulbenkian, 1973.
© Teófilo Rego.

Avaliação

PARA AVALIAR AS NECESSIDADES DO PÚBLICO, foi aplicado um inquérito de satisfação a leitores que usaram os recursos e serviços da BA para a realização de investigações nos dois últimos anos (2014 e 2015), relacionadas com a organização de exposições ou a publicação de obras sobre Artes Visuais e Arquitetura.

Da avaliação dos resultados, destacam-se a importância das coleções patrimoniais, enquanto fonte de informação única e crucial para o estudo da arte e da cultura portuguesas, e o realce dado à estratégia de digitalização e publicação na Web das coleções especiais, devendo, no entanto, reforçar-se a quantidade dos recursos disponíveis. É evidente o grau de satisfação quanto à qualidade dos serviços e quanto ao apoio prestado pelos colaboradores, podendo, inclusive, concluir-se que estes constituem um dos aspetos fundamentais da identidade e da imagem positiva do serviço.

Os aspetos menos positivos relacionam-se com a diminuição do ritmo de atualização da bibliografia corrente e com falhas na cobertura temática em domínios mais atuais.

Portugal em Flagrante

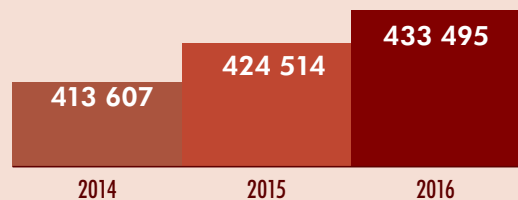
PELA PRIMEIRA VEZ, em exposições realizadas na Fundação, a exposição *Portugal em Flagrante. Operação 1*, que apresenta trabalhos realizados sobre papel de artistas representados na Coleção Moderna, junta às obras de arte um conjunto de documentação, cuja seleção foi da responsabilidade da Biblioteca de Arte. Expõem-se cerca de 200 títulos, entre monografias, jornais e revistas, catálogos de exposições, livros de artista, desenhos de arquitetura e fotografias dos Estúdios Novais. Na exposição é ainda projetado, em rotação, um conjunto de fotografias de Casimiro Vinagre, Horácio Novais e Mário Novais sobre a Exposição do Mundo Português.

Para além das tabelas destas obras do fundo documental em exposição, algumas das quais com pequenas notas explicativas, foi igualmente da responsabilidade da BA a elaboração de uma série de pequenos textos, que surgem ao longo da vitrina, de contextualização de acontecimentos da história cultural portuguesa. Com esta apresentação, pretende-se que o público visitante possa relacionar a criação artística nacional, ao longo do século xx e das primeiras décadas do século XXI, com a história cultural e política portuguesa. Relacionam-se, assim, obras de arte e obras documentais, dando destaque a algumas datas e acontecimentos históricos que ilustram transformações na vida nacional.

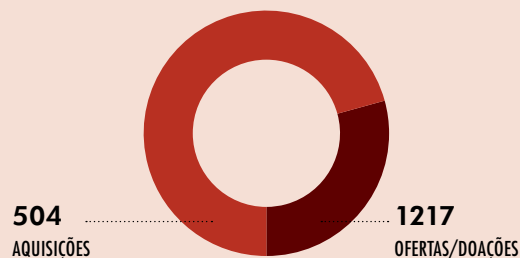
A BA colaborou também na elaboração dos textos de parede e seleção de fotografias ilustrativas, para a *Operação 3* (coleção de escultura do acervo da Coleção Moderna) patente a partir de março de 2017.



Evolução da Base de Dados Bibliográfica



Novas Publicações



Aquisições

337
MONOGRAFIAS

167
ASSINATURAS
DE PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

Ofertas/Doações

1217
MONOGRAFIAS

Atividades de Preservação e Conservação das Coleções

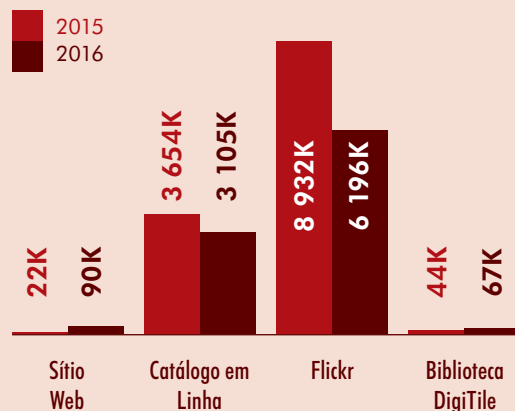
8153
EXEMPLARES TRATADOS

24
COLEÇÕES ANALISADAS
E INTERVENIONADAS

Evolução de Utilizadores dos Serviços Web



Visualizações



Imagens Digitais Disponibilizadas

11 012
CATÁLOGO EM LINHA

6815
DIGITILE

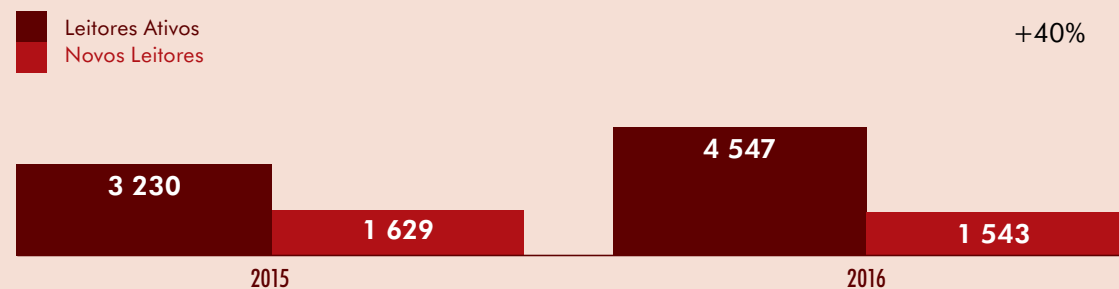
1222
FLICKR

391
NO SITE DA BIBLIOTECA

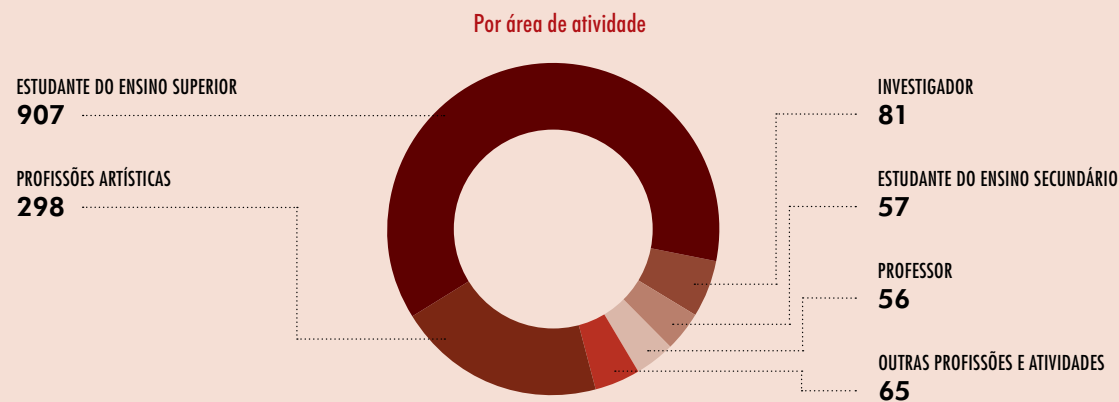
Cedência de Imagens Digitais

391
NO SITE DA BIBLIOTECA
DE ARTE

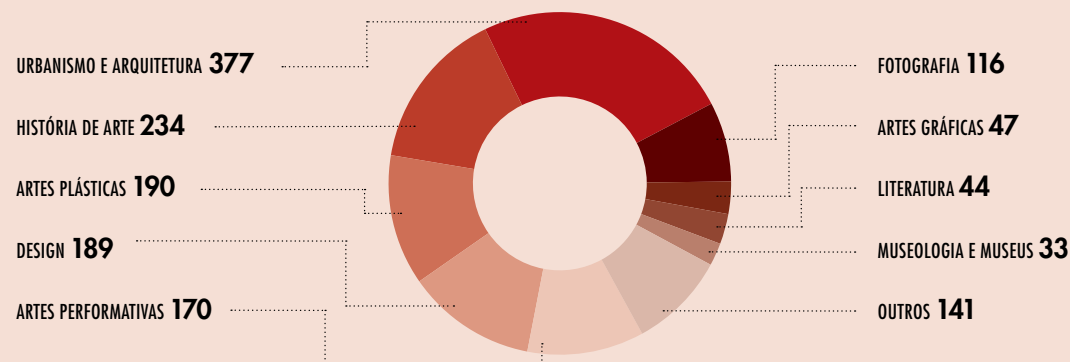
Evolução dos Leitores Ativos



Novos leitores



Por área de interesse



47 763
TOTAL LEITORES REGISTRADOS

48 240
TOTAL EMPRÉSTIMOS



Instituto Gulbenkian de Ciência

O **INSTITUTO GULBENKIAN DE CIÊNCIA** (IGC) é um instituto líder em investigação em biologia e biomedicina e formação pós-graduada, dedicado à excelência científica e à formação de uma nova geração de líderes científicos.

O IGC tem cinco missões principais: promover ciência multidisciplinar de excelência nas áreas da biologia e da biomedicina; identificar, educar e incubar novos líderes científicos, disponibilizando serviços de ponta e total autonomia científica e financeira no desenvolvimento dos seus projetos; desenvolver programas internacionais de ensino pós-graduado; promover a partilha de conhecimento entre laboratórios de investigação, medicina clínica e indústria, visando aumentar o valor da investigação fundamental na sociedade; e promover a cultura científica e a difusão dos valores da ciência na sociedade.

O ANO DE 2016 FOI O PRIMEIRO ANO completo no IGC para dois novos grupos de investigação liderados pela Doutora Vera Martins, vinda de Ulm, na Alemanha, e pela Doutora Claudia Bank, vinda de Lausanne, na Suíça. Vera Martins estabeleceu o laboratório de “Desenvolvimento de linfócitos e leucemia” para investigar as origens da leucemia linfoblástica aguda; o grupo de Claudia Bank visa estudar modelos que prevejam alterações evolutivas, baseados em modelos laboratoriais de evolução experimental (“Dinâmica Evolutiva”). O trabalho é especialmente relevante para o crescimento de microrganismos e, além disso, para a expansão e evolução de células malignas. A chegada das duas investigadoras ao IGC enquadra-se na estratégia de longa data do Instituto de substituição e renovação de grupos de investigação, no âmbito do plano de redução do número de Investigadores Principais. Atualmente, existem 42 Investigadores Principais, mas nos próximos anos haverá uma grande renovação, sendo importante equilibrar este processo com recrutamento direcionado.

Tal como noutros institutos de investigação básica, a viabilidade e a visibilidade do IGC dependem de conseguir financiamento externo significativo para investigação, para além da importante contribuição da Fundação Gulbenkian. O financiamento competitivo oriundo de fontes internacionais está a tornar-se cada vez mais importante, à medida que os fundos nacionais para investigação são alocados progressivamente em grandes estruturas institucionais. O IGC orgulha-se do seu desempenho em concursos para o Conselho Europeu de Investigação (ERC, na sigla inglesa) e outros financiamentos. Em 2016, o IGC recebeu dois projetos do *Human Frontiers Science Program* e um da Fundação Bill e Melinda Gates.

O IGC prosseguiu o seu programa de *Artistas em Residência* com a compositora e cantora franco-holandesa Camille van Lunen, que criou uma forte corrente musical dentro da comunidade do IGC, culminando na atuação de um musical no IGC. Camille van Lunen também compôs *Quatuor pour l'Aurore des Temps*, baseado em temas biológicos, que foi publicamente executado por membros da Orquestra Gulbenkian em novembro, no Grande Auditório.

Atividades

Atividades Educativas

Oito estudantes de doutoramento da quarta edição do Programa em Biologia Integrativa e Biomedicina (IBB), financiado pela FCT, completaram os seus cursos e iniciaram os seus projetos de investigação no IGC. Na terceira edição do Programa de Pós-Graduação Ciência para o Desenvolvimento (PGCD), sediado em Cabo Verde, 11 estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) completaram os seus cursos e começaram projetos de doutoramento em instituições de Portugal, sendo que três vieram para o IGC. Também três estudantes oriundos de outros programas de doutoramento iniciaram os seus projetos de investigação no IGC. Outra importante atividade educativa é a série de cursos de uma semana do Programa Gulbenkian de Formação em Bioinformática (GTPB) organizado por Pedro Fernandes, que, em 2016, ofereceu 13 cursos práticos a um total de 167 estudantes, 67 dos quais oriundos de 18 outros países.



Cientistas oriundos de vários países participam nos cursos do Programa Gulbenkian de Formação em Bioinformática (GTPB). © IGC / Inês Domingues

Reuniões Científicas Internacionais

Os membros do IGC organizaram e participaram em reuniões científicas internacionais, tanto no IGC e na Fundação como no estrangeiro, entre outras: *Behavioural and Neural Genomics of Sociality Symposium at the International Congress for Neuroethology 2016* (abril), organizado por Rui Oliveira no Uruguai; *5th EMBO 3D Developmental Imaging Practical Course* (julho), organizado por Gabriel Martins, Nuno Moreno, José Feijó (University of Maryland) e Rob Bryson-Richardson (Monash University); *EMBO Young Scientist Forum 2016* (setembro), organizado por Raquel Oliveira, Mónica Bettencourt Dias, Lars Jansen, Ana Domingos e Elena Baena-González; *Australian Fly Meeting* (setembro), organizado por Christen Mirth; e *DrosEU* (novembro), organizado por Élio Sucena.

392

PESSOAS TRABALHAM NO IGC
(163 HOMENS, 229 MULHERES)

298

INVESTIGADORES

33

NACIONALIDADES

42

GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO

11

PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS

9

UNIDADES DE SERVIÇO

2

PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO

141

PUBLICAÇÕES
(IN HOUSE MEMBERS)

56

PRÉMIOS E HONRAS

15

TESES DE DOUTORAMENTO

17

TESES DE MESTRADO

183 Seminários
tiveram lugar no IGC

29 Conferências,
workshops ou encontros
científicos
organizados por
investigadores do IGC

182 Apresentações
internacionais feitas por
investigadores do IGC

92 Apresentações
nacionais feitas por
investigadores
do IGC

Participação em Feiras de Ciência e Festivais

O IGC participou em feiras de ciência, como a *Maker Faire Lisbon* e a *Ao Leme com a Ciência Viva*, tendo-se também associado à *Semana da Ciência e Tecnologia* com uma instalação de arte e ciência e outras atividades em formato digital. Mais de 1600



visitantes participaram nestas atividades promovidas pelo IGC. Em 2016, o IGC organizou mais uma edição do seu *Dia Aberto*, acolhendo 1800 visitantes, e juntou-se ainda à *Futurália*, a maior feira de educação e empregabilidade do país. O IGC foi, ainda, convidado a participar de novo em dois festivais de arte e música: o *Belém Art*

Fest e o *Nos Alive*. No total, mais de 2000 visitantes interagiram com os cientistas do IGC nas várias atividades realizadas nesses espaços.

Lab in a Box – Projeto de Educação de Ciência para Estudantes em África

Com o intuito de levar mais ciência aos estudantes que frequentam o ensino secundário em África, investigadores e comunicadores de ciência do IGC estão a desenvolver um novo projeto que possibilita a implementação em sala de aula de experiências fáceis e acessíveis. O projeto-piloto arrancou em 2016 em Cabo Verde, tendo sido oferecidas a todas as escolas secundárias do país 50 caixas contendo o material necessário para o desenvolvimento de cerca de 50 experiências nas áreas de biologia, geologia, física, química e ecologia. O projeto envolveu ainda uma componente formativa, com uma ação de formação para 24 professores de Cabo Verde, na cidade da Praia.

Instalação de Arte e Ciência *Morfogénese Musical*

A *Morfogénese Musical* é uma instalação interativa que traduz em som, luz e movimento o desenvolvimento de uma flor, revelando o papel desempenhado por redes genéticas durante o processo. Em 2016, esta instalação esteve em itinerância, tendo sido exibida em cinco espaços diferentes e acolhido mais de 2200 visitantes. Este projeto foi desenvolvido por cientistas do IGC, Luís Rocha e Manuel Marques-Pita, em colaboração com o músico Simão Costa e arquitetos e engenheiros do ISCTE, como resultado de uma parceria estabelecida entre o IGC, o Programa Gulbenkian Descobrir e o Vitruvius-FabLAB do ISCTE.



188

ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO VISITARAM O IGC

144

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS VISITARAM O IGC

5530

VISITANTES INTERAGIRAM COM CIENTISTAS DO IGC EM EVENTOS PÚBLICOS

O Instituto Gulbenkian de Ciência abriu as suas portas à comunidade no seu *Dia Aberto*.
© IGC / Nathan Ratkiewicz

Cientistas do IGC levaram a instalação *Morfogénese Musical* à Torre Oca do Museu da Marinha durante o *Belém Art Fest*.
© IGC

Bolsas, Subsídios e Prémios

OS INVESTIGADORES DO IGC asseguraram um total de 37 novos projetos de investigação em concursos competitivos, 8 bolsas de investigação individuais para pós-doutorados, bem como 11 outros tipos de financiamento, num total de cerca de 5,9 milhões de euros.

Ana Domingos e Ivo Telley receberam bolsas do *Human Frontier Science Program*. Rosalina Fonseca foi premiada com uma *NARSAD Young Investigator Grant*; Rui Oliveira foi eleito Presidente da sociedade científica internacional *Society for Social Neuroscience*; Raquel Oliveira foi galardoada com o Prémio Revelação Dona Antónia Adelaide Ferreira 2016; Joana Gonçalves-Sá, diretora do programa de Pós-Graduação Ciência para o Desenvolvimento (PGCD), foi distinguida pelo Governo de Cabo Verde com o Primeiro Grau da Medalha de Mérito Educativo; Miguel Soares recebeu financiamento da Fundação Bill & Melinda Gates para ajudar a desenvolver uma vacina contra a malária; o estudante de doutoramento João Barroso Batista venceu o Prémio Gilbert S. Omenn 2015, que reconhece a melhor publicação científica “sobre um tema relacionado com a evolução no domínio da medicina e da saúde pública”; a estudante de doutoramento Roksana Pirzgalska venceu o Prémio Pulido Valente 2016 que distinguiu o melhor artigo de investigação na área de neurociências publicado por um laboratório português.

Parcerias Relevantes, Patrocínios e Financiamentos

A PARCERIA ENTRE O IGC e a aliança EU-LIFE de 13 centros de investigação europeus oferece um acesso significativo a um enorme conjunto de cientistas (cerca de 8 mil) e a conhecimento especializado em muitas funções de suporte, como candidaturas a bolsas, recursos humanos, transferência de tecnologia e parcerias industriais. Em 2016, a EU-LIFE juntou-se à *ERA Stakeholders Platform*, levando a nossa voz ao centro europeu de planeamento de ciência.

A empresa promotora de eventos *Everything is New* voltou a patrocinar duas bolsas de investigação no IGC para jovens licenciados, associando-se à participação do IGC no festival anual de música *Nos Alive*.

O programa de Pós-Graduação Ciência para o Desenvolvimento (PGCD) é apoiado pela FCT e pelo IGC e recebe um generoso donativo da Merck Family Foundation.

O projeto *Lab in a Box* conta com o apoio do Ministério da Educação de Cabo Verde, a Comissão Nacional da UNESCO e o Instituto Camões.

Sistema de Avaliação

DENTRO DA FUNDAÇÃO, o IGC é administrado por uma Comissão de Gestão que reporta diretamente ao Conselho de Administração. O Administrador José Neves Adelino foi nomeado Presidente da Comissão de Gestão, tendo substituído Sydney Brenner. Anualmente, o IGC recebe a visita do Conselho Científico internacional em abril, que reporta diretamente à Comissão de Gestão. Em 2016, o Presidente da Fundação Gulbenkian requereu uma avaliação internacional independente ao IGC, que confirmou o seu elevado posicionamento internacional. Todas as candidaturas a financiamento de projetos e os artigos científicos escritos pelos membros do IGC são avaliados externamente.

Descoberto gene que controla o desenvolvimento do tronco: um contributo para o tratamento de lesões vertebro-medulares

O GRUPO DE MOISÉS MALLO no Instituto Gulbenkian de Ciência descobriu que o gene Oct4, que desempenha uma função essencial nas células estaminais, é o principal factor que controla o desenvolvimento do tronco em vertebrados.

Os embriões de todos os vertebrados desenvolvem-se em fases consecutivas, formando sucessivamente a cabeça, o tronco e a cauda, e seguindo instruções genéticas que informam o princípio e o fim de cada secção. No caso de alguns animais, como as cobras, o tronco é excepcionalmente longo. O laboratório de Moisés Mallo descobriu agora que este facto resulta de o gene Oct4 ser mantido ativo por um período muito mais longo no embrião das cobras do que no dos outros vertebrados.

Uma vez que, se se mantiver ativo, este gene consegue promover o crescimento ilimitado das estruturas do tronco, os investigadores do IGC vão agora investigar se este factor pode expandir em cultura as células que formam a medula espinal, de modo a utilizá-las em terapêuticas de regeneração no caso de lesões vertebro-medulares.

Esta descoberta foi publicada na revista *Developmental Cell*, tendo recebido notória atenção da comunidade científica e da imprensa. Em 2014, Moisés Mallo recebeu o Prémio Melo e Castro da Santa Casa da Misericórdia para investigar danos vertebro-medulares, nomeadamente a identidade molecular das células progenitoras da medula espinal, onde se enquadra esta descoberta.



Embrião de uma cobra.
© IGC / Rita Aires

Ensaio clínico para o tratamento da sépsis

O LABORATÓRIO DE LUÍS MOITA, no IGC, iniciou um ensaio clínico em cinco grandes instituições hospitalares alemãs com vista a testar o potencial terapêutico de um grupo de fármacos no tratamento da sépsis.

A sépsis é uma doença que se inicia como resposta desproporcionada do organismo a uma infeção generalizada, sendo a principal causa de mortalidade nas unidades de cuidados intensivos. Atualmente, não existe um tratamento específico para esta doença, dado que as estratégias terapêuticas que inibem a inflamação não se têm revelado eficazes.

A investigação do grupo de Luís Moita conduziu à recente descoberta de que baixas doses de antraciclinas, um grupo de fármacos há muito utilizados no tratamento de quase todas as formas de cancro, têm um efeito protetor em vários modelos animais de sépsis grave. Os investigadores do IGC descobriram que estes fármacos atuam através da promoção de tolerância à doença e não aumentando a resistência à infeção, o que poderá constituir um novo paradigma e estratégia terapêutica para esta e outras doenças que continuam longe de ter respostas satisfatórias.



Museu Calouste Gulbenkian

O **MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN** engloba agora duas coleções: a do Fundador e a de Arte Moderna Portuguesa. A partir de junho, começaram a ser promovidas em conjunto, sob uma única designação, esperando-se, assim, criar um público mais unificado que possa apreciar aquilo que cada uma das coleções acrescenta à outra.

O Museu abrange agora um período de dois milénios e vai de um contexto vincadamente internacional até uma narrativa nacional mais historicizada. Pretende-se tirar partido da variedade inerente a cada uma das coleções para construir um programa que reflita com maior profundidade as coleções e os seus diversos e potenciais públicos.

4 245 098 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

193 692 €
BOLSAS E SUBSÍDIOS

Exposição *Convidados de Verão Francisco Tropa, Sem título, 2017.*
© FCG / Carlos Azevedo

O ANO DE 2016 FOI IMPORTANTE para o Museu Calouste Gulbenkian. Neste ano, criou-se uma única equipa, com cinco coordenadores responsáveis por uma secção: Curadoria, Programação, Gestão de Coleções, Divulgação e Educação.

A reunião das duas coleções foi marcada por uma grande exposição comemorativa intitulada *Linhas do Tempo*, que atraiu cerca de 100 mil visitantes e demonstrou que as duas coleções (do Fundador e Moderna) tinham mais pontos de contacto do que inicialmente se imaginara. A mudança também foi marcada pelo acolhimento de 14 *Convidados de Verão* na Coleção do Fundador, um passo simbólico que mostra de que forma os artistas de hoje se apoiam no passado. *Kum Kapi* foi outro passo no sentido de introduzir questões atuais relacionadas com a vida e a Coleção do Fundador.

Os primeiros dois momentos de *Portugal em Flagrante*, um levantamento histórico do século XX em Portugal e da sua relação com a Coleção Moderna, foram apresentados ao público sequencialmente: obras sobre papel e documentação da Biblioteca, em julho, e pintura, em novembro. A escultura fecha o ciclo em 2017.

O trabalho do Museu de apoio à arte moderna e contemporânea continuou com as habituais exposições monográficas (destaque, em 2016, para nomes como José Escada, António Ole e Luciana Fina), por meio de aquisições e de subsídios e apoios. Apresentaram-se também iniciativas em colaboração com organizações externas, nomeadamente a Trienal de Arquitetura e o DocLisboa.



Programação

O ANO DE 2016 REPRESENTOU uma viragem na definição estratégica dos espaços do Museu Calouste Gulbenkian, em ambas as coleções, e na definição de uma programação integrada, coerente, continuada e desafiadora que vá ao encontro tanto das expectativas do público ao longo do ano (fidelizar, ampliar e diversificar), como de uma maior racionalização dos seus meios humanos e materiais.

Com a integração do Museu e do CAM sob uma única designação – Museu Calouste Gulbenkian –, procedeu-se a uma atualização da bilheteira, quer para as coleções, quer para as exposições temporárias. Neste sentido, foi criado um bilhete único (10 euros) para a visita às duas coleções, de maneira a facilitar e dinamizar a circulação de públicos entre os dois edifícios. Esta medida incentiva o público internacional, com maior expressão na Coleção do Fundador, a integrar a Coleção Moderna na sua visita e o público nacional, mais significativo na Coleção Moderna, a dirigir-se com maior frequência à Coleção do Fundador.

A programação juntou propostas, lançadas em anos anteriores, a novas propostas que foram no sentido de assegurar uma ocupação ritmada dos espaços das galerias temporárias com exposições, complementadas com outros projetos na área alargada da arte e da cultura, sendo dada prioridade a um maior diálogo entre as duas coleções, entre diferentes tempos históricos e geografias e entre diferentes disciplinas (história da arte, arquitetura, cinema...).

Exposições

Ana Torfs. Echolia

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Moderna,
Galeria 1 | 10.03 – 13.06.16

A primeira exposição monográfica dedicada à artista belga Ana Torfs (Mortsel, 1963), intitulada *Echolia*, foi apresentada na Galeria do Piso 1, tendo sido organizada no contexto de uma parceria com o Wiels – Contemporary Art Center (Bruxelas).

Kum Kapi

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador,
Galeria do Piso Inferior | 11.05 – 19.09.16

Esta exposição constituiu mais um passo no sentido de introduzir questões atuais relacionadas com a vida e a Coleção do Fundador. Estabelecia um diálogo entre dois artistas de épocas diferentes – Hagop Kapoudjian (c. 1870 – 1946) e Mekhitar Garabedian (n. 1977) –, cujas histórias de vida, diretamente ligadas à diáspora arménia, se associam à própria biografia de Calouste Gulbenkian. A publicação introduz o visitante no fabrico de tapetes de nó, transportando-o às origens dos tapetes Kum Kapi, produzidos por arménios no bairro de Istambul com o mesmo nome, no século XIX, reproduzindo os seis tapetes que integraram a mostra, apresentando a história e o trabalho dos dois artistas e fortalecendo a ligação entre tradição e contemporaneidade que as suas obras sugerem.

Convidados de Verão

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador | 23.06 – 03.10.16

A integração das coleções dos dois museus também foi marcada pelo acolhimento de 14 *Convidados de Verão* na Coleção do Fundador, um passo simbólico que mostrava de que forma os artistas de hoje se apoiam no passado, propondo novos contextos expositivos que sublinham a transversalidade, as relações inesperadas e a proximidade formal ou conceptual de peças de arte de épocas diferentes.

Exposição *Convidados de Verão*, Galeria de Arte do Oriente Islâmico: Wiebke Siem, *Sem título (batedor de tapetes)*, 2014.
© FCG / Carlos Azevedo

Portugal em Flagrante

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Moderna

Os primeiros dois momentos de *Portugal em Flagrante*, um levantamento mais claramente histórico do século XX em Portugal e da sua relação com a Coleção Moderna, foram apresentados ao público sequencialmente: em julho, os trabalhos em papel e documentação da Biblioteca de Arte; e, em novembro, a pintura. O ano de 2017 representa o culminar do projeto, com a integração das esculturas e instalações da Coleção. Esta mostra integra uma seleção representativa de obras de artistas portugueses, realizadas em Portugal e no estrangeiro, ao lado de diversas peças de artistas internacionais. A uma preocupação cronológica de base são associados dispositivos de informação que permitem uma compreensão alargada da criação artística enquanto motor e caixa-de-ressonância da história de Portugal desde 1900.

Eu não Evoluo, Viajo. José Escada – Retrospetiva

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Moderna, Galeria 1 | 08.07-31.10.16

A exposição *Eu não Evoluo, Viajo. José Escada – Retrospetiva*, com curadoria de Rita Fabiana, foi apresentada na Galeria do Piso 1, entre 8 de julho e 31 de outubro, e deu a ver e a conhecer a obra de um artista central para a história da modernidade portuguesa, José Escada (Lisboa, 1934-1980), que desenvolveu uma obra singular e profícua entre o fim da década de 1950 e 1980, num vaivém constante entre abstração e figuração.

António Ole. Luanda, Los Angeles, Lisboa

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Moderna, Hall e Nave, Salas A e B | 16.09.16-09.01.17

A exposição retrospectiva *António Ole. Luanda, Los Angeles, Lisboa*, com curadoria de Isabel Carlos e Rita Fabiana, trouxe ao Hall e Nave do edifício da Coleção Moderna, a obra do artista angolano António Ole (Luanda, 1951), que estabelece um diálogo permanente com estas cidades, um mapa vivencial, mas também com a arquitetura e com a história.

Vista da exposição
Portugal em Flagrante
– Operação 2.
@ FCG / Carlos
Azevedo

Vista da exposição
Portugal em Flagrante
– Operação 1.
@ FCG / Carlos
Azevedo

Vista da exposição
*António Ole. Luanda,
Los Angeles, Lisboa*
@ FCG / Carlos
Azevedo



A Forma Chã

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador,
Galeria do Piso Inferior | 06.10.16-09.01.17

The Shape of Plain foi uma exposição contruída a partir de quatro instalações e que juntou os artistas contemporâneos Ad Reinhardt e Robert Smithson, o historiador George Kubler, através do seu arquivo fotográfico, o historiador Paulo Varela Gomes e o arquiteto João Vieira Caldas. Todo este conjunto iluminou uma miríade de assuntos: a relação entre as artes chãs ao longo do tempo e do espaço, o lugar da aula/conferência na produção artística e a influência da história nas produções artísticas e arquitetónicas dos últimos cinquenta anos.

A Obra ou o Campo de Batalha da Arquitetura

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador,
Galeria do Piso Inferior | 07.10-11.12.16

A exposição *A Obra ou o Campo de Batalha da Arquitetura* foi o resultado da parceria estabelecida entre a Trienal de Arquitetura e o Museu Calouste Gulbenkian, com curadoria externa de André Tavares.

Outras Iniciativas

ALÉM DAS EXPOSIÇÕES, o edifício da Coleção Moderna recebeu outras atividades e eventos com enfoque transdisciplinar. Neste sentido, foi coproduzida e acolhida na Sala Polivalente a conferência internacional *Penetrable / Traversable / Habitable: Exploring Spatial Environments by Women Artists in the 1960s and 1970s*, entre 19 e 20 de maio, organizada pelo Instituto de História da Arte e pelos Archives of Women Artists, Research and Exhibitions (AWARE), em colaboração com o Museu Calouste Gulbenkian. Contou, entre os seus principais oradores, com Catherine de Zegher, diretora do Museu de Belas-Artes de Ghent (Bélgica), e Jenni Sorkin, professora na University of California, Santa Barbara (EUA).

Entre 23 de setembro e 16 de outubro, teve lugar, também na Sala Polivalente, o *Ciclo de Filmes Abstratos*, com curadoria externa de Margarida Mendes, que introduz o trabalho de cineastas que contribuíram para o desenvolvimento da disciplina da imagem em movimento ao longo do século XX. O programa, composto por 10 sessões temáticas, desenvolveu-se ao longo de seis semanas, às 5.^{as}, 6.^{as} e sábados.

A parceria com o festival *DocLisboa - International Film Festival* trouxe ao edifício da Coleção Moderna o ciclo de cinema *Correspondências*, uma seleção que procura o encontro entre o cinema e as artes visuais.

Ainda no contexto desta colaboração, foi coproduzida a exposição da artista Luciana Fina intitulada *Terceiro Andar*, uma instalação-vídeo que se constrói no diálogo entre Fatumata e Aissato, respetivamente mãe e filha, oriundas de uma família muçulmana da Guiné-Bissau. A exposição contou também com a conceção e realização de *workshops* pela artista que envolveram um conjunto de associações de refugiados e comunidades migrantes em Portugal, um projeto que visou integrar as práticas da inclusão social nas práticas da criação artística contemporânea, num efetivo envolvimento entre Programação e Serviço Educativo. O projeto teve a colaboração do Programa Gulbenkian do Desenvolvimento Humano (PGDH).

No edifício da Coleção do Fundador, teve lugar um conjunto de exposições temporárias, desde logo a exposição *Obra em Foco - Molière: A Escrita Encenada* que associou, mais uma vez, o Museu Gulbenkian à comemoração do Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, convocando a obra de um dos maiores dramaturgos de todos os tempos - Jean-Baptiste Poquelin (1622 - 1673), imortalizado com o nome de Molière.

No âmbito do evento *Jardim de Verão*, foi apresentado um *Ciclo de Filmes da Coleção Moderna*, a 26 e 30 de junho, no Anfiteatro ao Ar Livre. Com curadoria de Leonor Nazaré, o Museu Calouste Gulbenkian propõe ao público duas noites de projeção de filmes subordinados aos temas “O Lugar da Voz”, “Estado de Alerta” e “Lugares da Obra”.

Gestão de Coleções

Conservação e Restauro

Durante o ano de 2016, em função da reestruturação, os técnicos de Conservação e Restauro realizaram tarefas que implicam as várias valências inerentes à área mais lata da conservação por inerência de competências e responsabilidades. Foram responsáveis pela verificação do estado de conservação da totalidade das obras da Coleção do Fundador (CF) e da Coleção Moderna (CM). No caso das colaborações prestadas no âmbito das exposições temporárias, essa responsabilidade estendeu-se a emprestadores externos/institucionais. Foi admitida uma técnica assistente de conservação e restauro para o quadro efetivo do Museu.

Após identificação de necessidades de renovação das reservas da CF, procedeu-se à aquisição de mobiliário para reorganização de objetos de vitrina, de obras de René Lalique, Ourivesaria (1.^a fase) e de caixas para armazenamento de obras escultóricas da CM.

Prosseguiu o levantamento de espaços de exposição e reserva dos edifícios da CF e da CM, tendentes à identificação e análise de riscos em conservação, como primeira fase de tarefas inerentes à redação e desenho do plano de conservação preventiva para o Museu. Está também em curso a implementação de um plano de emergência e evacuação, em parceria com os serviços de segurança e com a colaboração da área de curadoria.

O sector foi coorganizador, em representação da FCG, da Conferência Internacional *Prevenção, Resposta e Recuperação de Desastres*, que decorreu na Fundação a 3 e 4 de novembro.

Vista da exposição
*A Obra ou o Campo de
Batalha da Arquitetura*
@ FCG / Carlos
Azevedo



Gestão

Para o Inventário da Coleção gerido através do programa *InArte*, trabalhou-se na uniformização dos campos preenchidos e da terminologia (tabelas específicas) utilizada em ambas as coleções, continuou-se o levantamento do inventário fotográfico e identificaram-se as diferentes áreas das coleções nas reservas com correspondência no inventário informático.

No Arquivo Fotográfico, realizou-se o levantamento dos procedimentos e metodologias de trabalho do arquivo das imagens de ambas as coleções, com vista à sua futura uniformização. Ao longo do ano, fizeram-se 9800 imagens de obras das coleções e disponibilizaram-se 1200 imagens para diversas instituições (nacionais ou estrangeiras), assim como para outros serviços da Fundação.

Quanto às Reservas, iniciou-se o projeto de reorganização dos espaços físicos (CM e CF), numa primeira fase através da identificação das diferentes áreas das coleções nas Reservas do Museu (CF e CM) com correspondência no programa informático *InArte*. No final do ano, encetou-se a reorganização física e informática da CM na área do desenho e gravura (c. de seis mil obras). Para dar início a este trabalho, foi escolhido o espólio de Hein Semke. Com a colaboração da equipa de curadoria, foi revista e/ou elaborada documentação e implementaram-se procedimentos relativos a empréstimos ao exterior, aquisições e doações (CM) e começou a proceder-se ao levantamento de todas as obras expostas nas instalações da FCG, do Instituto

Gulbenkian de Ciência e das delegações em França e no Reino Unido, para além do planeamento da revisão da política de cedência de obras das coleções em espaços da Fundação.



Garrafa Egito ou Síria, meados séc. XIV, período Mameluco. Vidro cor de mel com decoração dourada e esmaltada. © FCG / Carlos Azevedo

Curadoria

Aquisições e Doações

No início de 2016, a nova gestão da Coleção Moderna implicou a constituição de uma Comissão de Aquisições, Doações e Legados. Constituída por convite, compõe-se de quatro elementos externos à Fundação e de três elementos do Museu Calouste Gulbenkian, entre os quais a sua diretora. Ao longo do ano, a Comissão reuniu três vezes, para avaliação das propostas de aquisição, doação e legado, que podem ser feitas do exterior à Fundação ou resultarem de contactos desenvolvidos pelo corpo curatorial do Museu Calouste Gulbenkian.

Em 2016, foram adquiridas 56 obras de arte, entre fotografia, pintura, filme, desenho, escultura e instalação, com particular destaque para o conjunto de 25 fotografias da autoria de António Sena da Silva, que não se encontrava representado na Coleção Moderna, para uma pintura de Manuel Casimiro, de 1972, ou para uma pintura de Álvaro Lapa de 1980, que vieram enriquecer a representação destes artistas na Coleção. Entre as aquisições feitas a artistas mais jovens, destaque para três obras compradas a Hugo Canoilas, quatro desenhos e um vídeo a Susana Gaudêncio, ou quatro vídeos a Maria Lusitano, artistas que, até à data, não se encontravam representados na Coleção. Foram ainda adquiridas duas obras a artistas internacionais: um díptico fotográfico a Willie Doherty, na sequência da sua exposição temporária na Fundação Gulbenkian em 2015, e uma instalação da autoria da artista brasileira Lúcia Nogueira, artistas sem qualquer representação anterior na Coleção Moderna.

Entre as doações aceites, saliente-se um conjunto de doze pinturas de Ricardo da Cruz-Filipe e um outro de fotografias de António Sena da Silva.

Empréstimos

Foram cedidas 372 obras do Museu Calouste Gulbenkian para 44 exposições em territórios nacional e internacional. Dessas cedências, destacam-se as obras da Coleção Moderna que integraram a retrospectiva de Amadeo de Souza-Cardoso no Grand Palais, em Paris. Também o Museu Nacional de Soares dos Reis contou com dezenas de obras de Amadeo numa exposição que celebrou o centenário da apresentação do artista no Porto, em 1916. A Fundación Caja de Burgos beneficiou de um empréstimo alargado do Museu na exposição *Más que Vanguardia. Arte Portugués entre Dos Siglos. Fondos del Centro de Arte Moderna, Fundación Gulbenkian de Lisboa*.

O Museu Calouste Gulbenkian fez-se representar em grandes exposições de pintura: a Hamburger Kunsthalle levou a efeito *Manet Painting the Gaze*, onde esteve presente *O Rapaz das Cerejas*, de Manet; o Museu Thyssen-Bornemisza expôs o *Retrato de Madame Claude Monet*, de Renoir, na mostra *Renoir Intimacy; Natureza-morta*, de Monet, integrou, no Kimbell Art Museum, Fort Worth, a exposição *Monet. The Early Years*; duas telas de Fantin-Latour incorporaram a mostra retrospectiva da obra do pintor no Musée du Luxembourg, em Paris.

Obras de Remodelação

A Galeria de Artes Decorativas do Século XVIII do Museu Calouste Gulbenkian foi remodelada, em duas fases, em 2016. A primeira consistiu na renovação dos materiais de suporte da ala destinada à apresentação de Pintura e Escultura, que conheceu uma reorganização dos objetos em exposição. Optou-se ainda por uma alteração cromática dos painéis, por forma a tornar mais evidente o contexto de produção das obras de arte. A segunda fase contemplou a introdução de suportes redimensionados à medida das atuais necessidades de exposição. O espaço foi repensado em torno de um eixo central que inclui, agora, objetos de grande dimensão, como uma pintura de aparato de Jean-Marc Nattier, duas tapeçarias da manufatura real de Beauvais e um par de armários do mestre ebanista André-Charles Boulle.

Procurou-se, assim, criar um diálogo dinâmico entre a diversidade das obras expostas, resultando da apresentação final um efeito cenográfico mais eficaz, capaz de pôr em evidência um sector particularmente significativo da Coleção do Fundador.

O projeto foi realizado com o apoio mecenático do Credit Suisse.

Galeria do Século XVIII renovada. © FCG / Ricardo Oliveira Alves



Investigação

Retomou-se o projeto do *Catálogo de Exposições da Fundação Calouste Gulbenkian*, agora coordenado pela diretora do Museu e por Raquel Henriques da Silva, do Instituto de História da Arte (IHA) da FCSH-UNL, com coordenação científica de Leonor Nazaré, curadora do Museu, e Isabel Falcão, em representação do IHA. Com conclusão prevista para 2019, este projeto terá uma dotação anual de 50 mil euros, novos critérios de análise e registo de informação e uma equipa contratada para o efeito.

Foi também lançado o primeiro programa dos *Visitantes Convidados*, tendo sido selecionados 10 candidatos – de Portugal, Reino Unido, EUA, Espanha e Alemanha – que, no decurso do ano académico de 2016-2017, em estadias de 2 a 4 semanas cada, irão desenvolver projetos de investigação sobre obras de arte e/ou temas relacionados com as coleções do Museu Gulbenkian, que incluem uma breve apresentação e um relatório final, de que será dado conhecimento público através do website do Museu.

Bolsas e Subsídios

Programa de Apoio à Internacionalização

A Fundação concede apoio a projetos de exposições (individuais ou coletivas) de artistas portugueses realizadas no estrangeiro. São valorizados os projetos de exposição com curadoria e/ou com o envolvimento de uma instituição ou de uma estrutura de produção e difusão artísticas internacionais.

Foram atribuídos 23 apoios: 11 a título individual, aos artistas Ana Mendes, Andrea Inocêncio, Daniel Barroca, Francisco Sousa Pinheiro, Guillaume Vieira, Gustavo Sump-ta, Isabel Cordeiro, João Maçãs Biscaíno, Márcio Carvalho, Pedro Ramos e Rui Vilela; e 12 a título coletivo, às entidades Art Norac, California Institute of Arts/RedCat, Carpe Diem, Countor Mechelen vzw, Counter Space, Établissement d'en Face Projects, Fundação Bienal de São Paulo, Iwalewaha/Universitaet Bayreuth, La Crie Centre d'Art Contemporain, Orange Cats Productions e Procur.Art.

Os apoios concedidos foram de 58 260 €: 20 760 € para bolsas e 37 500 € para subsídios.

Os pedidos apresentados foram avaliados pela diretora do Museu, Penelope Curtis, e pelas curadoras Leonor Nazaré e Rita Fabiana.

Programa de Apoio às Artes Visuais

Concede apoios ao desenvolvimento de projetos na área das artes visuais (arte contemporânea), contemplando projetos de investigação artística, projetos de exposição em Portugal, com curadoria e/ou envolvimento de uma estrutura de produção e divulgação artísticas, e projetos de consolidação das estruturas nacionais de produção, divulgação e formação artísticas especializadas.

Foram atribuídas 16 bolsas aos artistas ou agentes culturais André Alves, André Guedes, Annabelle Moreau, António Olaio, Benedita Pestana, Catarina Dias, Inês Mendes Gil, Isabel Carvalho, Isabel Quaresma, Joana Villaverde, João Pedro Fonseca, Marta Wengorovius, Miguel Ferrão, Patrícia Faustino, Sandra Lopes e Vasco Barata; e 9 subsídios às entidades Contraprova – Atelier de Gravura, Número – Arte e Cultura, Horta Seca – Associação Cultural, Xerem – Associação Cultural, Syntax – Associação Cultural, A2, Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, Making Art Happen e RE.VIS.TA.

Com a atribuição destes apoios, foram gastos 56 730 €, sendo 35 630 € para bolsas e 21 100 € para subsídios.

Para a análise e avaliação dos pedidos apresentados, contou-se com a colaboração de Catarina Rosendo, Ana Ruivo e David Santos.

Programa de Residências Artísticas

Os quatro artistas vencedores das edições deste ano foram: Igor de Jesus, para a Künstlerhaus Bethanien (KB), em Berlim; Catarina Oliveira, para a Gasworks, em Londres; Victor Reis Pinto, para a FAAP, em São Paulo; e Diogo Pimentão, para a Residency Unlimited (RU), em Nova Iorque.

Para esta linha programática, foram necessários 69 958,41 €, dos quais 30 520,11 € foram atribuídos aos artistas e 39 438,30 € pagos diretamente às entidades de acolhimento. Só a residência em Berlim é paga em euros, pelo que os restantes valores variam em função das tabelas de câmbio internas e anuais.

Para cada concurso, as candidaturas foram analisadas por um representante de cada uma das entidades de acolhimento e por dois outros elementos convidados: Luísa Santos e Nuno Crespo, para a KB; Sérgio Mah e Pedro Faro, para a Gasworks; Lílina Coutinho e Nuno Faria, para a FAAP; e Pedro Calapez e Celso Martins, para a RU.

Divulgação

UMA PARTE DO ANO FOI DEDICADA a planear e a construir uma nova identidade combinada em todas as plataformas: com novas brochuras, suportes de divulgação e comunicados, enquanto parte da estratégia integrada do Serviço de Marketing e Transformação Digital.

No decorrer da estratégia digital implementada pela Fundação em 2016, em abril os conteúdos dos *sites* do Museu Calouste Gulbenkian e do CAM migraram para o *website* atual. Em junho, com a integração das duas coleções, a Coleção do Fundador e a Coleção Moderna, sob uma única designação – Museu Calouste Gulbenkian –, procedeu-se à unificação dos respetivos *back offices*.

Publicações

Publicaram-se os catálogos das exposições:

– *Eu não Evoluo, Viajo: José Escada – Retrospectiva* de Rita Fabiana e Giulia Lamoni, a primeira retrospectiva consagrada ao artista José Escada (Lisboa, 1934-1980) apresentada na Coleção Moderna. O catálogo dá voz ao artista, republicando uma vasta antologia da sua produção crítica em jornais e revistas, seguida das reproduções das obras, organizadas de acordo com os núcleos da exposição; no final, uma biografia ilustrada revela e contextualiza a produção gráfica do pintor e as obras que realizou em contexto arquitetónico; – *António Ole: Luanda, Los Angeles, Lisboa* de Rita Fabiana, Isabel Carlos e Nadine Siegert, articula textos com reproduções de obras, estabelecendo uma geografia vivencial, percorrendo ou criando pontes entre as cidades determinantes no percurso artístico do artista.

Publicaram-se brochuras de exposição para *Ana Torfs* (de Caroline Dumalin), *Molière: a Escrita Encenada* (de João Carvalho Dias), *Kum Kapi: Tapetes Viajantes* (de Clara Serra e Rita Fabiana), *Convidados de Verão* (com fotografias de Carlos Azevedo), *A Forma Chã / The Shape of Plain* (textos: Eliana Sousa Santos) e *Portugal em Flagrante: Operação 1; Uma Breve Introdução à Coleção Moderna* (de Ana Barata).

O Museu Calouste Gulbenkian colaborou ainda com as edições *El Viso* num número especial da revista *Connaissance des Arts* sobre o Museu e as suas duas coleções, com três edições diferentes: português, francês e inglês. Este número é a primeira publicação que reúne as duas coleções, e o seu lançamento acompanhou o momento de integração dos dois museus da Fundação.

Educação

FOI FEITA UMA APOSTA NA APROXIMAÇÃO e interligação dos projetos relativos a ambas as coleções, para uma melhor promoção da nova visão integrada e abrangente do Museu, e procedeu-se a uma progressiva redução do total de projetos em cartaz, para uma melhor otimização dos recursos e uma maior articulação com os restantes serviços educativos da Fundação, o que resultou numa maior taxa de ocupação de cada atividade. Foram dados passos importantes para apresentar o Museu a um público mais diversificado e beneficiar das suas experiências de vida para compreender a relevância das peças. Desenvolveu-se trabalho na vizinhança imediata do Museu (no âmbito do projeto *O Nosso Km²*), bem como em áreas mais afastadas. Em particular, começou-se a investir na consolidação da reputação relativamente às necessidades especiais e a analisar as coleções islâmicas numa aproximação às comunidades residentes em Portugal.

Foram programadas 208 atividades/projetos educativos diferentes, relacionados com as coleções e as exposições temporárias, num total de 2581 realizações, atingindo um total de 46 351 participantes, com receitas na ordem dos 73 927 €. O público escolar continua a ser o mais representado, correspondendo a 43 209 do total de participantes e a 2361 realizações (93 projetos, entre visitas, oficinas e espetáculos), cobrindo todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao ensino superior e academias sénior) e toda a programação expositiva. A avaliação média global das atividades escolares é extremamente positiva, correspondendo a 9,4 (numa escala de 1 a 10) e reflete uma importante taxa de fidelização, uma vez que 72% das instituições inquiridas visitaram o Museu mais de uma vez no mesmo ano.

A restante programação divide-se sobretudo em visitas e outros eventos para público em geral (adultos) e oficinas criativas para famílias, crianças e jovens.

As visitas para público em geral constituem a principal programação para adultos (71 projetos, 205 realizações, 1918 participantes) e incluem diferentes formatos: visitas de Domingo (ciclo “À Descoberta das Coleções”), conversas com curadores e artistas (ciclo “À Conversa com os Curadores e Artistas”), visitas para desenhar (ciclo “Caderno de Aparentamentos”), tendo todo o conjunto de programação uma avaliação média global de 9,4 (escala de 1 a 10). Segundo dados de 2015-2016, a programação para adultos é acompanhada sobretudo por um público conhecedor da Fundação (99%), maioritariamente feminino (72%) e profissionalmente ativo (70%), na casa dos 36-55 anos (52%), 56-65 anos (15%) e residente em Lisboa (52%).

As oficinas criativas para famílias, crianças e jovens são a segunda componente mais significativa da programação em torno das exposições temporárias para público sem ser em grupo organizado (44 projetos, 115 realizações, 1224 participantes), sendo muito procuradas (taxa de ocupação das sessões: 84%). A avaliação média global apresenta a mesma tendência muito positiva de 9,0 (oficinas familiares) e 8,9 (oficinas para crianças e jovens) e uma taxa de fidelização de públicos muito significativa: 60% (oficinas familiares) e 62% (oficinas para crianças e jovens) já tinham participado noutras atividades educativas, conforme dados de 2015-2016.

Aspeto da exposição
A Forma Chá.
© FCG / Carlos Azevedo



Linhas do Tempo. As Coleções Gulbenkian. Caminhos Contemporâneos

Museu Calouste Gulbenkian – Coleção do Fundador
Galeria Principal do Edifício Sede | 23.03.16-02.01.17

EXPOSIÇÃO ORGANIZADA a partir de uma data-âncora – 1956 –, ano da criação da Fundação Calouste Gulbenkian. Ao proporcionar um olhar retrospectivo de 60 anos, que nos conduziu até 1896, e um trajeto que nos transportou ao presente, esta exposição proporcionou um espaço de relações e diálogos entre as duas coleções: a Coleção adquirida por Calouste S. Gulbenkian até 1955 e a Coleção Moderna constituída por obras do século XX até aos nossos dias.

Esta grande mostra, organizada no âmbito das comemorações dos 60 anos da Fundação, atraiu cerca de 100 mil visitantes e demonstrou que as duas coleções tinham mais pontos de contacto do que inicialmente se imaginara, estabelecendo-se relações imprevistas a vários níveis. O *atelier* gráfico R2 Design criou uma identidade que transmitiu a elasticidade da cronologia da exposição e que abrangeu não só o espaço expositivo, como também a folha de sala distribuída aos visitantes e toda a divulgação relacionada.





Serviço de Bolsas

O **SERVIÇO DE BOLSAS** tem como missão premiar e incentivar a excelência e estimular a investigação, em áreas específicas do conhecimento e em domínios prioritários de intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian, através da concessão de bolsas de estudo.

São seus objetivos fundamentais: reforçar a investigação aplicada em áreas científico-tecnológicas de elevado potencial; apoiar a qualificação e/ou o aperfeiçoamento em áreas artísticas de intervenção prioritária da Fundação Calouste Gulbenkian; promover a investigação sobre temas da cultura portuguesa e/ou lusófona; apoiar a valorização e o desenvolvimento de recursos humanos dos PALOP e de Timor-Leste.

2 099 093 €

BOLSAS

Atividades

Atribuição de Bolsas

Proseguiu a atribuição de bolsas, segundo os objetivos fundamentais da intervenção deste Serviço:

Reforçar a investigação aplicada em áreas científico-tecnológicas de elevado potencial

Estas bolsas têm como principal objetivo contribuir para a promoção da capacidade de investigação aplicada no País, através da qualificação graduada e pós-graduada em áreas de elevada qualidade académica.

Integram este objetivo as seguintes linhas de ação: bolsas de longa duração, bolsas de curta duração, bolsas de licenciatura, bolsas de mérito, bolsas “Talentos da Matemática”, bolsas “Estímulo à Investigação” e bolsas de doutoramento para estrangeiros.

Apoiar a qualificação e/ou o aperfeiçoamento em áreas artísticas de intervenção prioritária da Fundação Calouste Gulbenkian

As bolsas concedidas no âmbito desta linha de intervenção visam promover o desenvolvimento de projetos de especialização, valorização e aperfeiçoamento profissionais no domínio artístico. Integra duas grandes áreas – Belas-Artes e Música.

Apoiar a investigação sobre temas da cultura portuguesa e/ou lusófona

Estas bolsas têm como objetivo fundamental estimular a difusão da cultura portuguesa ou lusófona em países estrangeiros, através da concessão de apoios à investigação em Portugal, no campo das Humanidades, a pós-graduados de nacionalidade estrangeira.

Integram este objetivo as seguintes linhas de ação: (i) bolsas de investigação sobre temas portugueses e (ii) bolsas de investigação sobre temas lusófonos.

Apoiar a valorização e o desenvolvimento de recursos humanos dos PALOP e Timor-Leste

As bolsas concedidas no âmbito desta linha de intervenção visam apoiar o desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos dos países abrangidos por este programa de ação, como instrumento crucial para o desenvolvimento económico e social desses países.

Integram este objetivo as seguintes linhas de ação: (i) bolsas de licenciatura, (ii) bolsas de pós-graduação e (iii) bolsas de apoio à investigação.

Atividades Complementares

Proseguimento dos trabalhos relativos ao desenvolvimento de um sistema de informação baseado nos seguintes instrumentos:

- Bases de dados de bolsеiros e de ex-bolsеiros nas diferentes áreas específicas de intervenção;
- Desenvolvimento da rede “Bolsеiros Gulbenkian”, com o objetivo de prosseguir e fomentar a comunicação com e entre bolsеiros e dinamizar a partilha sistemática de informação, fundamentalmente de âmbito académico e profissional.
- Desenvolvimento de um sistema de comunicação com o objetivo de disponibilizar informação atempada e transparente que incida, nomeadamente, na oferta de bolsas de formação, na calendarização dos concursos de bolsa, nos regulamentos dos respetivos concursos e critérios de seleção. Dinamizaram-se encontros regulares com os Bolsеiros Gulbenkian, em áreas semelhantes e em áreas diferentes, promovendo-se uma verdadeira marca distintiva de “Bolsеiro Gulbenkian”.

Encontros com Bolsеiros

Em 2016, realizou-se um conjunto de encontros com bolsеiros, que serviram para promover o diálogo entre a Fundação e a comunidade dos Bolsеiros Gulbenkian e, ainda, juntar os bolsеiros para partilharem as suas experiências e ideias e darem a conhecer as respetivas atividades formativas e os trabalhos de investigação que se encontram a desenvolver com o apoio da Fundação. De destacar os seguintes encontros:

– Em fevereiro, realizou-se a cerimónia de entrega dos prémios do Programa de Estímulo à Investigação. Nesta ocasião, cada um dos oito bolsеiros fez uma apresentação sobre o tema que se encontra a desenvolver;

– Em abril e dezembro, realizaram-se encontros com os bolsеiros do programa de Bolsas de Mérito; o primeiro destes encontros contou com a participação de estudantes bolsеiros que estavam a frequentar o primeiro e o segundo anos de licenciatura ou mestrado integrado em universidades portuguesas; no encontro de dezembro, contou-se já com os novos bolsеiros de 2016–2017, pelo que se reuniram jovens dos 1.º, 2.º e 3.º anos do ensino superior;

– Dois encontros com bolsеiros Gulbenkian de nacionalidade estrangeira que atualmente estão em Portugal a desenvolver investigação sobre temas da cultura portuguesa. As iniciativas tiveram lugar em abril e novembro;

– Bolsеiros de licenciatura e de pós-graduação para estudantes oriundos dos PALOP

e Timor-Leste; os encontros realizados tiveram lugar em Lisboa e Coimbra, em fevereiro e março, em consonância com as instituições de ensino superior frequentadas por estes estudantes; o encontro de Coimbra abrangeu, também, os bolsеiros que estudam na Universidade de Aveiro e no Instituto Politécnico de Leiria.

Encontro de Bolsеiros do Programa PALOP e Timor-Leste
© FCG / Márcia Lessa



Encontro de Bolsеiros de Investigação sobre Temas da Língua e Cultura Portuguesa.
© FCG / Márcia Lessa



Parcerias

A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, através do Serviço de Bolsas, celebrou um conjunto de protocolos para a concessão de bolsas de estudo/formação, com as seguintes entidades:

Universidade dos Açores – Atribuição de bolsas de formação a docentes dessa Universidade para participação em reuniões internacionais realizadas no Continente;

Camões, Instituto da Cooperação e Língua Portuguesa, I.P. e Universidade de Salzburgo – Atribuição de bolsa para apoio à lecionação e à implementação de estratégias de ensino e aprendizagem no âmbito do ensino da Língua e Cultura Portuguesas na referida Universidade;

Fundação Rotária Portuguesa – Atribuição de bolsas de estudo a estudantes economicamente carenciados e, simultaneamente, com algum grau de incapacidade física, dos ensinos Secundário e Superior.

Para além destes protocolos, devem, ainda, ser destacadas as parcerias estabelecidas com as seguintes entidades:

Fundação Volkswagen – Participação no Programa de Bolsas de Estudo Pós-Doutorais nos domínios das Ciências Sociais e Humanidades destinadas a investigadores africanos;

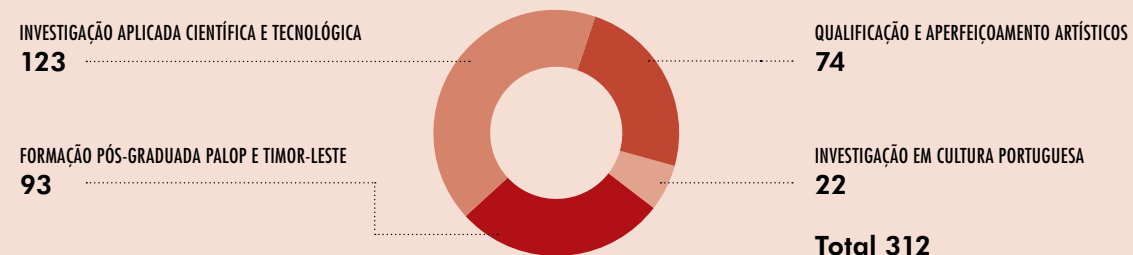
Rede ENOA — Participação em rede europeia, em articulação com o Serviço de Música, constituída por treze instituições europeias, que tem como objetivo fundamental formar, promover e apoiar jovens artistas e cantores, em início de carreira, no domínio da ópera, criando uma plataforma que permite o seu aperfeiçoamento, novas formas de experiências e o contacto com novas culturas; a 2.ª edição deste Programa, que teve início em 2016 e decorrerá até 2020, denomina-se *Young Opera Makers* e conta com o apoio financeiro do Programa Europa Criativa.

Sistema de Avaliação

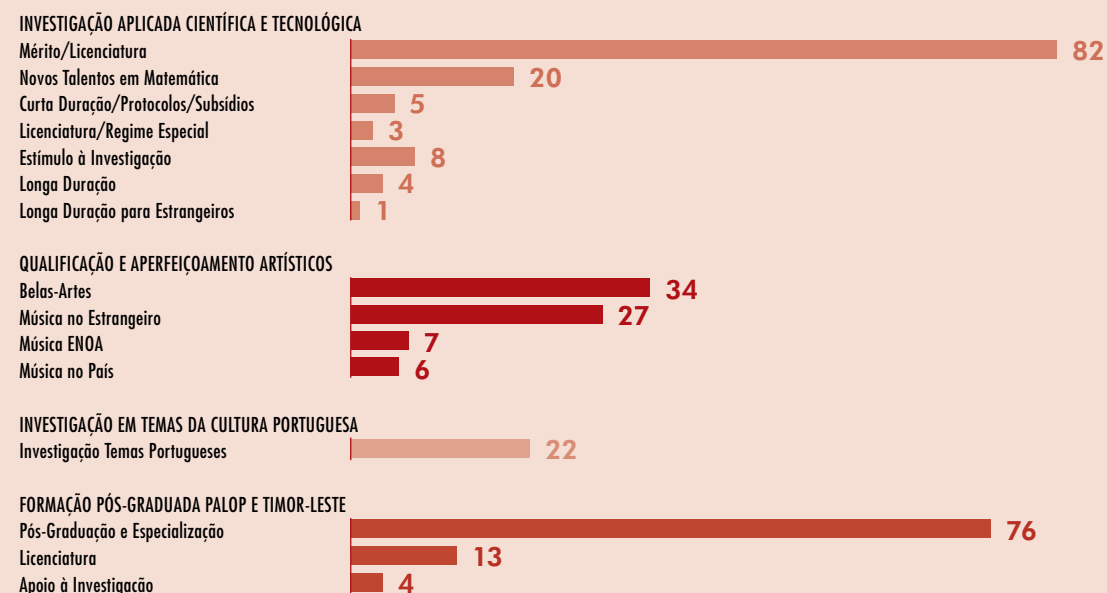
COM O OBJETIVO FUNDAMENTAL de conhecer mais em profundidade os percursos académicos e profissionais dos antigos Bolseiros Gulbenkian, bem como melhor caracterizar a sua perceção sobre o impacto que as bolsas tiveram e têm tanto na sua formação como na sua carreira académica e profissional, o Serviço de Bolsas Gulbenkian tem vindo a desenvolver um conjunto de inquéritos junto dos bolseiros que já terminaram a sua formação há, pelo menos, um ano.

Nesse sentido, durante 2016, prosseguiram os trabalhos preparatórios conducentes à realização de inquéritos junto dos principais grupos de Bolseiros Gulbenkian.

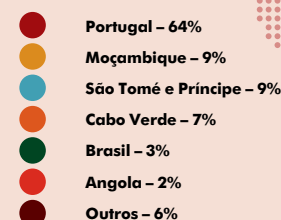
Distribuição dos Bolseiros Pelas Linhas de Intervenção



Distribuição das Bolsas



Perfil dos Bolseiros Por Nacionalidade



Bolsas Gulbenkian de Mérito

NO TERCEIRO ANO DE EXECUÇÃO da linha de intervenção de *Bolsas Gulbenkian de Mérito*, o número de bolseiros eleva-se a 83 jovens, espalhados por diversas universidades do País e que frequentam um leque variado de cursos superiores, podendo destacar-se, a título exemplificativo, as seguintes áreas formativas: Línguas e Relações Internacionais, Medicina, Engenharias e Arquitetura.

Esta linha de intervenção visa apoiar a formação académica de jovens de elevado potencial, com altas classificações académicas e que, simultaneamente, não disponham de suficientes recursos financeiros. Os destinatários destas bolsas são jovens matriculados pela 1.ª vez no ensino superior em cursos de licenciatura e mestrados integrados, ministrados por instituições portuguesas de ensino superior, podendo ser renovadas as suas bolsas durante o período de formação em licenciatura ou em mestrado integrado, desde que cumpridas as disposições regulamentares.

A criação de um grupo coeso de Bolseiros Gulbenkian de Mérito é um objetivo prioritário da atividade de bolsas, pelo que, no decorrer de 2016, se realizaram, nas instalações da Fundação, dois encontros de Bolseiros de Mérito. No último encontro, realizado em dezembro, foi possível contar com a presença do Prof. Doutor António Rendas, Reitor da Universidade Nova de Lisboa, que apresentou uma comunicação sobre os “Desafios do Ensino Superior e as Competências para o Futuro”. Seguiu-se um vivo debate com os bolseiros presentes, que permitiu não só aprofundar questões relativas ao papel da Universidade no desenvolvimento de qualificações e competências para o futuro, problemas e constrangimentos na entrada no ensino superior, mas também estreitar os laços de partilha de conhecimento entre a Fundação e estes bolseiros.

Conferência Programa de Formação Médica Avançada: Uma Perspetiva de Meio Percurso.
© FCG / Márcia Lessa

Conferência Programa de Formação Médica Avançada: Uma Perspetiva de Meio Percurso



ESTA CONFERÊNCIA REALIZOU-SE no âmbito do término das atividades do Programa de Formação Médica Avançada. Este programa surgiu com o objetivo de contribuir para que médicos interessados em aliar à sua atividade assistencial a investigação de problemas clinicamente relevantes pudessem adquirir bases científicas sólidas e desenvolver projetos de investigação de qualidade nas suas áreas específicas de interesse, designadamente Gastrenterologia, Neurologia, Psiquiatria, Oncologia, Doenças Infecciosas, Cirurgia Geral e Maxilo-Facial, Ginecologia e Obstetrícia e Pediatria.

Cada uma das edições teve uma componente formativa, envolvendo um número muito significativo de professores e cientistas de renome internacional, a que se seguiu um período de atividade de investigação aplicada.

Este Programa abrangeu um importante conjunto de associados: o Instituto Gulbenkian de Ciência e o Instituto de Medicina Molecular, da Faculdade de Medicina de Lisboa, e a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e a Faculdade de Medicina e o IPATIMUP da Universidade do Porto.

De realçar ainda, desde o início, a parceria com a Fundação Champalimaud e o apoio da Apifarma (na 3.ª edição). A 4.ª edição foi objeto de um protocolo assinado entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Administração Central do Sistema de Saúde e a Fundação, que estabelecia o financiamento das bolsas atribuídas aos médicos participantes no Programa, suportadas pela FCT e pela ACSS.

A colaboração entre estas instituições vem mais uma vez confirmar uma importante característica deste Programa, ao promover o envolvimento entre entidades públicas e privadas, com o objetivo comum de contribuir para a formação avançada de médicos e para o desenvolvimento de investigação médica verdadeiramente útil para o doente.



Serviço das Comunidades Arménias

O **SERVIÇO DAS COMUNIDADES ARMÉNIAS** tem como missão criar um futuro viável para o povo arménio, em que a sua cultura e a sua língua sejam preservadas e valorizadas. As atividades do Serviço estão estruturadas em torno de quatro objetivos prioritários: promover a preservação da língua e da cultura arménias, investindo na educação e no desenvolvimento da diáspora; investir na juventude no seu compromisso para com a sociedade civil na Arménia; melhorar as relações arménio-turcas através do apoio a projetos que fomentem uma compreensão mútua da sua longa história partilhada; preservar e disponibilizar o património literário arménio.

142 454 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

2 359 241 €
BOLSAS E SUBSÍDIOS

Apresentação do
Collectif Medz Bazar
no evento Jardim
de Verão.
© FCG / Márcia Lessa

O SERVIÇO DAS COMUNIDADES ARMÉNIAS continuou a atribuir bolsas universitárias, a financiar escolas arménias na diáspora, a apoiar a sociedade civil e intercâmbio de estudantes da Arménia, a encorajar o diálogo entre a Arménia e a Turquia e a apoiar publicações. Foi dada especial ênfase à quarta área prioritária, de preservar e disponibilizar o património literário arménio, criando interligações com as outras prioridades do Serviço.

Em 2016, mantendo a sua longa tradição de apoio a escolas na diáspora, o serviço contribuiu para a abertura, pela comunidade arménia no Líbano, de uma nova escola em Beirute. Na Arménia, foi dado apoio ao Ministério da Diáspora para a criação de uma secretaria de apoio à integração de refugiados do Médio Oriente na Arménia.

Merecem destaque ainda o cofinanciamento para a organização em Istambul de uma grande conferência sobre a identidade arménia e o apoio a autores, universidades, organizações da sociedade civil e editoras para a impressão e divulgação de textos em arménio, inglês, francês, turco e outras línguas e em pelo menos sete países: Arménia, Turquia, Líbano, França, Portugal, Reino Unido e EUA.

WikiCamp Portugal
2016.



Atividades

Bolsas

Foram distribuídos quase 800 mil euros em bolsas por 234 estudantes universitários, incluindo renovações de bolsas existentes. Os valores individuais variaram entre 20 mil euros por ano, para alguns estudantes de doutoramento, e algumas centenas de euros, para apoiar viagens curtas. Em 2016, foram recebidas 701 candidaturas, um pouco menos do que em 2015. Foram atribuídas 10 bolsas de excelência para investigação, 27 de investigação pós-graduada em Estudos Arménios, 39 de curta duração em Estudos Arménios, 66 subsídios de viagem para jovens académicos e estudantes da Arménia, 80 bolsas de estudo de licenciatura, tendo sido ainda apoiados 12 jovens arménios a estudar em Portugal. Um relatório completo sobre as bolsas, incluindo a lista de beneficiários, está publicado no *website* do Serviço.

Apoio a Escolas e Ensino da Língua

Prosseguiu o apoio às escolas arménias na diáspora, designadamente no Médio Oriente e na Europa, incorporando todos os grupos e conselhos de educação da comunidade arménia. Foram atribuídos 700 mil euros a 72 escolas e estabelecimentos de educação especial em oito países, e foi atribuído um apoio excepcional à nova escola Arménia no Líbano.

Além do apoio às escolas, o Serviço participou num conjunto de outras iniciativas significativas para conservar e revitalizar o arménio ocidental. No seguimento da conferência *Inovação na Educação*, realizada em Paris em 2015, organizou-se um *workshop* em Colares, Portugal, em que participaram 41 educadores e criadores em arménio ocidental, provenientes de nove países. O grupo identificou coletivamente sete iniciativas, cuja implementação foi iniciada, que incluem a formação de professores em programas intensivos de verão, o desenvolvimento de currículos e ferramentas de aprendizagem para a aquisição da língua, a tradução de literatura infantil mundial para arménio, o uso de jogos e música na aprendizagem, um portal na Internet para divulgar as ferramentas em todo o mundo e a colaboração com líderes na área da educação.

No seguimento do bem-sucedido campo de escrita em arménio ocidental para a Wikipédia, em 2015, no Líbano, organizou-se um outro, de uma semana, desta vez em Portugal. Participaram 50 jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 23 anos, oriundos de cinco países. Merece destaque o entusiasmo gerado em torno da língua junto da geração mais jovem. O segredo do sucesso da iniciativa foi a sua capacidade de misturar o divertimento com o desenvolvimento das competências linguísticas, transformando a aprendizagem do arménio num prazer para os jovens.

O Serviço colaborou também com a Universidade de Oxford na realização do *workshop Western Armenian in the 21st Century [Arménio Ocidental no Século XXI]*. 28 especialistas em representação de diversos setores, desde membros da comunicação social e editores a escritores e professores, discutiram os desafios enfrentados pela língua e as estratégias que poderão permitir ultrapassá-los. Deste modo, a contribuição do Serviço para a revitalização do arménio ocidental alcançou de forma transversal diversas gerações, níveis de conhecimento e instituições: estudantes e professores, escritores e académicos jovens e experientes, escolas e universidades.



Apoio a Iniciativas Culturais e Académicas

A componente arménia para a programação do evento *Jardim de Verão*, uma iniciativa organizada para comemorar os 60 anos da Fundação, esteve no centro do contributo do Serviço para eventos culturais arménios em 2016. Organizou 17 eventos em 10 dias, incluindo concertos de música clássica e popular, danças tradicionais e dança moderna, conferências e oficinas para crianças nas instalações da Fundação.

O Serviço apoiou ainda uma exposição sobre a vida do Fundador e as atividades da Fundação, que foi apresentada em França, na Cité Internationale Universitaire de Paris. Parte da exposição foi apresentada na Maison des Étudiants Arméniens, e outra parte na Maison du Portugal.

Mereceu ainda apoio do Serviço a conferência *Armenians in Jordan* [Arménios na Jordânia], que decorreu na Universidade de Haigazian, no Líbano, parte de uma série de conferências dedicadas a diversas comunidades arménias no Médio Oriente. Nos EUA, o Departamento financiou a National Association for Armenian Studies and Research (NAASR) para estabelecer o programa *Calouste Gulbenkian Foundation Lecture Series on Contemporary Armenian Issues* [Ciclo de Conferências Fundação Calouste Gulbenkian Dedicado a Questões Arménias Contemporâneas].

Atividades na Arménia

O Serviço promoveu uma importante reunião em Erevan, dedicada à integração na Arménia de refugiados de conflitos armados do Médio Oriente. A reunião realizou-se em fevereiro, sob o título *From Humanitarian Response to Sustainable Solutions* [De uma Resposta Humanitária a Soluções Sustentáveis]. Juntou ministérios governamentais, várias ONG, organizações internacionais, potenciais doadores e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, para discutir problemas e procurar soluções. Uma das recomendações mais importantes foi o estabelecimento de uma secretaria no Ministério da Diáspora, para desenvolver um plano estratégico para a integração dos refugiados, financiada pelo SCA.

Quem São os Arménios?
Atividade educativa
por Maral Kerovpyan
e Ana Madureira,
parte do evento *Jardim
de Verão*.
© FCG / Márcia Lessa

As atividades relacionadas com os refugiados arménios constituíram uma parte importante da programação do Serviço na Arménia. Foi dado um contributo ao Ani & Narod Memorial Fund, uma instituição de solidariedade americana, para apoiar o programa de subsídios à habitação para refugiados recém-chegados. Manteve-se o apoio aos estudantes refugiados que frequentam universidades da Arménia. 448 estudantes receberam subvenções para as propinas. Este programa é cofinanciado pelo AGBU, pelo St. Sarkis Charity Trust, em Londres, e pelo Governo da Arménia.

Foi financiada a organização de uma importante conferência académica que decorreu no Centro de Estudos da Diáspora da Universidade Estatal de Erevan, que se centrou nos arménios da Rússia, a maior comunidade da diáspora, e também, uma das menos estudadas. A primeira conferência deste tipo, reuniu especialistas e representantes da comunidade para analisar as dinâmicas e os desafios existentes.

Por último, salienta-se a renovação do subsídio à Jinishian Memorial Foundation, que apoia a educação cívica de jovens através do desenvolvimento de capacidades, discussões públicas e esquemas de microsubvenções para projetos locais. O objetivo da iniciativa é fortalecer a sociedade civil na Arménia através da formação de jovens, de modo a que estes possam intervir nas suas comunidades para melhorar a sociedade.

Diálogo Arménia-Turquia

O ano de 2016 foi um ano de desafios para a atividade do Serviço relacionada com a Turquia. O Serviço apoiou uma conferência dedicada a analisar a identidade arménia, organizada em Istambul pela Fundação Hrant Dink e pela Associação Cultural Hamazkain, na qual foram debatidos temas variados, desde perceções intracomunitárias à literatura da diáspora, em nove painéis com cerca de 30 especialistas. O Serviço contribuiu não só para financiar as despesas da conferência, mas também para o comité científico, tendo ainda participado nos debates.

O apoio a escolas arménias alargou-se a dez escolas na Turquia e incluiu professores e alunos de Istambul em diversas das suas atividades com arménio ocidental, como é o caso do campo de escrita para a Wikipédia e do *workshop* de Colares. Além disso, foram apoiados cursos de língua arménia ocidental para adultos, organizados pela Fundação Hrant Dink, bem como a publicação de vários livros na Turquia pela Aras Press.

Parcerias

O SERVIÇO REALIZA ATIVIDADES em todo o mundo, em parceria com diversas organizações da sociedade civil, universidades, organizações filantrópicas, escolas, a Igreja e ministérios governamentais. A missão de preservar e desenvolver a cultura arménia e os estudos arménios necessita de um leque alargado de redes e parcerias, mantendo uma estrita neutralidade em termos de políticas locais.

Avaliação

EM 2016, realizou-se um importante inquérito aos parceiros, para apurar as perceções sobre o Serviço e identificar áreas de melhoria. A maioria dos parceiros está satisfeita com a sua colaboração com o Serviço, havendo, contudo, áreas que podem melhorar, como sejam a monitorização continuada de projetos, a maior interação com os parceiros e a tomada de decisões mais rápida em relação a propostas recebidas. Os resultados estão publicados no *website* do Serviço.

Publicações em língua arménia e sobre arménios

DESDE A SUA CRIAÇÃO, na década de 50 do século XX, o Serviço tem dado apoio à publicação de livros, alargando-se às publicações eletrónicas e iniciativas relacionadas. Através das suas publicações, procura-se construir pontes culturais, encorajar o pensamento crítico e, naturalmente, promover a leitura e a investigação em arménio.

Foram atribuídas diversas bolsas para aumentar a pegada eletrónica do arménio na era digital, disponibilizando assim as publicações a um público mais alargado. Uma iniciativa importante, conduzida pela Technolinguistics Cultural Association, é a digitalização de 175 importantes livros arménios dos séculos XIX e XX, disponibilizados gratuitamente *online*. Em 2016, prosseguiu o apoio a *websites* de notícias e literatura em arménio, bem como a dicionários eletrónicos. Também foi atribuído um subsídio a uma iniciativa em França para criar ferramentas de aprendizagem animadas originais em arménio ocidental para crianças dos três aos dez anos de idade. Estão a ser preparadas versões em “desenhos animados” para disponibilização gratuita *online* de sete livros impressos de sucesso.

A iniciativa de língua e TI lançada em 2015 avançou em 2016. Abriu-se um concurso que contou com 17 propostas, 4 das quais foram selecionadas por um comité de especialistas. Estas incluem o desenvolvimento de corretores ortográficos e de um *corpus* de textos, um dicionário lexicográfico temático francês-arménio *online*, uma plataforma *web* para arménio clássico e reconhecimento ótico de caracteres de manuscritos, e a escrita de uma novela gráfica por jovens de todo o mundo utilizando ferramentas digitais.

No início do ano, o Serviço lançou o seu relatório estratégico *Armenians in 2115* [Arménios em 2115] simultaneamente em Londres, Los Angeles e Erevan,

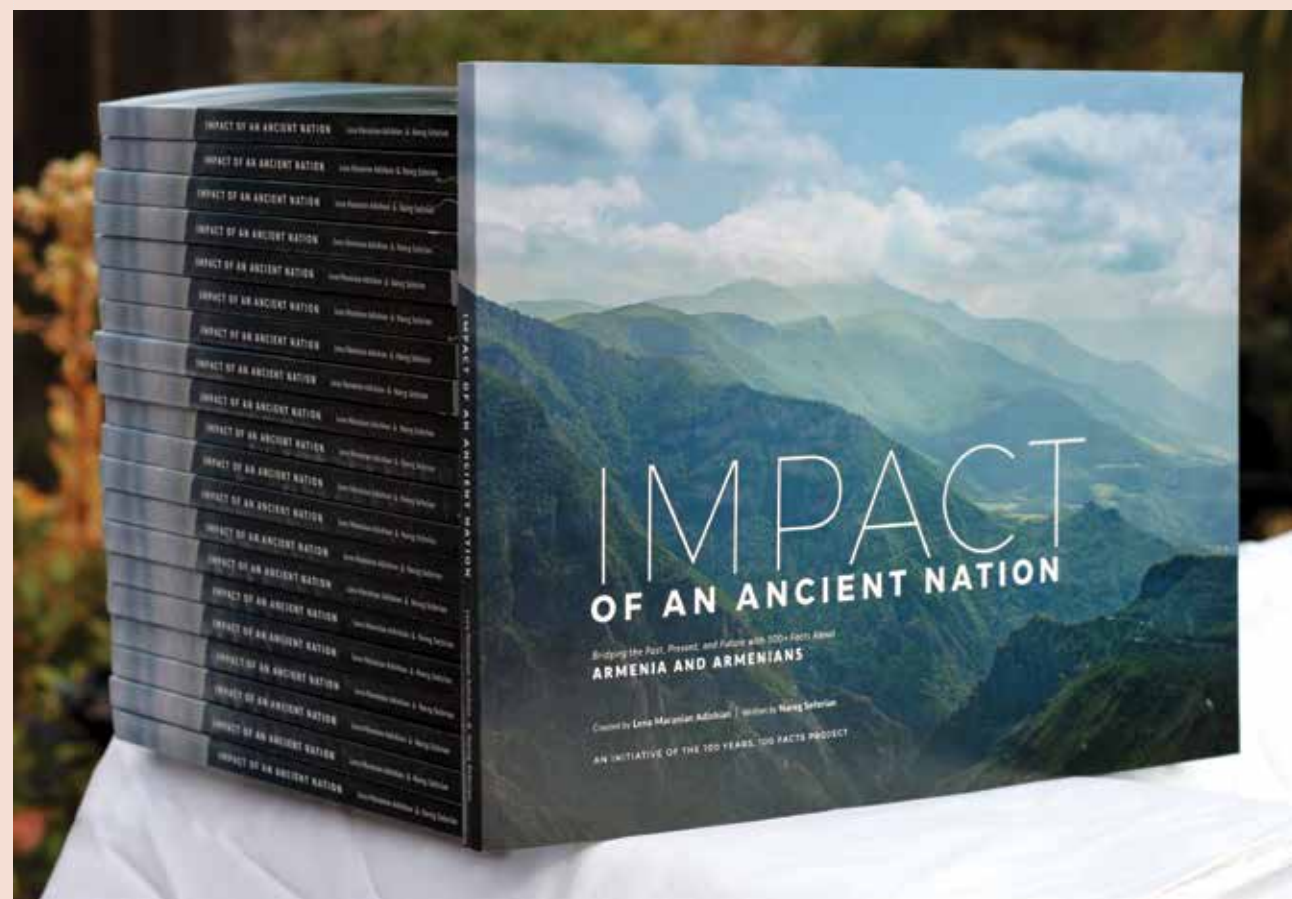
em parceria com o Instituto de Estudos Arménios da University of Southern California e a American University of Armenia.

Em relação às publicações impressas, estão a ser editados sete clássicos arménios modernos, em turco, na Turquia, com o apoio deste Serviço. Em 2016, também foi publicado um livro infantil em turco intitulado *Quem São os Arménios*.

No que toca à língua arménia, o apoio do Serviço abrangeu desde um manual de regras ortográficas do arménio ocidental (também disponível em versão eletrónica) a um manual escolar de introdução à filosofia para estudantes universitários em arménio oriental. Duas das revistas académicas mais antigas do mundo arménio, a *Pazmaueb* e a *Hantes Amsorya*, são também apoiadas, o mesmo acontecendo com publicações importantes sobre crítica literária e literatura ocidental. De especial relevância, foi a publicação de seis manuais escolares de matemática e ciências no Líbano, destinados a alunos do primeiro ao terceiro anos. Um livro de canções de embalar trilingue (arménio, francês e inglês), com CD incluído, mereceu igualmente o apoio do Serviço.

Foram também apoiados livros em inglês e francês: uma antologia de literatura arménia contemporânea; um atlas histórico para uso escolar; um livro académico sobre as relações da Arménia e da Geórgia com a Europa; uma obra sobre a arte vocal de compositores arménios do século XX; um livro sobre a cultura e a história da Arménia; e um estudo dos monumentos históricos do distrito de Kesab; e o livro *Armenia: Masterpieces from an Enduring Culture*, o catálogo da exposição apresentada na Biblioteca Bodleian, em Oxford, sobre manuscritos e livros antigos da Arménia.

Por fim, este Serviço publicou a biografia de Calouste Gulbenkian em seis línguas.





Serviço de Música

O **SERVIÇO DE MÚSICA** tem por missão promover a qualificação do panorama musical nacional, tendo como referência elevados padrões internacionais. Este propósito reflete-se de forma mais relevante ao nível da organização de espetáculos musicais, atividade centrada particularmente nos agrupamentos artísticos residentes da Fundação (Coro e Orquestra Gulbenkian), e englobando igualmente a formação de públicos, o apoio à formação musical de carácter vocacional, o incentivo à criação musical e a difusão do património musical português.

11 171 036 € *

INICIATIVAS PRÓPRIAS

Ciclo *Grandes*
Intérpretes – Gustavo
Dudamel e Orquestra
Sinfónica Simón
Bolivar, 08.09.2016.
© FCG / Márcia Lessa

* Inclui custos de pessoal da Orquestra e Coro Gulbenkian.

O SERVIÇO DE MÚSICA MANTEVE, em 2016, a sua atividade centrada predominantemente na Temporada Gulbenkian Música. Os agrupamentos artísticos da Fundação, o Coro e a Orquestra Gulbenkian, assumiram o habitual papel na apresentação do repertório sinfónico e coral-sinfónico.

A intervenção da Fundação no domínio da música foi também, este ano, planeada com o intuito de envolver um maior número de públicos através do reforço do perfil eclético da programação. Assim, foi apresentado o *concert film* da trilogia *O Senhor dos Anéis (A Irmandade do Anel)*, do realizador Peter Jackson, com música de Howard Shore, em que a Orquestra Gulbenkian interpretou ao vivo a sua banda sonora durante a exibição da película, ou, a um outro nível, a programação do ciclo *Concertos de Domingo*, com obras do repertório orquestral mais acessível a públicos cuja experiência musical no domínio da música clássica é pouco consistente.

Igualmente importante nesta dinâmica de diversificação de públicos foi o esforço de intensificação de sinergias entre diferentes programadores culturais, de que foram exemplos as colaborações com a EGEAC nos concertos em espaços públicos ao ar livre pela Orquestra Gulbenkian, com momentos recorde de audiências do agrupamento em Portugal, como foi o caso do concerto na Praça do Comércio, no âmbito do evento *Lisboa na Rua*, com um número estimado de oito mil espectadores.

Paralelamente, o Serviço de Música manteve o compromisso para com os jovens artistas em início de carreira, quer no apoio ao aperfeiçoamento artístico, através da realização de estágios e *workshops* em diversas áreas, quer através da integração e difusão do seu trabalho no quadro da própria programação musical, como aconteceu com a presença da Orquestra XXI, constituída predominantemente por jovens músicos portugueses estabelecidos no estrangeiro.

O Serviço de Música manteve ainda a sua atividade educativa através de diversas iniciativas de sensibilização para a música, promovendo a qualificação de públicos.

200
EVENTOS REALIZADOS

159 367
ESPECTADORES

Nikolai Lugansky e Orquestra Gulbenkian, dirigidos por Ernesto Martínez-Izquierdo, no Palau de la Música Catalana, Barcelona, 08.02.2016.

© A. Bofill



Atividades

Orquestra Gulbenkian

A Orquestra Gulbenkian continuou em 2016, em conjunto com o Coro Gulbenkian, a constituir o eixo principal da atividade do Serviço de Música, a Temporada Gulbenkian Música, em cujo âmbito apresentou 65 das suas 97 atuações públicas.

O perfil eclético da sua intervenção permitiu, a par da abordagem das obras consagradas do património concertístico ocidental, visitar diferentes universos musicais, o que sublinhou a atenção dada pelo Serviço de Música ao alargamento e à diversificação de públicos. Exemplo disso foi a sessão cinematográfica com música executada ao vivo da primeira parte da trilogia *O Senhor dos Anéis (A Irmandade do Anel)*, de Peter Jackson, com música de Howard Shore. Paralelamente, a Orquestra proporcionou a escuta de peças chave do repertório mais comum das salas de concerto, revisitando obras como *Canção da Terra*, de Gustav Mahler, ou a *Sinfonia n.º 3* de Anton Bruckner.

A Orquestra Gulbenkian apresentou ainda, em estreia mundial, três obras encomendadas para o efeito pelo Serviço de Música: a ópera multimédia *3milRIOS*, de Victor Gama, *Play*, de Jamie Man, e o concerto para piano e orquestra *Corpus*, de José Júlio Lopes. Também no quadro da criação musical dos nossos dias, participou na estreia nacional de *Bosch Beach*, ópera de Vasco Mendonça encomendada pela Jheronimus Bosch 500 Foundation, para assinalar os 500 anos da morte do pintor holandês.

Fora do âmbito da Temporada, a Orquestra esteve associada a diversos festivais de música e a outras entidades promotoras de concertos, atuando de norte a sul do País. Realizou concertos em diversas cidades da província e em Lisboa, fora da Fundação, dos quais se destaca a apresentação, no âmbito da programação de *Lisboa na Rua*, de um concerto na Praça do Comércio, para uma assistência de cerca de oito mil pessoas. É de relevar a associação do agrupamento à Orquestra Geração em dois concertos, partilhando o palco com os jovens instrumentistas deste projeto social.

Participou ainda num *workshop* para cantores no quadro da ENOA – European Network of Opera Academies, em versões semiencenadas das óperas *O Telefone*, de Menotti, e *Gianni Schicchi*, de Puccini, apresentado-se também em dois concertos no Festival Jovens Músicos, associando-se, mais uma vez, ao Prémio Jovens Músicos, promovido pela RTP.

97
CONCERTOS DA
ORQUESTRA GULBENKIAN

93 263
ESPECTADORES

Ciclo *Músicas do Mundo – 3milRIOS* de Victor Gama (encomenda da FCG) com Orquestra Gulbenkian, 06.05.2016.

© FCG / Márcia Lessa



No âmbito do *Jardim de Verão*, colaborou no projeto *Ópera na Prisão: Don Giovanni 1003, Leporello 2016*, que trouxe ao Grande Auditório uma representação cénica da ópera de Mozart, levada a cabo por reclusos do Instituto Prisional de Leiria, e um concerto com Carlos do Carmo e Ivan Lins.

A nível internacional, a Orquestra realizou três digressões: pelo Mediterrâneo, organizada pela Queen Elisabeth Music Chapell (Waterloo), e marcada pelo reencontro do agrupamento com a pianista Maria João Pires; no Brasil, com o violoncelista António Menezes e o maestro Lawrence Foster (*ver destaque*), em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo o concerto nesta última cidade sido distinguido pelo jornal *O Globo* como um dos melhores concertos do ano; e com o Coro Gulbenkian no Palau de la Música Catalana, em Barcelona, em dois concertos participativos organizados pela Fundación "La Caixa".

No domínio discográfico, realizou uma gravação da ópera *Otelo*, de Giuseppe Verdi, sob a direção de Lawrence Foster, para a editora Pentatone, e uma gravação dos *Concertos para violoncelo* de Joseph Haydn, com Pavel Gomziakov como solista; neste último projeto, da editora britânica Onyx, foi utilizado o famoso violoncelo *Stradivarius* construído em 1725 e que pertenceu ao rei D. Luís, uma das joias da coroa do espólio do Museu da Música que, em 2006, foi classificado como Tesouro Nacional.

Também em 2016 foi lançado o registo que o Coro e Orquestra Gulbenkian realizaram no ano anterior, da ópera *Le Pré aux Clercs*, de Louis-Ferdinand Hérold; e o título *Portuguese Music for Cello and Orchestra*, com obras de Luís Costa, Fernando Lopes-Graça e Joly Braga Santos que a Orquestra Gulbenkian tinha registado com o violoncelista Bruno Borralhinho, sob a direção de Pedro Neves, integrou o catálogo da Naxos.

Jussi Lehtipuu, Inês Simões e Orquestra Gulbenkian – Play de Jamie Man (encomenda da FCG), 10.03.2016.
© FCG / Márcia Lessa



Coro Gulbenkian

O Coro Gulbenkian registou, em 2016, um aumento significativo de apresentações públicas relativamente ao ano anterior. Dos seus 40 concertos, 27 foram integrados na Temporada Gulbenkian Música e 28 em colaboração com a Orquestra Gulbenkian.

Paralelamente aos concertos ao lado daquele agrupamento, o Coro apresentou-se com a Orquestra Sinfónica Simón Bolívar de Venezuela, sob a direção de Gustavo Dudamel, interpretando o *Choros n.º 10*, de Heitor Villa-Lobos. Já no âmbito do Ciclo de Música Antiga interpretou, com o agrupamento Les Cornets Noirs, *Vespro della Beata Vergine*, de Claudio Monteverdi.

Realizou ainda 13 espetáculos fora da Temporada. Neste quadro, explorou novos repertórios, transpôs as fronteiras entre a música erudita e a música popular, cruzou a literatura com a música e as artes cénicas.

Em 2016, o agrupamento foi galardoado com a Medalha de Ouro de Mérito do Município de Lisboa. Deu, também, continuidade a uma linha de atuações para o grande público, com o espetáculo *Vem Cantar Musicais da Broadway*, no âmbito da programação do *Jardim de Verão*. Destacam-se ainda as atuações em festivais de música e em diversos municípios.

No contexto internacional, apresentou-se em Barcelona, no Palau de la Música Catalana, em dois concertos com a Orquestra Gulbenkian e coros participativos locais, onde foi executada a oratória *Messias* de Händel, sob a direção de Víctor Pablo Pérez.

O Coro concluiu a gravação de música sacra da autoria de António Pinho Vargas, incluindo a obra recentemente estreada *De Profundis*, projeto que a Naxos prevê editar em 2017.

Na sua órbita, foi criado um estágio para jovens cantores, complementando a formação na área do Canto e, em particular, na execução de repertório coral.

27
CONCERTOS DO CORO
GULBENKIAN

34 071
ESPECTADORES

Coro e Orquestra Gulbenkian – O Senhor dos Anéis – As Duas Torres, direção de Ludwig Wicki, 08.01.2016.
© FCG / Márcia Lessa



Artistas que colaboraram com o Coro e a Orquestra Gulbenkian em 2016

Maestros

Augustin Dumay	Eduarda Melo
Benjamin Shwartz	Elizabeth Watts
Claudio Scimone	Emiliano Gonzalez-Toro
Ernest Martínez-Izquierdo	François Rougier
Etienne Siebens	Gerhild Romberger
Fabien Gabel	Grace Davidson
Frédéric Chaslin	Helena Rasker
Gustavo Dudamel	Helena Zubanovich
Hannu Lintu	Hugo Oliveira
Hervé Niquet	Inês Simões
Jan Wierzb	Ivan Lins
Jean-Marc Burfin	Jean-Luc Waerber
Jorge Matta	Johannes Weisser
José Eduardo Gomes	José Antonio López
José Jesus Olivetti	José van Dam
Jukka-Pekka Saraste	Julia Szproch
Karl-Heinz Steffens	Julie Boulianne
Lawrence Foster	Jun Ho You
Ludwig Wicki	Jussi Lehtipuu
Michal Nesterowicz	Kateryna Kasper
Michel Corboz	Kevin Short
Oswaldo Ferreira	Leon Kosavic
Paul McCreesh	Lester Lynch
Pedro Neves	Luís Rodrigues
Rui Pinheiro	Manuel Rebelo
Susanna Mälkki	Marco Alves dos Santos
Thomas Hampson	Marion Tassou
Ton Koopman	Marta Infante
Víctor Pablo Pérez	Matija Meic
Yi-Chen Lin	Melody Moore
	Miyaghi Osada
	Neal Davies
	Nikolai Schukoff

Cantores

Allan Clayton	Patricia Petibon
Ann Hallenberg	Patrycja Gabrel
Anna Dennis	Petter Mattei
Anne-Catherine Gillet	Rodrigo Ferreira
Bárbara Barradas	Rudolf Rosen
Bertrand Duby	Sunhae Im
Bogna Bartosz	Sophie Bevan
Camilla Tilling	Thomas Hampson
Carlos Cardoso	Thomas Randle
Carlos do Carmo	Tiago Matos
Carolina Figueiredo	Tilman Lichdi
Charlotte Müller Perrier	Topi Lehtipuu
Christian Elsner	Ursula Ettinger
Damien Pass	Waltraud Meier
Denzil Delaere	Yetzabel Arias Fernandez

Violinistas

Alexandra Cooreman
Alina Ibragimova
Augustin Dumay
Christel Lee
Kerson Leong
Sergey Khachatryan

Violetistas

Diemut Poppen
Hélène Desaint
Miguel da Silva

Viola da Gamba

Philippe Pierrot

Violoncelistas

António Meneses
Christine Lee
Gary Hoffman
Jeong Lee
Marco Pereira
Ori Epstein

Flautista

Sophie Perrier

Clarinetista

Horácio Ferreira

Oboísta

Alice Caplow-Sparks

Trompetista

Reinhold Friedrich

Pianistas

Arcadi Volodos
Artur Pizarro
David Kadouch
Kaito Kobayashi
Maria João Pires
Mário Laginha
Nathanael Gouin
Nikolai Lugansky
Piotr Anderszewski
Ronald Brautigam
Varvara

Organista

Marcelo Giannini

Cravista

Eriko Takkezawa

Acrux, Dino, Toha

Victor Gama

Encenadores

Kris Verdonck
Kristiina Helin

Agrupamentos

Coro Infante-Juvenil da Universidade de Lisboa
Les Cornets Noirs
Orquestra Sinfónica Simón Bolívar de Venezuela
Reclusos do Estabelecimento Prisional de Leiria
Vlaams Radio Koor

Grandes Intérpretes

Este ciclo tem como princípio a evocação de figuras e agrupamentos artísticos de grande relevância no panorama internacional. Em 2016, visitaram a Fundação: o barítono Mathias Goerne, que, acompanhado pelo pianista Markus Hinterhäuser, propôs uma viagem visual imaginária pelo *Winterreise*, de Franz Schubert; Gustavo Dudamel, que, numa residência de El Sistema (projeto pedagógico e social venezuelano), dirigiu o Coral Nacional Juvenil Simón Bolívar e a Orquestra Sinfónica Simón Bolívar de Venezuela, com a participação do Coro Gulbenkian; a Gustav Mahler Jugendorchester; a pianista Martha Argerich com o Cuarteto Quiroga; os barítonos Thomas Hampson e Luca Pisaroni, com o pianista Christian Koch, no programa *No Tenors Allowed*; e o meio-soprano Joyce DiDonato, acompanhado pelo pianista Craig Terry.

Ciclo Grandes Intérpretes

10
CONCERTOS

11 151
ESPECTADORES



Música Antiga

Este ciclo integra artistas que inscrevem as suas abordagens do repertório em interpretações historicamente informadas. Em 2016, contou com a presença do soprano Ana Quintans, do contratenor Carlos Mena e do cravista Marcos Magalhães, que propuseram um programa diverso reunido sob o título *Dialogo d'Amore*. Marcos Magalhães, mas já à frente do agrupamento Os Músicos do Tejo, propôs um projeto peculiar, convidando o cineasta Pedro Costa a realizar uma obra para ser exibida durante uma *performance* musical encenada, ainda em 2016, mas já numa temporada diferente, apresentou *Fado Barroco*, onde se cruzam os universos do fado e da música setecentista, com a participação do fadista Ricardo Ribeiro e do soprano Ana Quintans. Neste ciclo, participou ainda o agrupamento Il Pomo d'Oro, sob a direção de Edgar Moreau.

Ciclo Grandes Intérpretes – Martha Argerich e Cuarteto Quiroga, 07.10.2016. © Mercés Tomaz Gomes

Recitais e Música de Câmara

Os recitais por artistas convidados que integraram a Temporada Gulbenkian no ano de 2016 foram agrupados em diversos ciclos.

Ciclo de Piano, com os pianistas Piotr Anderszewski, Grigory Sokolov, Daniil Trifonov, Benjamin Grosvenor, Nelson Freire, Ingrid Fliter, Alexei Volodin, Lilian Akopova, Emanuel Ax e Igor Levit.

Ciclo Música de Câmara, com os quartetos Chiaroscuro, Artemis, Hagen e Simón Bolívar.

Ciclo Rising Stars, no âmbito da atividade da ECHO – European Concert Hall Organization, de que a Fundação é membro, foi realizado mais um Dia de Portas Abertas, uma jornada de concertos e atividades associadas de entrada livre, que revelou alguns dos mais talentosos jovens artistas europeus do momento, selecionados pelas diversas salas de concertos europeias que integram esta rede. Este programa trouxe a Lisboa o harpista Remy van Kesteren, o barítono Benjamin Appl, com o pianista Gary Matthewman, a violoncelista Harriet Krijgh, com a pianista Magda Amara, o Quatour Zaïde, a pianista Cathy Krier e o Trio Catch. Paralelamente, foram desenvolvidas diversas atividades educativas para estudantes de música, com a colaboração dos artistas de Rising Stars, bem como, em associação com o Monstra – Festival de Cinema de Animação de Lisboa, foram exibidos filmes de animação onde a música e a dimensão sonora são primordiais na conceção dos mesmos.

Ciclo Solistas da Orquestra Gulbenkian integra diversas formações camarísticas formadas em torno daquele agrupamento artístico residente, reforçando assim a presença da música de câmara na temporada. Neste âmbito, atuaram os músicos Pedro Ribeiro, Amália Tortajada, Cristina Ánchel, Esther Georgie, Vera Dias, Gabriele Amarù, Kenneth Best, Ana Beatriz Manzanilla, Bin Chao, Erik Heide, Jordi Rodríguez, Jorge Teixeira, Maria Balbi, Maria José Laginha e Pedro Pacheco, Christopher Hooley, Leonor Braga Santos e Lu Zheng, Jeremy Lake, Levon Mouradian, Marco Pereira, Martin Henneken, Raquel Reis e Varoujan Bartikian, Pedro Vares de Azevedo e Michel Gal.

Met Opera Live in HD

Manteve-se a colaboração com a Metropolitan Opera House de Nova Iorque, permitindo a inclusão na Temporada Gulbenkian Música da transmissão ao vivo e em alta definição de som e imagem das produções da célebre sala americana. Neste quadro, foram transmitidas *O Pescador de Pérolas*, de Georges Bizet, *Madama Butterfly*, *Turandot* e *Manon Lescaut*, de Giacomo Puccini, *Roberto Devereux*, de Gaetano Donizetti, *Elektra*, de Richard Strauss, *Tristão e Isolda*, de Richard Wagner, *Don Giovanni*, de Wolfgang Amadeus Mozart, e *L'Amour de Loin*, de Kaija Saariaho.

Músicas do Mundo

Cultural e geograficamente diversas, as propostas deste ciclo refletiram também, em 2016, a enorme variedade de práticas e abordagens musicais do presente. Neste âmbito, atuaram o Alim Qasimov Ensemble, do Azerbaijão, representante emblemático do canto popular do seu país; a harpista britânica Catrin Finch e o executante de *corá* Seckou Keita, do Senegal, a cantora catalã Silvia Pérez Cruz, o iraniano Alireza Ghorbani, visitando a poética amorosa da tradição persa; e um conjunto de músicos de diversas origens (França, Grécia e Irão) e o violinista indiano L. Subramaniam. Integrado no festival *MistyFest*, promovido pela entidade Uguru e a que pela segunda vez nos associámos, atuaram ainda a cantora franco-marroquina Hindi Zahra, que apresentou um programa baseado no seu último álbum, *Homeland*, uma exploração das suas raízes marroquinas filtradas por um som *pop*, algo que também se vê refletido nos músicos do seu grupo (franceses, um americano e um brasileiro) e a cantora ativista Angélique Kidjo, do Benim, uma das vozes mais notadas na defesa dos direitos humanos em geral e das mulheres em particular em África, que apresentou um dos seus últimos projetos, *Eve*.

Ciclo de Piano

10
RECITAIS

10 254
ESPECTADORES

Portas Abertas / Rising Stars

17
EVENTOS

6 584
ESPECTADORES

Met Opera

9
TRANSMISSÕES

10 630
ESPECTADORES

Ciclo Músicas do Mundo – Angélique Kidjo, 01.12.2016.
© FCG / Márcia Lessa



Ainda no quadro deste ciclo, foi dada em estreia mundial a ópera multimédia *3mil-RIOS - Vozes na Floresta*, de Victor Gama, encomenda da Fundação ao compositor e produzida em colaboração com o Teatro Cólón (Bogotá, Colômbia). Este projeto baseou-se num trabalho de campo realizado nas florestas tropicais da América do Sul, apelando à reflexão sobre a sustentabilidade moral e ambiental do planeta.

Jazz em Agosto

A 33.ª edição deste festival decorreu com 20 eventos: onze concertos no anfiteatro ao ar livre, três concertos a solo, três filmes documentais, duas conversas sobre Música e a apresentação de um livro. Formações de diversas tendências da América do Norte e da Europa continuaram a coabitar no festival, sob a direção artística de Rui Neves, registando-se um foco sobre o jazz atual de França, com três significativas representações: Eve Risser e White Desert Orchestra, o Quarteto Petite Moutarde com envolvimento multimédia assinalando o 1.º centenário do movimento Dada, e Thomas de Pourquery com Supersonic, um sexteto dedicado à temática de Sun Ra. Da Europa, chegou ainda o Quinteto Z-Country Paradise, um grupo pan-europeu onde pontifica a cantora Jelena Kuljic, cujo mentor é o saxofonista Frank Gratkowski.

O jazz americano esteve presente através das atuações do guitarrista Marc Ribot, no projeto The Young Philadelphians, com o Lisbon String Trio, bem como a solo, acompanhando filmes de Jennifer Reeves; e do saxofonista Tim Berne, que apresentou a nova formação do seu grupo Snake Oil.

De Portugal, destacou-se uma associação inédita em estreia, Tuba and Drums Double Duo, do tubista Sérgio Carolino, com o quarteto italo-português Tettarapadequ, do contrabaixista Gonçalo Almeida e do baterista João Lobo. Os músicos e teóricos britânicos Evan Parker e David Toop ofereceram duas sessões do projeto *Sharpen Your Needles*.

Jazz em Agosto
2016 – Paal Nilssen
– Love Large Unit,
14.08.2016.
© Petra Cvelbar



Três filmes documentais do catálogo RogueArt, do produtor Michel Dorbon, revelaram diversas dimensões do contrabaixista Peter Kowald.

Foi apresentado o livro *The Sound of the North*, consagrando a investigação dos últimos 50 anos do jazz da Noruega, com a presença do autor, o jornalista italiano Luca Vitali, antecedendo o concerto de encerramento, em correspondência com a grande formação do baterista Paal Nilssen – Love Large Unit.

Atividades Educativas

Na área educativa, o Serviço de Música interveio em duas frentes distintas, mantendo quer uma programação dirigida ao público em geral, quer atividades educativas estritamente vocacionais, de apoio à formação de jovens músicos e criadores. As atividades de 2016 estiveram, direta ou indiretamente, associadas à Temporada Gulbenkian Música e aos agrupamentos artísticos da Fundação.

No que respeita às atividades educativas não-vocacionais, a programação manteve uma vertente dirigida particularmente a públicos juvenis, onde se incluem programas especificamente desenhados para escolas, mantendo-se a política de renovação periódica dos títulos em oferta. Nesta linha, realizaram-se 8 visitas, num total de 59 sessões. Manteve-se a colaboração com o Museu Calouste Gulbenkian – Coleção Moderna para a realização da oficina *Som contigo*, uma visita específica para públicos com necessidades especiais, que, no total, registou mais de 3300 presenças.

Foram apresentados três concertos dedicados ao público escolar, tendo como protagonista a Orquestra Gulbenkian. Para estes concertos, tem vindo a ser hábito convidar grupos de alunos com necessidades educativas especiais como, por exemplo, alunos com deficiência auditiva e/ou cognitiva, assim como grupos de seniores de zonas próximas da Fundação.

Para o público adulto, promoveram-se quinze pequenas conferências antecedendo alguns dos concertos (“Guia de Audição – Venha conhecer uma obra”) centradas no repertório a escutar mais tarde.

Efetou-se mais uma edição dos *Concertos Participativos*. Tendo como principal objetivo estimular a prática coral amadora, a edição de 2016 levou ao palco a versão completa da oratória *Messias*, de Georg Friedrich Händel com quase 300 coralistas, entre amadores e profissionais. Foi dada continuidade ao projeto *Estágio Gulbenkian para Orquestra* (EGO), que tem como objetivo principal promover a experiência orquestral sinfónica e a qualidade artística entre jovens instrumentistas portugueses. O EGO foi dirigido por Joana Carneiro, diretora artística do projeto, e contou com a presença da violinista Chlöe Hanslip e do pianista Pedro Gomes como solistas em 5 concertos da digressão que concluiu a edição de 2016, levando a Orquestra Estágio Gulbenkian a diversos pontos do País.

O Serviço de Música manteve a sua atividade no seio da ENOA – European Network of Opera Academies, tendo-se realizado um *workshop* para cantores em colaboração com a Orquestra Gulbenkian, sob a orientação de Claudio Desderi, que culminou com a apresentação pública, em versão semicénica, das óperas *Gianni Schicchi*, de Giacomo Puccini, e *The Telephone*, de Gian Carlo Menotti, com jovens cantores portugueses e estrangeiros, selecionados estes pelas instituições da rede. Integrando já a Temporada Gulbenkian Música, foi levada à cena a ópera *L'Autre Hiver*, de Dominique Pauwels, numa encenação de Denis Marleau e Stéphanie Jasmin, numa coprodução da Fundação Calouste Gulbenkian e do LOD Music Theatre (Ghent), com o envolvimento de outras instituições europeias e canadianas.

Atividades
Educativas

128
SESSÕES

7 226
PARTICIPANTES

Concertos
Participativos

220
CORALISTAS
PARTICIPANTES

2
CONCERTOS

1
ENSAIO GERAL

2 892
ESPECTADORES

Apoio à Criação Musical

O SERVIÇO DE MÚSICA convidou três compositores a criarem obras destinadas a serem apresentadas no âmbito da Temporada Gulbenkian Música. Foi encomendada a Pedro Amaral uma ópera que reúne a trilogia de *Figaro* de Beaumarchais, numa produção que será levada à cena, em 2017, em colaboração com o Teatro Dona Maria II; foi pedida a Luís Pena a composição de um concerto para percussão e orquestra; e, em colaboração com a Casa da Música, foi dirigido um convite ao compositor finlandês Kimmo Hakola para a criação de uma obra para clarinete, para ser estreada pelo jovem clarinetista português Horácio Ferreira, no quadro do projeto *Rising Stars*, da ECHO – European Concert Hall Organization.

Colaboração com Outros Serviços

O SERVIÇO DE MÚSICA manteve, em 2016, uma estreita colaboração com as seguintes unidades orgânicas da Fundação:

Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência – Descobrir – na organização das atividades educativas de carácter não-vocacional;

Serviço de Bolsas – no processo de seleção e acompanhamento de bolseiros no quadro do concurso de bolsas para aperfeiçoamento artístico em Música e também no programa de bolsas de curta duração para participação em atividades no estrangeiro desenvolvidas no quadro da ENOA – European Network of Opera Academies;

Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano – na organização de quatro recitais de música de câmara por elementos da Orquestra Gulbenkian em locais onde a oferta musical é inexistente ou rara;

Museu Calouste Gulbenkian – no planeamento da programação dos *Concertos Promenade*;

Serviço das Comunidades Arménias e Delegação no Reino Unido – no quadro da programação do *Jardim de Verão*.

Parcerias e Financiamentos Relevantes

RTP/Antena 2 – manteve-se a estreita colaboração com esta instituição no que respeita à transmissão de espetáculos realizados no âmbito da Temporada Gulbenkian Música, bem como na colaboração do Festival Jovens Músicos.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – parceria na organização dos *Concertos de Domingo* e *Caminhos Santa Casa*.

EGEAC – na apresentação da Orquestra Gulbenkian em concertos integrados na programação cultural do Município de Lisboa;

Goethe Institut de Lisboa – na organização do Festival Cantabile;

Mecenato Cultural – BPI (Mecenas Principal Gulbenkian Música), Price Waterhouse Coopers (Ciclo de Piano), Anselmo 1910 (Ciclo Música de Câmara), BMW (Mecenas do Coro Gulbenkian), Vieira de Almeida e Associados (Estágio Gulbenkian para Orquestra).

No plano internacional, a Fundação manteve a sua colaboração com a ECHO – European Concert Hall Organization e com a ENOA – European Network of Opera Academies.

Digressão da Orquestra Gulbenkian ao Brasil

ENTRE 6 E 9 DE NOVEMBRO, a Orquestra realizou uma digressão ao Brasil, acompanhada pelo violoncelista António Menezes e pelo maestro Lawrence Foster, com apresentações públicas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

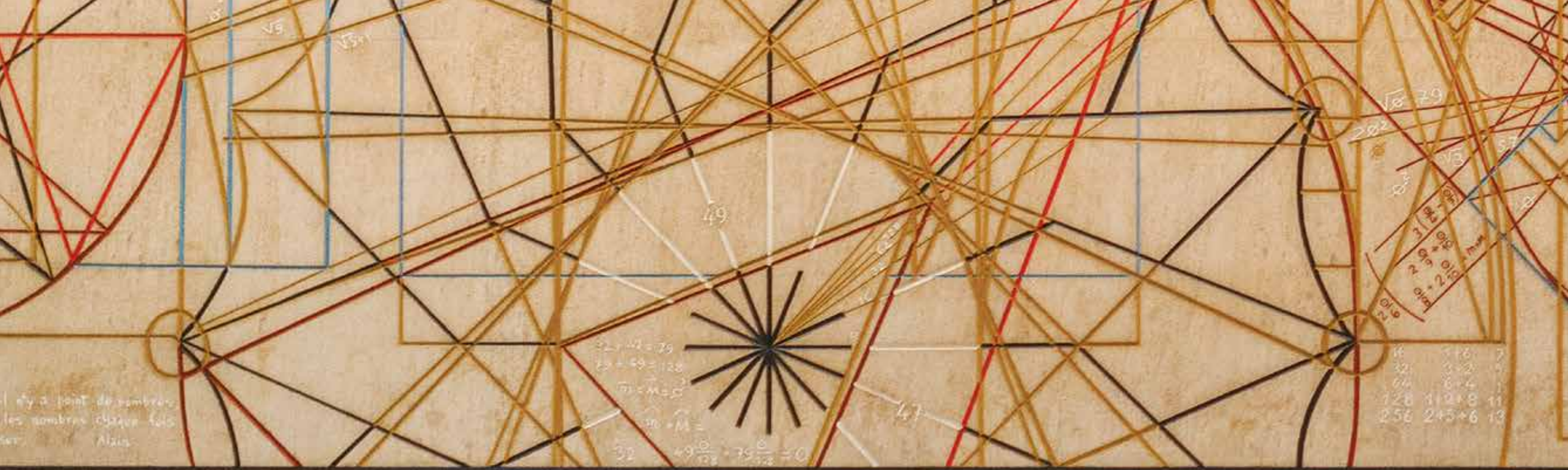
Estes concertos tiveram lugar no âmbito das temporadas de música de duas instituições culturais brasileiras, a Cultura Artística de São Paulo e a Dell'Arte Soluções do Rio de Janeiro, levando a Orquestra a atuar

nos mais emblemáticos espaços das duas cidades. A digressão iniciou-se com um concerto ao ar livre no palco exterior do Auditório Ibirapuera, realizando depois dois na Sala São Paulo e terminando no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O jornal *O Globo* distinguiu esta última apresentação como um dos melhores concertos do ano, sublinhando a “interpretação apaixonada da *Sinfonia n.º 8* de Schubert.

Neste périplo, assistiram aos espetáculos 6800 espectadores. Complementarmente, alguns dos seus elementos realizaram *masterclasses* instrumentais para alunos da EMESP Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo.

António Menezes e Orquestra Gulbenkian, dirigidos por Lawrence Foster, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 09.11.2016.
© Renato Mangolin





PROGRAMAS





Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano

O PROGRAMA GULBENKIAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO tem como missão contribuir para a redução da exclusão social, com vista a transformar a nossa sociedade, tornando-a mais justa e mais coesa. Este Programa pretende incentivar e facilitar a inclusão dos grupos mais vulneráveis da população, através dos seguintes objetivos específicos: promover a integração social das pessoas mais vulneráveis; reforçar a eficiência e a eficácia das organizações sociais; aprofundar o conhecimento através do estudo dos problemas sociais; promover o debate, propondo soluções; e influenciar as políticas públicas e a alteração de comportamentos.

416 960 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

1 495 404 €
SUBSÍDIOS E PRÉMIOS

Equipa de voluntários
do projeto *Just a
Change*.

O PROGRAMA GULBENKIAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (PGDH) deu, em 2016, continuidade à intervenção no âmbito das prioridades definidas para o período de 2014 – 2018, apoiando e desenvolvendo projetos correspondentes aos seguintes eixos: *As Pessoas Numa Sociedade Inclusiva, As Organizações Sociais para Uma Economia de Convergência e O Conhecimento e o Futuro.*

Destaca-se a primeira edição do *Hack for Good*, que trouxe à Fundação 156 profissionais e estudantes de áreas como a programação, o *design* ou as engenharias, com o objetivo de encontrar soluções tecnológicas para melhorar a qualidade de vida dos mais velhos.

A Fundação foi palco do encontro do *Global Social Impact Investment Steering Group* para discussão da agenda dos países do G8 para o investimento social, com mais de 300 especialistas internacionais nesta área, incluindo líderes de fundações e instituições financeiras ou representantes governamentais.

Destaque também para a organização do *Vision Europe Summit*, em colaboração com o gabinete do Secretário-Geral. O consórcio abordou o tema da Crise dos Refugiados, tendo o trabalho culminado com a conferência *Melhorar as Respostas à Crise Migratória e de Refugiados na Europa*, onde foi apresentado um conjunto de propostas e recomendações políticas.

Além das iniciativas desenvolvidas e organizadas, o Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano atribuiu um total de 76 subsídios a 60 organizações do terceiro setor, com impacto direto em 38 845 beneficiários.

38 845
BENEFICIÁRIOS DIRETOS

76
SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

60
ORGANIZAÇÕES
APOIADAS

Primeira edição
da iniciativa
Hack for Good.
© Origamind



As Pessoas Numa Sociedade Inclusiva

NESTA ÁREA, que visa a facilitação da inclusão social de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, através de projetos experimentais que possam ser replicáveis e que assentem em parcerias estratégicas, as principais linhas de intervenção são: a *Promoção do Emprego*, a *Melhoria da Qualidade dos Cuidados* prestados a crianças e jovens em risco, idosos e pessoas com deficiência e o *Desenvolvimento Comunitário*.

Promoção do Emprego

FAZ – Ideias de Origem Portuguesa (5.ª Edição)

Este concurso convoca os portugueses que vivem fora de Portugal a contribuir com ideias para projetos de empreendedorismo social que respondam aos atuais desafios que o País enfrenta, designadamente nas áreas da inclusão social, do envelhecimento, do diálogo intercultural, do ambiente e da sustentabilidade.

Foram apresentadas a concurso 54 ideias, tendo sido selecionadas 10 finalistas que receberam apoio e formação para transformarem as suas ideias em projetos. Os projetos vencedores receberam, no seu conjunto, um total de 50 mil euros como capital-semente para a sua implementação. Nesta edição, foram vencedores:

Guardiães do Mar – 1.º lugar

Projeto que alia o combate ao desemprego a uma preocupação ambiental, concretamente à proteção das pradarias marinhas do estuário do Sado. Pescadoras atualmente sem emprego serão agentes de sensibilização para o público sobre a importância da preservação destas pradarias marinhas, que têm influência direta na vida da população de golfinhos do Sado por serem habitat do pescado de que eles se alimentam. Além disso, estas “guardiães do mar” serão responsáveis pela monitorização e mapeamento deste espaço de biodiversidade marinha.

Vtree Solar – 2.º lugar

“Árvores” com *design* e tecnologia inovadores que disponibilizam internet *wifi* e possibilitam o carregamento de telemóveis, outros *gadgets* e *scooters* elétricas, pelo recurso a painéis de energia solar fotovoltaica colocadas em jardins públicos, rotas turísticas e outros espaços urbanos com muito movimento. Podem ainda incluir iluminação, medir os níveis de contaminação do ar, proporcionar música ambiente e anunciar programação cultural. Este projeto alerta para a possibilidade de se utilizar energia sustentável para atividades tecnológicas.

Jazz’aqui – 3.º lugar

Projeto de promoção do jazz português através da criação de uma rede de músicos de jazz de nacionalidade portuguesa a residir no estrangeiro, pretende levar o jazz para fora dos grandes centros urbanos e promover a partilha de experiências entre músicos portugueses e estrangeiros, através da realização de residências artísticas e *workshops*. Será ainda criado um festival itinerante de jazz que circulará por vários países e cidades para dar a conhecer o jazz português.



Guardiães do Mar, projeto vencedor de 2016 do FAZ – Ideias de Origem Portuguesa.

Mundar

Concurso anual promovido pelo programa *Escolhas* com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, dirigido a jovens entre os 16 e os 30 anos que tenham uma ideia para solucionar um problema individual, comunitário ou da sociedade em geral. Na edição de 2016, foram pré-selecionadas 40 ideias, 30 das quais foram vencedoras. Em 2017, as equipas escolhidas irão implementar as suas ideias com o apoio financeiro atribuído pelo concurso e terão acesso a sessões de formação e capacitação, com o apoio da Torke+CC.

Ação Qualidade de Vida

A Associação Salvador promove, através deste concurso, a atribuição de apoios diretos e pontuais a pessoas com deficiência motora, para melhorar a sua qualidade de vida e facilitar a sua integração social, desportiva ou profissional. Desde 2015, o apoio passou a direccionar-se para o eixo *Criação do Próprio Negócio* que estimula o empreendedorismo para uma maior autonomia. Este concurso já ajudou mais de 200 pessoas e mobilizou um orçamento que ronda um milhão de euros.

Melhoria da Qualidade dos Cuidados

Jovens em Acolhimento Institucional

Ficou concluída esta linha de intervenção iniciada em 2012. Dos quatro projetos apoiados, foram tiradas lições, elaborados manuais e recomendações e feitas reflexões pelos diferentes atores envolvidos (jovens, equipas técnicas e educativas, coordenadores e supervisores).

Foi organizada uma mesa-redonda em torno das questões relacionadas com a supervisão e o acompanhamento técnico e científico destes projetos com os docentes/investigadores envolvidos. A coleção de brochuras temáticas editadas, neste âmbito, pela Fundação tem tido ampla divulgação e suscitado muito interesse junto dos profissionais ligados a esta área.

Os projetos, metodologias, práticas e resultados alcançados foram apresentados em Viena, no 33.º Congresso da International Federation of Educative Communities, um evento que reuniu cerca de 600 profissionais.

Cuidar Melhor

Em 2016, os municípios de Oeiras, Cascais e Sintra passaram a assumir os custos com a intervenção nos respetivos gabinetes, mantendo-se o financiamento à coordenação do projeto por parte das fundações envolvidas. Foram efetuados 478 atendimentos, acompanhados 166 cuidadores nos três concelhos, realizadas 207 consultas de apoio psicológico, 240 consultas de estimulação cognitiva e duas avaliações neuropsicológicas. As ações de sensibilização contaram com 1121 participantes, e as formações para familiares e profissionais envolveram 28 e 198 pessoas.

Em novembro, teve lugar, na Fundação, o III Encontro de Profissionais, subordinado ao tema *Cuidados a Prestar na Demência*, que contou com mais de 300 profissionais de saúde e serviço social. Integrado no *Cuidar Melhor*, o Café Memória continua a alargar a sua atividade, não só em Portugal Continental, como também na Região Autónoma da Madeira, integrando já 13 Cafés.

Spin

É um projeto de intervenção junto de crianças vítimas de abuso ou negligência, que vivem em instituições ou em acolhimento familiar em Évora, Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Campo Maior. São sinalizadas pelo Hospital de Évora e pelo Centro Social Paroquial do Alandroal, que coordenam a iniciativa.

Este projeto, financiado pelas fundações Gulbenkian e Montepio e pela Delta Cafés, promove um acompanhamento individualizado, com base na metodologia das histórias de vida. Neste âmbito, realizaram-se ações de formação no Porto, em Loulé e em Lisboa.

CARE – Rede de Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual

Este projeto iniciado em 2015, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), visa construir uma rede de apoio e referênciação de casos de crianças e jovens vítimas de violência sexual, sustentada numa parceria que poderá prestar apoio especializado às vítimas e às suas famílias.

Para divulgar esta rede e alertar para a importância da denúncia neste tipo de casos, foi lançada uma campanha de comunicação para disseminação nacional nos vários meios de comunicação, cuja apresentação foi feita em julho na Fundação. No primeiro ano de atividade, foram efetuados 3148 atendimentos, tendo-se apoiado 195 crianças e jovens e 63 familiares e amigos.

Banco do Bebê

Trata-se de uma iniciativa da Associação de Ajuda ao Recém-Nascido que intervém junto de famílias com carências socioeconómicas, sendo dado apoio na prestação dos primeiros cuidados aos bebés, quando ainda estão na maternidade, e depois, já no domicílio, na organização e oferta de enxovais, produtos de alimentação e higiene.

No quadro deste apoio, realizaram-se 3 *workshops* sobre a importância da nutrição, a gestão do orçamento familiar e a capacitação parental, em que participaram 23 pessoas. Foram ainda acompanhadas 18 famílias, tendo sido realizadas 13 visitas domiciliárias e 113 atendimentos sociais.

Bolsa Social CADin de Setúbal

Este projeto, desenvolvido no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (CADin) de Setúbal, procura garantir que todas as crianças e jovens com necessidades especiais tenham acesso aos cuidados de que necessitam, independentemente dos recursos económicos da família e do enquadramento em que vivem. A Bolsa Social custeia uma percentagem significativa das consultas, avaliações e terapias.

Foram apoiadas 24 crianças e jovens, 19 dos quais vivem com as famílias e 5 estão a viver em acolhimento residencial, e feitas 4 ações de sensibilização, que tiveram 107 participantes; e realizadas 27 consultas de neuropediatria e de pedopsiquiatria, 5 avaliações e 335 intervenções terapêuticas (psicologia, neuropsicologia e psicomotricidade).

Grupos Aprender, Brincar, Crescer

O projeto *Playgroups for Inclusion* (Grupos Aprender, Brincar, Crescer) testa uma resposta alternativa para crianças até aos quatro anos de idade que não frequentam qualquer tipo de serviço educativo formal (creche ou jardim de infância) e respetivas famílias.

Concebido por uma rede de fundações preocupadas com as crianças provenientes de famílias vulneráveis, com problemas graves de integração, promove uma intervenção precoce desenhada para quebrar a transmissão geracional da pobreza e da exclusão. Envolveu 5 educadoras supervisoras e 34 monitores no trabalho direto com as crianças e respetivos

Campanha da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para o projeto CARE.



cuidadores. Até ao final do ano, beneficiaram das suas atividades mais de 300 famílias e cerca de 200 entidades locais.

O projeto tem financiamento europeu, e a parceria para a sua implementação em Portugal é liderada pelo Ministério da Educação e Ciência através da Direção-Geral de Educação, integrando ainda a Fundação Bissaya Barreto, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Alto-Comissariado para as Migrações.

1 Passo +

Este projeto, no seu segundo ano de atividade, pretende reduzir a reincidência de comportamentos criminais e promover a inclusão social de um grupo de 60 jovens e jovens adultos do Estabelecimento Prisional do Linhó e do Centro Educativo Padre António de Oliveira, que estão próximos do fim das suas medidas punitivas. A intervenção é feita através de uma metodologia inovadora – educação e mentoria por pares – realizada pela Academia do Johnson Semedo ao longo de três anos.

Apps for Good

Este projeto é desenvolvido pela CDI Portugal com o objetivo de sensibilizar de forma inovadora os jovens para os problemas da sua comunidade e capacitá-los para encontrarem soluções para a sua resolução, através da utilização de tecnologias da comunicação e da informação, nomeadamente através da conceção de aplicações.

Na segunda edição, realizada no ano letivo de 2015-2016, participaram 1166 alunos e 167 professores em 64 escolas, tendo sido desenvolvidas 208 aplicações. Os resultados foram apresentados, em setembro, na Fundação Gulbenkian, com a realização de uma mostra de projetos finalistas e a atribuição de prémios para as melhores aplicações. Depois da participação nesta iniciativa, 76% dos estudantes revelaram melhorias no trabalho em equipa, 68% mostraram melhorias na capacidade de resolução de problemas e nas competências de comunicação das suas ideias, e 58% revelaram melhorias ao nível dos conhecimentos de programação e informação.

No início do ano letivo de 2016-2017, arrancou a terceira edição da iniciativa, com o envolvimento de cerca de 1800 alunos e 200 professores, oriundos de 100 escolas, estimando-se que sejam desenvolvidas cerca de 300 aplicações.

À escala global, o *Apps for Good* engloba cerca de 31 mil alunos de 764 escolas do Reino Unido, Portugal, Espanha, Polónia e EUA.

Integram a parceria, para viabilização da iniciativa, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Direção-Geral de Educação, a Microsoft e a REN.

Patient Innovation

Rede social internacional, multilingue e sem fins lucrativos, permite a partilha, entre pacientes e cuidadores, de soluções que criaram para si ou para aqueles de quem cuidam, para melhorarem a sua qualidade de vida.

O apoio concedido viabilizou a participação desta iniciativa na exposição *Beyond the Lab: The DIY Science Revolution*, promovida pelo Science Museum de Londres. A exposição, que pretende homenagear cidadãos comuns que, sem o apoio de empresas, laboratórios, e/ou universidades, contribuem para o desenvolvimento científico, foi inaugurada em julho no Bonn Science Shop (Alemanha) e seguirá para 29 países europeus,



Vencedores do projeto *Apps for Good*, no ano letivo 2015-2016.
© FCG / Márcia Lessa

entre os quais Portugal. O projeto, liderado pela Católica Lisbon School of Business and Economics, foi distinguido com o prémio *Non-profit startup of the year* atribuído pela organização inglesa Healthcare Startup Society, tendo sido também reconhecido pelas Nações Unidas pelo seu contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste momento, estão disponíveis mais de 650 soluções partilhadas por pacientes, ou seus cuidadores, de 40 países diferentes. A rede conta já com mais de 50 mil utilizadores.

Native Scientist – Native Schools

Esta iniciativa promove a melhoria do desempenho escolar de crianças filhas de emigrantes portugueses, através de visitas de cientistas portugueses às escolas que elas frequentam, interagindo com elas e falando sobre ciência em português. Em 2016, a Fundação Gulbenkian apoiou a continuação do projeto, que já desenvolveu *workshops* no Reino Unido, na França e na Alemanha. Com o financiamento da Fundação, a *Native Scientist* pretende expandir as suas atividades e garantir a sua sustentabilidade futura.



Projeto *Native Scientist – Native Schools*.

Projeto P

Este projeto baseia-se num programa de intervenção parental concebido e coordenado originalmente pela Associação Americana de Psicologia. Em Portugal, está a ser desenvolvido pelo Centro de Investigação em Ciência Psicológica da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Com ele, pretende-se conhecer melhor os fatores que estão associados à capacidade autorregulatória dos pais e analisar os processos de mudança terapêutica numa intervenção parental, com vista à obtenção de melhores resultados. O público-alvo são as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, pela convicção de que há vantagens em intervir o mais precocemente possível.

Acessibilidades e Boas Práticas

A Acesso Cultura é a associação que mais iniciativas tem desenvolvido em Portugal no sentido de sensibilizar os profissionais da área cultural e a comunidade em geral para

a importância da inclusão e a necessidade de ultrapassarmos as barreiras de acesso à cultura, nomeadamente físicas.

O PGDH está a apoiar a implementação de um plano de sensibilização com cobertura nacional, junto de técnicos de museus e de outros pólos culturais, e a construção e difusão de um manual de boas práticas para possibilitar o acesso à cultura de migrantes e refugiados.

Desenvolvimento Comunitário

PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social

Esta iniciativa nasceu em 2013 para financiar projetos que utilizam as práticas artísticas – música, fotografia, vídeo, teatro, dança e circo – para criar pontes entre comunidades que, habitualmente, não se cruzam e promover a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade ou exclusão. Os projetos, selecionados por concurso, representam um investimento de um milhão de euros por cada triénio.

Em 2016, os projetos que integraram a primeira edição do PARTIS concluíram o seu terceiro e último ano de execução. No total, foram dinamizadas 9339 atividades e 466 eventos públicos (57 112 participantes) que chegaram a 7901 beneficiários diretos. Estes projetos envolveram 263 profissionais a tempo inteiro ou parcial, 209 voluntários e 384 organizações parceiras (públicas e privadas – com e sem fins lucrativos).

Ainda em 2016, arrancaram também os 16 projetos aprovados no quadro da segunda edição desta iniciativa.

Apresentação final do projeto *InPulsar*, apoiado pelo PARTIS. © Liliana Carvalho



O Nosso Km²

Durante o ano de 2016, este projeto continuou a desenvolver-se na zona das Avenidas Novas, focando-se nas prioridades de ação definidas: a solidão dos mais velhos, o desemprego jovem e feminino e o insucesso e o absentismo escolares. Nesta última área, o projeto mobilizou recursos locais, como empresas, para apoiar um modelo de capacitação para o sucesso escolar, promovido pela Associação EPIS. Este modelo está a ser aplicado no Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna, um território educativo de intervenção prioritária. Neste âmbito, foram também realizados rastreios à audição e à visão, bem como consultas médicas da especialidade, dirigidos a crianças do ensino pré-escolar (5 anos) e do 1.º ano do 1.º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento, numa parceria com o Rotary Club Lisboa Estrela e as Escolas Superiores de Tecnologias da Saúde de Coimbra e de Lisboa. Foram rastreadas 160 crianças.

Academia UBUNTU

Em 2016, ficou concluída a terceira edição da Academia UBUNTU. Lançada em 2010 para desenvolver ações de educação informal dirigidas a jovens com perfis de liderança provenientes de contextos desfavorecidos, esta Academia visa não só a capacitação para a liderança, como também o desenvolvimento e a consolidação de modelos de serviço à comunidade e de empreendedorismo.

Desenvolvida em simultâneo em Lisboa e no Porto, a terceira edição da Academia realizou 25 seminários em Lisboa, 25 no Porto e 6 conjuntos. Concluíram o programa 79 formandos, tendo sido planeados 11 projetos sociais. Estiveram envolvidos nele 24 formadores voluntários, 30 voluntários nos domínios da capacitação para o empreendedorismo e 54 alunos e professores voluntários para apoio a outras atividades.

A avaliação externa esteve a cargo da Universidade Católica Portuguesa.

Reabilita+

Este projeto é promovido pela associação Just a Change que, assente numa rede de jovens voluntários, reabilita casas de famílias muito carenciadas, sinalizadas por juntas de freguesia ou por entidades de assistência social que se responsabilizam pelo seu acompanhamento posterior, incentivando a sua autonomia, capacitação e consequente integração social. O financiamento da Fundação destina-se à consolidação e profissionalização do modelo de intervenção, para que atinja a autossustentabilidade.

Em 2017, o projeto irá expandir-se para a cidade do Porto, em parceria entre a FCG e a Fundação Manuel António da Mota.

Visita da Academia UBUNTU ao Teatro Ibisco, no bairro da Quinta da Fonte.



As Organizações Sociais para uma Economia de Convergência

REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO e resiliência das organizações sociais através de ganhos de eficiência e de eficácia. Fazem parte deste eixo a *Mobilização e Racionalização de Recursos* e a *Criação de Redes e Parcerias Estratégicas*.

Mobilização e Racionalização de Recursos

Plataforma GeoFundos

Esta plataforma constitui um novo recurso para as entidades da economia social em Portugal, identificando e agregando informação sobre os financiamentos disponíveis para estas entidades, a nível nacional e internacional.

A GeoFundos disponibiliza, numa única plataforma, informação, conhecimento e serviços focados na sustentabilidade e no financiamento das entidades da economia social, permitindo que o investimento humano e financeiro na captação de recursos seja otimizado pelo acesso a informações segmentadas, de acordo com o perfil da entidade, e pelo apoio aos processos de candidaturas.

A GeoFundos foi desenvolvida por um consórcio que junta a Call to Action, o IES – Social Business School, a Stone Soup Consulting e a TESE – Associação para o Desenvolvimento, com o apoio financeiro e em recursos humanos das fundações Calouste Gulbenkian, EDP e PT e, ainda, da Associação Mutualista Montepio e da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

SPEAK

Apoio ao plano de expansão internacional e crescimento deste projeto, em parceria com o Fundo Bem Comum. O SPEAK tem como missão promover a inclusão e o sentimento de pertença da comunidade de refugiados e migrantes, através de um conjunto de atividades que incluem cursos de línguas e sessões de intercâmbio que valorizam a multiculturalidade.

Face aos bons resultados alcançados no projeto-piloto (Leiria, Lisboa, Porto, Coimbra e Cascais) e à situação atual relativa à crise dos refugiados na Europa, é este o momento oportuno para crescer internacionalmente. O plano proposto prevê o crescimento para cerca de 45 cidades europeias nos próximos cinco anos. Turim será a primeira cidade a acolher o projeto, com o apoio da Fundação italiana CRT.

Laboratório de Investimento Social

O Laboratório de Investimento Social (LIS) tem como principal objetivo ser um centro de conhecimento de referência na área do investimento social. Procura aprofundar conhecimentos sobre mecanismos inovadores para o financiamento do terceiro setor, difundir as melhores práticas internacionais nesta área e estudar a sua aplicabilidade à realidade portuguesa. A sua atuação cifra-se em três áreas: *Criação de conhecimento para o mercado; Promoção da infraestrutura de mercado; e Dinamização de projetos-piloto*.

Em 2016, foram desenvolvidas atividades no sentido de concretizar as recomendações propostas pelo Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social, nomeadamente a criação de uma base de dados de custos unitários de problemas sociais.

Foram também desenvolvidos os termos de referência para a Academia de Resultados, iniciativa de capacitação do setor público para a contratualização por resultados, e produzidos conteúdos relativos à inovação e ao investimento social para serem incluídos no Portal Portugal Economy Probe.

A Academia de Código Júnior, primeiro Título de Impacto Social português criado no âmbito da atividade do LIS, terminou a sua atividade em 2016. Foram ainda preparadas e apresentadas candidaturas para o desenvolvimento de mais três Títulos de Impacto Social no âmbito do instrumento criado para esse efeito pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, nas áreas da empregabilidade e das crianças e jovens em risco.

ISOLEARN – Innovation and Social Learning in HEI

Apoiado pelo Programa da Comissão Europeia Erasmus +, este projeto desenvolveu um modelo de Ensino Superior inclusivo de qualidade e propostas de instrumentos com enfoque nas necessidades das pessoas cegas e surdas.

Foram organizados pela Gulbenkian um *workshop* nacional e um seminário europeu, onde foram discutidas boas práticas nacionais e internacionais e se apresentaram alguns resultados do projeto. Para além disso, realizou-se uma conferência para apresentação de todo o trabalho desenvolvido, destacando-se um manual com as principais linhas orientadoras e ferramentas para desenhar e oferecer programas educativos baseados em tecnologias de informação e comunicação a pessoas com deficiência visual e/ou auditiva.

Para além da Fundação Gulbenkian, o projeto contou com a parceria de entidades portuguesas, como a Universidade Aberta, a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a Associação Portuguesa de Surdos (APS) e outros parceiros internacionais.

My Social Project

Apoio ao desenvolvimento de uma plataforma inteligente dedicada ao voluntariado de competências, que representa uma oportunidade para as organizações viabilizarem os seus projetos, tornando-se mais eficientes, mais profissionalizadas e com maior capacidade de organização e gestão. A plataforma, que está na fase final de desenvolvimento, permitirá fazer o *match* automático entre projetos sociais com necessidades específicas de recursos humanos e os voluntários com competências capazes de suprir essas necessidades. Será ainda dotada de uma ferramenta de gestão de projetos e de documentação de referência que possa ser uma mais-valia para a construção contínua de conhecimento dos utilizadores da plataforma, sejam organizações ou voluntários.

Este projeto tem como parceiros a Fundação Manuel Violante, a consultora McKinsey e a consultora de recursos humanos Michael Page.

Volume da coleção de livros digitais do Movimento Zero Desperdício.

Zero Desperdício

O objetivo geral do Movimento Zero Desperdício é promover o aproveitamento de todos os bens alimentares confeccionados sobranceiros, distribuindo-os por pessoas com carências alimentares, em condições controladas de higiene e segurança alimentar, evitando assim o desperdício. Depois de validada a fase-piloto em 2014, a iniciativa foi reconhecida pela FAO como uma boa prática a replicar globalmente, tendo iniciado, entretanto, a fase de *scaling-up* com o financiamento e a participação da Fundação Calouste Gulbenkian e da Câmara Municipal de Lisboa.

Em outubro, quando terminou o apoio ao projeto, o Movimento Zero Desperdício estava já implementado em 17 municípios e era responsável pela distribuição de mais de três milhões de refeições, com um valor económico superior a sete milhões e meio de euros, envolvendo 174 entidades doadoras e 69 entidades receptoras, e abrangendo 7320 beneficiários.

A Fundação apoiou ainda a edição digital dos quatro livros infantis da coleção Zero Desperdício, um trabalho realizado pelo Centro de Investigação para as Tecnologias Interativas.



Justiça para Tod@s e Vidas Ubuntu

Em 2016, o Instituto Padre António Vieira recebeu financiamento para os projetos Justiça para Tod@s e Vidas Ubuntu. Estes dois projetos, que na sua fase-piloto de implementação foram financiados pelo Programa Cidadania Ativa, estão agora a ser financiados pelo PGDH, uma vez que a Gulbenkian pretende aprofundar o conhecimento sobre como controlar as variáveis associadas à fase de *scaling-up* dos projetos sociais.

Criação de Redes e Parcerias Estratégicas

European Programme for Integration and Migration (EPIM)

É um programa da iniciativa de onze fundações europeias, integradas no *Network of European Foundations*, para apoio a projetos de promoção e facilitação da integração de imigrantes.

O programa tem permitido financiar diversos projetos transnacionais em domínios como o dos requerentes de asilo e refugiados, o dos migrantes indocumentados ou o dos migrantes em situação de extrema vulnerabilidade em consequência da crise que assola a Europa. Nesta nova fase, foram abertas novas linhas de intervenção, como o combate à detenção de requerentes de asilo e refugiados ou menores desacompanhados.

Simultaneamente, deu-se continuidade às ações de capacitação de organizações de apoio a imigrantes em áreas como metodologias de avaliação de projetos, advocacia e *lobbying*, parcerias, redes e colaboração ao nível da União Europeia; *media* e comunicação; e angariação de fundos.

Transatlantic Forum on Inclusive Early Years (TFIEY)

Em 2016, concluíram-se as atividades neste Fórum, liderado pela Fundação Rei Balduino, que reuniu doze fundações europeias e norte-americanas para partilha de boas práticas e recomendações entre académicos, decisores políticos, membros da sociedade civil e organizações a trabalhar no terreno, em torno da questão da importância da educação de infância (o aos 6 anos) para a diminuição da repetição do ciclo de pobreza (entre filhos de imigrantes e famílias de baixos rendimentos) em consequência de um acesso desigual à educação.

Em novembro, realizou-se na Fundação um seminário final promovido pelo grupo de trabalho português sobre educação de infância para filhos de imigrantes e de famílias muito carenciadas, tendo aí sido apresentadas as mais relevantes conclusões e recomendações do TFIEY.

Transatlantic Council on Migrations (TCM)

Liderado pelo Migration Policy Institute (EUA), o Transatlantic Council on Migrations é um organismo deliberativo e de aconselhamento inovador, que tem por objetivo ter um impacto tangível e mensurável nas políticas de imigração e integração em ambos os lados do Atlântico. Reúne três grupos fundamentais – peritos/especialistas, *policymakers* e líderes políticos –, produz recomendações inovadoras, baseadas em fontes fidedignas e politicamente viáveis, e responde frequentemente a pedidos de Governos ou de outros parceiros que procuram ajuda para desafios políticos específicos.

Em 2016, a Fundação Calouste Gulbenkian participou nas duas reuniões organizadas neste contexto sobre o tema *Development, Mobility, Protection: Building Opportunity into Refugee Solutions* (em janeiro, em Berlim) e *The Other Side of the Asylum and Resettlement Coin: Investing in Refugees' Success along the Migration Continuum* (em junho, em Toronto).

O Conhecimento e o Futuro

APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO sobre as determinantes dos problemas sociais, dos seus impactos ou de respostas possíveis e observação dos sinais antecipatórios de mudanças sociais. Integram este eixo as linhas de intervenção *Transições de Vida*, *Necessidades Sociais Emergentes e Sustentabilidade e Novos Desafios*.

Transições de Vida

SHARE – Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe

É um projeto europeu de recolha e tratamento de informação sobre a população de 50 ou mais anos, com o objetivo de compreender o processo de envelhecimento e a forma como este fenómeno afeta os indivíduos em diferentes contextos socioculturais. Os resultados obtidos integram o *European Forum on Research Infrastructures* e constituem a base da investigação europeia para as ciências sociais.

Em 2016, foram feitos o tratamento e a análise dos dados recolhidos, cujos resultados serão apresentados em 2017.

Em Portugal, o projeto é coordenado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e pela Nova School of Business and Economics, sendo cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Conferências e Outros Eventos

Global Impact Investment Plenary 2016

A agenda do G8 para o investimento social foi discutida num encontro do Global Social Impact Investment Steering Group que decorreu na Fundação Gulbenkian.

Entre os mais de 300 especialistas internacionais na área do investimento social presentes, estiveram líderes de Fundações, Instituições Financeiras, Fundos de Investimento e representantes governamentais e do sector público de mais de 20 países.

6000
pessoas
participaram
em 24
conferências,
workshops
e espetáculos

Global Impact Investment Plenary 2016, que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian.



A primeira edição deste encontro anual foi precedida de um *workshop* da OCDE sobre a temática do investimento social e o mapeamento do trabalho de diversos países (incluindo Portugal) e um *workshop* da Social Finance UK e da Portland Trust focado no papel do investimento social na atual crise dos refugiados.

O plenário teve três momentos principais: um primeiro momento, de ponto de situação de cada um dos países que integra o *Global Social Impact Investment Steering Group*; um segundo momento, de discussão de várias temáticas específicas do investimento social, através de mesas-redondas; e um terceiro momento, de olhar para o futuro e definir os próximos anos do ecossistema do investimento social a nível global.

Vision Europe Summit

Em 2016, a Fundação Gulbenkian liderou a segunda edição do *Vision Europe Summit*, um projeto comum de oito fundações e *think tanks* europeus que colaboram entre si para investigar, debater, informar e influenciar os decisores políticos e a opinião pública sobre alguns dos mais prementes desafios de política pública que a Europa enfrenta.

Nesta edição, o consórcio decidiu abordar um dos temas mais desafiantes da Europa: a crise dos refugiados. *Melhorar as respostas à crise migratória e de refugiados na Europa* foi o título do encontro onde se apresentou o trabalho de investigação feito ao longo do ano por especialistas em migrações, bem como um conjunto de propostas e recomendações políticas.

Este projeto foi desenvolvido pelo Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, em parceria com o Gabinete do Secretário-Geral.

Trustlaw

Em outubro, a Fundação Calouste Gulbenkian organizou, em parceria com a delegação espanhola da Fundação Thomson Reuters e o escritório de advogados Uría Menéndez-Proença de Carvalho, o *workshop Principais desafios jurídicos para as organizações do terceiro setor*. A constituição e o financiamento das organizações, a fiscalidade, a proteção de dados ou as questões relacionadas com o direito do trabalho foram alguns dos aspetos abordados. Participaram neste *workshop* cerca de 60 representantes de organizações do terceiro setor, que se repartiram entre os vários temas, consoante as necessidades da sua organização.

Publicações

Manual para Transformar o Mundo – edição em inglês

Publicação da versão em inglês deste guia desenvolvido pelo Instituto de Empreendedorismo Social. Propõe uma metodologia para a construção de projetos com impacto social, partindo de problemas negligenciados da sociedade. Ao longo dos dez capítulos que compõem este manual, o empreendedor é desafiado a construir o seu projeto com base em critérios como a proposta de valor, a sustentabilidade, a conceção do piloto ou a comunicação. São também incluídos vários exemplos de projetos de empreendedorismo social bem-sucedidos e uma ficha prática de aplicação ao projeto no final de cada um dos capítulos.

Hack for Good

EM 2016, a Fundação lançou esta iniciativa, uma maratona de desenvolvimento tecnológico (*hackathon*) focada em encontrar soluções tecnológicas inovadoras para problemas sociais.

A primeira edição foi dedicada ao tema do *Envelhecimento*, fenómeno que coloca Portugal como um dos 28 Estados-membros com mais baixos índices de renovação da população em idade ativa. Ao longo de 36 horas consecutivas, os 156 participantes de todo o País, organizados em 36 equipas multidisciplinares, procuraram desenvolver respostas para melhorar a qualidade de vida da população sénior nas áreas da estimulação cognitiva, comunicação e relações sociais, transferência de conhecimentos, saúde e bem-estar, cuidadores formais e informais, nutrição, mobilidade e finanças pessoais.

Os membros das equipas, compostas por programadores, *designers*, engenheiros, gestores e outros profissionais e estudantes, mantiveram contacto com pessoas mais velhas, profissionais de saúde, investigadores ou cuidadores para garantirem a pertinência e a qualidade das suas soluções. As 10 melhores ideias foram apresentadas publicamente e apreciadas por um júri composto por representantes de empresas tecnológicas e de organizações ligadas à saúde e ao envelhecimento.

A plataforma *online Cuidar-e*, desenvolvida para facilitar a vida aos cuidadores informais (pessoas que têm a seu cargo familiares idosos), através do apoio na gestão das tarefas ou da disponibilização e partilha de informação útil, arrecadou o 1.º prémio;

em 2.º lugar, ficou a aplicação XIMI, que pretende combater a solidão e o sedentarismo dos idosos através da “gamificação” das suas rotinas, criando dinâmicas de interação e convívio; em 3.º lugar, o *Voice Ring*, uma aplicação de gestão de tarefas para idosos autónomos que gera *feedback* instantâneo para os cuidadores acerca da concretização das mesmas.

Contou com o apoio de empresas tecnológicas, como a IBM, a HP, a Siemens, a Samsung e a Microsoft, e de parceiros como o Programa *Active and Assisted Living* (AAL) e o Instituto Fraunhofer.



Programa Gulbenkian Educação para a Cultura e Ciência – Descobrir

O PROGRAMA GULBENKIAN EDUCAÇÃO PARA A CULTURA E CIÊNCIA – DESCOBRIR visa estimular o pleno desenvolvimento da pessoa, de qualquer idade e origem, através do conhecimento e da vivência das artes, da ciência e da cultura.

Para o cumprimento da sua missão, cabe a este Programa: coordenar e promover a ação educativa da Fundação Calouste Gulbenkian com base no que o seu património contém de identitário e diferenciador, dinamizando a relação dos públicos com esse património e fomentando a sua fruição plena; utilizar a experiência e o *know-how* das equipas educativas da Fundação para disseminar boas práticas e promover a qualificação permanente dos agentes educativos à escala nacional, em colaboração com pessoas e entidades, dentro e fora da Fundação.

369 623 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

Espectáculo *Poema
para bocas pequenas,*
no Pomarte
© Gonçalo Barriga



O PROGRAMA GULBENKIAN EDUCAÇÃO PARA A CULTURA E CIÊNCIA – DESCOBRIR (PGECC) tem vindo a afirmar-se enquanto plataforma transversal que articula e promove as atividades educativas da Fundação sob a marca Gulbenkian Descobrir. O trabalho desenvolvido pelas várias equipas inspira-se numa matriz comum assente nas práticas colaborativas e na interação com os públicos, visando estimular as suas capacidades de expressão e de reflexão. Tendo como públicos-alvo as famílias e a comunidade escolar, o PGECC promoveu, ao longo de 2016, uma série de atividades de diferentes escalas, desde oficinas e visitas para pequenos grupos a concertos e eventos performativos de maior dimensão que atraíram à Fundação milhares de pessoas em ambiente de festa.

A descoberta de ligações entre geografias, períodos históricos e culturas diferentes inspirou o desenho das atividades do *Dia D*, que lançou a temporada de 2016-2017 para o público familiar, proporcionando momentos de qualidade no convívio entre pais e filhos. No que toca ao público escolar, o PGECC deu continuidade a projetos de sucesso que estreitam as relações entre as escolas e a Fundação. Projetos como o *Pequeno Grande*® ou o *Ciência em Cena* são exemplo disso: a Fundação entra na escola, propondo a concretização de trabalhos que promovem a investigação e a criatividade dos alunos sob a orientação dos professores, e disponibilizando materiais de apoio didático. Posteriormente, acolhe professores, alunos e encarregados de educação na apresentação dos trabalhos realizados, contribuindo para celebrar e dignificar a instituição escolar.

Ciente dos efeitos da ativação das práticas artísticas e científicas nas atitudes e nas capacidades de organização do aluno – autonomia, responsabilidade, imaginação, autoestima, argumentação –, o PGECC desenvolveu várias ações de formação destinadas a professores, educadores e mediadores culturais. Merecem destaque o projeto *10 x 10* e o *Programa de Mobilidade de Educadores*. Procurou-se, dessa forma, contaminar os agentes educativos e, através deles, as escolas e as instituições culturais, com o exercício de pedagogias criativas e colaborativas.

Concerto Real Combo
Lisbonense às voltas
com Carmen Miranda
no POMARTE COMPAL
© Gonçalo Barriga



Atividades

Função de Coordenação

Gestão de comunicação, vendas e reservas

As atividades de divulgação, promoção, vendas e reservas das atividades educativas foram alvo de várias mudanças decorrentes da criação de uma nova entidade, o Museu Calouste Gulbenkian, que, em 2016, passou a albergar a Coleção do Fundador e a Coleção Moderna. Esta fusão implicou alterações na programação, nos vários canais de divulgação, em especial na reformulação do *site* e das brochuras, e nos procedimentos de marcação e reservas das atividades educativas.

Fez-se a renovação da imagem do *Descobrir* e o desdobramento das brochuras semestrais em duas brochuras distintas: uma para crianças e famílias, semestral, e outra, trimestral, para adultos.

A estratégia de comunicação do PGECC manteve os canais habituais de interação com os diferentes públicos: *call service*, *e-news*, redes sociais, parceiros *media*, bem como a distribuição via *mailing* e *emailing* das brochuras *Descobrir*, distribuição/recolha de inquéritos de satisfação de públicos e atualização regular do *website Descobrir* (80 870 visitas). Manteve-se a aposta na divulgação e captação de públicos, via *live streaming*, de projetos especiais, com cinco eventos transmitidos. A atualização e a gestão de dois *websites* independentes referentes aos concursos *Pequeno Grande*® e *Ciência em Cena* comportaram a gestão das respetivas páginas no Facebook. A realização das novas edições de ambos os concursos contou com a produção de *teasers* de divulgação e publicação de materiais didáticos que atingiram 9600 visualizações.

Gestão de programação, regulação e avaliação

No âmbito da regulação da atividade e recolha de informação de gestão, a afluência de públicos às atividades educativas na Fundação manteve a tendência de crescimento, embora tal não se tenha traduzido no correspondente aumento de receitas.

O nível de satisfação global dos públicos manteve-se muito positivo em todos os setores, continuando a competência técnica e a capacidade de comunicação dos mediadores a destacar-se como os parâmetros mais valorizados.

Os relatórios de avaliação elaborados a partir da análise da informação de gestão foram discutidos com os vários setores educativos no intuito de informarem o desenho de programação da temporada de 2016 – 2017. De entre as conclusões apresentadas, destacam-se: a necessidade de simplificar e melhorar a sistematização da oferta para o público escolar; a revisão das lotações máximas das visitas orientadas ao Museu, bem como os processos de atribuição de gratuidades; a redução do número de cancelamentos e faltas de comparecimento das escolas; e a renovação de conteúdos através de abordagens dialógicas circunscritas a percursos temáticos com um número reduzido de obras.

Programação

Atividades integradas

O PGECC promove na Fundação alguns eventos de caráter transversal e interdisciplinar, mobilizando as equipas dos vários setores educativos. O lançamento da temporada *Descobrir* é celebrado em dois momento-chave: um é dirigido ao público escolar e envolve



a realização de várias atividades para os diferentes níveis de ensino, no intuito de apresentar aos professores as estratégias pedagógicas utilizadas pelas equipas educativas e a forma como abordam noções-chave dos conteúdos curriculares através do património natural e cultural da FCG. Em 2016, participaram 64 professores. O outro momento consiste num dia de atividades dedicadas ao público familiar, que prenunciam a oferta constante da temporada. Concebidas em torno de um tema aglutinador – *Ligações* –, as atividades do *Dia D* de 2016 tiveram um carácter fortemente participativo e envolveram 2782 pessoas.

Em colaboração com a COMPAL, decorreu a 2.ª edição do *POMARTE COMPAL*, no Jardim Gulbenkian, em junho, em que participaram 5000 pessoas. Os bons resultados obtidos na edição anterior levaram ao reforço da programação de fim-de-semana com um dia extra dedicado especialmente ao público escolar. De referir, ainda, a 1.ª edição do evento *Arte Acessível*, dedicado a atividades inclusivas, em que participaram 163 pessoas com e sem necessidades educativas especiais.

Educação Oceanos

As atividades educativas realizadas em torno da temática dos *Oceanos* visaram estimular, junto de jovens dos 8 aos 12 anos, a curiosidade e o conhecimento sobre o valor económico dos ecossistemas marinhos. A colaboração entre biólogos marinhos e artistas de várias disciplinas na conceção das atividades educativas permitiu explorar a relação Arte/Ciência para trabalhar conceitos como biodiversidade marinha (fauna), ecologia e preservação, relações simbióticas, cadeia alimentar, pesca sustentável e ameaças como a poluição e o aquecimento global. Em 2016, realizaram-se na Fundação duas edições da oficina *Todos pelo mar!* em que participaram 38 jovens. Foi ainda concebida a oficina *Moby Dick, a baleia branca vai à escola*, que circulou por várias escolas (21 sessões), com a participação de 540 alunos dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.

Ciência em Cena

Este projeto educativo, em formato de concurso de ideias criativas para a comunicação de temas de ciência e saúde, teve a sua 2.ª edição, em colaboração com a Maratona da Saúde. O projeto dirige-se aos alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico e aos do Secundário de todo o País no intuito

Dia da Criatividade,
no âmbito do projeto
Pequeno Grande ©
© Gonçalo Barriga



Final do concurso
Ciência em Cena
dedicado às doenças
neurodegenerativas.
© Filipe Ferreira

de estimular a pesquisa autónoma dos jovens sobre o papel da ciência na promoção da saúde e prevenção da doença. Dedicado ao tema das doenças neurodegenerativas, o concurso valorizou a capacidade dos jovens em comunicar factos relevantes ainda desconhecidos, ligados às várias manifestações desta doença. Fez parte do projeto a realização de um *workshop* de preparação dos candidatos para a sua apresentação na final do concurso que teve lugar em março de 2016. O concurso recebeu 206 candidaturas que envolveram 728 alunos entre os 14 e os 18 anos de 96 escolas de 16 distritos. Os finalistas apresentaram-se perante uma plateia de 253 espetadores, a que acresceram 646 visualizações *livestream*, e o *website* do concurso registou 43 500 visualizações. Em setembro, lançou-se a 3.ª edição deste concurso com o tema das doenças cardiovasculares.

Formação de formadores

Para além dos projetos especiais, o PGECC realiza um plano de cursos teórico-práticos para adultos. Inscrevem-se neste plano algumas formações dirigidas especialmente a professores e educadores com o intuito de lhes proporcionar o enriquecimento do seu repertório de técnicas e ferramentas de ensino. A maioria destas ações de formação são creditadas, graças à parceria estabelecida com vários Centros de Formação de Escolas. Frequentaram os seis cursos, realizados ao longo do ano, 168 participantes. Realizaram-se cursos na Fundação e, ainda, dois em Coimbra, em colaboração com a APPACDM – Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra.

Famelab

O estímulo e a valorização da comunicação de ciência num contexto internacional estão na base da parceria do PGECC com o British Council e a Agência Nacional Ciência Viva para a realização do concurso *Famelab*, o mais popular concurso internacional de comunicação de ciência. A Fundação acolheu os 24 semifinalistas portugueses que se apresentaram perante o júri e um público de 75 pessoas fisicamente presentes e 690 via *livestreaming*. No total, a edição de 2016 contou com cerca de 900 espetadores, entre semifinal e finais nacional e internacional. O PGECC organizou ainda dois cursos sobre este tema com o especialista Malcolm Love, um destinado aos finalistas, e o outro aberto à comunidade científica.

Morfogénese Musical

A instalação interativa *Morfogénese Musical*, que traduz em movimento e som o funcionamento de sistemas complexos em rede, resultou da colaboração entre investigadores do Instituto Gulbenkian de Ciência, arquitetos do Vitruvius Fablab do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e o músico Simão Costa. A instalação entrou em itinerância em 2016, tendo sido apresentada nos principais eventos científicos realizados ao longo do ano: no *Dia Aberto* do IGC e no *Dia D* na FCG, foi apresentada na Futurália, no Belém Art Fest, na Maker Faire e na Semana de Ciência e Tecnologia. Nas sessões de mediação da peça, participaram 2500 visitantes.



Instalação *Morfogénese Musical* no *Dia D*.
© Gonçalo Barriga

Grandes Projetos

Projeto Pequeno Grande ©

Atualmente na 3.ª edição, o *Pequeno Grande* © é um concurso dirigido a escolas dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico. Propõe aos alunos e professores que realizem em equipa um livro de autor com uma articulação coerente entre texto, ilustração e encadernação. De acordo com o testemunho dos professores, o *Pequeno Grande* © é um instrumento pedagógico eficaz que contribui para desenvolver e estimular o gosto pela escrita, a ilustração e a leitura e sensibilizar os alunos para os valores da colaboração, da originalidade e da inventividade, especialmente importantes nesta fase inicial de aprendizagem. Por outro lado, promove a colaboração entre professores, introduz novas dinâmicas na escola e um maior envolvimento dos encarregados de educação.

Nesta edição, a parceria com a Câmara Municipal de Lisboa permitiu reforçar os cursos e as oficinas para professores, realizados na FCG e nas escolas, e produzir um conjunto de 4 videotutorias sobre técnicas de ilustração disponibilizadas no sítio do *Pequeno Grande* ©.

A exposição esteve também patente ao público na Biblioteca Orlando Ribeiro, estando prevista a sua passagem pelas Bibliotecas de Belém e Marvila, em 2017, em Lisboa.

Participaram nesta
edição do concurso
268 escolas, 7600 alunos
e 375 professores
de 107 concelhos

25 sessões de formação
em que participaram
366 professores

Projeto Educação +

O PGECC considera fundamental a partilha entre pares para enriquecer o leque de experiências e modelos de intervenção neste domínio. Em 2016, contribuiu para a elaboração de duas candidaturas a fundos europeus, em que a Fundação se constituiu como entidade parceira através das suas equipas educativas: o projeto ADESTE, um grande consórcio europeu interessado no desenvolvimento de audiências, e o projeto TANDEM, um consórcio de 7 museus europeus que pretende desenvolver estratégias educativas para públicos com necessidades educativas especiais através da mobilidade e do intercâmbio de saberes das suas equipas.

No domínio da colaboração em redes e grupos de trabalho internacionais que se dedicam à promoção da educação cultural e artística em contextos formais e não-formais, foi publicado no final do ano o *Manual de Sensibilização e Expressão Cultural*, produzido pelo grupo de trabalho de peritos dos Estados-membros da UE, com a participação ativa da diretora do PGECC, em representação do Ministério da Cultura. No domínio das redes internacionais, a Fundação, através do PGECC, apoiou a presença portuguesa na ENO – European Network of Observatories, que se traduziu no lançamento do *site* da ENO onde está alojada uma base de dados com textos sobre educação cultural e artística e interculturalidade e no qual já se encontra constituído o observatório português, alimentado por investigadores da Universidade do Porto e do ISCTE. Ainda no âmbito da ENO, a FCG constituiu-se como parceira numa candidatura ao Horizonte 2020 que envolve um programa de formação avançada em rede.

A disseminação dos modelos de intervenção dos projetos educativos promovidos pelo PGECC e do respetivo impacto nas aprendizagens tem sido uma preocupação constante, que se materializou na apresentação de comunicações e oficinas em contextos nacionais e internacionais de referência sobre programação artística para a infância, em que se abordaram questões sobre criação artística, infância e públicos.

Um dos grupos vencedores do *Pequeno Grande* ©.
© Gonçalo Barriga



Programa de Mobilidade de Educadores (PME)

Integrado no eixo estratégico da qualificação dos agentes educativos, o principal objetivo deste programa é a criação de uma cultura de colaboração na reflexão, conceção e realização das práticas educativas e o estímulo ao desenvolvimento de parcerias criativas entre escolas e museus, valorizando o papel da educação não-formal em contextos artísticos e científicos para o desenvolvimento de pedagogias criativas, através da cooperação, divulgação e partilha do *know-how* das equipas da Fundação nas áreas da educação e dos serviços educativos com os agentes e os equipamentos culturais nos seus territórios.

Em 2016, realizaram-se duas edições do projeto, ambas respaldadas pela assinatura de protocolos de cooperação entre a FCG e as entidades tutelares dos equipamentos abrangidos pelo PME: a Fundação D. Luís I/Bairro dos Museus e o Município de Ílhavo/Museu Marítimo de Ílhavo. Foram iniciadas conversações com várias entidades para a extensão do PME a outras localidades. Este projeto envolveu 9 museus e 39 mediadores (formadores/formandos).



Parcerias Relevantes

AO LONGO DO ANO, deu-se continuidade às 10 boas parcerias já estabelecidas e realizaram-se 6 novas parcerias que envolveram várias entidades: câmaras municipais, entidades culturais e científicas, escolas, universidades, centros de formação de professores e mecenas. Em 2016, os parceiros investiram 19 600 € em despesas com honorários, deslocações, estadias, alimentação e materiais dos projetos; para além destes pagamentos diretos, o PGECC recebeu das várias entidades parceiras 88 mil euros a título de mecenato (25 mil euros) e comparticipação nos honorários de mediadores e formadores de eventos especiais.

Dentro da Fundação, o PGECC também trabalha em parceria, desde a parceria estruturante com os setores educativos do Museu, do Jardim e da Música às parcerias pontuais com outros Serviços e Programas da Fundação.

Durante 2016, para além das colaborações com a Iniciativa Oceanos e com o Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas no âmbito do projeto *Pequeno Grande* ©, o PGECC desenvolveu as seguintes atividades educativas: uma oficina transdisciplinar criada especialmente para os 24 reclusos que participaram no projeto *Ópera na Prisão* a pedido do

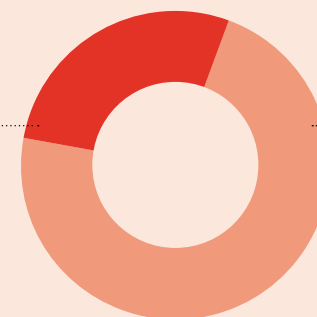
Oficina para todas as idades 1969 – 2016: o tempo no Jardim, no Dia D.
© Gonçalo Barriga

Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano; a visita-oficina *Um poeta a mil mãos* criada a pedido da Fundação Casa de Bragança, no âmbito da exposição *D. Manuel II e os Livros de Camões*; no âmbito da exposição *Inside a Creative Mind* e a pedido do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, foram criadas uma visita orientada e um ateliê criativo com sessões para o público adulto e para o público escolar; e finalmente, a pedido do PGPD, foi concebida e realizada a oficina para escolas *O desenvolvimento somos nós* a propósito da exposição *15 Anos de Cooperação para o Desenvolvimento: um Percorso*. Participaram nestas atividades 708 pessoas.

Atividades do PGECC

78 780 Participantes

21 893 PARTICIPANTES



56 887 PARTICIPANTES

Iniciativas PGECC

Fora da Fundação

110
SESSÕES

7819
PARTICIPANTES

30
OFICINAS

6579
ALUNOS

11
CURSOS

340
PROFESSORES

8
CONFERÊNCIAS

21
MEDIADORES CULTURAIS

7
EXPOSIÇÕES

879
OUTROS

54
OUTROS

Dentro da Fundação

247
SESSÕES

14 074
PARTICIPANTES

Iniciativas Setores na Fundação com Gestão PGECC

Coleção Fundador

1456
SESSÕES

24 814
PARTICIPANTES

Coleção Moderna

1125
SESSÕES

21 537
PARTICIPANTES

Jardim

170
SESSÕES

3330
PARTICIPANTES

Música

128
SESSÕES

7226
PARTICIPANTES

Projeto 10 x 10

O PROJETO 10 x 10 entrou na sua 5.ª edição. Utilizando a sala de aula como laboratório de investigação-ação, promoveu a colaboração entre professores, artistas e alunos para experimentar formas alternativas de ensino-aprendizagem, incrementando o cruzamento entre práticas artísticas e processos pedagógicos. O modelo desta edição foi alargado a outras zonas do País, envolvendo escolas de Quarteira, Amadora, Oeiras e Porto. Constituíram-se, em cada escola, núcleos formados por dois professores e um artista, com o objetivo de estimular a transversalidade e obter efeitos de mudança mais significativos. Realizaram-se também *workshops* de formação abertos a todos os professores das respetivas escolas, no intuito de disseminar o projeto.

Os alunos valorizaram, no projeto, a utilização de estratégias inovadoras que facilitam a compreensão de conceitos, promovem a coesão e a colaboração entre os diferentes elementos da turma, estimulam o trabalho de grupo e a pesquisa individual. Quanto aos professores, os aspetos mais valorizados são o apoio e a legitimidade para arriscar e experimentar a mudança, o contributo do olhar externo e cúmplice do artista, a tomada de consciência sobre a importância do trabalho colaborativo, da transver-

salidade das disciplinas e das literacias, a diversificação e a reorganização dos espaços de aprendizagem e a utilização de pedagogias criativas. Os professores reconheceram o impacto destas estratégias na mudança efetiva do comportamento dos alunos ao nível de autonomia, trabalho em equipa, abertura, autoconfiança e espírito crítico.

As ações realizadas ao longo do ano envolveram 10 artistas, 21 professores diretos e 134 nos *workshops* de disseminação, 262 alunos, 9 escolas e 1050 participantes nas aulas públicas. As experiências realizadas na sala de aula ao longo das várias edições do projeto foram alvo de reflexão, discussão, partilha e de múltiplos registos entretanto sistematizados na publicação *10 x 10 – Ensaios entre arte e educação*, lançada em 2017.

Paralelamente, ciente da importância de formar uma nova geração de professores, educadores, mediadores e artistas empenhados em explorar estratégias pedagógicas que apostem na singularidade, na transversalidade e na participação ativa dos formandos, a Fundação Calouste Gulbenkian associou-se à Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich na conceção e realização da pós-graduação *Práticas Artísticas e Processos Pedagógicos* iniciada no ano letivo de 2016 – 2017.





Programa Gulbenkian Inovar em Saúde

O PROGRAMA GULBENKIAN INOVAR EM SAÚDE tem como missão promover modelos organizacionais inovadores de cuidados de saúde, a transferência dos progressos biomédicos e tecnológicos, a agenda da saúde global e dos seus determinantes, os valores humanísticos e a humanização nos cuidados de saúde e a capacidade dos cidadãos nas escolhas em saúde.

Tem como objetivo ajudar a criar uma sociedade baseada em padrões de bem-estar e de saúde, de que os cidadãos possam usufruir ao longo da vida e nela participar de forma comprometida: Todos temos um papel a desempenhar.”

1 157 627 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

1 091 116 €
SUBSÍDIOS

A ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2016 focou-se nos eixos estratégicos em que o Programa Gulbenkian Inovar em Saúde (PGIS) se estruturou e na preparação da sua conclusão, em final de 2017.

Na promoção do diálogo internacional sobre a saúde mental, mantiveram-se as atividades da *Gulbenkian Global Mental Health Platform* e concluiu-se o processo de “translação” nos países selecionados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) das recomendações técnico-científicas produzidas, que se pretendia que fossem elementos estruturantes dos sistemas locais de saúde mental, no planeamento e organização de cuidados integrados.

No âmbito da modernização de modelos de saúde, deu-se continuidade ao projeto *Stop Infecção Hospitalar!* e iniciou-se o *Desafio Não à Diabetes!*. Os progressos já alcançados no primeiro estão acima das metas estabelecidas.

Manteve-se o apoio a projetos de prevenção e promoção da saúde, com ênfase nas áreas do cancro, com o objetivo de qualificar os cidadãos para melhor uso individual e social da informação em saúde (Literacia).

Foi dada continuidade ao propósito de reforçar a qualificação académica em Cuidados Paliativos, com o apoio a uma *Professorship* na Faculdade de Medicina de Coimbra.

Na promoção da humanização de cuidados, foi definido o modelo de avaliação das unidades domiciliárias de Cuidados Paliativos já criadas e foi apoiada a edição de estudos académicos sobre história da medicina portuguesa.

Forum on Mental Health: Socioeconomic Crises and Mental Health – from Research to Action.
© FCG / Márcia Lessa



Atividades

Continuidade e Reforço da Internacionalização

Gulbenkian Global Mental Health Platform

Este projeto iniciou-se em 2012, em parceria com a Organização Mundial de Saúde e com o Departamento de Saúde Mental da Universidade Nova de Lisboa, e foram seus objetivos: recentrar a saúde mental como um fator major de morbilidade, com dimensão global; relacionar a patologia mental com as doenças crónicas não-transmissíveis, visando abordagens integradas de cuidados; e atribuir à Fundação Calouste Gulbenkian um papel de ator internacional nas políticas inovadoras de saúde mental.

Em 2016, deu-se continuidade à segunda fase do projeto, com a discussão das recomendações reunidas nos relatórios técnicos coproduzidos com a OMS no primeiro triénio, em alinhamento com o *Mental Health Action Plan* de 2013-2020.

A Fundação participou, através da plataforma, como parceiro relator, no *World Bank Group-International Monetary Fund Spring Meeting 2016*, sobre o tema “Out of the Shadows: Making Mental Health a Global Development Priority”, realizado em Washington (EUA), em abril.

Promoção de Cuidados e Reforço da Constituição de Redes Multidisciplinares de Profissionais

Unidades Domiciliárias de Cuidados Paliativos

Foi definida a prioridade de apoio à organização de serviços de cuidados paliativos domiciliários para possibilitar o apoio a doentes que necessitam de cuidados terminais em ambiente familiar e com ajuda técnica apropriada.

O modelo ensaiado foi inovador, porque nele convergiram responsabilidades, em parceria, das autarquias, das organizações da sociedade civil (ONG) e das instituições locais de saúde.

O bom desempenho das unidades domiciliárias existentes necessita de ser objetivado, de forma independente e externa, pelo que a sua avaliação deverá estar concluída no final de 2017.

Atividades Desenvolvidas em Parceria e Projetos Apoiados nas Quatro Áreas de Atuação do PGIS

1. Saúde Global

Forum on Mental Health: Socioeconomic Crises and Mental Health – from Research to Action

Promovido pela Plataforma Gulbenkian de Saúde Mental, com a colaboração da Organização Mundial de Saúde, do Lisbon Institute of Global Mental Health e da Universidade Nova de Lisboa, este fórum decorreu, a 24 e 25 de novembro de 2016, na Sede da Fundação, e contou com cerca de 400 participantes e um total de 500 seguidores via *livestream*.

O debate reuniu especialistas mundiais na área dos determinantes sociais da saúde mental e salientou algumas estratégias que poderão minimizar o impacto negativo da crise económica sobre a saúde mental dos cidadãos afetados.

Desta iniciativa, resultou um conjunto de recomendações para Portugal, designadamente sob a forma de estratégias para a implementação de novos modelos de organização dos

cuidados de saúde mental, que favoreçam a inter-relação saúde mental-doenças crónicas e os formatos integrados de cuidados.

2. Cuidados de Saúde – Modelos, Sistemas e Serviços

Geração XXI

Geração XXI é uma coorte de nascimentos na região do Grande Porto, que acompanha 8647 recém-nascidos, registados entre abril de 2005 e agosto de 2006. Recolhe uma vasta informação longitudinal através de questionários psicossociais, exames físicos e análises biológicas colhidos durante o parto e ao longo do período de observação. A amostra tem representatividade epidemiológica nacional e é uma das mais importantes, pela dimensão e variedade de informação, a nível europeu.

O conjunto de estudos realizados acompanha a evolução de vários parâmetros que influenciam a saúde (sociais, comportamentais, organizacionais, biológicos), o que ajuda a compreender a influência do período pré-natal e dos primeiros anos de vida no desenvolvimento e que têm influência na idade adulta, desempenhando, por isso, um importante papel no planeamento de estratégias de intervenção de saúde pública.

Envelhecimento Cognitivo Saudável

Proseguiu o apoio ao projeto desenvolvido pelo Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde da Universidade do Minho para avaliar fatores preditivos de risco para a saúde mental, através do acompanhamento de uma coorte ≥ 1000 indivíduos com mais de 55 anos, representativos da população do Norte de Portugal.

O estudo tem um perfil epidemiológico longitudinal, baseando-se na recolha de parâmetros mensuráveis (indicadores neurofisiológicos, neuropsicológicos, anatómicos, físicos), ao longo da vida, o que permite ter uma visão detalhada do desempenho cognitivo e da saúde mental da população-alvo, assim como possibilita estabelecer correlações com vários índices clínicos, tornando possível a determinação de fatores preditivos de risco para a saúde mental das populações e a definição de medidas de intervenção individualizadas.

Avaliação das Necessidades de Médicos e Enfermeiros em Portugal

O planeamento de recursos humanos é essencial para qualquer sistema de saúde, tendo em consideração a exigência da qualificação dos profissionais e o custo da sua formação. Não existe uma visão prospetiva, sustentada em estudos qualificados, sobre os recursos humanos na saúde, nomeadamente no setor público (Serviço Nacional de Saúde), pelo que este projeto disponibilizará um instrumento de apoio à decisão política. O projeto pretende criar um modelo de estimação, por quinquénio e até 2040, das necessidades de médicos e enfermeiros, agregados nas especialidades identificadas como mais relevantes para a prestação de cuidados de saúde.

O projeto é realizado pela Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro.



Participantes no Summer Course on Global Health and Health Diplomacy.
© FCG / Márcia Lessa

3. Educação e Qualificação em Saúde

Summer Course on Global Health and Health Diplomacy

Realizada nas instalações da Fundação, de 20 a 24 de junho, a atividade formativa foi inovadora no nosso País, fornecendo aos potenciais envolvidos em negociações multilaterais na área da saúde conhecimentos que são instrumentos essenciais de intervenção.

O curso foi lecionado por 18 especialistas internacionais e estruturado em dois módulos: 30 horas de *workshops* interativos e sessões plenárias ao fim do dia, abertas ao público em geral.

Cancer Report

Este projeto analisa as dinâmicas de evolução da comunidade oncológica médica portuguesa e as suas inter-relações com os principais centros internacionais de oncologia. É desenvolvido pela Associação Portuguesa de Investigação em Cancro (ASPIC), organização que tem promovido redes de investigação oncológica e a sua relação com associações de doentes. O projeto permitirá disponibilizar um instrumento de apoio à decisão, com potencial para avaliar cenários de evolução dos cuidados de saúde a prestar em oncologia. Tem, desde o seu início, o apoio científico da European Association for Cancer Research.

Calouste Gulbenkian Environmental Health Professorship

Proseguiu o apoio à área do ensino em saúde ambiental na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, incentivando a reflexão académica numa área da saúde global que tem por objetivo formar quadros qualificados capazes de concretizar políticas relacionadas com o ambiente e a saúde.

Através deste apoio, a Fundação mantém uma intervenção pioneira no estímulo a áreas académicas inovadoras em instituições de saúde, como ocorreu com a Cátedra Gulbenkian em Cuidados Paliativos (2012-2014) e a Cátedra Gulbenkian em Saúde Global (2012-2015).

Prémio Jorge Silva Horta

Atribuído pela Ordem dos Médicos, o prémio destina-se a promover a excelência clínica. O patrono foi um eminente Mestre da Medicina Portuguesa que, enquanto bastonário, promoveu o Relatório das Carreiras Médicas, documento fundador da profissionalização dos médicos nas instituições de saúde.

Em 2016, o prémio foi atribuído a Vera Sarmento, do Hospital do Espírito Santo, em Évora, que desenvolveu uma retrospectiva histórica acerca das tendências dos locais de morte em todo o País e sua projeção futura.

A aplicação deste estudo pode ter o impacto que estudos similares tiveram em Inglaterra, nos EUA ou no Canadá, influenciando políticas de planeamento na área de Cuidados Paliativos e permitindo criar redes de cuidados acessíveis à população que reduzem os óbitos em ambiente hospitalar, privilegiando o apoio domiciliário ao doente terminal.

Global Asthma Network (GAN)

Desenvolvido pela Associação Portuguesa de Asmáticos (APA), o projeto consiste num estudo epidemiológico transversal, multicêntrico, de âmbito internacional, que analisa, em 2016-2017, a prevalência e a severidade das doenças alérgicas em Portugal.

Assente num esforço conjunto (envolvimento de entidades oficiais e sociedade civil), procura obter informação que permita melhorar os cuidados de saúde prestados às pessoas com asma e outras doenças alérgicas e diminuir em 50%, até 2025, a prevalência das formas graves da doença.

Conhecer a Doença: os Doentes em Primeiro Lugar

Foram apresentadas na Universidade do Porto as conclusões deste projeto, desenvolvido pelo Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP) e pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O projeto entrecruza a oncologia e as ciências sociais na construção de uma plataforma que aproxima os doentes dos profissionais de saúde e melhora o foco de intervenção das associações de doentes, podendo constituir um instrumento útil para doentes e familiares e para os cidadãos em geral.

Brochuras publicadas no âmbito do projeto **Conhecer a doença: os doentes em primeiro lugar.**



Foram elaboradas brochuras dedicadas a várias tipologias de cancro, que abordam fatores de risco, sinais e sintomas, diagnóstico, com explicação dos termos médicos mais utilizados, e que contêm ainda informações sobre os direitos dos doentes oncológicos e os contactos de instituições que se dedicam a diagnosticar e tratar o cancro.

A divulgação das publicações será feita através da Direção-Geral de Saúde, com a disponibilização dos conteúdos no seu *website* e a distribuição aos doentes nas unidades de saúde familiar.

2 Minutos para Mudar de Vida

Foi dada continuidade ao projeto, desenvolvido pelo IPATIMUP, para uma campanha de informação de grande visibilidade sobre o cancro, com impacto público (TV, redes sociais e sessões presenciais), com o objetivo de criar um efeito sinérgico entre os diferentes canais e atingir públicos-alvo alargados.

A campanha intitula-se *2 Minutos para Mudar de Vida* e consiste numa série de 40 episódios sobre temáticas relacionadas com o cancro, com um formato inovador baseado: no recurso à ficção; no registo narrativo informal e leve com espaço para o humor, intercalado com o rigor das explicações e demonstrações científicas; e em informações simples e de cariz prático, focadas nas opções individuais, com eficácia comprovada na redução do risco da doença.

4. Humanismo e Humanização em Saúde

Campanha Vida com Dignidade e Qualidade até ao Fim

Foi apoiada a campanha promovida pela Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) no âmbito do mês dos Cuidados Paliativos (outubro), que tem como público-alvo familiares, doentes, profissionais de saúde, decisores políticos e a população em geral.

Esta campanha destinou-se a elucidar sobre o valor dos cuidados paliativos nos doentes terminais.

NÓS (Narrar, Ouvir e Saber) – Histórias que Contagiam

Prossseguiu o apoio ao projeto desenvolvido pelo Instituto de Bioética da Universidade Católica do Porto para capacitação de profissionais de saúde em técnicas de deliberação e comunicação no exercício da prestação de cuidados e da gestão de recursos de saúde, utilizando a medicina narrativa como instrumento.

Professorship em Cuidados Paliativos

O projeto permite apoiar recursos humanos e projetos de investigação durante dois anos, solidificando um “núcleo” de profissionais com qualificações académicas e motivação para apoiar as iniciativas de disseminação dos cuidados paliativos na região Centro do País.

O *Professorship* em Cuidados Paliativos, desenvolvido pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, constitui um programa de educação-investigação com foco em questões de equidade e direitos humanos, e situa-se na interface entre os serviços hospitalares e a comunidade, com o objetivo de tornar a prestação de cuidados paliativos mais equitativa e proporcionar um apoio eficiente no domicílio nos cuidados em fim de vida.

Grande Projeto

Desafio Gulbenkian Não à Diabetes!

Com o objetivo de evitar que 50 mil indivíduos com elevado risco desenvolvam diabetes, no prazo de cinco anos, e identificar, no mesmo período, 50 mil diabéticos que desconheçam ser portadores da doença, 160 municípios das regiões Norte, Centro e Sul do País integrarão o programa *Não à Diabetes!* em diferentes etapas.

O programa prevê a avaliação do grau de risco de 25% da população adulta, o encaminhamento dos indivíduos em risco para consulta nos Centros de Saúde e a implementação de um plano de atividades com vista à adoção de estilos de vida saudáveis.

As ações têm uma vasta gama de parcerias: Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, Ministério da Saúde, Direção-Geral da Saúde, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Sociedade Portuguesa de Diabetologia, Associação Nacional das Farmácias, Merck Sharp & Dohme, Novartis, Fundação AstraZeneca e Novo Nordisk.

Em 2016, foram formadas as equipas de Gestores da Prevenção da Diabetes dos municípios que integram o *Desafio* nas suas duas primeiras fases e que têm como missão desenvolver iniciativas para a promoção de hábitos saudáveis na comunidade. Em dezembro, foi concluída a formação de 89 profissionais de saúde dos 21 municípios que integraram a primeira fase de implementação do *Desafio*, que serão responsáveis por ministrar, em 2017, um programa de alterações do estilo de vida (intitulado *Gosto!*), dirigido às pessoas rastreadas.



Edições

Relatório Literacia em Saúde em Portugal

O relatório contém os resultados do inquérito desenvolvido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/IUL (entre 2013 e 2015), com o objetivo de fazer uma avaliação sistematizada da literacia em saúde na sociedade portuguesa, de acordo com um modelo recomendado pela OMS. Seguindo essa metodologia já testada em oito países, a que se acrescentaram dados relativos ao uso das tecnologias de informação em saúde, o estudo desenvolvido pelas investigadoras Rita Espanha, Patrícia Ávila e Rita Veloso Mendes permitiu mapear, pela primeira vez, a situação de Portugal relativamente à literacia em saúde da população e situar os resultados alcançados no quadro europeu.



Desafio Gulbenkian Stop Infeção Hospitalar!

O PROGRAMA FOI INICIADO em maio de 2015 e tem como objetivo alcançar, no período de três anos, uma redução da taxa das infeções hospitalares adquiridas em 50%, em doze centros hospitalares, que correspondem a dezasseis unidades públicas ou de regime público-privado.

Foi utilizada uma metodologia “colaborativa”, num modelo de ciência de implementação que promove a adoção das melhores práticas através de Sessões de Aprendizagem Conjunta, reuniões e visitas periódicas aos hospitais.

Em janeiro e outubro de 2016, seis peritos do Institute for Healthcare Improvement (IHI) acompanharam e monitorizaram o Programa “no terreno”, discutindo as dificuldades encontradas e elaborando um conjunto de recomendações próprias para cada instituição.

Em abril, a segunda Sessão de Aprendizagem reuniu duas centenas de profissionais de saúde e teve a presença do ministro da Saúde, que destacou a importância do projeto com vista à melhoria dos indicadores nacionais das infeções hospitalares.

A meio do seu percurso, o Desafio Gulbenkian *Stop Infeção Hospitalar!* alcançou progressos que estão acima do planeado, com indicadores positivos relativamente a resultados (dias livres de infeção, taxa de prevalência de infeção hospitalar) e a processos (taxa de adesão às recomendações de boas práticas).

Sessão de Aprendizagem Conjunta, Desafio Gulbenkian Stop Infeção Hospitalar!
© FCG / José Barradas



Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas

O PROGRAMA GULBENKIAN DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS (PGLCP) tem como missão conceber, propor e executar a intervenção da Fundação Calouste Gulbenkian no estímulo à excelência, à inovação e à internacionalização da Língua, da Literatura, das Artes Performativas, do Cinema e dos Estudos Culturais Portugueses, em Portugal e no Mundo.

Esta intervenção concretiza-se quer em atividades diretas, quer em parcerias nacionais e internacionais de configuração variável com outras entidades nacionais e internacionais, quer ainda na concessão de apoios a projetos de entidades exteriores à Fundação, maioritariamente através de concursos públicos.

468 601 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

716 758 €
BOLSAS, SUBSÍDIOS E PRÉMIOS

Entrada da exposição
*Por Dentro de Uma
Mente Criativa.*
© Mariano Piçarra

NO DECURSO DE 2016 E NA SEQUÊNCIA das novas orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração para a Fundação Calouste Gulbenkian, o Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesa (PGLCP) iniciou um processo de redefinição e focagem do seu âmbito de intervenção, privilegiando o apoio à internacionalização em termos que já foram consagrados no Plano de Atividades e Orçamento do Programa para 2017.

A atividade distributiva do PGLCP baseou-se na realização de concursos públicos anuais: três no âmbito das Artes Performativas e do Cinema; um para apoio a Projetos Inovadores de Investigação Científica no âmbito da Língua e da Cultura Portuguesa; e um para a organização de Congressos, desenvolvidos por entidades portuguesas ou estrangeiras, em Portugal e no estrangeiro.

Foi dada continuidade ao apoio a organizações estrangeiras, quer para a implementação de programas de formação e investigação sobre estudos portugueses ao nível de pós-doutoramento, a desenvolver em universidades estrangeiras, quer para a consolidação de bolsas de doutoramento.

A intervenção do Programa no estrangeiro inclui a difusão de obras sobre cultura portuguesa através do seu envio para bibliotecas, centros de estudos e institutos com os quais a FCG mantém ligação. De realçar o grande número de obras de Cultura Portuguesa apoiadas, facto que se deveu à qualidade e importância das propostas recebidas ao longo do ano.

Espectáculo *Fado: a Voz do Silêncio*, pela fadista Aldina Duarte.
© FCG/Márcia Lessa



Atividades

Colóquio Internacional Português: Palavra e Música

De 12 a 14 de dezembro, decorreu o Colóquio Internacional *Português: Palavra e Música*, comissariado por Rui Vieira Nery, durante o qual investigadores de Estudos Literários e de Musicologia e criadores poéticos e musicais contemporâneos debateram a presença da Língua Portuguesa na Música vocal e teatral de Portugal e do Brasil, o papel das temáticas, referências e paradigmas musicais na criação literária em Português e a própria questão da musicalidade intrínseca da Língua, nos seus diferentes usos, contextos e variantes. Ainda no âmbito do Colóquio, realizou-se na escadaria do *hall* da Zona dos Congressos o espetáculo *Fado: a Voz do Silêncio*, pela fadista Aldina Duarte, cujo programa, inteiramente preenchido por obras de poetas e compositores portugueses, pretendeu fazer a associação do Fado à Poesia portuguesa.

Recuperação do Património de Origem Portuguesa no Estrangeiro

Deu-se continuidade ao apoio técnico a intervenções e à realização de estudos no âmbito da recuperação do património de origem portuguesa no estrangeiro. De salientar a realização, em Marrocos, de um *workshop* promovido pelo município de Arzila em colaboração com a Fundação Al-Turah, da Arábia Saudita, de que resultou um relatório técnico para ser utilizado como base orientadora da intervenção que as autoridades locais desejam implementar, num futuro próximo, para preservação e revalorização das muralhas da fortificação daquela cidade do Norte de África. Foi organizado e instalado no piso térreo da Torre de Menagem de Arzila um conjunto museológico composto por painéis, com informação documental, histórica e iconográfica, e por duas maquetas anteriormente executadas pela Fundação aquando das obras de recuperação da referida Torre, realizadas pela Fundação no início da década de 1990.

Conjunto museológico sobre a história da construção e recuperação da Torre de Menagem da fortificação de Arzila, Marrocos.



Na Índia, no Indo-Portuguese Museum of Cochin, a intervenção incidu na aquisição de equipamento adequado para apetrechar as reservas, na transferência para este espaço dos objetos que se encontravam depositados no sótão do Palácio Episcopal, no respetivo registo sistemático e na organização do espaço segundo um plano conceptual preparado *in loco*.

Prémio Branquinho da Fonseca – Expresso/Gulbenkian

Foi apresentada a obra vencedora da 8.ª edição do Prémio Branquinho da Fonseca – Expresso/Gulbenkian, *Tiago, o Colecionador-Quase-Nuvem*, da autoria de Vanessa Mendes Martins, publicada pela editora Arranha-Céus.

Dá Voz à Letra

A 2.ª edição do concurso *Dá Voz à Letra*, organizada em parceria com a Câmara Municipal do Porto e com a Porto Editora, teve como vencedora Mara Daniela Rocha Martins, de 16 anos, por decisão de um júri constituído por Catarina Furtado, Pedro Lamares e Valter Hugo Mãe. O espetáculo que reuniu os 10 finalistas do concurso foi dirigido pelo encenador Carlos Pimenta – com guião e seleção dos textos da autoria da escritora Helena Vasconcelos e apoio à oralidade da responsabilidade da atriz Teresa Lima – e teve lugar em fevereiro, na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto. O espetáculo contou com intervenções, ao vivo, do ilustrador António Jorge Gonçalves e do músico Ricardo Pinto.



Dá Voz à Letra – Os dez finalistas e o júri (Catarina Furtado, Pedro Lamares e Valter Hugo Mãe), no final do espetáculo que teve lugar na Biblioteca Almeida Garrett, no Porto.

Jardim de Verão

No âmbito do projeto *Jardim de Verão*, realizaram-se quatro manhãs imaginadas para a infância, onde a literatura e a música se cruzaram com outras disciplinas, partindo de alguns livros cujas histórias foram contadas pelos próprios autores. Quatro tardes, pensadas para jovens adultos, tiveram, para além da presença de escritores, uma sessão participativa de leitura em voz alta, conduzida pelo ator Pedro Lamares.



Espectáculo integrado no Jardim de Verão: Canções de Intervenção – Mariana Abrunheiro e Ruben Alves. © FCG / Márcia Lessa

Colóquio/Letras

A revista *Colóquio/Letras* é uma publicação quadrimestral especializada em literaturas de expressão portuguesa.

No centenário da entrada oficial de Portugal na Primeira Grande Guerra, o n.º 190 reúne um conjunto de ensaios que analisam a forma como a literatura refletiu situações extremas de conflito. Em separata, publica-se um importante estudo de Rita Marnoto sobre as novas formas métricas introduzidas por Sá de Miranda.

O n.º 191 celebra os 100 anos do nascimento de Vergílio Ferreira. Com a colaboração da Universidade de Granada, evoca-se também Federico García Lorca, assassinado há oitenta anos pelas forças que se rebelaram contra a República espanhola.

Dedicado ao Experimentalismo português, o n.º 192 presta homenagem a Ana Hatherly, figura ímpar deste movimento. Por ocasião dos 120 anos do nascimento de José de Azeredo Perdigão (1896 – 1993), publica-se um suplemento dedicado ao primeiro Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian.

No ano em que se comemora o centenário de *Portugal Futurista*, revista efêmera cujo primeiro e único número foi apreendido pelas autoridades, o n.º 193 chama a atenção para a importância do Futurismo português. Nos ensaios aqui publicados, apresentam-se um panorama dos protagonistas desse período e o contexto que converteu em “malditos” os modernistas portugueses. Este número revela ainda uma série esquecida de desenhos de anúncios que Almada produziu para a empresa madrilena Cimentos Cosmos.

Cada um dos três números teve uma tiragem de 1200 exemplares.

Bolsas e Subsídios

Projetos Inovadores de Investigação Científica

O concurso de apoio a Projetos Inovadores de Investigação Científica no âmbito da Língua e da Cultura Portuguesas privilegia as propostas que possam contribuir para estabelecer e reforçar novos paradigmas teóricos e metodológicos, suscetíveis de serem replicados.

Dos 10 projetos de investigação subsidiados no corrente ano, oito enquadram-se no âmbito da Cultura Portuguesa e dois na área da Língua Portuguesa. Destacam-se, na área da Cultura Portuguesa: *A cultura científica portuguesa no século XVIII – contributo da Biblioteca Histórica do Museu Nacional de História Natural e da Ciência para a receção da filosofia e da ciência modernas*, da Universidade Nova de Lisboa; *De Artibus in Auream Goa: Preparing the Image. Transcontextualization in the Golden Age of Portuguese Painting*, da Universidade de Lisboa – Instituto de História da Arte, que consiste na realização de estudos artísticos que possibilitem a caracterização da pintura indo-portuguesa e a influência da Cultura Portuguesa no universo do antigo Estado português de Goa. No âmbito da Língua Portuguesa, releve-se o projeto *Língua e cidadania: das relações entre palavras ao conhecimento do mundo*, da Escola Superior de Educação de Lisboa.

Artes Performativas e Cinema

Os concursos de Artes Performativas e Cinema apoiam projetos de criadores e produtores de nacionalidade portuguesa, ou estrangeiros residentes em Portugal, nas vertentes de criação emergente e da internacionalização, com o intuito de promover práticas artísticas experimentais em busca de novas abordagens e de divulgar o trabalho, em Portugal e no estrangeiro, dos criadores portugueses nestas áreas, sobretudo através da sua participação em seminários, mostras ou festivais internacionais.

No âmbito das *Artes Performativas*, foram concedidos 75 apoios, 53 bolsas e 22 subsídios nas áreas de Cinema, Dança e Teatro. De destacar o apoio concedido ao filme *Pedro*,



de André Santos e Marco Leão, o único filme português convidado para o Festival Sundance, nos EUA, em 2016.

Os projetos *Occupation Bastille* e *Chantiers d'Europe*, apoiados este ano, marcaram uma significativa presença de criadores portugueses na cena das Artes Performativas em Paris.

Relevante também foi o apoio de arranque à BoCA – Biennial of Contemporary Arts, a ter lugar, em abril de 2017, em Lisboa e no Porto.

Apoio à Organização de Congressos e Reuniões Científicas

No que respeita ao Concurso para Apoio a Congressos, realizados por entidades portuguesas ou estrangeiras, em Portugal e no estrangeiro, pretende-se contribuir para a consolidação, progresso e difusão do conhecimento, tendo sempre como foco a Língua e a Cultura Portuguesas.

No âmbito do apoio à Organização de Reuniões Científicas que contribuam para o progresso e a difusão do conhecimento, foram atribuídos subsídios a 26 congressos internacionais, realizados em Portugal, Itália, Croácia, Israel, China e Japão. De salientar a conferência internacional *Celebração dos Cem Anos do Ensino da Língua Portuguesa no Japão*, organizada pela Tokyo University of Foreign Studies.

Apoio a Edições e Aquisição de Recursos Bibliográficos

É de destacar o apoio à edição do volume *Genuína Fazendeira – Os frutíferos 100 anos de Cleonice Berardinelli*, organizado por ocasião das celebrações do centésimo aniversário do nascimento desta estudiosa da literatura portuguesa que, desde 2009, é membro da Academia Brasileira de Letras.

Um protocolo entre a Fundação e a Academia de Ciências de Lisboa estabeleceu a atribuição de um subsídio, por um período de cinco anos, para a viabilização da edição anual de dois volumes da “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*, obra que é uma referência incontornável para a moderna Historiografia portuguesa.

A O’Leary Library, da Universidade de Massachusetts Lowell beneficiou de um apoio financeiro destinado à aquisição de recursos bibliográficos especializados sobre língua, história e cultura portuguesas.

5
CONCURSOS

71
SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS

Já Passou, de André Santos, filme vencedor do prémio Melhor Curta-metragem Internacional no Roma Independent Film Festival.



Parcerias Relevantes

PROSSEGUE A PARCERIA com a Associação Internacional de Lusitanistas para o desenvolvimento do Portal Cultural do Mundo de Língua Portuguesa – Plataforma9, *site* de referência de tudo o que está a acontecer na cultura e na investigação da língua portuguesa em vários países.

Deu-se continuidade ao Gulbenkian Doctoral Program – Portuguese Literature and Culture, na Freie Universität Berlin, através do lançamento de uma nova edição destinada a apoiar as pesquisas de investigadores, selecionados internacionalmente, e à organização de seminários integrados no âmbito do Programa.

Teve início a parceria com a University of California Berkeley – Institute of European Studies com vista ao desenvolvimento do Gulbenkian Program in Portuguese Studies destinado a professores afiliados em universidades em Portugal, especializados nas áreas de língua, literatura, história e cultura portuguesas.

Prosseguiu o programa de colaboração com a John Carter Brown Library, instalada no *campus* da Brown University, que visa acolher investigadores, seniores e doutorandos, em regime de residência, para desenvolverem projetos de pesquisa sobre fontes relativas a Portugal pertencentes ao acervo daquela prestigiada biblioteca e para a realização de encontros internacionais sobre temas da cultura portuguesa.

Internamente à Fundação, o PGLCP associou-se a iniciativas conjuntas com o Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (Projeto PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social) e com o Serviço de Bolsas (Bolsas de Estudo sobre Cultura Portuguesa para Investigadores Estrangeiros), bem como no âmbito da programação interdepartamental do *Jardim de Verão*.

Tutuguri de Flora Detraz,
© Pablo Lopez

(Por) Dentro de uma Mente Criativa – Arquitetura Portuguesa

Criatividade e Inovação

Galeria do Piso Inferior do Edifício Sede | 18.03- 06.06.2016

ESTA EXPOSIÇÃO, projeto da autoria e curadoria de Eduarda Lobato Faria, organizou-se em torno de sete *ateliers* profissionais, contemporâneos e premiados, e pretendeu dar a conhecer a forma particular e única de pensar destes arquitetos e a riqueza do seu trabalho: o longo percurso entre a ideia primeira e a obra construída. Para além de desenhos conceptuais, esboços, maquetes de estudo e finais, desenhos técnicos, fotografias de obra, entre outros materiais que contam a história de cada projeto e que foram selecionados pelos próprios autores, uma das paredes da sala de exposições exibiu sete filmes da autoria de Catarina Mourão, um para cada um dos arquitetos presentes.

Um ciclo de sete conferências, a partir de entrevistas conduzidas pela curadora e seguidas de uma conversa alargada à assistência, complementou a possibilidade de dar a conhecer o pensamento, o método de trabalho e as ideias que levam à conceção dos projetos por parte dos arquitetos convidados.

Estiveram presentes os *ateliers*: Aires Mateus, com o projeto do *Centro de Convívio de Grândola* (2011 – 2016) (Grândola, Portugal); ARX Portugal, com o projeto do *Centro Sociocultural da Costa Nova* (2011 – 2016) (Aveiro, Portugal); Carrilho da Graça, com o projeto da *Igreja de Sto. António e Centro Paroquial* (1993 – 2008) (Portalegre, Portugal); Gonçalo Byrne, com o projeto do *Centro Cívico do Centro Histórico* (2003 – 2012) (Leiria, Portugal); Inês Lobo, com o projeto da *Biblioteca Pública e Arquivo Municipal* (2006 – 2016) (Angra do Heroísmo, Açores, Portugal); Siza Vieira, com o projeto do *Museu Iberê Camargo* (1998 – 2008) (Porto Alegre, Brasil); e Souto de Moura, com o projeto da *Casa das Histórias Paula Rego* (2005 – 2009) (Cascais, Portugal).

Tratou-se de uma parceria entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.



6000
VISITANTES

7
CONFERÊNCIAS

3000
PARTICIPANTES

Por Dentro de Uma Mente Criativa. Conferência do Arq. Siza Vieira: Eduarda Lobato Faria, Álvaro Siza Vieira, Artur Santos Silva.
© FCG / Márcia Lessa

Vistas da exposição Por Dentro de Uma Mente Criativa.
© FCG / Márcia Lessa





Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento

O **OBJETIVO PRINCIPAL** do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento é contribuir para o reforço das capacidades das pessoas e das organizações dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, tendo como áreas prioritárias a educação, a saúde, a investigação em saúde e a arte. Em 2016, a sua intervenção continuou a ser pautada pelos princípios de alinhamento, eficácia e harmonização com as prioridades de desenvolvimento dos países parceiros.

1 223 873 €
INICIATIVAS PRÓPRIAS

1 082 556 €
BOLSAS, SUBSÍDIOS E PRÉMIOS

EM 2016, O PROGRAMA GULBENKIAN PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PGPD) assinou com a Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique, o III Protocolo de Cooperação, com atividades até 2020, tendo tido lugar, no final do ano, os cursos preliminares de acesso aos primeiros doutoramentos em Economia e Gestão.

Na área do Ensino Básico, destacam-se os projetos *RECEB - Reforma Curricular do Ensino Básico*, de apoio à reforma curricular deste nível de ensino na Guiné-Bissau, cofinanciado pela UNICEF, e o *PAT - Projeto Aprendizagem para Todos em Angola*, na componente de formação contínua de professores.

Na Saúde, iniciou-se, em Cabo Verde, o projeto-piloto *Rastreo de Base Populacional do Cancro do Colo do Útero*. No Reforço e Capacitação da Sociedade Civil, destaque para o fim do projeto *Mais Valia* que, através dos próprios voluntários, deu lugar à *Ser Mais Valia - Associação de Voluntariado para a Cidadania e Desenvolvimento*. Em Angola, encetou-se uma nova fase de relacionamento entre os promotores do projeto CISA - Centro de Investigação em Saúde de Angola.

Nas Artes, destaca-se o apoio ao núcleo de publicações especializadas em arte, com forte componente africana, da Biblioteca do Centro Cultural Português, em Maputo.

Também em 2016, com a realização da II reunião de alto nível da *Global Partnership for Effective Development Cooperation*, em Nairobi, a Fundação terminou a sua representação no setor filantrópico do Comité Diretivo desta plataforma.

Por último, salienta-se a avaliação externa realizada ao PGPD, que analisou o período entre 2013 e 2015.

Atividades

O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA PROGRAMA é contribuir para o reforço das capacidades das instituições e para a melhoria das competências dos recursos humanos em cinco áreas principais: **Educação**, através do apoio ao Ensino Superior e pós-graduado e ao ensino não-superior, em particular ao Ensino Básico; **Saúde**, através da capacitação de unidades de saúde e do reforço de competências dos profissionais de saúde; **Investigação em Saúde**, através da participação no CISA - Angola, da promoção de parcerias e redes internacionais de investigadores dos PALOP e do apoio ao desenvolvimento de estudos científicos; **Artes**, através do fomento e da qualificação da criação artística; **Capacitação da Sociedade Civil**, através do apoio à capacitação, em múltiplas vertentes, de ONGD nacionais e da promoção e reflexão sobre temas do desenvolvimento global.

Educação

Apoio ao Ensino Superior e Pós-Graduado

O PGPD aposta no apoio à criação e à consolidação de programas de formação avançada, em particular na formação doutoral, que respondam às necessidades de desenvolvimento dos países parceiros, privilegiando o regime de *b-learning*.

Foi apoiado o projeto *Estudos Aplicados Avançados em Desenvolvimento do CESA* - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do ISEG da Universidade de Lisboa, em parceria com o Serviço de Bolsas Gulbenkian, que visa reforçar o ritmo de publicação no domínio dos Estudos do Desenvolvimento, em revistas de reconhecido mérito científico internacional.

Em abril, foi concluído o mapeamento das parcerias entre Instituições de Ensino Superior Portuguesas e Instituições de Ensino Superior dos PALOP e Timor-Leste, em parceria com o Camões, IP. Este estudo permitiu recolher informação sobre mais de 480 projetos de

Ação do PGPD ao longo de 2016

192
INSTITUIÇÕES COM MAIOR
CAPACIDADE OU QUALIFICADAS

2 225
PROFISSIONAIS COM
COMPETÊNCIAS REFORÇADAS

78 895
BENEFICIÁRIOS DIRETOS

cooperação para o desenvolvimento na área do ensino superior, que decorreram entre 2007 e 2015, perceber as parcerias existentes, por país e por domínio científico, e contribuir para a recomendação 28 da *Estratégia para a Internacionalização do Ensino Superior Português*.

Angola

Concluiu-se o apoio ao 1.º *Curso de Mestrado em Microbiologia Aplicada da Universidade Agostinho Neto* (UAN), em Luanda, em colaboração com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com 12 alunos finalistas, estando dois deles a elaborar os seus projetos de investigação com o apoio do CISA;

Também na UAN, foi aprovado pelo Ministério da Saúde o 1.º *Curso de Doutoramento em Saúde Pública da Faculdade de Medicina*, mas, devido à atual situação económica de Angola, a Faculdade não consegue assegurar o pagamento dos docentes nacionais participantes no curso. Assim, o apoio a este curso está a ser reequacionado em conjunto com a Reitoria da UAN e com o Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto.

Cabo Verde

Do II *Contrato de Cooperação* da FCG com a Universidade de Cabo Verde (2015-2019), iniciou-se o apoio a:

- 1.º *Doutoramento em Gestão e Políticas Ambientais*, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Évora, a Universidade de Lisboa e a Universidade de Aveiro, que se iniciou em março;
- *Cursos de Especialização na Área da Engenharia Civil* em parceria com a Universidade de Aveiro, tendo já sido lecionados quatro, frequentados por um total de 68 formandos;
- *Sistema de Gestão Global Integrado - Gestão da Qualidade e Modelo de Avaliação*;

- *Apoio ao Projeto de Recuperação e Valorização da Memória Institucional* da UniCV (digitalização dos arquivos).

Mestrado em Ensino do Português, Língua Segunda: concluiu-se o apoio a 13 docentes do Ensino Secundário (em fase de elaboração das suas teses), no âmbito do I Contrato-Programa com esta Universidade.

Foi apoiada pela FCG a 3.ª edição do *Curso Liderança e Inovação na Gestão do Desenvolvimento* do Instituto Pedro Pires para a Liderança.



Curso de especialização em Engenharia Civil na UniCV.

Apresentação de tese de mestrado da Escola Superior de Turismo de Inhambane na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.



No âmbito do projeto da UNESCO, *A Rota dos Escravos*, foi concedido apoio à publicação de um manual e de um livro científico – *Cabo Verde: Arquipélago Estratégico em África do Oeste e Cabo Verde e o Comércio Transatlântico*, para professores do ensino secundário e estudantes universitários – e à elaboração do DVD *Escravidão e o comércio de escravos no espaço que integra o Oceano Índico, África, o Oceano Atlântico e as Américas*, para divulgação no ensino superior cabo-verdiano e para formação de docentes.

Moçambique

Assinou-se o III *Contrato de Cooperação com a UEM – Universidade Eduardo Mondlane (2016 – 2018)*, em áreas por esta estabelecidas e que permitem responder a constrangimentos identificados pelo Plano Estratégico do Ensino Superior (2012 – 2020).

Este protocolo assegura a concentração das ações de cooperação para os próximos quatro anos, nomeadamente em termos de reforço da capacidade institucional e da qualificação de quadros, nas seguintes áreas:

– *Doutoramento em Gestão e Políticas no Setor Agroalimentar*. A 1.ª edição terá início em 2017, apoiando a Fundação a mobilidade de docentes universitários de outras instituições associadas (Universidades de Cabo Verde, José Eduardo dos Santos, do Huambo, e Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa);

– *Doutoramento em Economia* em parceria com o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG);

– *Doutoramento em Gestão*. Apoiar-se a 1.ª edição, através da oferta de bibliografia e de estágios aos melhores alunos;

– Estágios científicos para quatro alunos do Doutoramento em Ciências e Tecnologia de Energia. Os alunos farão um estágio de cinco meses no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, no primeiro semestre de 2017, com o apoio financeiro da REN – Redes Energéticas Nacionais;

– *Qualificação do Corpo Docente da Escola Superior de Turismo de Inhambane*, mediante a concessão de duas bolsas para a componente letiva do doutoramento, em parceria com o Serviço de Bolsas Gulbenkian;

– *Sistema de Garantia de Qualidade da Educação a Distância*, tendo a sua implementação o apoio da Universidade de Aveiro;

– *Consolidação do Curso E-learning de Biopatologia e Anatomia Patológica Geral*, uma plataforma de *e-learning* partilhada entre as Faculdades de Medicina da UEM e da Universidade do Porto, para ensino de Biopatologia;

Concluiu-se o apoio à parte curricular da 1.ª edição do *Mestrado em Ciências Atuariais* da Faculdade de Economia da UEM, com a colaboração técnica e pedagógica do ISEG;

No âmbito da colaboração com a Universidade Pedagógica de Moçambique (UPM), prosseguiu o apoio à *Formação Avançada de 15 Docentes* da UPM, com coorientação de docentes da Universidade do Minho. Este projeto prossegue em 2017, com a realização de *Oito Estágios Científicos Avançados para Docentes/Doutorandos da UPM* das áreas da Energia e Meio Ambiente, Linguística Aplicada ao Ensino e Educação/Currículo na Universidade do Minho.

Timor-Leste

Foi apoiado o projeto *ForSA – Formação em Saúde em Timor-Leste*, que tem como objetivo melhorar as capacidades pedagógicas e organizativas da Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde da Universidade Nacional de Timor-Lorosae (FMCS-UNTL), mais especificamente apoiar na preparação e implementação dos cursos de Farmácia, de Ciências Biomédicas e Laboratoriais e de Nutrição. Este projeto conta com o apoio técnico da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTESL). Professores da ESTESL lecionaram módulos específicos dos cursos de Farmácia e Nutrição e realizou-se uma ação de formação pedagógica e científica para todos os professores da FMCS-UNTL. O professor coordenador do curso de Ciências Biomédicas e Laboratoriais e a professora responsável pelas aulas laboratoriais do curso de Farmácia efetuaram um estágio de um mês, na ESTESL, em Lisboa.

Eixo 1. Reforço das capacidades e competências

120
INSTITUIÇÕES COM MAIOR
CAPACIDADE OU QUALIDADE
DE ATUAÇÃO

2 225
PROFISSIONAIS COM
COMPETÊNCIAS
REFORÇADAS

78 895
BENEFICIÁRIOS DIRETOS

2 141
PROFISSIONAIS COM
COMPETÊNCIAS REFORÇADAS



Ação de formação do PREPA em Angola.

Apoio ao Ensino Não-Superior

Angola

Projeto de Formação de Formadores para o Ensino Primário em Angola (PREPA). Na sequência do término, em 2014, da 1.ª fase do projeto, focado na consolidação e no reforço das competências dos docentes das escolas de formação de professores, analisou-se, juntamente com o Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação, a possibilidade da sua extensão, preferencialmente no período de 2016-2018, às 18 províncias do país, com recurso ao sistema de *b-learning*. O plano anual abrangerá seis províncias e comportará três missões de formação presencial. Em 2016, foram contempladas as províncias de Luanda, Huíla, Quanza Norte, Quanza Sul, Namibe e Huambo.

Projeto Aprendizagem para Todos (PAT). Na sequência do trabalho desenvolvido no quadro do PREPA, a Fundação foi convidada pelo Ministério de Educação de Angola a apresen-

tar uma proposta para a componente de formação contínua dos professores deste projeto, realizado no quadro de uma parceria entre o Banco Mundial e aquele Ministério. Este projeto iniciou-se em finais de outubro de 2016, contando com a colaboração técnica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, e decorre até finais de 2019.

Guiné-Bissau

Programa Ensino de Qualidade em Português na Guiné-Bissau (PEQPGB). O PGPD continuou a apoiar este programa, da responsabilidade da ONGD FEC (Fundação Fé e Cooperação), que conta igualmente com o financiamento maioritário do Camões, IP e visa responder às necessidades de melhoria de acesso e da qualidade de ensino através da formação

contínua, ou em serviço, de agentes educativos de Educação de Infância, e Ensino Básico e Secundário.

RECEB – Reforma Curricular do Ensino Básico (1.º ao 9.º anos). Foi assumida a coordenação geral, em articulação com o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, com o apoio técnico da Universidade do Minho e cofinanciamento da UNICEF, em observância dos princípios constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Plano Estratégico

Ação de formação de professores do Ensino Primário em Angola no âmbito do PAT.



Guiné-Bissau 2025 – Terra Ranka. A reforma curricular abrangerá a elaboração de programas, manuais para os alunos, guias para os professores e ações de formação para professores e para a comunidade educativa.

Por solicitação das autoridades guineenses, foi apresentada à UNICEF, e aprovada, a extensão da 1.ª fase do RECEB à elaboração, no segundo semestre de 2016, dos programas para o 2.º ciclo do Ensino Básico.

Moçambique

Promoção da Leitura nos Distritos de Chibuto e Guijá. Apoio ao projeto da ONGD AIDGLOBAL, que tem como objetivo promover a leitura e o acesso ao livro junto da comunidade educativa e reforçar a capacidade das bibliotecas escolares e municipais para a promoção da leitura naqueles distritos da província de Gaza.

São Tomé e Príncipe

RIQUEB – Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico. Concluíram-se as atividades previstas neste projeto, iniciado em 2013, com o apoio técnico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. Em 2016, foram consolidadas as versões finais dos 13 Guias de apoio à formação inicial e contínua de docentes do ensino básico e de diretores das escolas daquele nível de ensino e procedeu-se à impressão de um número limitado de exemplares. Os manuais estão também disponíveis em versão digital para distribuição mais alargada. Foi enviado um acervo documental básico destinado ao Centro de Recursos de Água Grande e ao Centro de Recursos do Instituto Superior de Educação e Comunicação, complementado com uma ação de formação presencial na área da biblioteconomia para dez gestores e técnicos daqueles centros e de núcleos documentais de escolas básicas e de serviços centrais.



Validação dos programas do Ensino Básico pelas equipas da Guiné-Bissau no âmbito do projeto RECEB.



Guias de formação inicial, contínua e de diretores do projeto RIQUEB – São Tomé e Príncipe.

Saúde

Capacitação de Unidades de Saúde

A estratégia de intervenção na área da saúde privilegia o apoio a projetos promovidos por ONGD em contextos de maior fragilidade e que concorram para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde materno-infantil e para a diferenciação de serviços de referência nacional que respondam a algumas das mudanças de perfis epidemiológicos que se registam nos PALOP, nomeadamente na área das doenças não-comunicáveis.

Angola

Obrigado Mãe. Desenvolveu-se a fase II deste projeto, que, através do reforço do Centro Materno-Infantil da Nossa Senhora da Graça, em Benguela, como núcleo formativo na área materno-infantil dirigido a profissionais de saúde de três províncias (Benguela, Huambo e Bié), pretende contribuir para a redução da mortalidade materna e melhorar a prestação de cuidados de saúde. A sua gestão é da FEC – Fundação Fé e Cooperação, tendo realizado já a formação de 107 enfermeiros e parteiras das três províncias e tendo alargado a formação a 54 estudantes finalistas (40 já formados) do curso de Enfermagem e Obstetrícia do Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela. Iniciou-se a formação de 22 gestores das unidades de saúde, bem como o acompanhamento a nove unidades de saúde da província de Benguela para implementação de procedimentos e protocolos que melhorem a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

Cabo Verde

Rastreio de Base Populacional do Cancro do Colo do Útero em Cabo Verde. Este projeto-piloto visa contribuir para a capacitação do sistema de saúde do país na resposta ao aumento das doenças não-comunicáveis e resulta de uma parceria com a Direção Nacional de Saúde de Cabo Verde e a Direção-Geral de Saúde de Portugal, contando com a colaboração técnica da Liga Portuguesa Contra o Cancro, do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto e dos Institutos Portugueses de Oncologia Dr. Francisco Gentil de Coimbra e Lisboa.

É seu objetivo contribuir para a redução da mortalidade associada ao cancro do colo do útero, através da melhoria do diagnóstico precoce e do tratamento das lesões pré-malignas

e malignas. Este projeto deu formação a médicos especialistas, a técnicos de anatomia patológica, a ginecologistas e enfermeiros responsáveis pelo rastreio. Além disso, procedeu-se à aquisição de equipamento essencial ao diagnóstico e tratamento de pequenas lesões (colposcópios e aparelhos de eletrocirurgia), em complemento ao mamógrafo instalado no Hospital Baptista de Sousa, no Mindelo.



Guiné-Bissau

O apoio da Fundação tem-se centrado no cofinanciamento aos projetos desenvolvidos por ONGD portuguesas no âmbito do *Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materna e Infantil (PIMI)*, coordenado pela União Europeia e pela UNICEF, com

financiamento maioritário da Cooperação Portuguesa e da União Europeia, nomeadamente:

– *Reforço da Disponibilidade e Qualidade dos Cuidados de Saúde Materno-Infantis nas*

Regiões de Cacheu, Biombo, Oio e Farim. Este projeto terminou em 2016 e era coordenado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). O apoio da FCG centrou-se no reforço da capacidade do Hospital de Cumura com o apetrechamento de um novo bloco operatório e da maternidade desta unidade de saúde e na formação especializada dos profissionais de saúde destes serviços, o que permitiu melhorar a realização de partos assistidos e de cesarianas na região do Biombo;

– *Tabanka ku Saudi – Tabanca com Saúde.* O projeto decorreu nas regiões de Cacheu e Biombo entre 2013 e 2016, foi coordenado pela ONGD VIDA e atingiu os resultados pretendidos com o aumento do número de partos realizados em instalações de saúde e a diminuição de mortalidade infantil e materna na região. Este resultado foi possível através da formação de agentes comunitários de saúde e de profissionais de saúde;

– *Estratégia para a Aceleração da Redução de Mortalidade Materna, Neonatal e Infanto-Juvenil na Guiné-Bissau – Setor Autónomo de Bissau.* Durante 2016, o âmbito de ação da ONGD VIDA foi alargado com este projeto, abrangendo uma população de 17 500 grávidas e de 65 mil crianças até aos cinco anos. O apoio da Fundação está focado no reforço de dez unidades de saúde e na formação de agentes comunitários de saúde e de profissionais de saúde.

Anhacanau Adjanhau – Mutualidades em Saúde. Gerido pela ONGD VIDA, é um projeto complementar ao *Tabanka ku Saudi*, estando já em funcionamento um sistema de mutualidade em saúde, fiável, profissionalizado e que abrange 1183 sócios em oito aldeias e dois centros de saúde. Este projeto visa reabilitar e melhorar o funcionamento de duas Casas das Mães; melhorar os procedimentos de gestão contabilística e financeira do Centro de Saúde Materno-Infantil de São Domingos e adaptá-lo para funcionar de forma autónoma; e capacitar os técnicos destas unidades de saúde para a implementação do pacote mínimo de atividades em estratégia avançada.

Eixo 2. Reforço das capacidades científicas no domínio das ciências da saúde

1
INSTITUIÇÃO DE
INVESTIGAÇÃO REFORÇADA

12
PROJETOS DE
INVESTIGAÇÃO APOIADOS

11
INVESTIGADORES
MOBILIZADOS

6
ARTIGOS CIENTÍFICOS
PUBLICADOS



Moçambique

Atenção Integrada ao Doente Oncológico – Reforço da Capacidade Institucional do Hospital Central de Maputo (HCM). Este projeto manteve o foco na formação especializada de recursos humanos deste hospital, com a realização de 21 estágios de aperfeiçoamento profissional de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde nas instituições hospitalares e de investigação portuguesas parceiras deste projeto; e na deslocação de formadores portugueses a Maputo, em ações formativas nas áreas da pneumologia oncológica, cirurgia da mama, cirurgia colo-retal, unidade da dor e registo hospitalar. Este projeto é coordenado pela FCG e tem apoio financeiro do Camões, IP, da Fundação Millennium BCP e do Millennium BIM.

Reforço de Competências dos Profissionais de Saúde

Realizou-se a 6.ª edição do *Concurso para Estágios de Curta Duração em Portugal para Profissionais de Saúde dos PALOP e de Timor-Leste* que privilegiou, os prestadores de cuidados de saúde a trabalhar em serviços hospitalares nas áreas clínicas de anestesiologia, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, tendo sido realizados 10 estágios – seis médicos e quatro enfermeiros de todos os PALOP.



Sistema de mutualidade em saúde, projeto da ONG VIDA na Guiné-Bissau.

Emília Pinto, diretora da Unidade da Dor do Hospital Central de Maputo.
© Yassmin Forte

Investigação em Saúde

MANTEVE-SE O APOIO A ATIVIDADES de Investigação em Saúde nos PALOP e ao desenvolvimento de estudos científicos das principais doenças que afetam estes países, como a malária e as doenças tropicais negligenciadas, em particular os realizados no CISA.

CISA – Centro de Investigação em Saúde de Angola

As atividades desenvolvidas no CISA em 2016 pretenderam, sobretudo, assegurar o regular funcionamento dos cinco estudos científicos plurianuais que estão a decorrer, tendo sido concluídos três no último trimestre. Foram iniciados três novos estudos de investigação:

- Estudo sobre a influência dos níveis séricos de ferro na infeção por *Plasmodium falciparum*, em parceria com o Instituto de Medicina Molecular;
- Estudo no domínio da saúde materna sobre a caracterização da gravidez;
- Estudo sobre conhecimentos, atitudes e práticas no âmbito do consumo e prescrição de antibióticos, que servirá de referência à preparação de estudos relacionados com as bacteremias.

Foi também realizada a 10.ª ronda de atualização do Sistema de Vigilância Demográfica e otimizado o funcionamento do Sistema de Autópsia Verbal. Neste período, foram publicados cinco artigos do CISA em revistas internacionais (*Malaria Journal*, *BMC Public Health* e *African Health Sciences*) e seis estavam submetidos ou em fase de submissão no final de 2016.

Foram estabelecidas parcerias com a BP e o BFA para cofinanciamento, em 2017, de alguns estudos/intervenções, nomeadamente para o estudo da nutrição, para a criação do Serviço de Microbiologia do Laboratório do Hospital Geral do Bengo e para apoio ao fortalecimento dos cuidados primários de saúde do Município do Dande.

Destaca-se ainda, neste período, a nomeação de um diretor para o CISA e a constituição de um novo Conselho Científico. O CISA conta com uma equipa de mais de 60 colaboradores (alguns dos quadros superiores estão a tempo parcial).

Redes e Colaborações Internacionais de Fomento da Investigação

Foi renovado o compromisso com a *EDCTP 2 – Parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos*, com a celebração de um novo acordo para apoio a programas de bolsas da EDCTP. Esta parceria pretende que investigadores dos PALOP reforcem as instituições de investigação em saúde, com a atribuição de bolsas para doutoramento e pós-doutoramento focadas em projetos a desenvolver nos PALOP, permitindo, assim, fixar massa crítica nestas instituições e nestes países.

Manteve-se ainda a participação na EFINTD (European Foundation Initiative for Neglected Tropical Diseases), envolvendo cinco fundações europeias, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento da capacitação científica africana em Doenças Tropicais Negligenciadas, nas áreas da biomedicina e da saúde pública. Esta iniciativa apoiou investigadores africanos de pós-doutoramento, estando agora a implementar-se uma “estratégia de saída”, até 2018, com o apoio à criação e consolidação da African Research Network for NTD (ARNTD).



Estudo – piloto de saúde materna sobre a caracterização da gravidez no CISA.

Assinatura do protocolo entre a FCG e a EDCTP.
© FCG / Márcia Lessa



Artes

Catchupa Factory – Novos Fotógrafos. O apoio a este projeto em Cabo Verde incide na criação de novos públicos na área da fotografia e foi organizado pela Associação Cabo-Verdiana AOJE – Associação Olho-de-Gente. Realizaram-se em simultâneo duas oficinas: o *Workshop de Fotójornalismo Multimédia* e o *Curso de Projeto* para o desenvolvimento de uma reflexão crítica autoral sobre determinado tema, com vista à criação de uma série fotográfica, destinado a fotógrafos emergentes que pretendam introduzir ou desenvolver uma linguagem artística e autoral na sua prática fotográfica.

Apoio ao Cineasta Guineense Flora Gomes para elaboração de um documentário sobre a Conferência de Berlim que visa a revisitação de uma história comum entre Portugal e a Guiné e o colonialismo.

Residências Artísticas para Artistas Africanos da Associação Cultural Xerém. Continuação do apoio a este programa, intitulado *180º Artistas ao Sul*, organizado e desenvolvido no Hangar, Centro de Investigação Artística, em Lisboa. Este programa conta com a vinda de dois artistas por ano, oriundos de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, contribuindo para a criação de uma plataforma de relações profissionais que culminem em projetos de visibilidade internacional. Em 2016, participaram no programa a artista moçambicana Eurídice Kala e o fotógrafo angolano Edson Chagas. Também passaram pelo Hangar René Tavares (São Tomé e Príncipe), Délio Jasse (Angola), César Schofield (Cabo Verde) e Januário Jano (Angola).

Eixo 3. Mobilização das capacidades da sociedade civil

71
INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL REFORÇADAS

73
PROFISSIONAIS COM
COMPETÊNCIAS
REFORÇADAS

18 459
BENEFICIÁRIOS DE AÇÕES
DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Residência artística
no Hangar.



Capacitação da Sociedade Civil

Projeto Segurança Alimentar, Saúde e Nutrição

Conclusão deste projeto em Quinara, Guiné-Bissau, da ONGD ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos, com o objetivo de contribuir para a melhoria da segurança alimentar dos PALOP a nível comunitário, promovendo uma abordagem integrada das componentes agricultura, nutrição e saúde e que já beneficiou mais de 45 mil pessoas.

Concurso Investigação para o Desenvolvimento

Foi lançado, em 2016, pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Camões, IP, destinado a ONGD nacionais, em parceria com instituições universitárias e científicas, que tenham como objetivo publicar em revistas científicas os resultados alcançados. O seu principal objetivo é contribuir para o reforço da capacidade de produção de conhecimento e influência de políticas públicas, por parte das ONGD portuguesas, assim como para a aproximação destes atores a instituições científicas e de ensino superior.

Neste âmbito, foram selecionadas as candidaturas: *Bambaran di Mininu: Observatório nacional dos direitos das crianças na Guiné-Bissau, fase 1* da ONGD Fundação Fé e Cooperação em colaboração com a Universidade do Minho – Centro de Investigação em Estudos da Criança; e *Sinergias Educação para o Desenvolvimento: Conhecer para melhor agir – promoção da investigação sobre a ação na ED em Portugal*, da ONGD Fundação Gonçalo da Silveira em colaboração com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Este último projeto tinha sido apoiado pela Fundação em 2015.

Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projetos de Cooperação

Foi elaborado um plano de ação para os próximos três anos. O *Mecanismo* é uma iniciativa-piloto, promovida em parceria com a Fundação EDP, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e a Fundação Portugal-África, com o apoio do Camões, IP. Os objetivos definidos

para esta segunda fase são: i) intensificar a divulgação das atividades das ONGD junto de outros *stakeholders*, contribuindo também para o reforço da capacidade de *advocacy/lobbying*; ii) reforçar competências organizacionais das ONGD, designadamente através do apoio à renovação e qualificação dos recursos humanos; e iii) melhorar a capacidade de atração de financiamento externo.

Ainda no âmbito deste instrumento, foi apoiado o Grupo de Trabalho de Ética da Plataforma Portuguesa das ONGD na promoção de um 4.º encontro de reflexão – *Parcerias e Sinergias entre ONGD e Outros Atores do Desenvolvimento: Mitos e Realidades* –, tendo em vista a construção de um Código de Conduta para as ONGD, considerando as questões da Ética e da Governança presentes na nova Agenda do Desenvolvimento.



Projeto *Aquele Outro Mundo que é o Mundo*.
© Filipa Oliveira, ACEP

Aquele Outro Mundo que é o Mundo

Com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade da relação entre *os media* e as questões do Desenvolvimento e a compreensão dos desafios da Cooperação para o Desenvolvimento, concluiu-se o financiamento do projeto *Aquele Outro Mundo que é o Mundo: O Mundo dos Media e o Mundo do Desenvolvimento* da ONGD ACEP em parceria com o CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, o CESA – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do ISEG da Universidade de Lisboa e a Associação Coolpolitics. Este projeto é também financiado pelo Camões, IP.

Concurso para apoio à formação de quadros de ONGD

Lançamento, em parceria com a Plataforma Portuguesa das ONGD, da 1.ª edição do Concurso para apoio à formação de quadros de ONGD no estrangeiro, possibilitando o estabelecimento de parcerias com outras ONGD estrangeiras. Este concurso apoiou a formação de cinco técnicos de diferentes ONGD.

Projeto Mais Valia

Este projeto foi, desde o início, uma iniciativa-piloto que associava o voluntariado, o envelhecimento ativo e a cooperação para o desenvolvimento, numa proposta inova-



Entrega de diplomas do KRIPOR na Guiné-Bissau, do projeto *Mais Valia*.

dora com vários atores, nomeadamente as ONGD portuguesas e as instituições dos países parceiros. Ao longo de quatro anos, foi possível a criação de uma bolsa de voluntariado de competências, que envolve atualmente cerca de 60 profissionais, com idades superiores a 55 anos.

Em 2016, realizaram-se 19 missões – seis em Angola, seis na Guiné-Bissau, seis em Moçambique e uma em São Tomé e Príncipe –, tendo outras sido canceladas por motivos de segurança. Realizaram-se duas conversas *Mais Valia* e um encontro de voluntários.

Com o termo deste projeto no final de 2016, e tendo em conta os resultados alcançados, particularmente o *feedback* positivo dos parceiros no terreno – no que se refere à qualidade e à oportunidade do trabalho efetuado pelos voluntários –, os voluntários *Mais Valia* entenderam que a iniciativa deveria dar lugar a uma associação, assegurando-se, assim, a sua autonomização e a transferência da responsabilidade para a sociedade civil. Deram-se passos neste processo de autonomização, designadamente com o desenvolvimento pelos voluntários do projeto próprio KRIPOR, com vista ao aumento da proficiência do português em candidatos guineenses a bolsas de estudo para licenciatura em Portugal e da criação da Ser Mais Valia – Associação de Voluntariado para a Cidadania e Desenvolvimento.

Apoio a Conferências e Edições

O PGPD APOIOU A 2.ª edição da *Conferência de Lisboa*, subordinada ao tema *Globalização do Desenvolvimento*, incluindo as reconfigurações geoeconómicas, as ameaças de segurança, o esbatimento da dicotomia Norte-Sul e o futuro da União Europeia.

A FCG colaborou, igualmente, na organização do XI Encontro das Fundações da CPLP que se realizou em Maputo, subordinado ao tema *As Fundações e a Agenda Global 2030*.

Numa edição da Tinta-da-China, com o apoio da Fundação, foi lançada a edição portuguesa do livro *African Health Leaders – Making change and claiming the future (Líderes de Saúde Africanos – Lições de sucesso para o futuro)*, que reúne os testemunhos de vários especialistas africanos, com uma perspetiva atualizada sobre o “estado da saúde” do Continente.

Participação em Redes Internacionais

A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN assegurou, no biénio de 2015-2016, a representação do setor filantrópico internacional no Comité Diretivo da Global Partnership for Effective Development Cooperation (GPEDC), uma plataforma que pretende articular governos, setor privado e sociedade civil para acabar com a pobreza e alcançar um maior impacto nas políticas de desenvolvimento. Participou nas 9.ª e 10.ª reuniões daquele Comité Diretivo que se realizaram no Malawi e em Seul, com o objetivo de: (i) realizar um ponto de situação das atividades de monitorização da GPEDC; (ii) apurar os contributos da GPEDC para a implementação e revisão da *Agenda 2030*; (iii) identificar as prioridades para o reforço do mandato da GPEDC; e (iv) preparar a 2.ª reunião de Alto Nível da GPEDC (HLM2) que se realizou em Nairobi. No documento final de resultados da HLM2, é reconhecido o importante papel da Filantropia para a cooperação para o desenvolvimento, não só como financiador, mas também como mediador entre o Norte e Sul e o setor público e privado, sendo enfatizada a importância de as intervenções se alinharem pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e estarem em estreita articulação com os planos nacionais de desenvolvimento.

Desde 2013, a Fundação é membro da *Global Network of Foundations Working for Development (NetFWD)* promovida pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE. A Fundação, para além de ser a representante do setor filantrópico no Comité Diretivo da GPEDC, e de participar regularmente nos encontros anuais desta rede, tem estado presente na discussão internacional e acompanhado o processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Parcerias Relevantes e Financiamentos Obtidos

O TRABALHO EM PARCERIA é a metodologia seguida pelo PGPD, em resultado da adoção de princípios fundamentais para a eficácia do apoio e dos projetos, como o da harmonização das intervenções com as prioridades dos países parceiros, da apropriação dos resultados, da corresponsabilização e de complementaridade com outros parceiros. Na atividade distributiva (concessão de apoios), privilegiam-se os projetos em que, para a sua implementação, concorram diversos parceiros técnicos e financeiros, tentando assim garantir-se, a prazo, uma maior sustentabilidade dos mesmos. No que respeita aos projetos promovidos e/ou coordenados pelo PGPD, mobilizam-se competências externas, sobretudo de carácter técnico.

Para além dos parceiros já mencionados, saliente-se a parceria estratégica com o Camões, IP, designadamente na implementação e financiamento de projetos conjuntos e na partilha de informação e diálogo institucional para uma melhor eficiência no apoio ao desenvolvimento.

Também a parceria com a *Plataforma Portuguesa das ONGD* tem sido fundamental no desenvolvimento de iniciativas conjuntas de reflexão e capacitação das ONGD portuguesas, designadamente na definição de prioridades de formação.

O montante de financiamento externo registado em 2016 foi de 882 240 €. O valor de financiamento obtido representou mais de 50% do total do orçamento inicial para as atividades do PGPD.

Sistema de Avaliação

EM 2016, o PGPD manteve o seu circuito de recolha e sintetização da informação estatística dos resultados atingidos anualmente pelos projetos que apoia. Considerando a complexidade dos países parceiros e a dimensão dos apoios concedidos, a avaliação tem-se cingido ao nível dos resultados alcançados, não sendo ainda exequível medir o seu impacto, sendo este aspeto considerado para um futuro ciclo de programação do PGPD.

De referir ainda a inclusão do PGPD no *Estudo de Avaliação de Impacto dos Programas da Fundação Calouste Gulbenkian*, que permitiu a avaliação externa das atividades desenvolvidas entre 2013 e 2015. Esta avaliação revelou a existência de boas práticas ao nível da atuação e dos processos operacionais, nomeadamente uma elevada capacidade de captar financiamento externo e de gerir parcerias, com resultados principalmente ao nível da capacitação de instituições e recursos humanos na saúde e na educação.

Em consonância com a implementação da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, em setembro de 2015, o PGPD associou os seus resultados aos compromissos globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificados em algumas atividades desenvolvidas, aqui destacadas:

ODS 3 – Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades – associado ao setor da saúde:

- Rastreio de base populacional do cancro do colo do útero em Cabo Verde;
- Atenção integrada ao doente oncológico – Reforço da capacidade institucional do Hospital Central de Maputo.

ODS 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos – associado ao setor da educação:

- RECEB - Reforma Curricular do Ensino Básico, de apoio à reforma curricular do ensino básico na Guiné-Bissau
- PAT - Projeto Aprendizagem para Todos em Angola
- Parcerias estratégicas com a Universidade de Cabo Verde e a Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique.

ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação – associado ao setor de investigação em saúde:

- Centro de Investigação em Saúde de Angola [cruzado com o ODS 3]

ODS 10 – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países – transversal a todas as áreas de atuação:

- Projeto Mais-Valia, nos apoios desenvolvidos na capacitação de hospitais rurais e na proficiência em língua portuguesa de jovens dos PALOP.

ODS 17 – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável:

- Mecanismo de apoio à elaboração de projetos de cooperação
- Concurso para apoio à formação de quadros de ONGD no estrangeiro.

Resultados de atividade para os ODS 3 e 4

ODS 3 SAÚDE

17
INSTITUIÇÕES COM MAIOR
CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO

1342
PROFISSIONAIS COM
COMPETÊNCIAS REFORÇADAS

45 151
BENEFICIÁRIOS DIRETOS

ODS 4 EDUCAÇÃO

96
INSTITUIÇÕES COM MAIOR
CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO

765
PROFISSIONAIS
COM COMPETÊNCIAS REFORÇADAS

10 001
BENEFICIÁRIOS DIRETOS

Acervo de Arte na Biblioteca do Centro Cultural Português em Maputo

CONCLUIU-SE, EM 2016, a criação, na Biblioteca do Centro Cultural Português da Embaixada de Portugal em Maputo, de um núcleo de publicações especializadas em arte, com uma forte componente africana.

O novo acervo vai permitir a artistas e criadores locais um maior contacto com a investigação e a produção artísticas contemporâneas e é considerado pela diretora de Cultura da Universidade Eduardo Mondlane, Alda Costa, “o mais importante núcleo bibliográfico de arte contemporânea africana disponível em Maputo”, num país que é palco de uma significativa movimentação artística.

A Biblioteca serve uma média anual de 25 mil leitores, maioritariamente estudantes do ensino médio e superior, e tem cerca de 17 mil títulos em todas as áreas do conhecimento.

Foram, igualmente, criadas condições para a implementação do acesso digital aos registos das obras, através de um catálogo *online* que vai permitir trabalhar em rede com a biblioteca do polo da Beira do Centro Cultural Português.

Ainda em 2016, dois técnicos da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do apoio técnico prestado ao projeto, deram formação aos bibliotecários do CCP.

Na apresentação pública da Biblioteca, foi inaugurada a instalação *Lugar e Leitura - Uma abordagem silenciosa*, do artista moçambicano e membro do Movimento de Arte Contemporânea de Moçambique, Jorge Dias.





Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações

A **MISSÃO DO** Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações é contribuir para o desenvolvimento das capacidades e das aptidões das crianças e dos jovens através da expansão e da melhoria qualitativa das suas qualificações e os seus principais objetivos são: promover o alargamento da formação aos grupos mais vulneráveis num cenário pouco favorável; apoiar o reforço da qualidade da educação e da formação ministrada, de forma a garantir a efetiva relevância das qualificações obtidas, tendo em vista não só satisfazer as necessidades individuais, mas sobretudo contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade mais próspera e com melhor qualidade de vida; estimular o aparecimento e o desenvolvimento de talentos, promovendo ambientes propícios ao reconhecimento do mérito.

469 183 €

INICIATIVAS PRÓPRIAS

1 644 462 €

SUBSÍDIOS E BOLSAS

Ecoss de Opus Tutti
- Manual para a
Construção de Jardins
Interiores.
© FCG / Márcia Lessa

O PROGRAMA GULBENKIAN QUALIFICAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES (PGQNG) desenvolveu a sua atividade a partir de quatro eixos estratégicos essenciais: Novos Saberes, Novas Competências; Inovação ao Nível dos Processos de Ensino e de Aprendizagem; Jovens para a Ciência; e Reflexão sobre Temas Educativos e Científicos.

As áreas prioritárias do PGQNG são o desenvolvimento da primeira infância, a melhoria qualitativa da formação educativa das crianças e dos jovens, com a preocupação de estimular padrões de aprendizagem claros, a qualificação de bons professores, a disponibilidade de recursos educativos adequados e um ambiente propício à aprendizagem. A relação dos jovens com a ciência é outra das suas prioridades, estimulando a formação em ciências exatas e experimentais e apostando na divulgação da ciência junto dos jovens.

Uma outra preocupação que atravessa todo este Programa é ouvir os jovens sobre as questões que lhes dizem respeito e onde têm de ter uma voz ativa. Em vez de se trabalhar para os jovens, há que trabalhar com os jovens e torná-los protagonistas no seu processo de qualificação. Ainda em termos transversais ao PGQNG, pretende-se ajudar a promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, como modelo para a construção do processo de qualificação individual. Finalmente, e de modo a apoiar a fundamentação das escolhas a definir em matéria de qualificação, prevê-se o desenvolvimento da reflexão alargada e de âmbito internacional sobre temas educativos, formativos e de qualificação de jovens.

Nos diversos concursos realizados no âmbito deste Programa, há uma cobertura alargada do território nacional no que respeita a instituições beneficiárias e, nos projetos de natureza proativa, há envolvimento de escolas de todo o País, bem como de instituições de ensino superior. No que respeita a componentes de internacionalização, há uma participação formal do PGQNG no IEFG - *International Education Funders Group*, em que participam mais de 70 Fundações que desenvolvem projetos educativos. O PGQNG tem ainda colaborado com outras unidades orgânicas da Fundação Calouste Gulbenkian para o desenvolvimento das suas atividades: Serviços Centrais, Serviço de Bolsas, Biblioteca de Arte e Programas Gulbenkian Educação para a Ciência e Cultura, Língua e Cultura Portuguesas e Parcerias para o Desenvolvimento.

Agrupamento de
Escolas Fernando
Casimiro Silva,
Rio Maior - ActiveLAB.
© Jornal Região
de Rio Maior



Atividades

Novos Talentos em Matemática: Escola de Verão

Realizou-se a Escola de Verão de Matemática, na qual participaram reconhecidos matemáticos portugueses e estrangeiros, subordinada ao tema *Partial Differential Equations*. Este evento, dirigido a estudantes universitários que frequentam cursos com forte componente em Matemática e a professores universitários, contou com cerca de 70 participantes. Com o objetivo de incentivar a presença de estudantes estrangeiros, a Fundação apoiou a participação de 10 estudantes, bem como convidou professores, também estrangeiros, para lecionarem o curso.

Encontro Anual de Bolseiros

Teve lugar o 17.º Encontro Nacional de Bolseiros, que reuniu os bolseiros da Fundação, estudantes universitários que frequentam cursos com forte componente em Matemática e que evidenciam um elevado mérito académico, distinguidos anualmente com uma bolsa.

Plano de Edições

13
NOVAS EDIÇÕES

24
REEDIÇÕES

19 522
EXEMPLARES
IMPRESSOS

32 658
EXEMPLARES
VENDIDOS

21 965
EXEMPLARES
OFERECIDOS

O *Plano de Edições* da Fundação Calouste Gulbenkian tem três coleções principais - Manuais Universitários, Textos Clássicos e Cultura Portuguesa -, criadas com objetivos essencialmente educativos e científicos. A sua motivação central é fazer chegar ao público de língua portuguesa, em edições fiáveis e a preço acessível, textos fundamentais de um vasto leque de áreas do conhecimento.

Desde 1962 a 2016, o *Plano* fez 1867 edições, de 1168 títulos, sendo 5 871 822 os exemplares publicados. O *Plano de Edições* tem por vocação e natureza a supressão de carências do panorama editorial: atender a nichos que o mercado não serve, oferecer traduções cientificamente responsáveis e feitas a partir do original de textos basilares não traduzidos ou não convenientemente traduzidos para português e disponibilizar edições desses mesmos textos e de muitos outros a preços que os tornem acessíveis a um público o mais alargado possível.

As Coleções

Manuais Universitários

Esta série destina-se a estudantes, que não encontram livros adequados ou a preços acessíveis, e a professores que têm dificuldade em publicar os seus trabalhos. A coleção tem como divisa editar *as melhores obras nas melhores traduções*.

Textos Clássicos

Esta série disponibiliza obras para uso curricular universitário na área dos grandes clássicos da cultura mundial, com o objetivo de facultar obras que são referências constantes de conhecimento, colmatando assim falhas importantes no mercado da literatura disponível em português. Aqui saíram, a partir do original, as primeiras traduções de títulos importantes.

Cultura Portuguesa

Editam-se aqui textos da cultura portuguesa (estudos sobre figuras ou épocas do nosso panorama cultural, textos literários relevantes que careçam de uma edição cuidada, trabalhos contemporâneos de filosofia e crítica, etc.) considerados de difícil acesso.

Outras Coleções

O *Plano de Edições* tem um grupo de séries mais breves que lhe garantem maior alcance e versatilidade, sendo de destacar a publicação do *Guia de Portugal* e as coleções *Textos de Educação* e *Extra-Série*.

Difusão do Plano de Edições

Está em curso a agilização do sistema de vendas *online* das obras publicadas pelo *Plano*, tornando a Montra Virtual da Fundação mais apelativa. Entre as medidas mais importantes para tornar a utilização da loja virtual mais prática e difundida estão: novas modalidades de pagamento, a extensão do desconto de estudante aos compradores *online* e a disponibilização da totalidade do catálogo e de uma informação bibliográfica mais completa.

Foram já publicados alguns títulos em formato eletrónico (*e-book*): os oito volumes do *Guia de Portugal* e várias obras da série Textos Clássicos. Em 2016, foi publicada, também neste formato, a obra *O Livro, o Leitor e a Leitura Digital*. A edição digital é de grande utilidade no meio académico, particularmente devido à possibilidade da pesquisa automática, tem custos reduzidos de produção e permite, inclusive, o aluguer.

A modalidade de *print on demand* também tem estado a ser utilizada desde 2016 para responder a pedidos pontuais de obras mais antigas do *Plano de Edições* que não se prevê que venham a ser reeditadas na modalidade habitual.

Projeto Diálogos

Este projeto, comissariado por Teresa Gil, visou promover uma reflexão em torno de questões que marcam a contemporaneidade, a partir de obras fundamentais da história do pensamento ocidental. As obras foram escolhidas de entre os títulos publicados pelo *Plano de Edições*, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, da Antiguidade Clássica ao século xx. Em colaboração com diferentes centros de estudos das universidades de Coimbra, Lisboa, Nova de Lisboa, Católica, Évora e do Instituto Politécnico de Setúbal foram realizados, ao longo de 2016: duas palestras (*O Teeteto de Platão – A infinitude da queda no Teeteto de Platão; Da Arte Edificatória, de Leon Battista Alberti. O Nascimento da Moderna Teoria da Arquitetura?*); três conferências (*Do Homem como Microcosmos ao “Tempo da Imagem do Mundo”. O Nascimento da Ciência Moderna: o poder do sujeito e os seus limites; A Ética e os Valores: particularismos e metamorfoses; Habitar na Possibilidade. A Utopia de Thomas Morus, um enclave com 500 anos*); e um seminário (*Antígona de Sófocles. Entre forças: Justiça, Amor e Morte*). Os oradores foram diversos investigadores e professores universitários, sendo o público constituído por alunos universitários, professores e investigadores e pessoas exteriores à Universidade. Realizou-se também a curta-metragem *A Que Chamas Pensar?* sobre o *Plano de Edições*, da autoria de Margarida Gil.

Obras Completas de Eduardo Lourenço

Na sequência do projeto de organização, inventariação e catalogação da documentação existente no arquivo do Professor Eduardo Lourenço, em 2016 publicou-se o volume III, *Tempo e Poesia* das *Obras Completas de Eduardo Lourenço*.

Obra Completa de Fernão de Oliveira

Este projeto destina-se a assegurar a publicação da *Obra Completa de Fernão de Oliveira* (1507 – 1582), cujo trabalho preparatório está a ser levado a cabo por uma equipa coordenada pelo Professor José Eduardo Franco. Fernão de Oliveira é autor da primeira *Gramática de Língua Portuguesa*, em 1536, e de um conjunto de outras obras em domínios como a história e a arte de navegar.

Obras Completas de Pedro Nunes

A Fundação tem apoiado financeiramente o trabalho de organização da edição crítica desta obra, cuja execução é da responsabilidade de uma equipa da Academia das Ciências de Lisboa, coordenada pelo Professor Henrique Leitão. Encontram-se em preparação os volumes VII e VIII.

Projeto Diálogos – cartaz de divulgação da palestra *A infinitude da queda no Teeteto de Platão*.
© Paulo Emiliano



3
CONFERÊNCIAS

1
SEMINÁRIO

2
PALESTRAS

42
TÍTULOS DO PLANO DE
EDIÇÕES TRABALHADOS

Grandes Projetos

Promoção de Mudanças na Aprendizagem: Comunidades Escolares de Aprendizagem Gulbenkian XXI

Este projeto pretende, através da inovação curricular e do desenvolvimento da componente de novas tecnologias, adequar as competências da aprendizagem às aptidões profissionais necessárias ao novo mercado de trabalho. A procura de aptidões e de competências tem mudado a um ritmo intenso e os conteúdos de aprendizagem não têm acompanhado essas mudanças. Para procurar colaborar na resposta a estes complexos desafios, a Fundação iniciou, em 2014, através deste Programa, um projeto-piloto destinado a promover mudanças na aprendizagem, ao nível do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, tendo sido selecionadas 7 turmas dos Agrupamentos de Escolas de Vendas Novas, Ponte de Sor e Vidigueira. Este projeto conta com o envolvimento das direções das escolas, dos encarregados de educação, da comunidade e das autarquias e beneficia de uma parceria entre a Samsung e a Fundação, que se traduziu na doação de equipamento informático e na realização de formação para professores e respetivo acompanhamento.



Em 2016, deu-se continuidade ao trabalho em parceria com instituições locais e regionais, designadamente a Fundação Eugénio de Almeida e o Centro de Ciência Viva de Estremoz. Em termos de resultados dos primeiros dois anos do projeto, destaca-se o incremento significativo do rendimento da língua portuguesa e matemática dos alunos que integram o programa de intervenção, face aos alunos dos grupos de controlo.

No âmbito do desenvolvimento do ensino experimental das ciências e do estímulo à curiosidade científica, continuou a desenvolver-se o trabalho com o Centro de Ciência Viva de Estremoz, de modo a que os alunos interajam, experimentem e descubram ciência, sendo as ações preparadas em articulação com os professores titulares de turma, para que prevaleçam as temáticas do currículo de acordo com o ano de escolaridade dos alunos e se estreitem os laços de trabalho entre professores e investigadores.

Têm vindo a ser desenvolvidas atividades de suporte à iniciação da utilização de novas tecnologias e deu-se continuidade à estratégia de suporte às atividades de iniciação à programação e desenvolvimento do pensamento computacional.

GerminArte – Transformação Artística para o Desenvolvimento Social e Humano a partir da Infância

Em 2016, foi dada continuidade à execução deste projeto, cujo objetivo central é concretizar a intervenção do PGQG nas atividades educativas na área do desenvolvimento integral da primeira infância (dos 0 aos 3 anos de idade). O projeto tem um enfoque particular em atividades formativas de educadores, cuidadores, pais e outros elementos das comunidades de práticas educativas na primeira infância.

Este segundo ano de execução do projeto caracterizou-se por um trabalho reflexivo e de investigação, que se traduziu em:

– *Semana de Formação Imersiva Arte para a Infância – Caleidoscópio*. Esta semana de formação dirigiu-se a educadores, músicos e artistas interessados na criação artística dirigida à infância. As atividades contaram com 24 formandos e dividiram-se em formação, demonstrações com bebés e práticas artísticas. Estiveram também presentes cerca de vinte bebés acompanhados pelos seus familiares.

– *VI Encontro Internacional Arte para a Infância e Desenvolvimento Social e Humano*. Teve lugar na Fundação e contou com a presença de 130 participantes.

7
TURMAS

150
ALUNOS

11
PROFESSORES

Participação na *Futurália 2017 – Património Mundial e Local, uma experiência com realidade aumentada*.

24
FORMANDOS

20
BEBÉS E FAMÍLIAS

130
PARTICIPANTES

71
FORMANDOS

– *Estudo-piloto sobre a Formação Transitiva GermInArte*. Realizou-se na Escola Superior de Educação de Coimbra, com a presença de 71 formandos, tendo sido realizada uma avaliação positiva das suas ações de formação.

Educação Superior em Portugal – Uma Nova Perspetiva

A educação superior tem tido desenvolvimentos muito significativos ao longo dos últimos vinte anos na generalidade dos países, com alguns pontos em comum, designadamente: o alargamento da rede de Ensino Superior e do acesso a ela, maiores exigências de financiamento, diversificação dos perfis dos estudantes, valorização da investigação científica pela economia e crescente aumento e variedade de funções atribuídas ao pessoal docente.

Neste contexto de expansão e mudança, entendeu a FCG, em 2014, promover a realização de um estudo, coordenado pelo Professor Doutor Júlio Pedrosa, no sentido de proceder à caracterização da rede de ofertas de educação superior existente em Portugal, públicas e privadas, de natureza universitária e de natureza politécnica, tendo em vista identificar linhas orientadoras para definir a natureza da oferta formativa de nível superior para o País, numa perspetiva de desenvolvimento integrado do espaço nacional, regional e local, identificando os modelos institucionais mais adequados para responder às necessidades detetadas.

Para além de um cuidado estudo da documentação e da bibliografia relevantes, bem como de modelos de outros países, a equipa do projeto tem promovido audições de representantes de grupos de interessados diversos, oriundos dos meios académico, empresarial, autárquico, cultural e social, entre outros, tendo até ao momento realizado reuniões em diversas regiões do País, ouvindo mais de 200 pessoas.

Gestão e Financiamento das Instituições de Ensino Não-Superior

A Fundação está a financiar a realização de um estudo destinado a analisar a gestão e o financiamento das escolas públicas – ensinos Básico e Secundário – e a promover o repensar das políticas públicas que podem ser adotadas nas matérias em apreço.

Este estudo, conduzido por uma equipa de especialistas, coordenada pelo Professor Doutor J. Gomes Canotilho, visa a melhoria da eficiência e da eficácia das escolas e o aumento da qualidade do ensino ministrado, assim como a mobilização dos principais parceiros do processo educativo: professores, pais, municípios e comunidades educativas em geral.

TEA – Tablets no Ensino e na Aprendizagem; A Sala de Aula Gulbenkian

Este projeto visou promover a utilização de novas tecnologias em contexto de sala de aula e em atividades não-letivas, com o objetivo de estimular o sucesso escolar dos alunos, tendo-se feito o seu acompanhamento durante dois anos letivos (2014 – 2015 e 2015 – 2016), em duas turmas de alunos que frequentaram o 7.º e o 10.º anos de escolaridade.

Contou com a colaboração da Direção-Geral de Educação e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação e Ciência e da *European Schoolnet*, tendo sido, ainda, assinados protocolos com a Microsoft, J. P. Sá Couto, Promethean, Fundação PT, Santillana, Leya, Porto Editora e Plátano Editora. O relatório final com os resultados do projeto está em fase de conclusão. TEAGULBENKIAN.WEEBLY.COM

Projetos Inovadores no Domínio Educativo de Instituições de Ensino Superior

Com o objetivo primordial de contribuir para a melhoria do ensino e da aprendizagem no ensino superior, é lançado às instituições portuguesas de ensino superior, através deste concurso, o desafio para que apresentem propostas de caráter inovador que proporcionem aos estudantes deste nível de ensino melhores e mais eficazes métodos e condições no processo de aprendizagem.

– O concurso procura promover a cooperação interinstitucional, bem como a internacionalização, através da valorização das propostas que reflitam estas realidades.

Foram selecionados projetos nas áreas das Ciências e Tecnologias, das Ciências Sociais e Humanas, das Ciências da Saúde e da área das Artes:

- *Currículo, Educação Popular e Responsabilidade Social na Universidade* (Universidade de Évora);
- *Tele-Média-Arte: a telepresença multimodal no suporte do ensino e treino artístico à distância online inclusivo* (Universidade Aberta);
- *Geometria Intuitiva e Interativa* (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa);
- *inTinlect – Infraestrutura Web de ensino interativo e avaliação contínua* (Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa);
- *Ped@ES – Pedagogia no Ensino Superior* (Reitoria da Universidade de Coimbra);
- *Divulgação de Software Educacional Dinâmico para uma Aprendizagem Interativa em Matemática no Ensino Superior* (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve);
- *Educa&Care – Educação, Saúde e Sociedade – estratégias de ensino e aprendizagem, no ensino superior, com comunidades de prática para a capacitação de cuidadores da pessoa dependente* (Universidade de Aveiro).

Parcerias europeias

EAThink 2015. Global Learning for Change in EYD 2015 and Beyond European Youth Engagement from School Gardens to Sustainable Food Systems – Alimentação Local, Pensamento Global

O projeto, financiado pela União Europeia, é implementado em Portugal pela FCG e ainda por outros 13 parceiros de 12 países europeus e 2 africanos.

Tendo como objetivos “promover a compreensão crítica e o envolvimento ativo de alunos e professores nos desafios de desenvolvimento globais, com foco nos sistemas alimentares sustentáveis e agricultura familiar” e “fortalecer as competências e conhecimentos de Educação para a Cidadania Global junto dos professores nas escolas básicas e secundárias”, o segundo ano de desenvolvimento do projeto foi marcado pelo trabalho realizado nos 14 Agrupamentos de Escolas portuguesas que a ele aderiram.

Em 2016, são de realçar as seguintes atividades:

- Aumento das competências dos professores e disponibilização de ferramentas de trabalho para a integração dos temas do desenvolvimento global e da agricultura sustentável no currículo das escolas dos ensinos básico e secundário;
- Preparação de Unidades de Aprendizagem, a implementar nas escolas e a disponibilizar posteriormente *online*, sendo cada país participante responsável pela elaboração de 10, tendo o foco inicial das unidades portuguesas versado as Pescas e a Dieta Mediterrânica. Além disso, foi desenvolvido um módulo para utilizar como complemento da aplicação “Robin’s Pie”, dirigida aos alunos do 1.º ciclo (EAThink2015 App);
- Acompanhamento e apoio aos professores e escolas envolvidos no projeto, através de comunicação contínua e visita a todos os estabelecimentos de ensino;
- Curso de formação/capacitação para migrantes e jovens cofacilitadores, que irão desenvolver alguns *workshops* e ações nas escolas envolvidas no projeto. A Fundação capacitou 10 jovens e voluntários migrantes em Educação para a Cidadania Global e Metodologias de Educação Não Formal.;
- Criação do instrumento (desenvolvimento e teste), pela equipa responsável pelo projeto na Fundação, do *Youth Engagement with Global Sustainability Inventory* (YEGSI). Com este instrumento, criado para medir o impacto das medidas, pretende-se analisar



Projeto EAThink
Cartaz de divulgação
do concurso de vídeo
Alimentação Local,
Pensamento Global.

e avaliar a compreensão, o conhecimento e o envolvimento dos estudantes nos temas da Sustentabilidade Global, incluindo agricultura e sustentabilidade alimentar;

– Realização de ações de formação para professores das escolas participantes sobre Literacia dos *Media* e Digital;

– Apoio à dinamização de eventos comunitários e a hortas escolares nos Agrupamentos de Escolas participantes;

– Preparação do concurso nacional e europeu de vídeo, que tem como objetivo convidar os alunos das escolas participantes a desenvolver vídeos publicitários de 30 segundos, para sensibilizar a população em geral para as questões da sustentabilidade alimentar;

– Visita de intercâmbio de professores ao Senegal, onde tiveram oportunidade de contactar com professores locais e de outros países europeus parceiros e com formas locais de produção agrícola;

– Conclusão do desenvolvimento de 2 aplicações educativas, de *download* gratuito, que exploram as temáticas da sustentabilidade alimentar, para uso de crianças e jovens dos países envolvidos no Projeto.

21st Century European Classrooms: Meeting the Challenge of the Digital Era with Innovation and Creativity

Este projeto desenvolveu-se através do trabalho conjunto de sete parceiros de seis países europeus: Portugal, Polónia, Itália, Espanha, Bulgária e Reino Unido.

A ideia foi reforçar as pontes de comunicação digitais num contexto de ensino e de aprendizagem, procurando aplicar boas práticas no que respeita a estratégias e ferramentas úteis e de apoio, ambas para alunos e professores. Manter as dinâmicas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o seu uso adequado em contexto de sala de aula é um desafio permanente que as escolas atingem sempre com algum atraso. Teve como público-alvo alunos e professores europeus, em múltiplos e diversos contextos e formas diferentes de relacionamento com as TIC.

Pretendeu-se construir e fomentar a troca de boas práticas, promover o desenvolvimento de competências e a produção de materiais pedagógicos, bem como o debate entre professores, a nível europeu, que permitisse o conhecimento dos passos a seguir nas diferentes escolas no que respeita às novas tecnologias de informação e comunicação e respetiva utilização no contexto de aprendizagem e no contexto de ensino, através de diferentes soluções e formas de lidar com problemas semelhantes.

Uma das suas características mais significativas foi o facto de se centrar nas *Salas de Aula do Século XXI* com todas as implicações que isso acarreta e, conseqüentemente, com uma forte componente de investigação em diversas áreas. Este projeto foi coordenado pelo Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia.

Em julho de 2016, para fecho do projeto, realizou-se a sessão de apresentação dos respetivos resultados e conclusões, numa semana de trabalho que decorreu na Fundação. A conferência *A Educação na Era Digital: Análise de Boas Práticas* contou com a participação das escolas de todos os parceiros envolvidos no projeto. Entre as diversas temáticas abordadas, destacam-se: as salas de aula do futuro, as ferramentas WEB na educação do século XXI, a literacia digital de alunos e professores e a pedagogia interativa.

Em simultâneo, foi replicado um “Ambiente Educativo Inovador”, que permitiu o contacto de cerca de 1200 participantes com esta realidade, proporcionando troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e conversa direta com professores e alunos em contexto de trabalho.

Too Young to Fail

Este projeto visa o combate ao abandono escolar, preferencialmente nos alunos com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos. O projeto foi desenvolvido através do trabalho conjunto de nove instituições de cinco países: Itália, Holanda, Espanha, Portugal e Reino Unido.



O tema principal a abordar era a comparação das estratégias e/ou programas levados a cabo em alguns países da Europa, designadamente os envolvidos no projeto. O seu objetivo central era dotar os diretores e professores das escolas com ferramentas úteis e exemplos de boas práticas.

De uma maneira geral, pode dizer-se que TO_YOU tentava duas necessidades específicas: a de aconselhamento e de uma maior consciência sobre este tema, quer a nível nacional, quer internacional. Isto significou trabalhar para fornecer ferramentas/materiais de apoio convincentes, para os diretores e os encarregados de projeto à procura de apoio ou de coordenação estratégica com os *stakeholders*-chave; ferramentas/linhas de orientação de caráter pedagógico destinadas ao tema em causa na prática diária da escola.

No ano de 2016, são de salientar as seguintes atividades:

- Construção de um guia com um conjunto de boas práticas de atuação na prevenção do abandono escolar precoce;
- Produção de materiais multimédia (animações, *cartoons* e *webseminars*);
- Produção de documentos com as principais conclusões do projeto, bem como recomendações que possam influenciar os decisores políticos na definição das políticas públicas;
- Desenvolvimento de projetos de investigação de casos selecionados;
- Desenvolvimento de diversas iniciativas de informação e disseminação, com o objetivo de divulgar os resultados e instrumentos do projeto;
- Realização da conferência final do projeto, em Turim, com apresentações e atividades de particular interesse;
- Atualização do sítio do projeto na internet (WWW.2YOUNG2FAIL.COM).

Bolsas, Subsídios e Prémios

Educação Especial

Em 2016, candidataram-se 500 instituições ao Concurso Educação Especial 2016, tendo sido validadas 411 candidaturas e selecionadas, em mérito absoluto, 17, que foram aprovadas pelo

Conselho de Administração da FCG.

Os projetos aprovados incidem sobretudo no desenvolvimento de ações de formação de pais, professores, técnicos e outros agentes educativos e também, em alguns casos, de ações de sensibilização diretas com alunos.

Prosseguiu a execução dos projetos aprovados no concurso de 2015, cuja atividade terminou em dezembro de 2016. Do acompanhamento regular dos projetos e da avaliação já realizada através de análise documental e, em alguns casos, também através de visita técnica, resulta um impacto positivo a três níveis: 1) as ações de formação para professores do ensino regular e as ações de formação para assistentes operacionais têm tido sucesso; 2) o desenvolvimento destes projetos tem produzido um entusiasmo geral em relação às aprendizagens, quer dos agentes educativos, quer dos pais e de outros cuidadores; 3) o reconhecimento geral de que, sem o subsídio da Fundação Gulbenkian, não seria possível desenvolver muitas das atividades formativas.

Manual de Instruções para a Literacia Digital

A literacia digital é uma competência decisiva para promover as aprendizagens, a formação ao longo da vida e um instrumento-base para a interação social e o exercício pleno da cidadania. Este projeto visa a produção de um Manual de Instruções para a Literacia Digital que sirva os professores e os jovens do ensino secundário.



Foram definidos inicialmente três domínios a tratar: a Leitura, os *Media* e a Cidadania. O projeto desenvolve-se em Bibliotecas Escolares e com os respetivos professores bibliotecários. Desta forma, será utilizada a Rede de Bibliotecas Escolares para a disseminação e aplicação dos recursos produzidos no âmbito do projeto.

Com a equipa responsável pelo projeto, coordenada por Teresa Calçada, trabalham especialistas em ambientes digitais e nos diferentes domínios para a criação de conteúdos, bem como universidades e investigadores com experiência nas áreas a trabalhar. Em 2016, esta equipa procedeu a uma reflexão e a um debate em torno das questões suscitadas nos diferentes momentos, traduzindo-se na incorporação de alguns aspetos e de alterações na estrutura do Portal, respetivamente na organização dos conteúdos, aspetos gráficos, imagem, navegabilidade, objetos multimédia, entre outras. Face à importância da imagem em contexto digital, acrescentaram-se novos conteúdos, que contribuísssem para o aumento das competências dos jovens em literacia visual.

O projeto é também executado em colaboração com a Educom, Associação Portuguesa de Telemática Educativa (APTE). A Comissão de Acompanhamento designada pela Fundação está a dar os seus contributos e, no final do projeto, será realizada uma avaliação externa.

Este projeto é exemplar no que respeita à garantia da sua sustentabilidade. Na sua fase de preparação/conceção, negociou-se com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação a passagem do resultado do projeto para esta unidade. Em conformidade, envolveu-se a coordenadora da RBE na Comissão de Acompanhamento do projeto e está garantida a passagem do produto resultante deste projeto para a RBE no seu término, previsto para outubro de 2017, que o disseminará pelas bibliotecas de todas as escolas e agrupamentos de escolas e que assegurará a sua atualização futura. Tem havido uma eficaz gestão do risco inerente a este projeto, efetivada desde a fase de conceção/aprovação.

Aula Aberta: Boas Práticas na Sala de Aula e na Escola

Prosseguiu a nova fase deste projeto, com a introdução de um segundo conjunto de escolas cujos alunos apresentam um índice de progressão assinalável entre os exames do 9.º ano e os do 12.º ano.

O portal *Aula Aberta* disponibiliza materiais de escolas públicas e privadas de Braga, Barcelos, Porto, Moita, Lisboa e Funchal. WWW.AULA-ABERTA.PT

Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais

Através deste concurso, foram concedidos 16 subsídios às seguintes instituições e projetos:

- Instituto Politécnico de Lisboa: *Repertório de Teatro em Português (Séculos XIX e XX) do Acervo Histórico do Conservatório Real de Lisboa: Conservação, Digitalização e Difusão*;
- Santa Casa da Misericórdia de Galizes: *Misericórdia, Um Compromisso com História*;
- Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima: *Recuperação, Tratamento e Organização do Acervo Documental da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das Freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora de Fátima*;
- União das Associações de Comércio e Serviços: *Arquivo Digital do Comércio de Lisboa (1870-1974): Organização e Disponibilização online do Arquivo Histórico da UACS*;
- Comuna – Teatro de Pesquisa: *Preservação do Acervo d'A Comuna Teatro de Pesquisa*;
- Câmara Municipal de Ponte de Lima: *Tratamento, Digitalização e Disponibilização online do Arquivo da Casa de Pomarchão*;
- Academia Nacional de Belas-Artes: *Recuperação, Tratamento e Organização dos Espólios de Cyrillo Wolkmar Machado e Joaquim Machado de Castro*;
- Academia das Ciências de Lisboa: *Digitalização e Preservação do Património Manuscrito (Série Vermelha) da ACL*;
- Santa Casa da Misericórdia das Alcáçovas: *O Sistema de Informação da Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas: Conservar e Difundir*;

- Associação José Afonso: *Criação e Desenvolvimento do Acervo do Centro de Documentação José Afonso: Fase de Informatização e Digitalização para Disponibilização Online*;
- Universidade do Porto: *Recuperação, Tratamento e Organização do Acervo de Timor-Leste do Prof. Barbedo de Magalhães*;
- Centro de Rede em Investigação em Antropologia: *Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) – Serviço de Informação e Diligências – Histórias de Memórias Subv(m)ersas*;
- Fábrica da Igreja Paroquial de São Nicolau e São Julião: *Recuperação, Organização e Difusão do Arquivo Histórico da Paróquia de São Nicolau*;
- Sociedade Portuguesa de Matemática: *Memória da SPM: Tratamento, Estudo, Apresentação e Disponibilização da Documentação Inédita Gerada nos Primeiros Anos de Atividade da Sociedade Portuguesa de Matemática (1940-1948)*;
- Universidade de Évora: *A Sociabilidade Alentejana nos Documentos. Resgate e Tratamento do Arquivo do Círculo Eborense, 1836-1976*;
- NEÂDS – Núcleo de Estudos Ângelo de Sousa: *O Espólio de Ângelo de Sousa: Inventariação e Catalogação dos Acervos Artísticos e Documentais*.

Projeto MUS-E

Foi concedido apoio à Associação dos Amigos da Fundação Internacional Yehudi Menuhin em Portugal para o ano letivo de 2016-2017. É um projeto internacional com objetivos artísticos, pedagógicos e sociais que se dirige a populações escolares multiculturais, provenientes de meios sociais desfavorecidos, económica ou culturalmente. Deu ainda apoio à formação de professores e a despesas realizadas nas escolas abrangidas pelo projeto.

Programa de Mobilidade Académica para Professores

Este programa tem como objetivo promover a internacionalização das instituições e o rejuvenescimento do seu corpo docente, proporcionando simultaneamente condições para a concretização de objetivos de natureza inovadora e de reforço da capacidade científica das mesmas.

Foram concedidos 6 subsídios a 4 instituições portuguesas de ensino superior, destinadas à atribuição de bolsas de investigação, sob a denominação “Gulbenkian Professorship”.

Novos Talentos em Matemática (Tutores)

Este concurso distingue, anualmente, estudantes universitários que evidenciem um elevado mérito académico e incentiva o desenvolvimento da sua cultura e aptidões matemáticas, apoiando o seu trabalho junto de reconhecidos especialistas, que exercem o papel de tutores. Espera-se dos participantes que, sob a orientação dos tutores, realizem trabalho de estudo aprofundado e/ou participem ativamente num programa de seminários e/ou se iniciem na investigação em Matemática. No concurso deste ano foram selecionados 20 estudantes que serão orientados por 20 tutores de diversas instituições universitárias de Lisboa, Porto e Coimbra.

Estímulo à Investigação

Com o objetivo de estimular entre os mais novos a criatividade e a qualidade na atividade de investigação científica, a Fundação instituiu esta iniciativa que distingue anualmente propostas de investigação de elevado potencial criativo em áreas científicas no âmbito das disciplinas básicas de Matemática, Física, Química e Ciências da Terra e do Espaço, apoiando a sua execução em centros de investigação portugueses.

Foram concedidos 8 subsídios a 7 Centros de Investigação, instituições de acolhimento dos projetos selecionados no âmbito do concurso promovido pelo Serviço de Bolsas Gulbenkian.

Tiveram ainda lugar a apresentação dos projetos de investigação

Entrega dos prémios do programa de Estímulo à Investigação 2015.
© FCG / Márcia Lessa



premiados em 2015, a entrega das distinções atribuídas no âmbito deste programa e a publicação do livro *Programa de Estímulo à Investigação. Os primeiros vinte anos*.

Projeto ePIRLS: Reading Assessment for an Online World

Este projeto consiste numa avaliação internacional da literacia da leitura em formato digital e *online* destinada a permitir que os países participantes possam aferir a eficácia dos seus sistemas educativos na preparação dos alunos do 4.º ano de escolaridade para ler, compreender e interpretar informação *online*.

Com este projeto procura-se, de forma inovadora, responder às questões relacionadas com o desenvolvimento de competências informáticas e de literacia da leitura em formato digital, bem como da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) como facilitadoras do ensino e aprendizagem em crianças no final do 1.º ciclo do ensino básico.

Através do apoio concedido a esta iniciativa, foi possível assegurar a participação de Portugal no lançamento deste projeto, através do qual se procede, pela primeira vez, à avaliação educacional da literacia digital em termos nacionais no nosso País e, consequentemente, é também a primeira vez que se procede a este tipo de comparação internacional.

London International Youth Science Forum (LIYSF)

Foi concedido um subsídio para apoiar a participação, neste evento, de jovens estudantes portugueses selecionados de entre os que obtiveram as melhores classificações nas Olimpíadas Nacionais e Internacionais de várias disciplinas (matemática, física, química, astronomia e informática). O LIYSF é um programa internacional, de carácter científico e cultural, destinado a jovens cientistas com idades compreendidas entre os 17 e os 21 anos. É objetivo do LIYSF divulgar, entre as novas gerações, o conhecimento científico e a sua aplicação em benefício da Humanidade. Os alunos selecionados são provenientes de várias regiões do País.

Prémios de História Calouste Gulbenkian

Concedidos através da Academia Portuguesa da História, os Prémios de “História Moderna e Contemporânea de Portugal”, de “História da Presença de Portugal no Mundo” e de “História da Europa” foram atribuídos, respetivamente, a Francisco José Gomes de Sousa Lobo, pela obra *A Defesa de Lisboa. Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809 – 1814)*, a Armando Tavares da Silva, pela obra *A Presença Portuguesa na Guiné, História Política e Militar (1878 – 1926)*; e a Paola Nestola pela obra *San Giuseppe da Copertino: Dall'estrema Puglia al Portogallo (Sec. XVII – XIX)*.

Parcerias e Participações

GRANDE PARTE DAS ATIVIDADES desenvolvidas no âmbito do PGQNG é realizada com a colaboração de parceiros externos. Pela sua dimensão, são de salientar as parcerias estabelecidas para os três projetos a realizar com financiamento da Comissão Europeia (dois no quadro do Programa Erasmus+ e um no quadro do EUROPAID). Para o desenvolvimento do Projeto *EATthink 2015: Global Learning for Change in EYD 2015 and Beyond European Engagement from School Gardens to Sustainable Food Systems*, a parceria é estabelecida com Fundações e ONG de mais 11 países europeus.

Para o projeto *21st Century European Classrooms: Meeting the Challenge of the Digital Era with Innovation and Creativity* a parceria estabelecida é com o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia em Portugal e com mais cinco instituições de cinco países europeus. Para o projeto *Too Young to Fail*, a parceria é com oito instituições de cinco países: Itália, Holanda, Espanha, Portugal e Reino Unido. Em Portugal, para além da FCG, as instituições parceiras são o Instituto Politécnico de Setúbal e o Agrupamento de Escolas José Saramago, em Palmela.

Para outros projetos referidos há parcerias com o Ministério da Educação, através de diversos departamentos, e com outros organismos e empresas.

Para o desenvolvimento e financiamento de projetos a concretizar através da realização de concursos, como os concursos *EMA – Estímulo à Melhoria das Aprendizagens, Necessidades Educativas Especiais e Projetos Inovadores no Ensino Superior*, é requerida a existência de outros parceiros ou é concedida prioridade à existência desses parceiros. Verificam-se parcerias com câmaras municipais e outras entidades autárquicas, associações, empresas e instituições de ensino. O financiamento externo mais importante e já aprovado pela Comissão Europeia respeita aos três projetos europeus supra mencionados. O valor global deste financiamento cifra-se em 315 700 €.

Ainda em 2016, prosseguiu a comparticipação da Samsung Portugal no desenvolvimento do projeto *Mudanças na Aprendizagem*, através do apetrechamento informático de 7 salas de aula, tendo havido apoios de diversas empresas, o que também acontece no Projeto *TEA*.

Sistema de Avaliação e Gestão do Risco

O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO das iniciativas realizadas pelo PGQNG correspondem a fases essenciais do processo de gestão dos projetos. Os indicadores utilizados são compatíveis com os objetivos de cada projeto e diferenciados em relação à diversidade dos objetivos que se propõem alcançar e dos diferentes focos que lhe estão definidos.

Em alguns projetos educativos são usadas múltiplas fontes de dados, incluindo testes orientados para estudantes, entrevistas a diretores e professores, bem como vários indicadores para análise do conjunto de elementos quantitativos e qualitativos que permitem assegurar a validade e a fiabilidade dos resultados. Estes instrumentos de avaliação são usados pelas equipas responsáveis pela execução de cada projeto e correspondem a um requisito indispensável, definido previamente, que condiciona a sua aprovação. Os resultados desta avaliação são transmitidos à Fundação, sendo parte integrante da documentação do projeto como elemento essencial para uma eventual futura avaliação *ex post*.

A metodologia que tem vindo a ser aplicada é a de:

Monitorização – Acompanhamento da execução material e financeira das atividades através de: 1) Análise de relatórios periódicos e outra documentação; 2) Visitas técnicas aos locais de execução dos projetos.

Avaliação *ex post* – 1) Análise documental; 2) Visitas técnicas; 3) Avaliação por consultores externos e independentes, no caso dos projetos maiores.

Nos últimos anos tem havido uma crescente preocupação em integrar, na atividade filantrópica, a análise e gestão do risco. O risco é uma componente fundamental do êxito da ação filantrópica. Cabe, por isso, integrar a gestão do risco na prática filantrópica, de forma a estar preparada para responder à inevitável presença do risco na sua atividade. Os riscos podem ser financeiros (desperdício do valor financeiro atribuído a um projeto), reputacionais (que afetam a imagem da Fundação), de gestão (que afetam a conformidade legal, fiscal ou de boas práticas de gestão) e de impacto (que afetam a desejada repercussão do projeto). O processo de gestão do risco inclui as seguintes etapas: 1) Análise do risco: identificar, avaliar e estabelecer a prioridade entre os riscos previsíveis, baseado na probabilidade e nas suas consequências possíveis; 2) Minimização do risco: tomar medidas para gerir riscos identificados; 3) Plano de contingência: desenvolver planos alternativos para a possibilidade de que o inesperado e imprevisível aconteça; e 4) Acompanhamento do risco: identificar processos que possam, de forma ativa, monitorizar novos e já conhecidos riscos, quando eles ocorrerem.

Cabe-nos, por isso, alinhar os processos de avaliação e acompanhamento/monitorização com o nível de risco previsto para cada projeto. Nesta conformidade, há que envolver os beneficiários do apoio na análise do risco de cada projeto durante a sua preparação e execução e desenhar a frequência e intensidade destas relações em consonância com o perfil de risco de cada projeto.

Projeto EMA – Estímulo à Melhoria das Aprendizagens

O EMA TEM COMO OBJETIVO INCENTIVAR o aparecimento, o desenvolvimento e a divulgação de projetos inovadores de qualidade, promovidos por agrupamentos de escolas e escolas públicas não agrupadas, que fomentem o sucesso dos alunos através da sua participação em atividades devidamente estruturadas e realizadas em parceria com entidades externas à comunidade escolar. A Fundação visa estimular a apresentação de propostas de intervenção que reflitam a ligação à comunidade e a entidades e instituições públicas e/ou privadas, bem como a outras escolas, facilitem as aprendizagens nas áreas disciplinares, fomentem a criatividade e o espírito de iniciativa dos alunos e desenvolvam competências de formação escolar, social, profissional e pessoal. Os projetos podem e devem funcionar como alavanca motivacional para toda a comunidade escolar através do seu envolvimento, devem adequar-se à especificidade de cada agrupamento e ter impactos positivos, dentro e fora das escolas.

Foram aprovados os seguintes projetos: Agrupamento de Escolas Rainha D. Leonor, Lisboa – *Passo a Passo, Construindo a Mudança*; Agrupamento de Escolas de Cascais, Cascais – *Projeto Transforma – Uma Escola de Todos para Todos*; Agrupamento de Escolas de Vila Nova, Vila Nova de Poiares – *Porcim@ (Português/Ciências/Matemática e Tecnologias)*; Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, Montemor-o-Novo – *Labvivo*;

Agrupamento de Escolas de Alcanena, Alcanena – *Classroom on Wheels – Ambiente Educativo Inovador Móvel*; Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Vila das Aves – *Apoio no Grupo de Pares – Ambientes Inovadores de Aprendizagem*; Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, Rio Maior – *ACTIVELAB – Aprendizagem Ativa ou Alunos Ativos na Aprendizagem*.

O Projeto EMA concretiza-se, mediante um processo de concurso inovador, em duas fases. Na primeira fase, as escolas e os agrupamentos de escolas convidados pela Fundação descrevem a sua ideia de projeto de promoção do sucesso e por que razão ela é importante. Selecionam-se as 20 mais promissoras novas ideias e concede-lhes mil euros para prepararem o projeto. Na segunda fase, as escolas ou agrupamentos de escolas selecionados apresentam os seus projetos e descrevem o que farão para concretizar a ideia inicial, sendo selecionados os melhores projetos. No âmbito deste concurso está a capacidade para responder a um bom desafio suscitado pela Fundação. Com este desafio, a Fundação atrai novos protagonistas capazes de resolverem problemas com diferentes perspetivas e capacidades focadas em problemas concretos de promoção do sucesso educativo. Na apreciação final dos projetos, está aberta a possibilidade de conceder uma oportunidade ao candidato para que a proposta seja ligeiramente ajustada, de forma a melhor alcançar os seus objetivos.



20
PROJETOS SUBMETIDOS

7
PROJETOS APOIADOS

7
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

5900
ALUNOS

280
PROFESSORES

Agrupamento de Escolas de Cascais – *Projeto Transforma – Uma escola de todos para todos*
© Agrupamento de Escolas de Cascais

Atividades Culturais e Científicas Circum-Ecolares

DIRECIONADO PARA A PROMOÇÃO do talento jovem nas suas mais diversas dimensões – académica, científica, artística, etc. –, este concurso preenche uma lacuna existente no apoio a este tipo de atividades, promovidas por jovens e/ou a eles dirigidas, em especial os do Ensino Superior.

Mediante a concessão de apoios de valor reduzido, mas adequados à viabilização das iniciativas propostas – de caráter científico, artístico, educativo e formativo –, a Fundação contribui para a deteção, formação e desenvolvimento de jovens talentos em diversos domínios científicos e artísticos, e simultaneamente, para a formação integral da personalidade dos jovens estudantes envolvidos.

22
PROJETOS DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS

7
OLIMPIADAS EM DIVERSOS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

7
PROJETOS DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS OU DE DIVULGAÇÃO DE CIÊNCIA

2 200
INTERVENIENTES DIRETOS

40 000
INTERVENIENTES INDIRETOS

BEST Almada Summer Course 2016 *I Feel Some Green Chemistry Between Us.*
© Grupo Local BEST Almada

Das 36 candidaturas selecionadas em 2016, 22 referem-se a projetos de atividades artísticas (teatro, música, cinema, etc.) realizados por associações de estudantes de Ensino Superior e também por alunos do Ensino Secundário; 7 outras propostas destinam-se a apoiar a realização de olimpíadas em diversos domínios científicos e os restantes 7 projetos aprovados contemplam atividades científicas e de divulgação de ciência, realizadas por estudantes do ensino superior e do ensino secundário, através de associações juvenis, com predominância das áreas das engenharias.

Os projetos relativos às olimpíadas e às atividades científicas destinam-se a apoiar iniciativas de excelência, contemplando jovens talentos em diversos domínios científicos. Os apoios nas áreas artísticas foram selecionados em função da qualidade das iniciativas e da inclusão de atividades formativas, potenciadoras da identificação e do desenvolvimento de talentos.





Programa Cidadania Ativa EEA Grants

O **PROGRAMA CIDADANIA ATIVA EEA GRANTS** visa apoiar o desenvolvimento económico e social em Portugal. É financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu/EEA Grants (MFEEE), ou seja, por recursos públicos disponibilizados por três países financiadores – Noruega, Islândia e Liechtenstein. Neste âmbito, a Fundação gere 8,7 milhões de euros de recursos públicos, sendo concedidos apoios a projetos de iniciativa de Organizações Não-Governamentais portuguesas, até 2016. A Fundação entendeu, desde 2014, complementar estes recursos com verbas dos seus fundos próprios (c. 750 mil euros) para o financiamento de projetos do Programa que se enquadrem na sua filosofia e objetivos, selecionados a partir das candidaturas ao mesmo.

ESTE FOI O ANO DE ENCERRAMENTO EFETIVO DO PROGRAMA, com a realização do essencial das atividades “finais”. Ficaram apenas algumas tarefas para 2017, conforme previsto desde o início – essencialmente, a realização do seminário de encerramento do Programa e a preparação do Relatório Final do mesmo.

Foram acompanhados até ao seu encerramento 63 dos 113 projetos apoiados pelo Programa, os quais estavam ainda a decorrer no início do ano. Ao longo de 2016, foi certificada despesa num montante total de cerca de 4529 mil euros e feitos pagamentos totalizando cerca de 1926 mil euros. Foram ainda apoiadas 18 Iniciativas de Cooperação Bilateral, implementadas entre ONG portuguesas e entidades dos Países Financiadores e destinadas sobretudo a capacitar as ONG com diversas competências ou a complementar projetos apoiados pelo Programa (cerca de 61 mil euros em apoios pagos).

Feito o balanço para o conjunto de 113 projetos apoiados, as metas relativas à bateria de indicadores definida no Acordo de Implementação foram integralmente alcançadas, conforme apresentado adiante. Estima-se um total de cerca de 81 200 beneficiários diretos, dos quais mais de 54% são jovens.

Outras iniciativas de relevo no decurso do ano incluíram: a realização de um estudo de avaliação independente ao Programa, adjudicado ao IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos e a participação na Campanha Nacional contra o Discurso de Ódio Online (no âmbito da campanha do Conselho da Europa sobre a mesma matéria), que culminou em dezembro com o lançamento do *Referências*, a edição em Português do manual criado pelo Conselho da Europa para o efeito.

Na fase final do Programa, entendeu-se ainda pertinente a realização de um conjunto de *workshops* temáticos de partilha de experiências, envolvendo cerca de 45 representantes de ONG.

Workshops temáticos de partilha de experiências.
© Fernanda Freitas



Subsídios

A ATIVIDADE DO PROGRAMA CENTROU-SE na concessão de apoios a projetos de ONG, normalmente a 90% dos respetivos investimentos elegíveis e selecionados exclusivamente por concurso nos seus quatro domínios de atuação: participação das ONG na conceção e aplicação de políticas públicas; promoção dos valores democráticos, incluindo a defesa dos Direitos Humanos; reforço da eficácia da ação das ONG; e apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens.

Não foi iniciado nenhum novo projeto ao longo do ano, tendo, não obstante, sido apoiado um conjunto de 18 Iniciativas de Cooperação Bilateral. No final do ano, estavam apurados valores praticamente finais de execução financeira do Programa, um trabalho que será concluído nos primeiros meses de 2017. Relativamente ao conjunto de 113 projetos apoiados pelo Programa, foi certificada despesa num montante total de cerca de 7,8 milhões de euros e feitos pagamentos totalizando cerca de 7 milhões de euros desde o início do Programa até ao final de 2016. Quanto às Iniciativas, foram aprovadas ao todo 27 desde o início do Programa, tendo-se o apoio elevado a 81 mil euros.

Subsídios

DOMÍNIO A
737 000€

DOMÍNIO B
2 417 000€

DOMÍNIO C
1 656 000€

DOMÍNIO D
2 136 000€

Neste ano conheceu-se o resultado das medidas tomadas pela Fundação para alavancar o efeito do apoio dos EEA Grants à Sociedade Civil. Relativamente à aprovação de quatro projetos em *overbooking* (contratação de 256 mil euros em apoios adicionais aos montantes disponibilizados pelos EEA Grants, à responsabilidade da Fundação), os mesmos foram concluídos com sucesso e sem qualquer dispêndio de recursos próprios da Fundação. Quanto aos seis projetos candidatados ao apoio do Programa em 2013 e que vieram a ser apoiados por recursos próprios da Fundação, os objetivos contratados foram também alcançados em todos os casos, com poupanças face aos valores previstos – o montante efetivamente necessário de apoio foi de menos de 79% dos 488 mil euros comprometidos pela Fundação para o conjunto dos projetos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA 31.12.2016	N.º DE PROJETOS	INVESTIMENTO ELEGÍVEL	APOIOS PAGOS	ONG ENVOLVIDAS	OUTROS PARCEIROS	BENEFICIÁRIOS DIRETOS
DOMÍNIO A – Conceção e aplicação de políticas públicas	12	818 000€	737 000€	18	12	19 700
DOMÍNIO B – Promoção dos valores democráticos	43	2 725 000€	2 417 000€	59	36	31 700
DOMÍNIO C – Eficácia da ação das ONG	31	1 844 000€	1 656 000€	51	16	13 200
DOMÍNIO D – Apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens	27	2 397 000€	2 136 000€	46	34	16 500
TOTAL DO PROGRAMA	113	7 784 000€	6 945 000€	156	88	81 200

A 31 de dezembro de 2016, estavam praticamente apurados os montantes efetivos de despesa elegível e de apoios concedidos. Estava também estimado o número total de beneficiários diretos do Programa, valor que excedeu largamente as estimativas anteriores.

No final do ano, confirmava-se a ampla abrangência geográfica dos apoios concedidos. Cerca de 46% dos apoios pagos aos 113 projetos apoiados foram afetos a projetos de âmbito nacional (que podem beneficiar pessoas em qualquer ponto do País); os restantes 54% respeitam a projetos que incidem sobre uma dada região do País; uma ou mais localidades especificamente definidas; ou em municípios de várias regiões do País (neste último caso, identificados no gráfico seguinte como tendo “âmbito inter-regional”).

Projetos de Âmbito Nacional

APOIOS PAGOS

3 224 000€

BENEFICIÁRIOS DIRETOS

39 200

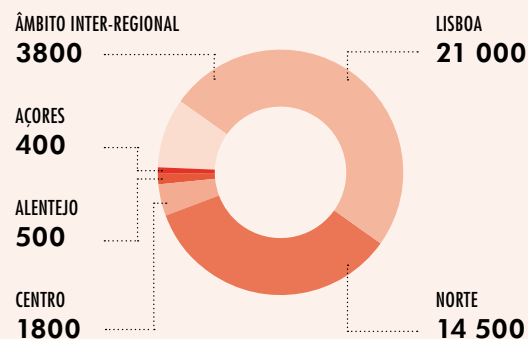
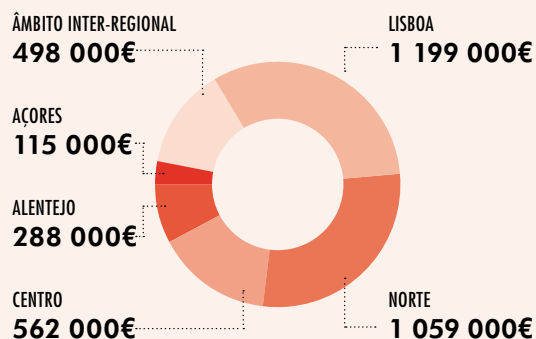
Projetos de Âmbito Regional

APOIOS PAGOS

3 721 000€

BENEFICIÁRIOS DIRETOS

42 000



Outras Atividades

Seminário Cooperar para Inovar

A 24 de novembro foi realizado o seminário *Cooperar para inovar – as mais-valias e oportunidades da cooperação bilateral para as ONG portuguesas*, que contou com a presença de cerca de 120 pessoas. Apresentou um balanço do trabalho realizado pela cooperação com os países financiadores dos EEA Grants no âmbito do Programa e permitiu aos interessados conhecer a perspetiva dos responsáveis destes países relativamente às oportunidades que irão surgir neste âmbito quando se der início ao próximo ciclo de apoios, preparando assim o futuro. Quatro ONG promotoras de projetos apoiados pelos EEA Grants apresentaram ainda

o trabalho de cooperação realizado, os resultados alcançados e a forma como a cooperação permitiu alavancar o seu impacto.

Promovido pela PELE, o projeto *ECOAR – Empregabilidade e Competências Através da Arte* foi um dos apresentados no seminário: utiliza ferramentas artísticas para aumentar a oferta cultural em contexto prisional, com vista à reinserção de reclusos na sociedade e no mercado de trabalho (202 beneficiários), e foi complementado com uma Iniciativa de Cooperação Bilateral com o Nordic Black Theatre e o Oslo Black Theatre.

Balanço do Programa

Na fase final do Programa, entendeu-se ainda pertinente a realização de um conjunto de *workshops* temáticos de partilha de experiências, envolvendo 45 ONG. Nas 5 sessões realizadas, moderadas pela jornalista Fernanda Freitas, procurou-se a reflexão, partilha e troca de experiências entre ONG beneficiárias do Programa, para enriquecimento de projetos futuros.

Para apresentação no evento de encerramento em janeiro de 2017, foi preparado um sumário do relatório final do Estudo de Avaliação do Programa, em português e inglês (500 exemplares), que dará a conhecer os principais pontos do trabalho realizado pelo IESE, o qual é apresentado aprofundadamente no Relatório

Final do Estudo de Avaliação (disponível apenas *online*). A opção por esta publicação bilingue vai ao encontro do grande interesse demonstrado pelos representantes dos Países Financiadores, importando referir que nenhum outro programa para as ONG apoiado pelos EEA Grants promoveu, até hoje, a realização de um trabalho comparável de avaliação, encontrando-se em discussão a obrigatoriedade deste tipo de avaliação para o próximo ciclo de apoios dos EEA Grants.

Procedeu-se igualmente à produção e publicação de um livro direcionado para o público em geral, para apresentação no evento de encerramento (*Por mais Escura que Seja a Noite... Amanhã é Outro Dia*, de Inês Rapazote e José Carlos Carvalho, 700 exemplares), que conta as histórias de 11 dos mais de 81 mil beneficiários do Programa e o seu envolvimento em 11 dos 113 projetos apoiados, ilustrando o impacto dos EEA Grants na sociedade civil portuguesa e nos respetivos públicos-alvo, nos últimos anos.

Parcerias

O PROGRAMA é o resultado de uma parceria contratualizada por quatro anos (2013–2016) com o MFEEE, na qual a Fundação gere recursos públicos de três países da EFTA em apoio a projetos das organizações da Sociedade Civil portuguesa. Esta parceria coloca a Fundação em contacto regular com as entidades responsáveis pela gestão a nível europeu destes fundos e com as entidades que gerem os fundos das ONG, no âmbito dos EEA Grants, nos restantes países beneficiários, permitindo o intercâmbio de experiências e conhecimento e a participação mútua em eventos, visando o reforço da sociedade civil e as temáticas a ela ligadas.

É de salientar que 92 dos projetos apoiados no âmbito do Programa foram empreendimentos realizados em parceria. Todos os projetos apoiados pelo Programa com montantes superiores a 25 mil euros foram executados obrigatoriamente por parcerias formalmente constituídas para o efeito, envolvendo até quatro entidades. O objetivo desta regra foi fomentar, na nossa sociedade civil, o contacto entre organizações e o trabalho conjunto.

Projeto ECOAR
© José Carlos Carvalho



DOMÍNIO A Indicadores de resultados	OBJETIVO DO PROGRAMA	RESULTADOS ALCANÇADOS
ONG que reportam uma maior participação nos processos de tomada de decisão com as autoridades locais, regionais e nacionais	10	18
ONG envolvidas em atividades em parceria com as autoridades locais e instituições do Estado	10	18
Indicadores de realização		
Atividades de cooperação ou de diálogo com as autoridades locais, regionais ou nacionais iniciadas ou desenvolvidas	7	267
Leis, políticas e práticas alteradas ou melhoradas em consequência da influência de ONG	4	25
Projetos de ONG implementados em parceria com autoridades locais ou instituições do Estado	10	10
Serviços prestados em parceria com entidades públicas	7	75
Beneficiários de serviços de proximidade (assistência social e serviços básicos) prestados localmente através de parcerias entre ONG e municípios	150	16 796

DOMÍNIO B Indicadores de resultados	OBJETIVO DO PROGRAMA	RESULTADOS ALCANÇADOS
ONG a promover os valores democráticos, incluindo os direitos humanos	30	64
ONG a promover melhor compreensão e atitudes para com as minorias e os grupos em risco	20	64
Indicadores de realização		
ONG que monitorizam e informam acerca de Direitos Humanos e Cidadania	7	64
ONG que captam pessoas que são voluntários pela primeira vez	5	64
ONG que envolvem seus grupos-alvo em atividades de empoderamento	5	83
ONG que abordam as questões das crianças e jovens em situações de risco	12	34
ONG a organizar campanhas de sensibilização sobre os direitos das minorias, antidiscriminação e grupos em risco	6	79
ONG que combatem a discriminação e promovem a tolerância	14	87

DOMÍNIO C Indicadores de resultados	OBJETIVO DO PROGRAMA	RESULTADOS ALCANÇADOS
Pequenas organizações que demonstram uma capacidade acrescida em relação à sustentabilidade e ao alargamento do seu leque de atividades	20	53
ONG a reportar um reforço nas suas capacidades (auto-avaliação)	30	53
Indicadores de realização		
ONG que foram capazes de encontrar novas fontes de financiamento / receita	10	42
Pessoas que trabalham em ONG – dirigentes, funcionários, voluntários – que receberam formação	500	8 869
ONG que diversificaram os seus serviços e/ou atividades	8	47
Organizações capazes de evidenciar a implementação de bons procedimentos de governação	12	44
Organizações que demonstram a implementação de procedimentos financeiros sólidos	5	21
Organizações que contactam regularmente os seus grupos-alvo e outros stakeholders acerca das necessidades existentes e da eficácia das suas iniciativas	5	49

DOMÍNIO D Indicadores de resultados	OBJETIVO DO PROGRAMA	RESULTADOS ALCANÇADOS
Beneficiários a utilizar novas competências para a empregabilidade	150	12 620
ONG a apoiar novos empreendedores na criação de emprego	7	39
ONG a usar abordagens participativas para envolver grupos vulneráveis de jovens em risco de exclusão	7	42
Indicadores de realização		
N.º de ONG a abordar problemas de empregabilidade	7	76
N.º de jovens vulneráveis envolvidos em ações de capacitação para a empregabilidade	200	12 620
N.º de empreendedores beneficiados	50	1 622
N.º de beneficiários de ações de inclusão social, educacional e cultural	250	7 582

Sistema de Avaliação

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA está sujeita a regras de acompanhamento e avaliação que visam garantir uma gestão orientada para os resultados. Um sistema informático específico monitoriza a execução do Programa e o cumprimento dos indicadores acordados com os vários promotores de projeto, bem como a respetiva realização física e financeira.

Conforme previsto desde o seu planeamento em 2012, o processo de avaliação final do Programa decorreu durante 2016, após adjudicação, em março, ao IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Estava concluído no final do ano, prevendo-se a sua apresentação pública durante o evento de encerramento do Programa, em janeiro de 2017.

Confirma-se que os resultados alcançados pelo Programa irão exceder as metas acordadas com os Países Financiadores.

Movimento Contra o Discurso de Ódio

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DEMOCRÁTICA e a Educação para os Direitos Humanos integram os objetivos estratégicos do *Movimento Contra o Discurso de Ódio*, campanha promovida a nível europeu pelo Conselho da Europa, ao qual os EEA Grants e a Fundação Calouste Gulbenkian se associaram.

Sendo a capacitação um dos focos do Programa, considerou-se de grande relevância o financiamento da edição portuguesa do manual *Bookmarks*, criado pelo Conselho da Europa no âmbito da sua campanha europeia, atualmente em curso, contra o discurso de ódio *online*.

A Fundação entendeu propor ao Conselho da Europa a tradução para língua portuguesa deste manual, em colaboração com as organizações integrantes da Campanha Nacional Contra o Discurso de Ódio. A edição portuguesa foi financiada pelos EEA Grants, no âmbito do Programa Cidadania Ativa, e conta com as organizações nacionais envolvidas na campanha para a sua divulgação. O manual *Referências* (tradução portuguesa) será seguramente uma ferramenta essencial para as ONG ativas no domínio da Educação para os Direitos Humanos e para todos os *stakeholders* que atualmente se dedicam à mesma.

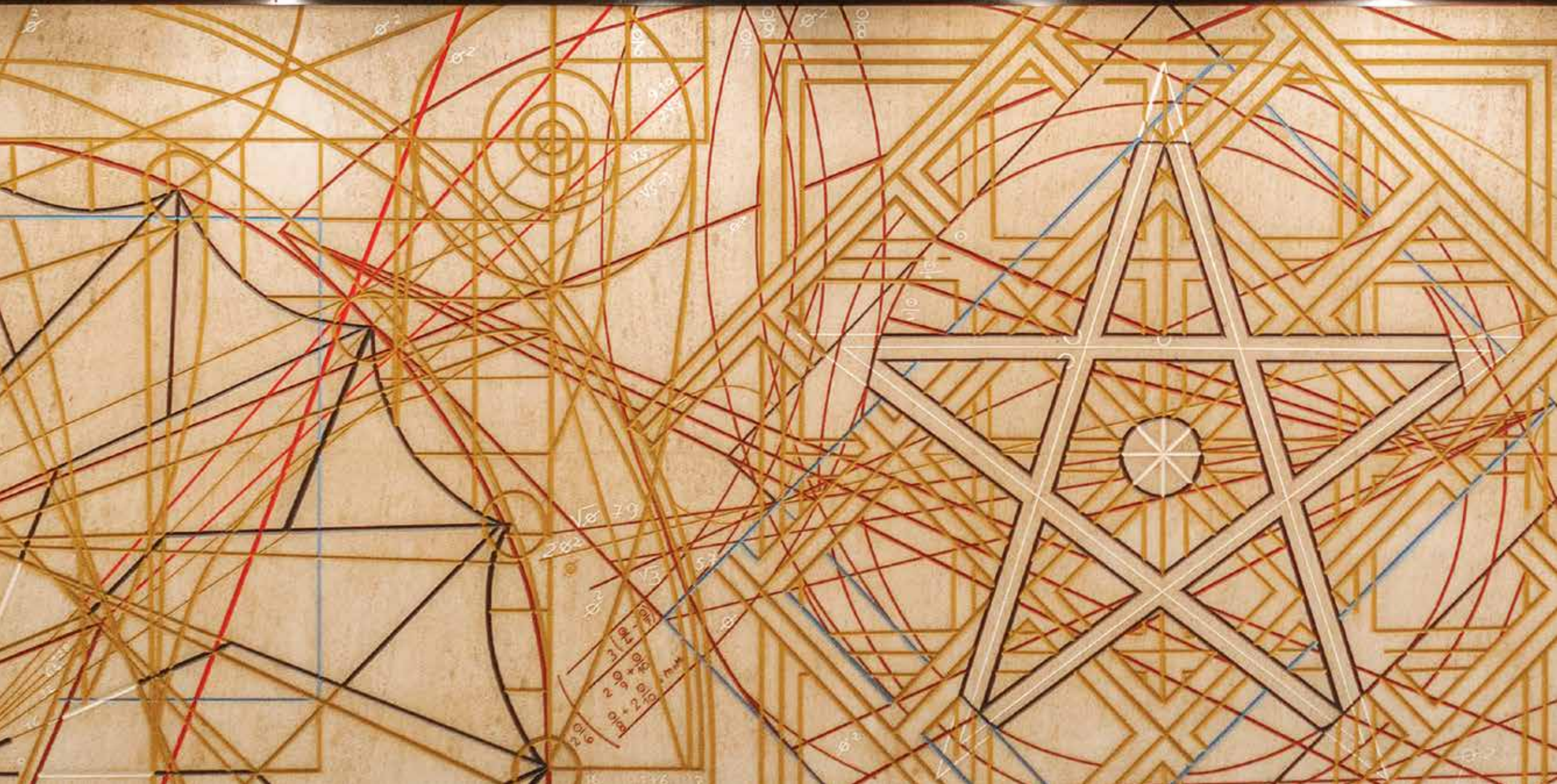
A apresentação pública desta publicação decorreu a 15 de dezembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, e coincidiu, ainda, com a realização de uma formação

sobre “Educação para os Direitos Humanos”, para 21 ativistas de todo o País.

Pela mesma altura, e na sequência do Dia de Ação pelos Direitos Humanos Online (10 de dezembro), foi realizada uma outra ação de formação para prevenção e combate ao discurso de ódio *online*, e para disseminação do manual *Referências*.



INICIATIVAS





Iniciativa Gulbenkian Cidades

A **INICIATIVA GULBENKIAN CIDADES** tem como missão estimular o debate público e informar opções e decisões que exigem um melhor conhecimento do impacto que os grandes desafios geoeconómicos, tecnológicos, ambientais, sociais e de segurança desencadeiam nas cidades portuguesas. Estas tendências globais exigem novas estratégias de adaptação por antecipação e uma gestão adequada da transição para modelos de desenvolvimento robustos e sustentáveis.

Os principais objetivos desta Iniciativa são produzir e difundir conhecimento e informação para um debate sobre o futuro das cidades numa base coordenada, sistemática e interdisciplinar; desenvolver ferramentas de *marketing* territorial; e contribuir para a definição de projetos estratégicos que permitam assegurar mais crescimento, emprego e coesão social.

63 899 €

INICIATIVAS PRÓPRIAS

EM 2016, foi desenvolvido o projeto *Portugal no Centro*, focado nos ecossistemas de inovação das universidades e nas atividades económicas consolidadas e emergentes daquela Região, tendo dado origem à edição de um livro com o mesmo título. Este projeto foi desenvolvido em articulação com as Reitorias das Universidades de Coimbra, da Beira Interior e de Aveiro, bem como com as Presidências dos Institutos Politécnicos da Região Centro.

No primeiro semestre, realizou-se a sessão pública de apresentação dos resultados do projeto *Lisboa Visão Global* e de lançamento do livro *Uma Metrópole para o Atlântico*.

No segundo semestre, arrancou um projeto de *marketing* territorial de Sines no contexto do Arco Metropolitano de Lisboa, em parceria com a aicep Global Parques, que tem como objetivo incrementar as potencialidades económicas e setoriais de Sines e a sua projeção nos mercados internacionais, em particular da ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines.

Ao longo do ano, mantiveram-se as reuniões de trabalho com a Direção Municipal de Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa, com o objetivo de avançar com a iniciativa de cooperação interinstitucional LIFT – *Lisbon Initiative for the Future* e foi dada continuidade aos contactos com a Presidência da CCDR-LVT e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, no âmbito do projeto *Lisboa 2050*.

Atividades

CONCLUÍDA A FASE DE DIAGNÓSTICO PROSPETIVO, prosseguiram os contactos com a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa e a Direção Municipal de Economia e Inovação, focados no arranque da iniciativa estratégica LIFT – *Lisbon Initiative for the Future*, cujo elemento distintivo deverá ser a sua capacidade de posicionar Lisboa a uma escala global a partir de uma escala macrorregional, através da agregação de um conjunto de atores diversificados em torno de desafios e projetos estratégicos de âmbito internacional.

O projeto de *marketing* territorial de Sines, em particular da ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines, no contexto do Arco Metropolitano de Lisboa, teve início no segundo semestre de 2016, fruto de uma colaboração com a aicep Global Parques e com a APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA. Com este projeto, pretende-se uma análise, numa perspetiva de futuro, dos ativos do complexo industrial e portuário de Sines, das implicações e estratégia a implementar para o seu desenvolvimento sustentável e da sua capacidade empreendedora e empresarial com foco na internacionalização. Esta análise assentará no reforço da plataforma interativa *GlobalFind*, desenvolvida em colaboração com a ESRI Portugal, e num estudo com uma visão estratégica sobre a ZILS, suas infraestruturas e características, avaliando setores-chave que, no futuro e em função dos seus requisitos, terão um natural desenvolvimento na Região.

Foi ainda dada continuidade aos contactos com a Presidência da CCDR-LVT e com a Fundação Francisco Manuel dos Santos, tendo em vista o arranque do projeto *Lisboa 2050*, que tem como objetivo construir uma visão partilhada de futuro para a Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto dos processos de globalização, visando definir prioridades estratégicas, medidas e ações que permitam antecipar a trajetória de desenvolvimento desejada.

No que respeita à regionalização, o projeto para a Região Centro incide sobre todo o território da NUT II Centro, o que representa uma diferente configuração geográfica face aos anteriores projetos *Noroeste Global* e *Lisboa Visão Global*, na medida em que, por um lado, integra duas regiões NUT III – a Região de Aveiro, a norte, e a Região de Leiria, a sul – que foram incluídas, respetivamente, na análise realizada para o Noroeste e para o Arco Metropolitano de Lisboa, e que estruturam relações com a Região de Coimbra; por outro lado, integra regiões de ligação do litoral à fronteira com Espanha, como é o caso das NUT III Viseu-Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa.

O projeto *Lisboa Visão Global* teve como território de análise a “região urbana funcional” Arco Metropolitano de Lisboa que, a par da centralidade dos territórios correspondentes à Área Metropolitana de Lisboa, integra uma “coroa” exterior de territórios adjacentes e complementares, que se estende de Leiria a Sines, com incursões em três municípios do Alentejo (Évora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas). Este projeto assenta numa parceria com a Direção Municipal de Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa e contou com a colaboração das Universidades públicas e dos Institutos Politécnicos do Arco Metropolitano de Lisboa. Em sessão pública realizada na Fundação, a 23 de fevereiro, foram apresentados aos cerca de 200 participantes os principais resultados deste projeto e lançado o livro *Uma Metrópole para o Atlântico*.

Todos os projetos contribuem para a internacionalização dos territórios-alvo, através do desenvolvimento de estratégias e ferramentas de *marketing* territorial que permita a projeção destes territórios nas cadeias de valor e dinâmicas económicas e empresariais dos mercados internacionais.

Portugal no Centro

AO LONGO DE TODO O ANO, trabalhou-se no âmbito do projeto *Portugal no Centro*, que, à semelhança dos projetos anteriores desenvolvidos entre 2014 e 2015 – focados nas macrorregiões Noroeste Global e Arco Metropolitano de Lisboa –, permitiu realizar um diagnóstico prospetivo/visão estratégica para a Região Centro. Este projeto contou com a colaboração das Reitorias das Universidades de Coimbra, da Beira Interior e de Aveiro e das Presidências dos Institutos Politécnicos da Região, em particular do Instituto Politécnico de Coimbra e do Instituto Politécnico da Guarda.

O projeto *Portugal no Centro* foi o terceiro de uma série de diagnósticos prospetivos com o qual se pretende dar continuidade ao contributo da Iniciativa Cidades para a reflexão sobre as recentes dinâmicas territoriais e urbanas ocorridas em Portugal, assente numa visão de território como realidade complexa e em permanente transformação. Assim, analisaram-se a estrutura territorial, os sistemas e os recursos estruturantes da Região Centro, do ponto de vista dos seus recursos naturais, do sistema urbano e do sistema de conectividade e mobilidade, bem como da sua estrutura demográfica, de atividades e emprego. Caracterizaram-se os polos de ensino superior, os centros de investigação, os *clusters* de competências das Universidades e Institutos Politécnicos da Região e analisaram-se, de forma detalhada, os setores de especialização (*clusters* consolidados) e os setores emergentes (*protoclusters*), ancorados nas empresas mais relevantes em termos de exportação e inovação. Esta caracterização focou-se não só no conjunto da Região Centro, mas também na identificação da heterogeneidade interna deste território no que respeita ao perfil de especialização e de exportação. Por último, desenvolveu-se uma análise

das redes de inovação económica existentes na Região, com base nos projetos de I&D+I da Agência Nacional de Inovação, através da metodologia de análise de redes sociais, com o propósito de caracterizar os atores da rede, as respetivas relações e as estruturas organizacionais, de especialização e territoriais.

Desta forma, o projeto permitiu desenvolver uma reflexão estratégica orientada para a atração e consolidação de empresas, centros de investigação e centros de competência que enriqueçam a “carteira” de atividades exportadoras e internacionalizadas da Região Centro e que contribuam para a criação de empregos com elevada qualificação.

Ambiciona-se que esta reflexão abra espaço a novas iniciativas que dinamizem as regiões na diversidade do seu património e desenvolvam uma estreita cooperação entre si, de forma a contribuírem para o reposicionamento de Portugal na globalização e na economia europeia, permitindo um crescimento mais rápido e uma riqueza distribuída de uma maneira mais equilibrada.





Iniciativa Gulbenkian Oceanos

A **INICIATIVA GULBENKIAN OCEANOS** tem como missão e tema principal a promoção da perceção do valor dos oceanos, procurando contribuir para que este seja incorporado no sistema socioeconómico e nos processos de tomada de decisão de entidades públicas e privadas.

O seu principal objetivo é promover uma maior consciencialização sobre o papel dos oceanos e ecossistemas marinhos no bem-estar da sociedade e na prosperidade económica.

5146 €

INICIATIVAS PRÓPRIAS

208 667 €

SUBSÍDIOS

EM 2016, A INICIATIVA OCEANOS prosseguiu com atividades em três domínios – investigação científica, perceção pública e promoção de novas políticas –, cumprindo os objetivos de aumentar a compreensão pública e política dos serviços dos ecossistemas marinhos como ativos estratégicos para o desenvolvimento económico sustentável e para o bem-estar humano.

Concluiu-se o projeto de investigação *The Economic Valuation and Governance of Marine and Coastal Ecosystem Services*, sob responsabilidade científica da NOVA SBE e do CESAM – Universidade de Aveiro.

De forma a melhor comunicar os resultados do projeto e, assim, aumentar o impacto dos resultados obtidos, organizou-se, em parceria com o International Centre for Policy Advocacy, um programa específico de formação: o *Policy Engagement & Development Program* (PDEP).

No decorrer deste ano, deu-se ainda continuidade ao projeto *Capital Natural Azul – e uma gestão empresarial sustentável*, com o objetivo de integrar o capital natural nas decisões empresariais.

O projeto da OCDE *The Future of the Ocean Economy: Exploring the prospects for emerging ocean industries to 2030*, do qual a Iniciativa Oceanos foi parceira, terminou, em abril, com o lançamento do seu relatório final em Seul, na Coreia do Sul.

Em junho, teve início o projeto de investigação *RIAVALUE – Avaliação do Valor dos Serviços Prestados pelo Ecossistema da Ria Formosa*, com o objetivo de determinar o valor de alguns dos benefícios dos ecossistemas mais relevantes daquela região, no qual a Iniciativa Oceanos é responsável pela disseminação dos resultados.

Lagoa de Santo André
© Gonçalo Calado



Atividades

The Economic Valuation and Governance of Marine and Coastal Ecosystem Services

Sob responsabilidade científica da NOVA SBE e do CESAM – Universidade de Aveiro, a investigação deste projeto, que viu a sua conclusão em 2016, centrou-se no eixo Peniche-Nazaré e teve como objetivo produzir um exemplo marcante de valoração económica dos serviços dos ecossistemas marinhos.

Em novembro, a equipa científica apresentou o relatório final de projeto. Deste, destacam-se a investigação relativa à perceção dos agentes locais sobre os benefícios obtidos a partir dos ecossistemas marinhos e costeiros da região, o seu potencial em energias marinhas renováveis, o impacto da onda gigante no turismo da Nazaré e a economia da pesca da sardinha a nível nacional. A apresentação de resultados está prevista para setembro de 2017.

Capital Natural Azul – e uma gestão empresarial sustentável

Deu-se continuidade ao projeto *Capital Natural Azul – e uma gestão empresarial sustentável*, com o objetivo de integrar o capital natural nas decisões empresariais e, desta forma, melhorar a gestão e utilização dos recursos naturais. Depois de finalizada a primeira fase deste projeto em 2015 – “Conhecer” –, a qual foi dedicada ao desenvolvimento de atividades de consciencialização, deu-se início, em janeiro de 2016, ao desenvolvimento de atividades de formação e capacitação (fase “Analisar”). As ações deste ano consistiram em atividades de formação e capacitação dirigidas a empresas interessadas. No final desta fase, os participantes ficaram aptos a analisar as dependências e os impactos entre as atividades económicas e o capital natural e a conhecer os benefícios da contabilidade do capital natural para a sua empresa. O final do projeto está previsto para junho de 2017, data em que se espera divulgar casos de estudo de empresas portuguesas que apresentem uma estratégia inovadora e sustentável para a gestão e contabilidade dos seus recursos naturais.

The Future of the Ocean Economy

O projeto *The Future of the Ocean Economy: Exploring the prospects for emerging ocean industries to 2030*, promovido pela OCDE, terminou, em abril, com o lançamento do seu relatório final em Seul, na Coreia do Sul. O relatório analisou prospetivamente a Economia do Mar até 2030, concluindo que muitos dos seus setores têm capacidade para crescer mais rapidamente que a economia mundial, tanto em termos de valor acrescentado como em termos de emprego. As áreas em que é esperado um crescimento particularmente forte são a aquacultura marinha, a energia eólica *offshore*, o processamento de pescado e a construção e reparação naval. Este relatório concluiu, ainda que de forma conservadora, que, em 2010, a contribuição da Economia do Mar a nível mundial foi de 2,5% do VAB mundial, esperando-se que, em 2030 e de acordo com um cenário *business as usual*, esta contribuição duplique. O relatório identifica ainda a deterioração dos oceanos como um dos principais constrangimentos ao crescimento da Economia do Mar a nível mundial.

3
CONFERÊNCIAS
COLÓQUIOS
ORGANIZADOS

6
CURSOS

149
FORMANDOS

336
HORAS DE FORMAÇÃO



RIAVALUE

Teve início em junho o projeto de investigação *RIAVALUE - Avaliação do Valor dos Serviços Prestados pelo Ecossistema da Ria Formosa*, que vai determinar o valor de alguns dos benefícios dos serviços obtidos a partir dos ecossistemas mais relevantes daquela região. Liderado pelo CCMAR - Universidade do Algarve, é financiado pela FCT e conta com a participação da Iniciativa Oceanos no consórcio do projeto, com o objetivo específico de disseminar os resultados, para que estes sejam utilizáveis e utilizados pelos decisores para definirem intervenções na Ria Formosa.

Desenvolvimento de Estratégia e Intervenção para ONGA

No quadro da formação e capacitação das ONGA marinhas, organizou-se em março uma formação em *fundraising* para as ONG que compõem a Plataforma das ONG Portuguesas sobre a Pesca (PONG-Pesca), durante a qual os participantes tiveram oportunidade de conversar com representantes de duas outras organizações filantrópicas para melhor conhecerem o que estas esperam das ONG que procuram o seu apoio financeiro. Duas destas ONG tiveram ainda a possibilidade de ter apoio no desenvolvimento das suas estratégias individuais para a área do mar. Na realização destas ações de formação, a Iniciativa Oceanos contou, mais uma vez, com a colaboração da New Economics Foundation (NEF), beneficiando do seu conhecimento dos formandos na sequência das formações dadas em 2013, 2014 e 2015 e da sua vasta experiência na capacitação de ONG de ambiente.

Parcerias

ENQUANTO MEMBRO DA COMISSÃO DE HONRA do projeto *Fish Forward*, da WWF, a Iniciativa Oceanos participou, em outubro, no evento de lançamento do *Guia WWF para Consumo de Pescado* ([HTTP://GUIAPESCADO.WWF.PT/](http://guiapescado.wwf.pt/)). Este guia, lançado em simultâneo em mais 10 estados-membros da União Europeia, ajuda os consumidores a escolherem pescado mais sustentável.

Ria Formosa.
© Gonçalo Calado

Melhorar o Impacto da Ciência na Sociedade

EM MARÇO, teve início o *Policy Development and Engagement Program* (PDEP), um programa de formação desenvolvido em parceria com o International Centre for Policy Advocacy (WWW.ICPOLICYADVOCACY.ORG) para aumentar o impacto dos resultados científicos do projeto de investigação *The Economic Valuation and Governance of Marine and Coastal Ecosystem Services* na definição de políticas públicas. Este projeto, que decorreu entre 2014 e 2016, produziu novo conhecimento científico sobre o valor dos oceanos, que importa também comunicar aos decisores num formato e num momento adequados e, assim, aumentar o impacto societal da investigação.

O PDEP contou com 15 participantes, entre investigadores do projeto de investigação, profissionais de organizações parceiras e membros da equipa da Iniciativa e da Delegação no Reino Unido. Realizaram-se dois *workshops*, um em abril e outro em setembro, intervalados com trabalho intenso dos participantes no desenvolvimento de *policy briefs*. Um *policy brief* é um documento curto (4-8 páginas) e conciso que contém uma mensagem específica elaborada de forma a informar atores-chave. O público-alvo de um *policy brief* são pessoas já informadas mas não-especialistas (por exemplo, decisores políticos, ONG, comunicação social).

O primeiro *workshop* do PDEP centrou-se na elaboração de argumentos convincentes, para a definição de políticas, e nos elementos-chave que devem integrar um *policy brief* destinado a aconselhar eficazmente decisores das mais variadas áreas. Nos meses seguintes e para

cada um dos cinco temas propostos pelos participantes, estes definiram coletivamente opções de ação para os decisores e prepararam o primeiro rascunho dos seus *policy briefs*.

No segundo *workshop*, que decorreu em setembro, os participantes focaram-se na utilização dos cinco *policy briefs* entretanto produzidos, como ferramenta de comunicação para promover mudanças nas políticas públicas. Os formadores deram também sugestões de melhoria de cada *policy brief*, e foram ainda organizadas reuniões com atores-chave para testar os argumentos e as ideias dos *policy briefs*, que serão publicados em 2017.

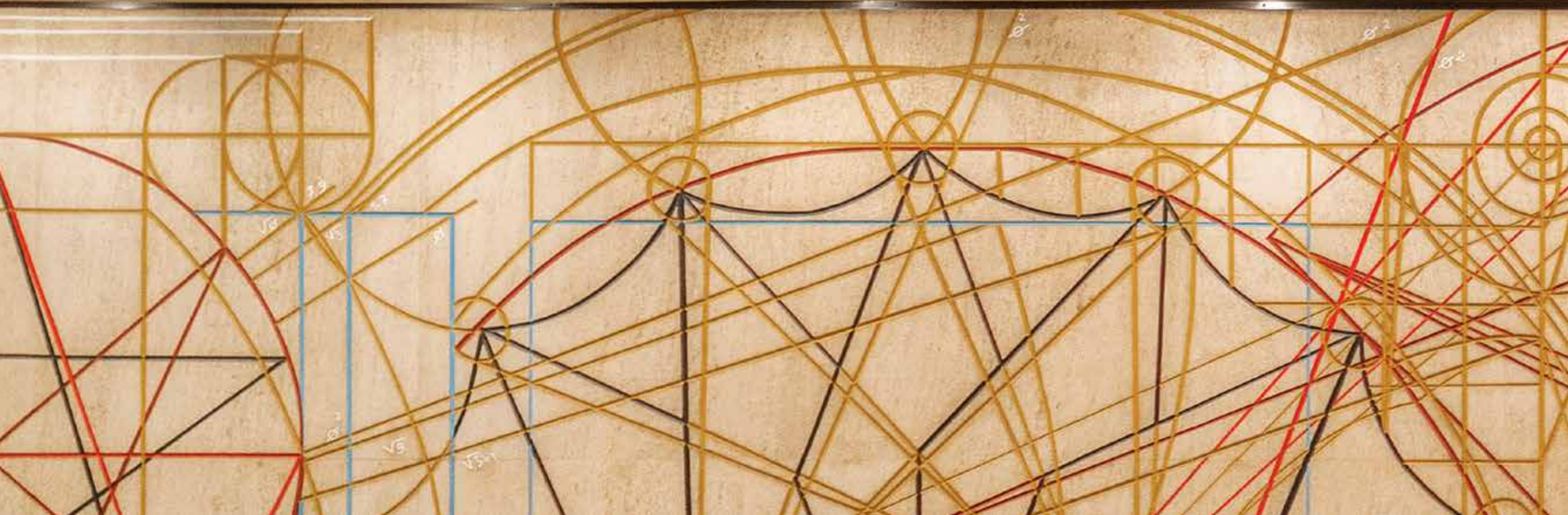
Com a organização do PDEP, a Iniciativa Oceanos ficou não só mais apta a comunicar os resultados do projeto de investigação de forma eficaz para influenciar políticas públicas, mas deu também um passo significativo na promoção de políticas públicas baseadas em evidências.

I don't think putting our policy briefs on this table is enough to reach our target audience.

I agree. That's why I added the sign.



DELEGAÇÕES





Delegação em França

A **DELEGAÇÃO EM FRANÇA** tem como missão contribuir para o debate de temas contemporâneos no panorama social, cultural e filantrópico francês e europeu, bem como para a divulgação da língua portuguesa.

São seus objetivos: participar e contribuir para o diálogo transnacional, com especial incidência em quatro eixos fundamentais – A Europa e o Mundo; Filantropia, Fundações e Inovação Social; Ambiente e Sustentabilidade; e Diálogo Intercultural –; assegurar um programa de qualidade artística de excelência internacional, designadamente através da realização de exposições; divulgar a língua portuguesa em França e na Europa, garantindo a relevância e a abrangência dos fundos da Biblioteca e propondo um conjunto de conferências e debates relacionados com a literatura e as ciências humanas lusófonas, em parceria e em rede com as estruturas de divulgação, investigação e ensino da língua portuguesa, em França e no Mundo.

1 382 829 €

INICIATIVAS PRÓPRIAS

5000 €

SUBSÍDIOS

Marie, escultura
de Julião Sarmento
doada pelo artista
à Delegação.
© Sandra Rocha

O ANO DE 2016, na Delegação em França, ficou marcado pela parte final das comemorações do seu 50.º aniversário iniciadas em 2015 e pela realização de duas grandes exposições em Paris: *Amadeo de Souza-Cardoso*, no Grand Palais, e *Les Universalistes - 50 ans d'architecture portugaise* na Cité de l'Architecture. Estes dois projetos foram realizados em parceria com instituições francesas (a Réunion des musées nationaux - Grand Palais e a Cité de l'architecture et du patrimoine, respetivamente), tendo sido ambos bem acolhidos pelo público parisiense. A exposição *Amadeo de Souza-Cardoso*, em particular, foi a concretização de um objetivo antigo da Fundação de apresentar o artista ao público de Paris, cidade onde fez a maior parte da sua carreira.

Dentro de portas, realizaram-se três exposições: uma exposição do artista português Julião Sarmento, com a curadoria de Ami Barak; a terceira edição do projeto *European Photo Exhibition Award*, projeto conjunto de quatro fundações europeias de promoção da jovem fotografia europeia; e no final do ano o *Festival de l'Incertitude*, um programa de exposições, conferências e projeções de filmes em torno das questões relacionadas com a incerteza e a utopia.

O programa de conferências *Tout se Transforme* e os encontros propostos pela Biblioteca continuam a oferecer um elenco variado de convidados, com a presença de escritores, críticos de literatura, filósofos, sociólogos e economistas.

A Biblioteca continuou a enriquecer as suas coleções de livros, periódicos e filmes. A política de aquisições tem vindo a ser apurada, no sentido de tornar os fundos mais volumosos e mais capazes de responder às necessidades dos seus leitores.

Vista da exposição
Les Universalistes.
© Change is Good



Exposições

Julião Sarmento

20.01 – 17.04.2016

A Delegação organizou a primeira exposição do artista Julião Sarmento em Paris, fora do espaço das galerias comerciais. Tratou-se de uma mostra de cerca de 40 anos de carreira deste artista; constituída por obras de pintura, escultura, instalação e filme, a exposição teve a curadoria de Ami Barak. Neste quadro, foi inaugurada ainda a escultura *Marie*, doada pelo artista à Delegação. Esta escultura foi realizada em parceria com o desenhador de moda Felipe Oliveira Baptista e está instalada, de forma permanente, no pátio da Delegação.

Les Universalistes

12.04 – 28.08.2016

Realizada em parceria com a Cité de l'architecture et du patrimoine, a exposição *Les Universalistes - 50 ans d'architecture portugaise* teve a curadoria do arquiteto Nuno Grande. Tendo por fio condutor o pensamento de Eduardo Lourenço e a história política e social de Portugal nos últimos 50 anos, a exposição apresentou 50 obras de 50 arquitetos (de Fernando Távora a Aires Mateus, passando por Álvaro Siza Vieira ou Nuno Teotónio Pereira). A possibilidade de mostrar a arquitetura portuguesa na principal instituição francesa dedicada a esta arte resultou numa importante oportunidade de visibilidade da obra destes arquitetos.

Vista da exposição
Julião Sarmento.
© Alexandre Nicoli





European Photo Exhibition Award

20.05-28.08.2016

Este projeto é uma parceria da Delegação em França com três fundações europeias: Fondazione Banca del Monte di Lucca (Itália), Fundação Fritt Ord (Noruega) e Körber Stiftung (Alemanha). Em 2016, realizou-se a terceira edição dedicada ao tema *Shifting boundaries* e foram premiados doze fotógrafos: Arianna Arcara (Itália), Pierfrancesco Celada (Itália), Marthe Aune Eriksen (Noruega), Jakob Ganslmeier (Alemanha), Margarida Gouveia (Portugal), Marie Hald (Dinamarca), Dominic Hawgood (Reino Unido), Robin Hinsch (Alemanha), Eivind H. Natvig (Noruega), Ildikó Péter (Hungria), Marie Sommer (França) e Christina Werner (Áustria). Os dozes artistas, após exporem em Paris, terão a oportunidade de se apresentar em Luca (Itália), Hamburgo (Alemanha) e Oslo (Noruega).

Festival de l'Incertitude

4.10-18.12.2016

A Delegação em França convidou o curador de exposições Paulo Pires do Vale para criar, com a sua equipa, um programa de exposições e encontros em torno de questões relacionadas com a incerteza e a utopia. Este festival teve como objetivo cruzar os diferentes eixos de atuação da Delegação (biblioteca, exposições e conferências) em torno de um tema da atualidade relacionado com o papel das instituições filantrópicas no seio da sociedade civil. Para o efeito, organizaram-se exposições (que tiveram como centro a biblioteca particular de Fernando Pessoa), com a participação de artistas como Nuno Sousa Vieira, Constant e João Onofre, entre outros, conferências e um ciclo de cinema.

Vista da exposição
**European Photo
Exhibition Award.**
© Alexandre Nicoli

Vista da exposição
Festival de l'Incertitude.
© Alexandre Nicoli



Conferências e Encontros

NO QUADRO DO CICLO DE CONFERÊNCIAS *Tout se Transforme*, realizaram-se encontros com Dominique Méda, Jacques Rancière, Bruno Latour, Achille Mbembe, e uma série de conferências de Edgar Morin, Richard Zenith, Maria João Branco, Franck Leibovici, Mathieu Copeland, Cédric Vilani, Marc Fleurbaey, Alain Touraine, Michel Menu, Federico Nicolao, Claire Nancy e Nicolas Giraud, entre outros.



© Direitos Reservados

Edições

NO ANO DE 2016, a Delegação publicou, em coedição, o catálogo da exposição de Julião Sarmento, *The Real Thing/La Chose, Mème* e o catálogo do projeto *European Photo Exhibition Award - Shifting boundaries*. Merece ainda destaque a publicação de mais seis volumes da colecção *Tout se Transforme*, com textos de Muel Castells, Edgar Morin, Jacques Rancière, Dominique Méda, Henrique Leitão e Stéphane van Damme.

Biblioteca

DISPONDO ATUALMENTE de cerca de 96 mil volumes, entre livros, revistas e periódicos nas áreas das ciências humanas, é a mais importante biblioteca de língua portuguesa na Europa, fora de Portugal. Ela é, de igual forma, veículo para um programa intenso de conferências, colóquios e debates em torno da literatura de expressão portuguesa (*Les Rencontres de la Lusophonie*), da história, do pensamento, da criação artística e das mais diversas manifestações culturais dos países de expressão portuguesa. A colaboração com as universidades francesas, portuguesas, brasileiras e africanas de expressão portuguesa, e com os seus centros de investigação e seus investigadores, é um dos traços mais importantes da sua atividade. Todos os meses, realizam-se encontros de conversação em português, gratuitos, assim como inúmeras visitas de estudantes das faixas escolares mais jovens. A Biblioteca continua ativamente a aumentar os seus fundos e integra, hoje em dia, a mais importante rede de bases de dados universitária francesa.

A Biblioteca apresentou ao longo de todo o ano, um programa de encontros com escritores (Gonçalo M. Tavares e Valter Hugo Mãe, entre outros), a apresentação de livros (como a apresentação da edição francesa de *O Mestre/Le Roi de Pierre* de Ana Hatherly), vários colóquios (como o encontro dedicado a Mário de Sá-Carneiro, no centenário da sua morte), seminários com centros de investigação universitários, visitas guiadas e formação ao público estudantil. É de destacar ainda, no quadro das atividades organizadas pela Biblioteca, o projeto *Dá Voz à Letra*, iniciado em setembro de 2016. Trata-se de um concurso de leitura em voz alta em língua portuguesa para alunos da Île-de-France entre os 15 e os 18 anos, realizado em parceria com o Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas.



Sala de leitura da Biblioteca.
© Sandra Barros

Bolsas e Prémios

A DELEGAÇÃO EM FRANÇA APOIOU, como faz desde 2013, a associação Cap Magellan na atribuição do prémio de melhor estudante de liceu (*Prix Gulbenkian-Cap Magellan Meilleur Lycéen*). A cerimónia de entrega deste prémio integra a gala anual, que celebra o aniversário da implantação da República portuguesa, na Câmara Municipal de Paris, constitui um dos principais encontros da comunidade luso-francesa na capital francesa.

Parcerias

A DELEGAÇÃO EM FRANÇA desenvolve, desde 2012, um conjunto de parcerias com algumas instituições científicas e de reflexão francesas. A colaboração com a Fondation Maison Sciences de l'Homme (FMSH) continua a dar frutos e traduz-se na participação de membros de ambas as instituições nas atividades que cada uma organiza ou na realização de conferências com os diretores dos Programas da FMSH na Fundação.

A Delegação colabora regularmente e de forma próxima com a Fondation de France e com o Centre Français de Fonds et Fondations. Para além de acolher regularmente encontros destas organizações, realiza troca de informações, nomeadamente exemplos de boas práticas no quadro da atuação das fundações.

As questões relacionadas com a construção europeia e com a vida democrática na Europa continuam a ser temas importantes para a Delegação e, nesse âmbito, foram estabelecidas parcerias com o European Council on Foreign Relations e com o Institut Jacques Delors - Notre Europe e respeitados *think tanks* europeus, com um trabalho comprovado de reflexão e produção de *policy briefs*.

No quadro das duas exposições, *Amadeo de Souza-Cardoso* e *Les Universalistes*, realizadas em coprodução, concluíram-se as parcerias com a Réunion des musées nationaux - Grand Palais com a Cité de l'architecture et du patrimoine, depois de dois anos de trabalho de colaboração.

O relacionamento com o Instituto Camões, seja por intermédio da Embaixada de Portugal, seja por intermédio da Coordenação do Ensino de Português em França e da Maison du Portugal, mantém-se muito próximo. Ao longo do ano, realizaram-se inúmeros acontecimentos na Delegação organizados ou coorganizados com estas instituições. Para além disso, esta colaboração concretiza-se em ações conjuntas e de interajuda ao longo de 2016. A Delegação colabora regularmente com a Associação de Diplomados Portugueses em França (AGRAFR), sendo que o encontro anual da associação em França (*Lusojournée*) se realiza na Delegação, desde a criação da associação. É importante destacar a parceria estabelecida com a APEBDA - Association pour le Développement des Études Portugaises, Brésiliennes, de l'Afrique et de l'Asie Lusophones, nomeadamente o papel importante desempenhado pela associação ao projeto *Dá Voz à Letra*.

A Delegação tem parcerias *media* regulares com a Rádio Alfa, com o *Lusojornal* e com a Cap Magellan (parceria esta que se estende também ao prémio atribuído ao melhor estudante de liceu, referido anteriormente). Apesar de estas parcerias assumirem diferentes formatos, a colaboração desenvolvida por ocasião da exposição *Amadeo de Souza-Cardoso* foi especialmente bem conseguida, tendo desempenhado cada um destes parceiros um papel muito importante na divulgação da exposição em França.

Amadeo de Souza-Cardoso no Grand Palais

A EXPOSIÇÃO *Amadeo de Souza-Cardoso* esteve no Grand Palais entre abril e julho de 2016. Uma coprodução da Réunion des musées nationaux – Grand Palais e da Fundação, ela constituiu um momento raro de apresentação de um artista português num dos principais espaços expositivos internacionais.

Após vários anos de negociações com diferentes museus franceses, o interesse da Réunion des musées nationaux – Grand Palais em expor este artista transformou-se numa coprodução que levou a que, um pouco mais de 100 anos depois de Amadeo se ter apresentado no Grand Palais, o artista tenha regressado a Paris para ser exposto numa das suas salas mais emblemáticas.

Esta exposição tinha dois objetivos fundamentais: apresentar o artista ao público francês e internacional; e contribuir para a inscrição do artista na história da arte internacional, nomeadamente apresentando-o aos principais especialistas da arte do século xx.

A exposição recebeu cerca de 73 mil visitantes durante os três meses que esteve aberta ao público, apesar das alterações nas práticas culturais em Paris, em virtude dos então recentes ataques terroristas. A crítica acolheu bem o artista; os académicos e especialistas das vanguardas artísticas do século xx viram a exposição e, de forma geral, gostaram e compreenderam a sua importância. A cobertura da imprensa foi extensiva, com um conjunto alargado de críticas positivas e informadas.



Exposição *Amadeo de Souza-Cardoso*, Grand Palais, Paris.
© Didier Plow



Delegação no Reino Unido

A **DELEGAÇÃO NO REINO UNIDO** (DRU) tem como objetivo procurar introduzir melhoramentos, a longo prazo, no bem-estar social, em particular junto da população menos privilegiada e mais vulnerável, através da criação de laços transeitoriais, atravessando fronteiras nacionais, comunidades, disciplinas e setores que criem valor social, cultural e ambiental.

560 638 €

INICIATIVAS PRÓPRIAS

2 269 445 €

SUBSÍDIOS

Artistas de todo o mundo encenam espetáculo no festival Home Away, no Teatro Nacional da Escócia.

EM 2016, A DELEGAÇÃO NO REINO UNIDO (DRU) apoiou três grandes áreas de intervenção: *Transitions in Later Life* (Transições na Idade Avançada), *Valuing the Ocean* (Valorizar o Oceano) e *Participatory Performing Arts* (Artes Performativas Participativas).

Transitions in Later Life apoia pessoas de meia-idade e idade mais avançada a desenvolver as competências de que necessitam para lidar com as mudanças introduzidas pelo envelhecimento. Em 2016, foram apoiados sete projetos que organizam programas para pessoas em pré-reforma. Estabeleceu-se uma parceria com o Centre for Ageing Better, oferecendo conhecimento na avaliação e partilha de experiências do que funciona.

Valuing the Ocean complementa o trabalho da Iniciativa Gulbenkian Oceanos. O seu objetivo é dar a conhecer o valor do oceano, para assim assegurar a sua proteção. Em 2016, encomendou-se ao Frameworks Institute, sediado nos EUA, uma reflexão sobre a questão baseada na investigação levada a cabo pelas ciências sociais. O ponto de partida é o facto de as narrativas especializadas diferirem frequentemente do enquadramento dado às questões para o público em geral.

Participatory Performing Arts tem o potencial de oferecer uma plataforma às pessoas cujas vozes raramente são ouvidas, permitindo que elas contribuam para a sociedade. Vão ser apoiadas dez produções até 2018. Criados em colaboração com os participantes, estes projetos inovadores testam os limites sociais e artísticos. Os representantes dos nossos parceiros reuniram-se numa comunidade de aprendizagem com projetos de outras fundações. A comunidade partilha práticas e debate soluções criativas para as questões com que as organizações artísticas se deparam no desenvolvimento dos trabalhos participativos. Tirando partido do trabalho da DRU no campo das Artes Performativas Participativas, lançou-se o *Inquiry into the Civic Role of Arts Organisations* (Inquérito sobre o Papel Cívico das Instituições Artísticas). Pretende-se ajudar a realizar o potencial que as instituições artísticas têm de promover a participação cívica e revitalizar as comunidades e, ainda, compreender, através da investigação e da discussão, o que é que constitui a “prática do futuro”. Delinear-se-ão, em colaboração com os profissionais, recomendações para mudanças nas políticas e práticas que fortaleçam este papel cívico. O inquérito irá desbravar novos caminhos ao convocar um leque alargado de pessoas. É ambição da DRU criar um movimento de instituições artísticas empenhadas em ter um papel cívico.

*Transitions
in Later Life*
50 participantes
em cerca de
20 sessões
ou cursos

As produções
*Sharing the
Stage* chegaram
a uma audiência
de 2748 pessoas

Lançamento dos
relatórios de atividades
da DRU no evento
*Botanic Gardens for
Healthy Lives*.



Algumas Iniciativas

Making Every Adult Matter (Garantir que Cada Adulto Conta)

A parceria *Making Every Adult Matter* (MEAM), que apoia pessoas com graves e múltiplas necessidades, assegurou, para os próximos cinco anos, um financiamento de oito milhões de libras provenientes do Big Lottery Fund e de câmaras municipais. A MEAM irá duplicar as áreas em que opera durante os próximos cinco anos, ampliando os projetos lançados há oito anos com o apoio da DRU.

Dezassete zonas em todo o Reino Unido utilizaram a “Abordagem MEAM” em 2016 para desenhar e fornecer serviços mais bem coordenados a pessoas com necessidades múltiplas. Assumindo um impacto médio de 25–30 pessoas por zona, a abordagem MEAM terá afetado 400–500 pessoas até à data. Esta estatística aumentará substancialmente em 2017, dado que a MEAM irá alargar a abrangência do seu trabalho graças ao investimento do Big Lottery Fund.

Campaign to End Loneliness (Campanha para Acabar com a Solidão)

Esta campanha irá alargar a sua acção em 2017, após receber 2,7 milhões de libras do Big Lottery Fund para lançar novas atividades em Inglaterra e expandir-se para a Escócia e para o País de Gales. Reuniram-se as organizações que desenvolveram a campanha há cinco anos e, desde então, apoiou-se o seu trabalho. A DRU continua a fazer parte da sua direção, mas persegue o seu interesse a partir de uma outra perspetiva, através de *Transitions in Later Life* (Transições na Idade Avançada).

Valuing Nature (Valorizar a Natureza)

Este programa de cinco anos, desenvolvido para mostrar o modo como se pode aproximar as pessoas e a natureza, terminou com um evento intitulado *Botanic Gardens for Healthy Lives* (Jardins Botânicos para Vidas Saudáveis), em Edimburgo, em outubro de 2016, que juntou organizações comunitárias orientadas para a natureza interessadas em explorar as boas práticas no Reino Unido e no estrangeiro.

Parcerias e Apoios

É FUNDAMENTAL, para o modo como a Delegação do Reino Unido funciona, encorajar parcerias fortes.

As três áreas de intervenção da DRU implicam um trabalho de grande proximidade com outras organizações. O projeto *Transitions in Later Life* é cofinanciado pelo Centre for Ageing Better e está focado na avaliação. A Fundação Esmée Fairbairn apoiou dois dos dez projetos de artes performativas participativas, e a Fundação Paul Hamlyn disponibilizou apoios para que os seus projetos participassem na nossa Comunidade de Aprendizagem.

O trabalho do Marine COLaboration no lançamento da campanha #One-Less, cujo objetivo é reduzir o número de garrafas de água de plástico descartáveis vendidas, foi cofinanciado pela Oak Foundation. Um dos membros do Marine COLaboration, o Jardim Zoológico de Londres (ZSL) liderou a campanha #OneLess. Venderam-se menos 160 mil garrafas só no último ano, e 1500 membros do pessoal e voluntários receberam garrafas de água de plástico reutilizáveis. Calcula-se que esta campanha #OneLess tenha chegado a mais de 10 milhões de pessoas online e através dos meios de comunicação social.

Em 2016, a DRU continuou a trabalhar com a NESTA, a Fundação Esmée Fairbairn, o Arts Council England e o Bank of America Merrill Lynch no apoio ao fundo Arts Impact Fund, que permite que as organizações artísticas desenvolvam a sua capacidade de impacto social



Festival Home Away, Teatro Nacional da Escócia.

e a criação de rendimentos. A partir desta combinação de financiamento público, privado e filantrópico, em 2016 foram distribuídos 1,93 milhões de libras por quatro organizações artísticas, permitindo-lhes realizar investimentos financeiros.

A DRU também se juntou a um grupo de sete financiadores para promover uma Investigação Independente sobre o Futuro da Sociedade Civil, cujo financiador principal e coordenador é a Baring Foundation.

Outra parceria-chave foi o estabelecimento da Funders' Collaboration on Leadership. Trata-se de trabalhos desenvolvidos pela Delegação no Reino Unido, juntamente com o Cabinet Office, o Big Lottery Fund e vários outros financiadores, organismos de cúpula e organizações do setor social. Pretende-se apoiar a liderança no setor social, um conjunto de competências que não são valorizadas tradicionalmente, mas em cuja valorização sentimos urgência.

Apesar de a DRU procurar constantemente financiamentos cruzados para as suas iniciativas, frequentemente somos os únicos financiadores para as primeiras fases das inovações, com outras entidades a fornecerem apoio para a continuação. No ano de 2016, o projeto *Campaign to End Loneliness* e a parceria *Making Every Adult Matter* receberam financiamentos significativos do Big Lottery Fund para alargar o alcance do seu trabalho. Ambos os projetos têm sido desenvolvidos e financiados, há vários anos, pela Delegação no Reino Unido, tendo recebido, desde então, o seu apoio continuado.

Internacionalismo

APESAR DE O TRABALHO da Delegação ter lugar no Reino Unido, procuram-se ideias e exemplos de boas práticas no estrangeiro. Trabalhou-se, no passado, com a Social Innovation Exchange (SIX), uma rede global focada na inovação social e, em 2016, a Gestora de Programa Louisa Hooper participou na reunião sobre a mudança nos sistemas de financiamento que juntou 22 fundações globais e profissionais no Canadá. A reunião tirou partido das mais recentes ideias e práticas globais e ofereceu oportunidades de apoio entre pares.

A Delegação no Reino Unido também se esforça por trabalhar com os parceiros de Lisboa. O programa *Valuing the Ocean*, que é organizado em conjunto com a Iniciativa Gulbenkian Oceanos, incluiu intercâmbios que levaram ONG



ONG marinhas portuguesas visitam Londres para trocar ideias com o grupo Marine CoLABoration.

marinhas britânicas a Portugal e ONG portuguesas a Londres para eventos de aprendizagem partilhada. E, para celebrar o 60.º aniversário da Fundação Gulbenkian, em julho um coro multiconfessional apoiado pela DRU no passado, Sacred Sounds, fez uma apresentação em Lisboa durante o evento *Jardim de Verão*.

Sistema de Avaliação

DURANTE 2016, a Delegação do Reino Unido concluiu o processo de desenvolvimento e começou a implementar a avaliação nas áreas de atividade prioritárias, reviu também a abordagem geral à avaliação e aprendizagem e encomendou ao What Works for Wellbeing Centre uma revisão da sua medição do bem-estar em todas as suas áreas de intervenção. Este trabalho concluiu que a Delegação no Reino Unido demonstrava o uso das melhores práticas. A DRU avaliou e formulou um conjunto de recomendações para a sua abordagem geral, as quais serão implementadas em 2017 e resultarão na publicação de novas orientações para a avaliação e aprendizagem para quem trabalha com a Delegação no Reino Unido. Esta revisão baseou-se parcialmente numa ferramenta de autoavaliação denominada *Measuring Up for Funders*, desenvolvida pela iniciativa *Inspiring Impact*.

Sacred Sounds, um coro de várias religiões, atua no evento Jardim de Verão, que marcou o 60.º aniversário da Fundação.



A Uma Voz (With One Voice)

EM 2016, a Delegação do Reino Unido apoiou o lançamento do projeto *With One Voice*, um movimento internacional de apoio às artes e aos profissionais ligados ao trabalho com pessoas sem-abrigo em cidades de todo o mundo.

Tendo como objetivo sensibilizar o público, bem como dar confiança aos sem-abrigo e ajudá-los a criar ligações sociais, realizaram-se quase 40 eventos em áreas tão variadas como música, dança, poesia e teatro, os quais foram integrados na programação cultural das Olimpíadas do Rio de Janeiro, contando com a participação de pessoas sem-abrigo nas celebrações olímpicas.

Artistas profissionais e pessoas sem-abrigo do Brasil, Portugal, Reino Unido, EUA, Austrália e Japão trabalharam em conjunto durante uma semana. Os eventos tiveram lugar não só nas ruas e albergues, mas também em instituições culturais, incluindo na escadaria do Theatro Municipal, num palco olímpico e no icónico Museu do Amanhã. As pessoas aderiram, aplaudiram e dançaram, gerando uma ampla cobertura mediática, e a semana

culminou com um grande final em que todos os artistas que atuaram deram as mãos e cantaram a *Canção do Lar* (*Song of Home*), escrita por pessoas sem-abrigo do Japão, que será o país anfitrião da próxima edição dos Jogos Olímpicos.

Empenhada em explorar o modo como as artes podem ter o máximo impacto social, a Delegação do Reino Unido tem apoiado o projeto *With One Voice* desde o início, quando, à semelhança do que aconteceu no Rio de Janeiro, pessoas sem-abrigo participaram num grande espetáculo na Royal Opera House, em Londres.

Artistas profissionais
e sem-abrigo cantam
na Olimpíada Cultural
no Rio de Janeiro.



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E ATIVIDADES

OS DADOS RELATIVOS À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES da Fundação em 2016 revelam, em síntese, o seguinte:

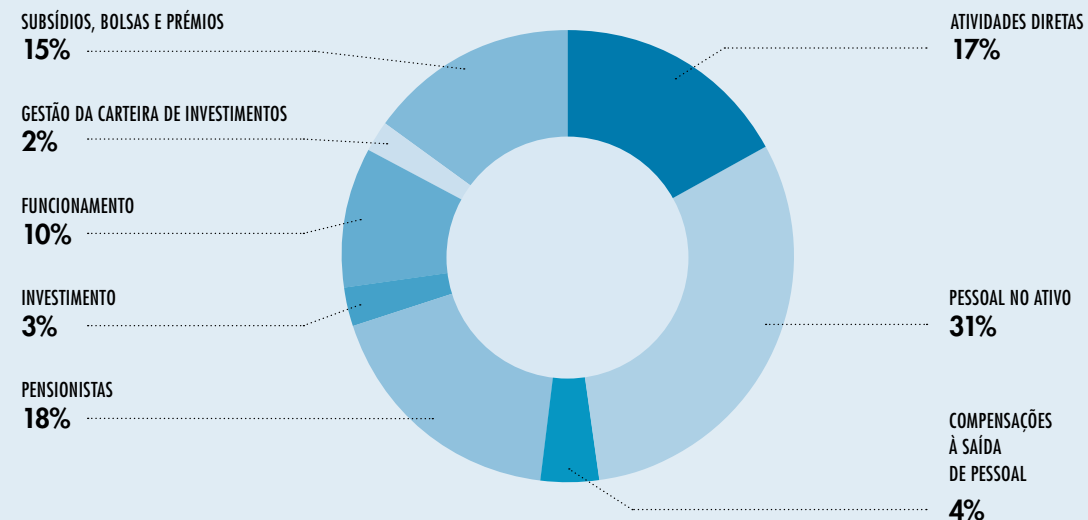
- A execução financeira das atividades ficou abaixo do previsto, tendo-se verificado um **saldo orçamental positivo**.
- A execução dos **encargos com o pessoal** no ativo ficou aquém do orçamentado e registou, também, uma quebra face a 2015. No final de 2016, o pessoal no ativo totalizava 398 efetivos e 49 contratados a termo, para além dos 9 Administradores. A este número, acrescem 38 colaboradores do Instituto Gulbenkian de Ciência. Face ao ano anterior, verificou-se uma redução de 58 colaboradores na Sede e Delegações e de 3 pessoas no IGC.
- Os custos com **funcionamento** foram ligeiramente inferiores aos do ano anterior e ficaram um pouco aquém das previsões orçamentais.
- As verbas gastas com as **atividades diretas** foram inferiores às de 2015, mas ficaram próximo do previsto no Orçamento.
- Os custos com **subsídios, bolsas de estudo e prémios** conheceram uma redução face ao ano anterior e ficaram abaixo da respetiva dotação orçamental.
- A **execução da carteira** de investimentos apresenta-se relativamente equilibrada e em linha com os gastos líquidos verificados no ano anterior.
- O **investimento** ficou dentro do previsto, correspondendo a uma redução face ao ano anterior.
- Os encargos com **pensionistas** aumentaram por via do número significativo de saídas ocorridas em 2016. No final do ano havia 1018 pensionistas, e o saldo orçamental foi negativo.
- Os **proveitos** com atividades ficaram acima das previsões orçamentais e ultrapassaram o total apurado em 2015.
- A **estrutura de custos** registou algumas variações face ao ano anterior e ao previsto no Orçamento, apresentando os seguintes pesos relativos: custos com pessoal no ativo 30,7%; custos de funcionamento 10%; custos com atividades diretas 16,9%; subsídios, bolsas de estudo e prémios 15,1%; custos com a gestão da carteira de investimentos 2,3%; custos com pensionistas 18,2%; investimento 2,7%.

A análise dos custos e proveitos da Fundação foi efetuada sem o Instituto Gulbenkian de Ciência. Contudo, os cálculos relativos às finalidades estatutárias e à repartição dos custos entre Portugal e o estrangeiro são exceção – incluem o Instituto Gulbenkian de Ciência – para não desvirtuar a análise do impacto global da atividade da Fundação.

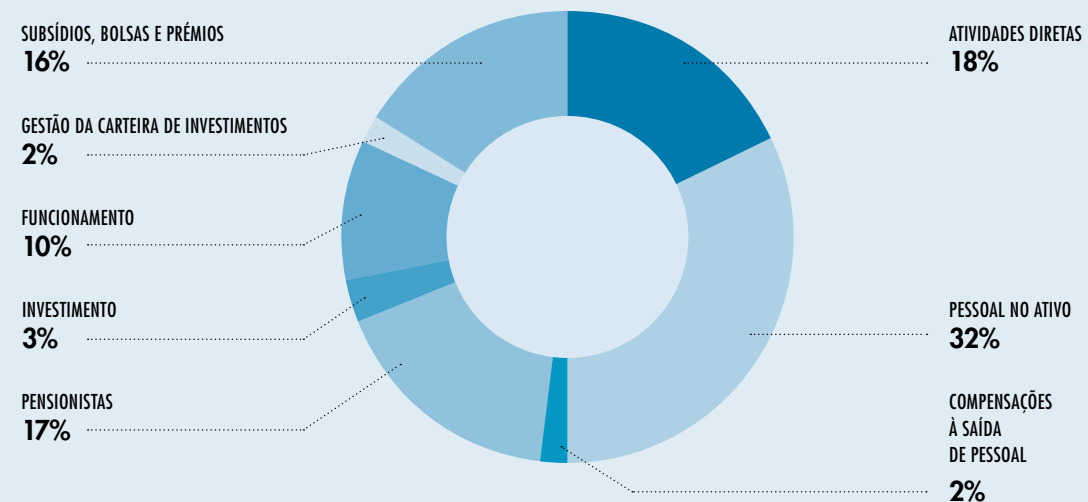
Custos e Proveitos Realizados

	REALIZADO 2016	REALIZADO 2015	VARIAÇÃO	Euros
	1	2	V. Absoluto 3=1-2	% 4=3/2
Custos				
Pessoal no Ativo	30 309 304	32 091 242	-1 781 938	-5,6
Compensações à Saída de Pessoal	4 005 492	1 855 454	2 150 038	115,9
Funcionamento	9 819 561	10 193 768	-374 207	-3,7
Atividades	31 508 632	32 633 231	-1 124 599	-3,4
– Atividades Diretas	16 638 047	17 457 888	-819 841	-4,7
– Subsídios, Bolsas e Prémios	14 870 585	15 175 343	-304 758	-2,0
Gestão da Carteira de Investimentos	2 273 514	2 282 840	-9 326	-0,4
– Custódia	545 769	478 525	67 244	14,1
– Consultoria	1 727 745	1 804 315	-76 570	-4,2
Pensionistas	17 930 236	16 818 958	1 111 278	6,6
	95 846 739	95 875 493	-28 754	-0,0
Proveitos (-)				
Atividades	7 247 913	5 724 316	1 523 597	26,6
Utilização da Carteira de Investimentos	349 460	457 897	-108 437	-23,7
	7 597 373	6 182 213	1 415 160	22,9
INVESTIMENTO	2 697 293	2 994 475	-297 182	-9,9
RISCOS, IMPREVISTOS E EXTRAORDINÁRIOS	-163 140	506 806	-669 946	-
Custo Total Bruto s/IGC	98 380 892	99 376 774	- 995 882	-1,0
Proveitos s/IGC (-)	7 597 373	6 182 213	1 415 160	22,9
Custo Total Líquido s/IGC	90 783 519	93 194 561	-2 411 042	-2,6
Instituto Gulbenkian de Ciência	6 837 990	7 520 000	-682 010	- 9,1
CUSTO TOTAL LÍQUIDO	97 621 509	100 714 561	-3 093 052	-3,1

CUSTO TOTAL BRUTO Realizado 2016



CUSTO TOTAL BRUTO Realizado 2015



Finalidades Estatutárias

A distribuição por finalidades estatutárias apresentou uma estrutura estável, ainda que com algumas alterações relativamente ao ano anterior: Arte – 38,6% (mais 1,8 pontos percentuais), Beneficência – 13,5% (mais 1,6 p.p.), Ciência – 25,1% (menos 0,8 p.p.) e Educação – 22,8% (menos 2,6 p.p.).

Repartição dos Custos entre Portugal e o Estrangeiro

A incidência geográfica da atividade da Fundação foi de 67% em Portugal e de 33% no estrangeiro.

Projetos com Financiamento de Entidades Externas

Prosseguiram duas importantes iniciativas com financiamento externo: o projeto CISA – Centro de Investigação em Saúde de Angola, financiado parcialmente pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e por entidades angolanas, e o Programa Cidadania Ativa, financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants).

De realçar ainda outros projetos apoiados externamente – ISOLEARN, *Playgroups for Inclusion*, INTESYS, *Too Young to Fail*, *EArthink 2015 e 21st Century European Classroom* – com financiamento da União Europeia, bem como o projeto *Reforma Curricular do Ensino Básico na Guiné-Bissau*, financiado pelo Banco Mundial (UNICEF).

As verbas externas mobilizadas para estes projetos totalizaram cerca de 1,3 milhões de euros – montante que, acrescido das participações financeiras da Fundação, potenciou um investimento total de 1,8 milhões de euros em 2016.

Pessoal no Ativo

Os movimentos de pessoal no ativo verificados ao longo do ano, e considerando o Instituto Gulbenkian de Ciência, resultaram numa redução líquida de 61 colaboradores: 58 colaboradores na Sede e Delegações, e uma redução de 3 pessoas no IGC.

	N.º		
PESSOAL AO SERVIÇO	31.12.2016	31.12.2015	VARIAÇÃO
Administradores	9	9	0
Efetivos	398	439	-41
Quadro Geral	339	376	-37
Quadro Artístico	59	63	-4
Contratos a termo	49	66	-17
Gerais	46	59	-13
Artísticos	3	7	-4
TOTAL*	456	514	-58
IGC	38	41	-3
TOTAL GERAL*	494	555	-61

*Acresem 8 colaboradores afetos a projetos com financiamento externo, em 2015 e 2016 (PGDH: 6 em 2015 e 5 em 2016; PGQNG: 2 em 2015 e 3 em 2016).

Pensionistas

Quanto aos pensionistas, verificou-se um aumento líquido de 33 pessoas. A categoria que teve maior variação foi a de reformas antecipadas.

	N.º		
Pensionistas	31.12.2016	31.12.2015	VARIAÇÃO
Pré-Reformas	42	46	-4
Reformas Antecipadas	319	275	44
Reformas por Velhice/Invalidez	444	452	-8
Pensões de Sobrevivência	213	212	1
TOTAL	1 018	985	33

Atividade da Fundação em 2016

A atividade da Fundação desenvolve-se em muitas e diversificadas áreas. A importância e diversidade destas intervenções e o seu impacto em termos de beneficiários, número de eventos e meios financeiros envolvidos, estão patentes nos quadros seguintes, que não incluem o Instituto Gulbenkian de Ciência:

Subsídios, Bolsas e Prémios	N.º	CUSTO DIRETO
		€
Subsídios	591	10 593 679
Bolsas de Estudo	1 190	3 842 448
Prémios	5	344 500
Despesas Associadas	..	198 868
Iniciativas	ACONTECIMENTOS	CUSTO DIRETO
	N.º	€
Exposições (Inauguradas no Ano)	23	2 629 609
Concertos (N.º de Sessões)	224	10 604 353
Cinema (N.º de Sessões)	50	23 125
Outras Espetáculos (N.º de Sessões)	19	161 619
Publicações	87	1 324 793
Conferências e Encontros	191	660 531
Atividades Educativas	3 236	1 480 575
Cursos de Formação	18	263 797
Aquisição de Obras de Arte	65	576 527
Projetos	19	2 525 198
Outras Iniciativas	..	2 756 727
Atividades Permanentes	VISITANTES/UTENTES	CUSTO DIRETO
	N.º	€
Museu Calouste Gulbenkian	420 516	4 478 909
Biblioteca de Arte	40 440	2 206 304
Biblioteca da Delegação em França	2 623	479 517

Beneficiários e Acontecimentos

O impacto das atividades desenvolvidas pela Fundação, nos dois últimos anos, poderá ser medido através dos indicadores físicos em baixo indicados:

Público Beneficiário	2016	2015	VARIAÇÃO
	N.º	N.º	%
Beneficiários de Subsídios	591	627	-6
Bolseiros	1 190	1 151	3
Visitantes do Museu e Exposições Temporárias ⁽¹⁾	526 866	369 573	43
Presenças nos Concertos	166 245	137 501	21
Presenças nos Espetáculos de Cinema	4 821	9 744	-51
Presenças nos Outros Espetáculos	14 040	15 317	-8
Presenças nas Conferências e Encontros	19 580	30 213	-35
Presenças nas Atividades Educativas	78 780	65 850	20
Presenças nos Cursos de Formação	1 010	251	302
Leitores nas Salas das Bibliotecas	43 063	ND	-
Acontecimentos	2016	2015	VARIAÇÃO
	N.º	N.º	N.º
Exposições Temporárias (Inauguradas no Ano)	23	30	-7
Concertos ⁽²⁾	224	175	49
Cinema ⁽²⁾	50	69	-19
Outros Espetáculos ⁽²⁾	19	35	-16
Publicações – Edições ⁽³⁾	87	123	-36
– Exemplares	52 275	85 211	-32 936
Conferências e Encontros	191	202	-11
Atividades Educativas	3 236	3 021	215
Cursos de Formação	18	8	10
Prémios	5	5	0
Aquisição de Obras de Arte	65	16	49
Obras de Arte Recebidas em Doação	34	42	-8

A análise da evolução destes indicadores permite concluir que, em termos gerais, o impacto das atividades desenvolvidas pela Fundação em 2016 apresentou algumas variações relativamente ao ano anterior:

- A atividade de concessão de subsídios e de bolsas de estudo, no seu conjunto, registou poucas alterações: um aumento de 3% no número de bolseiros e uma redução de 6% no número de beneficiários de subsídios.
- A afluência ao Museu e às exposições temporárias aumentou bastante, determinada essencialmente pelo número de visitantes que afluíram à exposição de entrada livre *Linhas do Tempo* e à exposição de Amadeo de Souza-Cardoso em Paris. De notar que as entradas no Museu, consideradas neste relatório, dizem respeito ao número de pessoas (visitantes) que se dirigiram aos espaços para ver as coleções permanentes ou as exposições temporárias; assim, não correspondem ao somatório das visitas que cada espaço acolheu (porque uma pessoa pode ir a mais de um espaço).
- A afluência aos concertos aumentou 21%, o que ficou a dever-se ao maior número de sessões realizadas.
- Na área do cinema e outros espetáculos, a programação determinou uma redução no número de eventos e, conseqüentemente, a afluência baixou relativamente ao ano anterior.
- No âmbito das conferências e encontros, há a assinalar uma quebra – a afluência de público baixou 35% e o número de acontecimentos registou uma diminuição de 5%.

⁽¹⁾ Valores consolidados – os visitantes das exposições temporárias e das Coleções do Fundador e Moderna só são considerados uma vez.

⁽²⁾ N.º de sessões.

⁽³⁾ Inclui e-books (2 em 2015 e 1 em 2016) e edições *print on demand* em 2016 (2 com 30 exemplares). Exclui a produção de brochuras e desdobráveis.

- As atividades educativas aumentaram, em termos do número de eventos realizados e da participação do público.
- O número de cursos de formação mais do que duplicou e a afluência foi quatro vezes superior à do ano de 2015.
- Na Biblioteca de Arte e na Biblioteca da Delegação em França, registaram-se 43 mil leitores. Como mudou o critério de contagem da frequência destes espaços, este ano não é possível comparar com o período anterior.
- Na atividade editorial, faz-se notar uma quebra muito significativa – menos 29% no número de títulos e menos 39% no número de exemplares.
- A atividade de concessão de prémios manteve-se, com a atribuição de cinco prémios.
- O número de obras de arte adquiridas foi muito superior ao de 2015. Ao invés, o número de obras recebidas em doação baixou.

Custo das Atividades

A evolução dos meios financeiros afetos ao desenvolvimento das várias atividades, nos dois últimos anos, é apresentada nos quadros que seguem:

Subsídios, Bolsas e Prémios	2016	2015	VARIAÇÃO
	€	€	%
Subsídios	10 593 679	10 695 772	-1
Bolsas de Estudo	3 842 448	4 079 488	-6
Prémios	344 500	328 000	5
Despesas Associadas	198 868	179 063	11
Iniciativas	2016	2015	VARIAÇÃO
	€	€	%
Exposições	2 629 609	2 651 846	-1
Concertos	10 604 353	10 853 508	-2
Cinema	23 125	143 557	-84
Outros Espetáculos	161 619	243 426	-34
Publicações	1 324 793	1 510 396	-12
Conferências e Encontros	660 531	812 138	-19
Atividades Educativas	1 480 575	1 557 334	-5
Cursos de Formação	263 797	110 399	139
Aquisição de Obras de Arte	576 527	167 992	243
Projetos	2 525 198	2 430 465	4
Outras Iniciativas	2 756 727	2 993 633	-8
Atividades Permanentes	2016	2015	VARIAÇÃO
	€	€	%
Museu Calouste Gulbenkian	4 478 909	5 026 202	-11
Biblioteca de Arte	2 206 304	2 342 583	-6
Biblioteca da Delegação em França	479 517	634 337	-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Análise do desempenho financeiro

O ATIVO CONSOLIDADO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN atingiu, no exercício de 2016, um valor de 3 042,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,6% face ao Ativo Consolidado de final de 2015.

O património líquido, medido pelo Fundo de Capital, atingiu 2 532,6 milhões de euros (o que corresponde a 83,2% do valor do Ativo Consolidado) e reflete um acréscimo de 86,1 milhões de euros (+3,5%) face ao valor de final do ano anterior.

Contribuem para o valor do património líquido da Fundação dois grupos de ativos fundamentais:

- Ativos financeiros líquidos, com um valor de 2.250,3 milhões de euros, correspondentes à carteira de investimentos da Fundação. Este número representa um acréscimo de 128,3 milhões de euros (+6%) face ao valor de 31 de dezembro de 2015.
- Ativos petrolíferos líquidos, detidos através da Partex Holding B.V., no valor de 525,5 milhões de euros. Este valor representa um acréscimo de 47,3 milhões de euros face à posição do final de 2015 (478,3 milhões de euros) que resulta, essencialmente, da valorização dos ativos provocada pela recuperação de preços de mercado do petróleo ocorrida durante o ano de 2016.

A subida do valor do Fundo de Capital, durante o exercício de 2016, explica-se:

- Por um resultado positivo transferido para o Fundo de Capital de 84,4 milhões de euros (esta transferência, no exercício de 2015, fora negativa em 202,1 milhões de euros);
- Por um aumento de 1,7 milhões de euros da rubrica de Reservas, correspondente, essencialmente, ao efeito acumulado de quatro parcelas: uma variação positiva de justo valor em ativos financeiros não correntes (10,8 milhões de euros na carteira de ativos ilíquidos); uma apreciação do justo valor dos ativos da Partex, no montante de 17,4 milhões de euros; diferenças positivas de câmbio de consolidação (3,4 milhões de euros); e, por fim, desvios atuariais negativos (-30,0 milhões de euros).

Este mesmo valor de variação do Fundo de Capital (acréscimo de 86,1 milhões de euros no exercício de 2016) pode ser decomposto pelas várias atividades:

- Um retorno total dos ativos financeiros, incluindo variações de justo valor na carteira de ativos ilíquidos, no valor de 161,6 milhões de euros, o que contrasta com um retorno de 27,8 milhões de euros em 2015¹. A diferença entre o retorno da carteira e a variação do seu valor líquido resulta, essencialmente, do efeito da liquidação de ativos financeiros para fazer face às despesas incorridas na execução das missões estatutárias da Fundação.
- Um contributo positivo das atividades petrolíferas da Partex, incluindo variações de justo valor e impactos cambiais, no valor de 48 milhões de euros, face a um contributo negativo de 77,1 milhões de euros em 2015.
- Um custo total das atividades da Fundação na realização das suas missões estatutárias, líquido de receitas geradas, no valor de 93,4 milhões de euros, um valor muito próximo do registado no ano anterior (92,2 milhões de euros).
- Um acréscimo das responsabilidades com pensões e cuidados de saúde no valor de 30,0 milhões de euros. No ano de 2015, o acréscimo de responsabilidades foi de 9,6 milhões de euros. Num e noutro ano, os acréscimos de responsabilidades resultaram de alterações dos pressupostos atuariais, nomeadamente a redução da taxa de desconto das responsabilidades futuras em linha com o clima de baixas de taxas de juro nos mercados financeiros.

O custo total com as atividades da Fundação, líquido de receitas geradas (com edições, bilheteiras, participações recebidas e outras), no valor de 93,3 milhões de euros, pode ser decomposto da seguinte forma:

¹A carteira de ativos financeiros teve, em 2016, uma rentabilidade de 7,7%, que compara com 1,2% em 2015. Estes desempenhos são a média ponderada entre os resultados da carteira de títulos (9,0% em 2016 e 5,6% em 2015) e os resultados da carteira de ativos ilíquidos (fundos de *private equity* e fundos imobiliários, 10,2% em 2016 e 5,9% em 2015), ajustados pelo efeito negativo da cobertura cambial, sendo de -1,7% em 2016 e de -4,9% em 2015. Estas estimativas de rentabilidades financeiras correspondem às taxas internas de rentabilidade das carteiras correspondentes e não são obtidas com base nos retornos contabilísticos que constam das demonstrações financeiras.

- Os recursos afetos à distribuição e atividades diretas da Fundação atingiram em 2016 o valor de 66,5 milhões de euros (67,1 milhões de euros em 2015);
- Os gastos com pessoal em atividades indiretas atingiram em 2016 o valor de 28,1 milhões de euros (26,7 milhões de euros em 2015);
- Os restantes gastos administrativos, essencialmente atividades de suporte e manutenção às instalações, atingiram em 2016 o valor de 13,9 milhões de euros (15,5 milhões de euros em 2015);
- O custo dos serviços do ano por responsabilidades com pensões representou em 2016 o valor de 9,1 milhões de euros (praticamente o mesmo valor de 2015);
- As depreciações associadas ao imobilizado corpóreo atingiram em 2016 o valor de 95,5 milhões de euros (83,2 milhões de euros em 2015);
- As receitas obtidas durante o ano de 2016 representaram 15,2 milhões de euros (ligeiramente abaixo do valor de 2015, que atingiu 15,7 milhões de euros).

Podemos concluir afirmando que 2016 foi um ano positivo para a Fundação, com melhor contributo dos seus vários investimentos, redução de custos de suporte às atividades e continuação do contributo para a Sociedade no cumprimento das missões que lhe estão confiadas.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existiram quaisquer eventos subsequentes relevantes que afetassem as demonstrações financeiras da Fundação, bem como a sua atividade.

Atividade prevista para 2017

PARA 2017, FOI FEITA a habitual distribuição previsional de recursos por finalidades estatutárias. Face à atividade de 2016, verificam-se alterações pouco significativas.

A finalidade Arte diminui o seu peso relativo em 1,4 p.p., em resultado das reduções no Museu Calouste Gulbenkian (em resultado da fusão com o CAM), na Delegação em França (término das comemorações do cinquentenário) e no Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas (reorientação de atividades).

Quanto à Beneficência, o seu peso relativo aumenta em 0,4 p.p. Em valor absoluto o montante financeiro mantém-se semelhante. Registam-se como variações mais significativas o aumento na Delegação do Reino Unido e a redução no Programa Gulbenkian Inovar em Saúde.

Relativamente à finalidade Ciência, há uma redução de 0,4 p.p. Evidenciam-se reduções nas verbas afetas a esta finalidade na Iniciativa Oceanos, na contribuição para o Instituto Gulbenkian de Ciência, no Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento (projeto CISA) e no Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações (eixo Jovens para a Ciência).

A Educação é a finalidade que regista o aumento mais expressivo, em termos relativos, de 1,4 p.p. Já em termos absolutos, apresenta uma pequena diminuição. A razão do aumento percentual decorre da fusão da Biblioteca de Arte com o Arquivo e, em menor escala, do reforço do Serviço de Bolsas (essencialmente, para a Bolsa Howard Hughes), bem como da afetação de verbas a esta finalidade por parte da Delegação no Reino Unido e do Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas. A par destes aumentos, há reduções no Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações, em virtude da reorientação operada nas respetivas atividades, designadamente a favor das Novas Áreas Temáticas – que, por estarem em fase de conceção, não têm finalidade estatutária atribuída.

Distribuição geográfica

O IMPACTO DA INTERVENÇÃO DA FUNDAÇÃO, em termos geográficos, não se confina a Portugal. Com efeito, quatro Unidades Orgânicas – a Delegação em França, a Delegação no Reino Unido, o Serviço das Comunidades Arménias e o Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento – realizam atividades que são integralmente dirigidas a outros países. Ainda neste contexto foram consideradas as ações desenvolvidas pelo Instituto Gulbenkian de Ciência.

No âmbito da atividade transnacional, realça-se ainda o apoio a iniciativas multilaterais realizadas no âmbito de parcerias estabelecidas com diversas organizações internacionais.

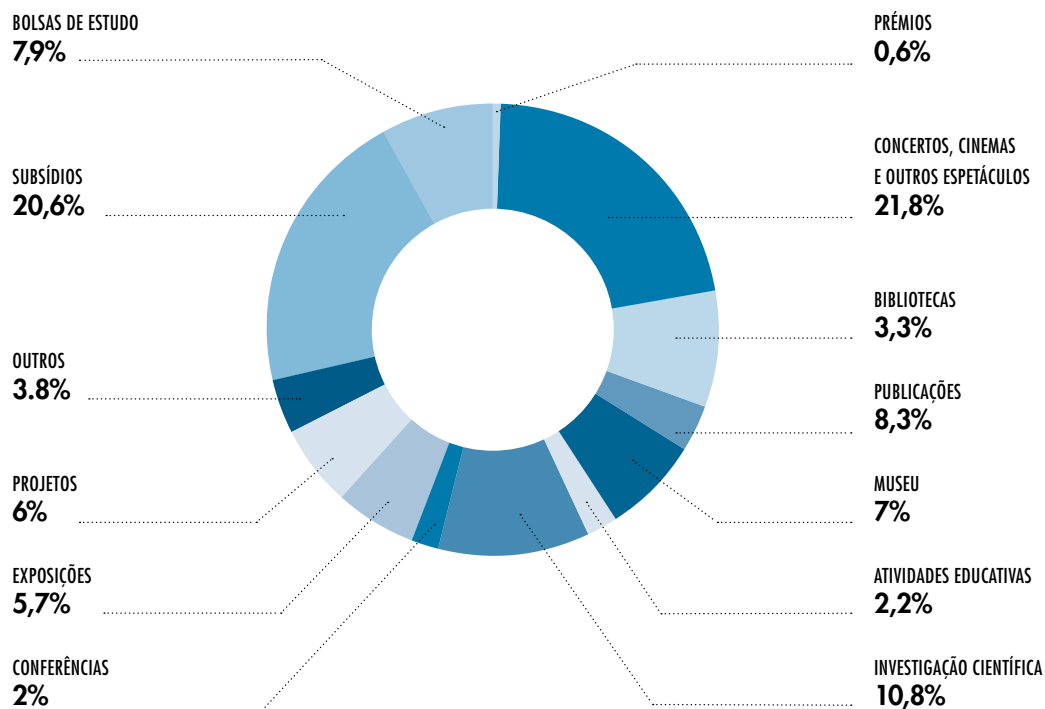
Também o Museu Calouste Gulbenkian tem uma atividade com incidência internacional relevante, que pode ser avaliada, designadamente, pelo público estrangeiro que habitualmente atrai e pelas exposições que, por vezes, realiza no exterior. As exposições com temática ligada à arte de países estrangeiros também influenciam esta avaliação.

Conta-se, ainda, com um vasto leque de ações com incidência internacional como, por exemplo, as publicações em língua estrangeira, as digressões dos agrupamentos artísticos para concertos no estrangeiro e os subsídios dirigidos a beneficiários estrangeiros.

Assim, em 2017, estima-se que a atividade transnacional venha a representar cerca de 33% dos custos totais.

Repartição dos custos por tipo de atividade

O PESO RELATIVO DOS VÁRIOS tipos de atividade da Fundação, expresso em termos financeiros, é representado no gráfico que segue.



Neste gráfico, a repartição dos custos brutos por tipos de atividade envolve todos os encargos diretamente associados à realização das mesmas. Inclui, portanto, os custos com o pessoal no ativo e com o funcionamento corrente – para além, naturalmente, da atribuição de subsídios, bolsas de estudo e prémios, bem como da aquisição de bens e serviços externos para a concretização das ações.

Os encargos afetos diretamente às atividades – desenvolvidos no âmbito das intervenções das várias Unidades Orgânicas – correspondem a cerca de 60% do Orçamento, em termos brutos. A restante parte destina-se a suportar os custos com a Administração e com as funções de carácter logístico e de suporte às infraestruturas, designadamente os encargos dos Serviços de Apoio: Centrais, Recursos Humanos, Comunicação, Finanças e Investimentos, Orçamento, Planeamento e Controlo, Sistemas de Informação e Marketing e Transformação Digital.

Demonstração consolidada do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	NOTAS	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Vendas de petróleo e gás		228 873	296 668
Custo das vendas		(85 057)	(86 962)
Imposto sobre as atividades petrolíferas		(62 236)	(116 468)
Outros rendimentos do petróleo e gás		13 704	24 032
Retorno das atividades petrolíferas	3	95 284	117 270
Resultados de ativos e passivos financeiros correntes		144 769	15 213
Resultados de ativos financeiros não correntes		6 628	1 143
Resultados de associadas		2 417	8 015
Outros resultados financeiros		396	(101)
Retorno financeiro	4	154 210	24 270
Outros proveitos	5	15 231	15 654
Distribuição e atividades diretas	6	(66 521)	(67 059)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(42 048)	(42 190)
Benefícios a empregados	8	(9 107)	(9 292)
Imparidade	9	52 686	(194 096)
Amortizações e depreciações	10	(95 459)	(83 226)
Imposto sobre o rendimento	15	(19 836)	36 590
Transferência para o Fundo de Capital		84 440	(202 079)
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Desvios atuariais		(29 973)	(9 581)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Diferenças de câmbio resultantes da consolidação		3 358	(14 193)
Doações		124	926
Ativos financeiros não correntes		10 818	5 196
Outras variações do justo valor		17 410	68 702
		1 737	51 050
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		86 177	(151 029)

Balanço consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	NOTA	2016 euros '000	2015 Euros '000
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos intangíveis	11	55 770	69 836
Interesses em empreendimentos conjuntos	12	448 222	348 144
Ativos fixos tangíveis	13	37 925	42 038
Ativos financeiros não correntes	14	185 893	180 766
Investimentos em associadas	16	-	66 215
Devedores e outros ativos não correntes	17	54 116	38 712
Ativos por impostos diferidos	15	-	12 299
		781 926	758 010
Ativo Corrente			
Ativos financeiros correntes	18	2 088 333	1 894 747
Outras aplicações de tesouraria	19	28 132	47 313
Inventários	20	23 736	23 374
Devedores e outros ativos correntes	21	57 963	61 255
Caixa e equivalentes de caixa	22	62 465	68 696
		2 260 629	2 095 385
TOTAL DO ATIVO		3 042 555	2 853 395
FUNDO DE CAPITAL			
Reservas & Capital recebido do Fundador	23/24	2 448 228	2 648 570
Transferência para o Fundo de Capital		84 440	(202 079)
Total do Fundo de Capital		2 532 668	2 446 491
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Provisões	25	381 531	340 031
Passivos por impostos diferidos	15	8 057	-
Credores e outros passivos não correntes		184	385
		389 772	340 416
Passivo Corrente			
Passivos financeiros correntes	18	52 092	871
Subsídios e bolsas	26	6 437	7 631
Credores e outros passivos correntes	27	61 586	57 986
		120 115	66 488
TOTAL DO PASSIVO		509 887	406 904
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL E PASSIVO		3 042 555	2 853 395

Demonstração de alterações no Fundo de Capital consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL Euros '000	CAPITAL RECEBIDO DO FUNDADOR Euros '000	DIFERENÇAS CAMBIAIS Euros '000	RESERVA DE JUSTO VALOR Euros '000	RESERVA GANHOS ATUARIAIS Euros '000	OUTRAS RESERVAS Euros '000
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2 597 520	11 747	(5 924)	202 746	(82 715)	2 471 666
Transferência para o Fundo de Capital	(202 079)	-	-	-	-	(202 079)
Diferença cambial	(14 193)	-	(14 193)	-	-	-
Alteração do justo valor	5 196	-	-	5 196	-	-
Outras variações do justo valor	68 702	-	-	-	-	68 702
Desvios atuariais	(9 581)	-	-	-	(9 581)	-
Doações	926	-	-	-	-	926
Total do rendimento integral do exercício	(151 029)	-	(14 193)	5 196	(9 581)	(132 451)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2 446 491	11 747	(20 117)	207 942	(92 296)	2 339 215
Transferência para o Fundo de Capital	84 440	-	-	-	-	84 440
Diferença cambial	3 358	-	3 358	-	-	-
Alteração do justo valor	10 818	-	-	9 111	-	1 707
Outras variações do justo valor	17 410	-	-	-	-	17 410
Desvios atuariais	(29 973)	-	-	-	(29 973)	-
Doações	124	-	-	-	-	124
Total do rendimento integral do exercício	86 177	-	3 358	9 111	(29 973)	103 681
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2 532 668	11 747	(16 759)	217 053	(122 269)	2 442 896

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	NOTAS	2016	2015
		Euros '000	Euros '000
Atividades operacionais			
Recebimentos de atividades petrolíferas e de gás		233 213	314 617
Distribuição e atividades diretas		(66 241)	(65 397)
Pagamentos a fornecedores		(85 949)	(103 951)
Pagamentos de pensões		(34 176)	(26 980)
Impostos sobre o rendimento		(67 482)	(118 164)
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à atividade operacional		(1 682)	(18 023)
Fluxo gerado pelas atividades operacionais		(22 316)	(17 898)
Atividades de investimento			
Realizações/ Investimentos financeiros		74 595	41 294
Dividendos		10 808	20 662
Aquisições de ativos tangíveis/ intangíveis		(91 839)	(96 857)
Alienações de ativos tangíveis		1 360	(3 901)
Outros recebimentos/ (pagamentos)		145	78 566
Fluxo gerado pelas atividades de investimento		(4 931)	39 764
Atividades de financiamento			
Recebimento/(Pagamento) de dividendos		-	(72 527)
Fluxo gerado pelas atividades de financiamento		-	(72 527)
Variação líquida em caixa e equivalentes		(27 247)	(50 661)
Efeitos das diferenças de câmbio		1 835	(827)
Caixa e equivalentes no início do exercício		116 009	167 497
Caixa e equivalentes no fim do exercício		90 597	116 009
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	22	72	42
Depósitos	22	62 393	68 654
Outras aplicações de tesouraria	19	28 132	47 313
		90 597	116 009

Demonstração individual do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	NOTAS	2016	2015
		Euros '000	Euros '000
Resultados de ativos e passivos financeiros correntes		144 769	15 213
Resultados de ativos financeiros não correntes		6 628	1 143
Resultados em associadas e subsidiárias		29 614	(64 071)
Outros resultados financeiros		(993)	701
Retorno financeiro	4	180 018	(47 014)
Outros proveitos	5	15 231	15 655
Distribuição e atividades diretas	6	(66 521)	(67 059)
Outros custos administrativos e operacionais	7	(28 729)	(27 786)
Benefícios a empregados	8	(9 107)	(9 114)
Imparidade	9	(2 026)	(1 942)
Amortizações e depreciações	10	(4 426)	(4 819)
Transferência para o Fundo de Capital		84 440	(142 079)
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Desvios atuariais		(29 973)	(9 581)
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Doações		124	926
Outras variações do justo valor		20 768	(5 491)
Ativos financeiros não correntes		10 818	5 196
		1 737	(8 950)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		86 177	(151 029)

Balanço individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	NOTAS	2016 Euros '000	2015 Euros '000
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	13	37 568	41 530
Ativos financeiros não correntes	14	180 539	175 487
Investimentos em associadas e subsidiárias	16	495 480	544 285
Devedores e outros ativos	17	8 132	-
		721 719	761 302
Ativo Corrente			
Ativos financeiros correntes	18	2 088 333	1 894 747
Outras aplicações de tesouraria	19	28 132	47 313
Inventários	20	4 072	3 939
Devedores e outros ativos	21	39 889	10 166
Caixa e equivalentes de caixa	22	2 447	1 066
		2 162 873	1 957 231
TOTAL DO ATIVO		2 884 592	2 718 533
FUNDO DE CAPITAL			
Reservas & Capital Recebido do Fundador	23/24	2 448 228	2 588 570
Transferência para o Fundo de Capital		84 440	(142 079)
Total do Fundo de Capital		2 532 668	2 446 491
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Provisões	25	277 035	250 765
Credores e outros passivos		52	161
		277 087	250 926
Passivo Corrente			
Passivos financeiros correntes	18	52 092	871
Subsídios e bolsas	26	6 437	7 631
Credores e outros passivos	27	16 308	12 614
		74 837	21 116
TOTAL DO PASSIVO		351 924	272 042
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL E PASSIVO		2 884 592	2 718 533

Demonstração de alterações no Fundo de Capital individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL Euros '000	CAPITAL RECEBIDO DO FUNDADOR Euros '000	RESERVA DE JUSTO VALOR Euros '000	RESERVA GANHOS ATUARIAIS Euros '000	OUTRAS RESERVAS Euros '000
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2 597 520	11 747	241 229	(80 750)	2 425 294
Transferência para o Fundo de Capital	(142 079)	-	-	-	(142 079)
Alteração do justo valor	5 196	-	5 196	-	-
Outras variações do justo valor	(5 491)	-	(5 491)	-	-
Doações	926	-	-	-	926
Desvios atuariais	(9 581)	-	-	(9 581)	-
Total do rendimento integral do exercício	(151 029)	-	(295)	(9 581)	(141 153)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2 446 491	11 747	240 934	(90 331)	2 284 141
Transferência para o Fundo de Capital	84 440	-	-	-	84 440
Alteração do justo valor	10 818	-	9 111	-	1 707
Outras variações do justo valor	20 768	-	20 768	-	-
Doações	124	-	-	-	124
Desvios atuariais	(29 973)	-	-	(29 973)	-
Total do rendimento integral do exercício	86 177	-	29 879	(29 973)	86 271
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2 532 668	11 747	270 813	(120 304)	2 370 412

Demonstração dos fluxos de caixa individual para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	NOTAS	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Atividades operacionais			
Distribuição e atividades diretas		(66 241)	(65 397)
Pagamentos de pensões		(17 931)	(16 407)
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à atividade operacional		(6 476)	(14 105)
Fluxo gerado pelas atividades operacionais		(90 648)	(95 909)
Atividades de investimento			
Realizações/ Investimentos financeiros		74 595	86 294
Dividendos		-	40 181
Aquisições de ativos tangíveis		(3 108)	(3 901)
Alienações de ativos tangíveis		1 360	15
Outros recebimentos/(pagamentos)		-	(7 153)
Fluxo gerado pelas atividades de investimento		72 848	115 436
Variação líquida em caixa e equivalentes		(17 800)	19 527
Caixa e equivalentes no início do exercício		48 379	28 852
Caixa e equivalentes no fim do exercício		30 579	48 379
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	22	60	28
Depósitos	22	2 387	1 038
Outras aplicações de tesouraria	19	28 132	47 313
		30 579	48 379

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

31 de dezembro de 2016 e 2015

1. Atividades

A Fundação Calouste Gulbenkian (Fundação) é uma instituição constituída sem fins lucrativos com sede em Lisboa, Portugal. A Fundação foi criada pelo testamento do seu fundador Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian, sendo-lhe atribuído o estatuto de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de julho de 1956. A ação da Fundação exerce-se através da concessão de subsídios e bolsas e da realização de outras formas de atividade com os seguintes fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação.

As atividades das Empresas subsidiárias (Grupo) estão relacionadas com as suas participações nos interesses petrolíferos e do gás no Médio Oriente, Norte de África, Brasil, Cazaquistão, Angola e Portugal.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Fundação em 27 de abril de 2017. Estas refletem os resultados consolidados e individuais das operações da Fundação e das suas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2016.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais referentes a 31 de dezembro de 2016 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais anuais com referência a 31 de dezembro de 2015.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito na nota 33, a Fundação adotou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais referentes a 31 de dezembro de 2016 as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. A adaptação destas novas normas e interpretações em 2016, não teve um efeito material nas contas da Fundação.

As normas contabilísticas recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Fundação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 33.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão expressas em Euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros correntes e não correntes.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros deri-

vados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as IFRS requer que a Fundação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são apresentados na nota 2.23.

No exercício de 2015, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu implementar antecipadamente as emendas à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas, endossadas pela União Europeia em 18 de Dezembro de 2015. A IAS 27 assim alterada passou a permitir o reconhecimento dos investimentos em subsidiárias e associadas nas demonstrações financeiras separadas usando o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 Investimentos em Associadas.

Adicionalmente, como consequência de alterações verificadas ao nível da influência na gestão de alguns dos investimentos, a Fundação passou a reconhecer aqueles investimentos de acordo com o permitido pela IAS 28 Investimentos em Associadas.

2.2. Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e resultados da Fundação e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 16, relativamente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da Fundação, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Entidades onde a Fundação exerce controlo

As participações financeiras em empresas em que a Fundação exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a Fundação assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Presume-se a existência de controlo quando a Fundação está exposta, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

Até 31 de dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas atribuíveis aos interesses não controláveis excediam o seu interesse no capital próprio dessa entidade, o excesso era atribuível à Fundação sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos da Fundação até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pela Fundação fossem recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controláveis nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controláveis negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do "*goodwill*". No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e

o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

Entidades onde a Fundação exerce controlo conjuntamente com outros parceiros

A Fundação classifica um acordo como acordo conjunto quando a partilha de controlo é estabelecida contratualmente. Presume-se a existência de controlo quando a Fundação está exposta, ou tem o direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. O controlo conjunto existe quando há o consentimento unânime entre as partes na tomada de decisões sobre as atividades relevantes, ou seja, aquelas que afetam significativamente os benefícios económicos resultantes do acordo.

Após determinar a existência de controlo conjunto, os acordos conjuntos são classificados como operação conjunta ou joint venture.

Uma operação conjunta é uma operação na qual as partes controladoras em conjunto, denominadas como operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados com esse acordo, pelo que os ativos e passivos subjacentes (e os respetivos custos e proveitos) são reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS aplicáveis.

Por sua vez uma joint venture é uma operação por meio da qual as partes controladoras em conjunto, conhecidas como joint ventures, têm direitos sobre os ativos líquidos pelo que estas participações financeiras são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à Fundação do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das entidades onde a Fundação exerce controlo conjuntamente com outros parceiros, contabilizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o seu valor contabilístico, este é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Fundação incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome dessa entidade.

Entidades onde a Fundação exerce influência significativa

Os investimentos financeiros em empresas associadas são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Fundação adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a Fundação tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

A existência de influência significativa por parte da Fundação é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transações materiais entre a Fundação e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão; e,
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da Fundação são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da Fundação.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação; e,
- As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira são reconhecidas em resultados nas demonstrações financeiras individuais e nas contas consolidadas, que incluam a unidade operacional estrangeira e a entidade que relata, são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e reclassificadas do Fundo de Capital para os lucros ou prejuízos aquando da alienação do investimento líquido.

Contabilização em base individual das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em entidades subsidiárias ou associadas que não estejam classificados como detidos para venda, ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como detido para venda, são reconhecidos pelo método de consolidação integral, ou pelo método de equivalência patrimonial, consoante se tratem de subsidiárias ou associadas, respetivamente. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e transações entre empresas controladas pela Fundação, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Fundação nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros correntes, as quais são registadas em reservas.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Custos de aquisição de direitos e de exploração petrolífera são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da concessão, o qual varia entre 17 e 33 anos.

Os custos incorridos com a aquisição de software, sobre os quais é expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custo quando incorridos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos com custos quando incorrido.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.5. Custos capitalizados nas atividades petrolíferas

(i) Custos de Exploração

Os custos incorridos anteriores à fase de exploração são reconhecidos em resultados quando incorridos. Os custos com a aquisição de propriedades ou concessões, poços de exploração petrolífera, custos de desenvolvimento, incluindo juros de financiamento, equipamento e instalações de suporte à atividade petrolífera são capitalizados em ativos fixos tangíveis ou intangíveis, de acordo com a sua natureza. Os custos gerados internamente são reconhecidos como custo do exercício. Os custos com os poços de exploração sem resultados confirmados são reconhecidos em perdas. A Fundação procede a teste de imparidade sempre que eventos ou acontecimentos indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

(ii) ativos para produção de Petróleo e Gás

Os custos incorridos com a perfuração de poços de desenvolvimento na construção de instalações produtoras são capitalizados, em conjunto com custos de financiamento incorridos durante a fase de construção, assim como o valor atual das responsabilidades futuras para a remoção dos ativos.

A amortização dos ativos é determinada pelo rácio de produção do exercício face ao montante de reservas prováveis (*unit-of-production method*).

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os subsídios governamentais destinados a financiar a remodelação de infra estruturas e equipamentos, são creditados em resultados, em conformidade com as taxas de amortização do equipamento correspondente. As doações recebidas são registadas inicialmente ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação, pelo que, as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. Para os imóveis e equipamento de transporte as depreciações são calculadas numa base linear. Para os restantes bens de imobilizado o custo

incorrido é reconhecido no ano de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com os seguintes períodos que refletem a vida útil esperada:

	NÚMERO DE ANOS
Edifícios	50
Equipamento de transporte	3 a 6
Equipamento petrolífero	5 a 10 anos
Outro equipamento	1 a 5 anos

As obras efetuadas nos edifícios são depreciadas pelos períodos remanescentes de vida útil dos mesmos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração das operações.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.7. Coleções de arte

A coleção de arte da Fundação foi doada pelo Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian e está incluída nas Demonstrações Financeiras por um valor simbólico.

As obras de arte adquiridas até ao exercício de 2005 foram totalmente amortizadas no ano de aquisição. A partir do exercício de 2006, as obras adquiridas pela Fundação são registadas ao valor de aquisição, as obras doadas por terceiros são registadas ao valor de mercado, sendo sujeitas a testes de imparidade numa base periódica, conforme definido na IAS 36.

2.8. Locações

A Fundação classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os pagamentos efetuados pela Fundação à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locação financeira – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.9 Outros ativos financeiros correntes e não correntes

A Fundação classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros correntes

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros correntes quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou,
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros não correntes

Os ativos financeiros não correntes são ativos financeiros não derivados que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como não correntes no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: i) ativos financeiros correntes, e ii) ativos financeiros não correntes são reconhecidos na data de negociação (trade date), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transação, exceto nos casos de investimentos correntes, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros correntes são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros não correntes são igualmente registados ao justo valor, sendo no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são igualmente reconhecidas em reservas no caso de ações, e outros títulos de capital, e em resultados no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva e os dividendos são reconhecidos nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros correntes de negociação para as carteiras de ativos financeiros não correntes, adiantamentos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros não correntes para as categorias de adiantamentos e contas a receber e ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros ativos e passivos financeiros correntes designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Durante o exercício de 2016 a Fundação não procedeu à reclassificação de ativos financeiros.

Imparidade

A Fundação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista a evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- Para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e,
- Para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro não corrente, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros não correntes aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros não correntes é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

2.10. Passivos financeiros correntes

Um instrumento é classificado como passivo financeiro corrente quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros correntes como ao justo valor através de resultados quando:

- São contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou,
- Tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os valores reconhecidos e, existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

2.13. Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como outras aplicações de tesouraria. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a nota 2.9. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.14. Devedores

O valor de balanço de devedores é registado ao custo amortizado e analisado a cada data de reporte de forma a determinar se existe algum indício de imparidade. Se tal indício existir, é estimado o valor recuperável do ativo. Uma perda por imparidade é reconhecida por contrapartida de resultados sempre que o valor de balanço do ativo excede o seu valor recuperável.

Uma perda por imparidade reconhecida de um ativo em anos anteriores deve ser revertida se, e somente se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e depósitos à ordem.

2.16. Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Juros, dividendos e outros proveitos resultantes dos recursos da Fundação são reconhecidos como proveitos, quando é provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Fundação e o proveito possa ser mensurado com confiança. Os juros são reconhecidos com base na periodificação, exceto se existirem dúvidas quanto ao seu recebimento. Os outros proveitos são reconhecidos com base na periodificação dos proveitos, com referência à substância do acordo relevante.

2.17. Reconhecimento de proveitos nas atividades petrolíferas

Os proveitos resultantes da venda de petróleo e gás são apenas reconhecidos quando os riscos e os benefícios do direito de propriedade se encontram transferidos para o comprador e quando não existe incerteza na determinação dos custos associados.

2.18. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

O custo do crude é determinado utilizando como método de custeio das saídas de inventário o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas). Os inventários da Fundação consistem essencialmente em crude que se encontra em oleodutos, reservatórios ou armazenado por companhias de transporte, em que o direito de propriedade não foi totalmente transferido para o cliente.

Para o restante inventário é utilizado o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

2.19. Impostos

Por despacho do Ministro das Finanças, de 18 de Julho de 1989, foi reconhecida à Fundação Calouste Gulbenkian a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos das subsidiárias. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Fundação procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.20. Planos de pensões

Na Fundação existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e de contribuição definida.

A Fundação, sob a forma de plano de benefícios definidos, assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no "Plano de Pensões do Pessoal" (1979) e no "Plano de Pensões da Fundação" (1997). Adicionalmente, atribuiu um plano de contribuição definida o "Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida" (2005), financiado através de contribuições para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, o Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança e o Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia, tendo tido uma contribuição inicial extraordinária para o Fundo de Pensões Aberto BPI Ações. Os empregados da Delegação da Fundação no Reino Unido têm um Plano de Pensões próprio.

As pensões, relativas aos planos de 1979 e 1997, destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos atuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados atuais.

As responsabilidades da Fundação com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas, por atuários independentes.

O estudo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente, custos dos juros e os custos de serviços passados em conjunto com a provisão apurada são registados nos resultados.

A responsabilidade da Fundação relativa aos planos de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas atuariais apurados anualmente resultante i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Anualmente, a Fundação reconhece como custo, na demonstração das operações, um valor total líquido que inclui i) o custo do serviço corrente, ii) o custo dos juros e iii) o efeito das reformas antecipadas.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Provisões

São reconhecidas provisões quando i) a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2.23. Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Fundação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição mais alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada nos pontos anteriores da nota 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Fundação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Imparidade dos ativos financeiros não correntes

A Fundação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros não correntes quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Fundação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. No julgamento efetuado, a Fundação avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas da Fundação, 20% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa

e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

A Fundação determina o justo valor através de avaliações efetuadas por especialistas independentes ou preços de mercado (market to market). As avaliações refletem o valor atual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base metodologias de avaliação e informação de mercado.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Planos de pensões

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

As subsidiárias da Fundação encontram-se sujeitas ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da *Unit of production* bem como para a avaliação da imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospetiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista.

Passivos ambientais

A Fundação efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais, que são baseados na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3. Retorno de atividade petrolíferas

A rubrica Retorno de **atividades petrolíferas** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO	
	2016	2015
	Euros '000	Euros '000
Vendas de petróleo e gás	228 873	296 668
Custo das vendas	(85 057)	(86 962)
Imposto sobre as atividades petrolíferas	(62 236)	(116 468)
Outros rendimentos do petróleo e gás	13 704	24 032
	95 284	117 270

As vendas de petróleo e gás têm a seguinte distribuição geográfica:

	CONSOLIDADO	
	2016	2015
	Euros '000	Euros '000
Brasil	2 824	3 627
Cazaquistão	22 369	25 373
Omã	175 955	234 104
Emirados Árabes Unidos	27 725	33 564
	228 873	296 668

Os outros rendimentos do petróleo e gás tem a seguinte composição:

	CONSOLIDADO	
	2016	2015
	Euros '000	Euros '000
Cedência de pessoal especializado e serviços técnicos	2 881	3 341
Dividendos recebidos	10 808	20 662
Outros ganhos operacionais	15	29
	13 704	24 032

4. Retorno Financeiro

Os investimentos da carteira devem cumprir dois requisitos fundamentais: (i) o poder de compra dos ativos detidos pela carteira, depois de deduzidas as contribuições para o financiamento da atividade da Fundação, deverá, a médio prazo, manter-se estável (e idealmente crescer), ou seja, o valor real da carteira deverá ser preservado após tomar em consideração a erosão provocada pela inflação dos custos da Fundação; (ii) as contribuições da carteira para o financiamento da atividade da Fundação deverão manter o seu valor real, isto é, deverão crescer o suficiente para acompanhar, pelo menos, a inflação dos custos da Fundação.

Para tal, a carteira total de investimentos da Fundação tem, como objetivo, um rendimento real total de 4,5% (rendimento da carteira acima da média móvel da inflação portuguesa a cinco anos).

A desagregação do retorno financeiro atingido em 2016 e 2015 no Consolidado é assim detalhada:

	2016			2015		
	PROVEITOS	CUSTOS	TOTAL	PROVEITOS	CUSTOS	TOTAL
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Ativos e passivos financeiros correntes						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	25 770	(14 707)	11 063	47 830	(40 003)	7 827
De outros emissores	57 051	(32 960)	24 091	70 593	(51 595)	18 998
Ações						
Outros títulos de rendimento variável	439 792	(314 048)	125 744	498 964	(400 970)	97 994
Fundos de investimento						
Liquidez	-	-	-	-	(12)	(12)
Ações	44 852	(28 507)	16 345	70 304	(53 425)	16 879
Obrigações	17 024	(16 079)	945	11 516	(18 692)	(7 176)
Outros	4 228	(3 087)	1 141	10 636	(13 126)	(2 490)
Derivados						
Forwards	273 086	(313 342)	(40 256)	552 325	(669 441)	(117 116)
Futuros	25 391	(19 694)	5 696	36 068	(35 760)	308
Warrants	-	-	-	1	-	1
	887 193	(742 424)	144 769	1 298 237	(1 283 024)	15 213
Ativos financeiros não correntes						
Ativos financeiros não correntes	6 628	-	6 628	1 152	(9)	1 143
Resultados em subsidiárias	2 417	-	2 417	8 015	-	8 015
Outras aplicações de tesouraria	10 718	(6 901)	3 817	11 750	(9 823)	1 927
Impostos e Comissões	-	(3 344)	(3 344)	-	(2 564)	(2 564)
Diferenças cambiais	1 035	(1 112)	(77)	2 647	(2 111)	536
	11 753	(11 357)	396	14 397	(14 498)	(101)
	907 991	(753 781)	154 210	1 321 801	(1 297 531)	24 270

A desagregação do retorno financeiro atingido em 2016 e 2015 na Fundação é assim detalhada:

	2016			2015		
	PROVEITOS Euros '000	CUSTOS Euros '000	TOTAL Euros '000	PROVEITOS Euros '000	CUSTOS Euros '000	TOTAL Euros '000
Ativos e passivos financeiros correntes						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	25 770	(14 707)	11 063	47 830	(40 003)	7 827
De outros emissores	57 051	(32 960)	24 091	70 593	(51 595)	18 998
Ações						
Outros títulos de rendimento variável	439 792	(314 048)	125 744	498 964	(400 970)	97 994
Fundos de investimento						
Liquidez	-	-	-	-	(12)	(12)
Ações	44 852	(28 507)	16 345	70 304	(53 425)	16 879
Obrigações	17 024	(16 079)	945	11 516	(18 692)	(7 176)
Outros	4 228	(3 087)	1 141	10 636	(13 126)	(2 490)
Derivados						
Forwards	273 086	(313 342)	(40 256)	552 325	(669 441)	(117 116)
Futuros	25 391	(19 694)	5 696	36 068	(35 760)	308
Warrants	-	-	-	1	-	1
	887 193	(742 424)	144 769	1 298 237	(1 283 024)	15 213
Ativos financeiros não correntes	6 628	-	6 628	1 152	(9)	1 143
Resultados em subsidiárias	29 614	-	29 614	(64 071)	-	(64 071)
Outras aplicações de tesouraria	8 775	(6 901)	1 874	11 220	(9 307)	1 913
Impostos e Comissões	-	(3 159)	(3 159)	-	(2 564)	(2 564)
Diferenças cambiais	1 035	(743)	292	2 134	(782)	1 352
	9 810	(10 803)	(993)	13 354	(12 653)	701
	933 245	(753 227)	180 018	1 248 672	(1 295 686)	(47 014)

5. Outros proveitos

A rubrica **Outros proveitos** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Venda de edições	693	661	693	661
Venda de bilhetes	2 494	2 076	2 494	2 076
Comparticipação de outras entidades	9 484	8 907	9 484	8 907
Outros	2 560	4 010	2 560	4 010
	15 231	15 654	15 231	15 655

A rubrica **Comparticipação de outras entidades** refere-se a participações para a realização de projetos de investigação científica, de carácter social e educativo e na área das atividades artísticas.

6. Distribuição e atividades diretas

A repartição dos custos pelos fins estatutários da Fundação é apresentada como segue:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Beneficência	9 702	7 693	9 702	7 693
Arte	25 071	25 582	25 071	25 582
Educação	15 385	16 429	15 385	16 429
Ciência	16 363	17 355	16 363	17 355
	66 521	67 059	66 521	67 059

A rubrica **Distribuição e atividades diretas** no consolidado e na Fundação inclui os montantes de Euros 1.607.000 (2015: Euros 2.093.000) e Euros 20.220.000 (2015: Euros 20.104.000) relativos a custos com amortizações e depreciações, conforme mencionado na nota 11, e custos com o pessoal, conforme mencionado na nota 7, respetivamente.

7. Outros custos administrativos e operacionais

A rubrica **Outros custos administrativos e operacionais** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Custos com o pessoal	28 125	26 732	17 630	16 490
Trabalhos especializados	7 785	6 766	6 447	6 105
Conservação e reparação	177	422	177	422
Outros fornecimentos e serviços	5 526	4 664	3 642	4 014
Outros custos operacionais	435	3 606	833	755
	42 048	42 190	28 729	27 786

Os **Custos com pessoal** por atividades são assim detalhados:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Atividades diretas e distribuição	20 220	20 104	20 220	20 104
Atividades indiretas	28 125	26 732	17 630	16 490
	48 345	46 836	37 850	36 594

A rubrica **Custos com o pessoal** inclui o montante de Euros 20.220.000 (2015: 20.104.000) referente a atividades diretas, conforme mencionado na nota 6.

A rubrica **Custos com pessoal** apresenta o seguinte detalhe:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Remuneração do Conselho de Administração	1 603	1 451	1 053	1 109
Remuneração dos colaboradores	32 047	33 143	24 989	25 479
Encargos sobre remunerações	6 983	7 451	5 684	6 084
Outros custos com o pessoal	7 712	4 791	6 124	3 922
	48 345	46 836	37 850	36 594

A rubrica **Outros custos com o pessoal** inclui o montante de Euros 75.402 (2015: Euros 74.000), relativo às contribuições para o plano de pensões de contribuição definida dos colaboradores da Fundação.

O número de efetivos é analisado como segue:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
Conselho de Administração	9	9	9	9
Pessoal				
Quadro	451	486	394	435
Contratados	115	133	75	93
	575	628	478	537

A rubrica **Trabalhos especializados** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Auditoria	221	387	35	166
Consultoria	1 704	1 144	552	704
Serviços especializados de informática	622	1 022	622	1 022
Manutenção e conservação de equipamentos	923	983	923	983
Custódia de investimentos e consultoria da carteira de investimentos	2 269	2 289	2 269	2 289
Outros trabalhos especializados	2 047	941	2 047	941
	7 785	6 766	6 447	6 105

A rubrica **Outros fornecimentos e serviços** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Despesas de representação, viagens e estadas	1 126	769	302	407
Rendas, electricidade, serviços de limpeza e vigilância dos edifícios	2 819	2 519	1 759	2 231
Outros fornecimentos e serviços	1 582	1 376	1 582	1 376
	5 526	4 664	3 642	4 014

8. Benefícios a empregados

Os **Benefícios a empregados**, são assim detalhados:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Pensões	7 331	8 765	7 331	8 587
Outros benefícios	1 776	527	1 776	527
	9 107	9 292	9 107	9 114

9. Imparidade

A **Imparidade** do exercício é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Imparidade sobre Ativos intangíveis	(16 257)	(10 898)	-	-
Imparidade sobre Interesses conjuntos	70 969	(179 374)	-	-
Imparidade sobre Ativos financeiros não correntes	(2 026)	(3 824)	(2 026)	(1 942)
	52 686	(194 096)	(2 026)	(1 942)

O saldo da rubrica Imparidade, no montante de Euros -52.686.000 (2015: Euros 194.096.000), reflete essencialmente as reversões de imparidade que ocorreram durante o exercício de 2016 nas concessões petrolíferas em Omã e Cazaquistão. A rubrica Imparidade sobre Ativos financeiros não correntes no montante de Euros 2.026.000 (2015: Euros 3.824.000) decorre essencialmente dos investimentos em fundos de investimentos.

10. Amortizações e depreciações

A rubrica **Amortizações e depreciações** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Ativos intangíveis				
Direitos de concessão	1 870	4 660	-	-
Software ¹	127	350	55	290
	1 997	5 010	55	290
Interesses em empreendimentos conjuntos	88 930	73 436	-	-
Imóveis ¹	4 049	3 916	4 049	3 916
Equipamento ¹	1 992	2 848	1 831	2 597
Outros ativos ¹	98	109	98	109
	6 139	6 873	5 978	6 622
Amortizações e depreciações afetas à rubrica				
Distribuição e atividades diretas	(1 607)	(2 093)	(1 607)	(2 093)
	95 459	83 226	4 426	4 819

As amortizações e depreciações incluem o montante de Euros 1.607.000 (2015: Euros 2.093.000) que se encontra afeto à rubrica Distribuição e atividades diretas, conforme mencionado na nota 6.

11. Ativos intangíveis

A rubrica **Ativos intangíveis** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo				
Direitos de concessão	119 643	114 721	-	-
Exploração petrolífera	59 890	53 820	-	-
Software	4 549	4 412	3 545	3 490
Outros ativos intangíveis	338	338	338	338
	184 420	173 291	3 883	3 828
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(128 651)	(103 455)	(3 883)	(3 828)
	(128 651)	(103 455)	(3 883)	(3 828)
	55 770	69 836	-	-

A rubrica **Direitos de exploração** refere-se à parcela dos custos com licenças de exploração e produção petrolífera existentes no Brasil e em Angola, que são amortizados durante o período remanescente da licença.

A rubrica **Exploração petrolífera** refere-se à parcela dos investimentos efetuados em concessões petrolíferas no Brasil, Angola e Portugal.

A rubrica **Direitos de concessão** refere-se aos valores acordados para o estabelecimento de acordos para a produção de gás no Abu Dhabi.

As adições de Software na Fundação ascendem ao montante de Euros 55.000 (2015: Euros 290.000) tendo sido totalmente amortizadas no exercício, conforme referido na nota 2.4.

Os movimentos da rubrica **Ativos intangíveis** durante os anos de 2016 e 2015, no Consolidado, são assim detalhados:

	EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA	DIREITOS DE CONCESSÃO	SOFTWARE	OUTROS ATIVOS	TOTAL
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	55 560	105 252	4 208	338	165 358
Adições	1 657	-	209	-	1 866
Variação cambial	(3 397)	9 469	(5)	-	6 067
Saldo em 31 de dezembro de 2015	53 820	114 721	4 412	338	173 291
Adições	1 143	-	127	-	1 270
Variação cambial	4 927	4 922	10	-	9 859
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59 890	119 643	4 549	338	184 420
Amortizações e perdas por imparidade					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25 590	59 008	4 208	338	89 144
Amortizações do exercício	-	4 660	212	-	4 872
Imparidade do exercício	(66)	7 944	-	-	7 878
Variação cambial	(4 416)	5 986	(8)	-	1 561
Saldo em 31 de dezembro de 2015	21 107	77 597	4 412	338	103 455
Amortizações do exercício	-	1 870	127	-	1 997
Imparidade do exercício	19 174	(2 917)	-	-	16 257
Variação cambial	3 315	3 617	10	-	6 942
Saldo em 31 de dezembro de 2016	43 596	80 167	4 549	338	128 651
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	32 713	37 123	-	-	69 836
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	16 294	39 476	-	-	55 770

12. Interesses em empreendimentos conjuntos

A IFRS 11 tornou-se obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2015. A Fundação apresenta os montantes relacionados com os empreendimentos conjuntos onde não existe controlo conjunto conforme definido na IFRS 11 como Interesses em empreendimentos conjuntos. Os movimentos da rubrica Interesses em empreendimentos conjuntos durante os anos de 2016 e 2015, no Consolidado, são assim detalhados:

	MUKHAIZNA	PDO (BLOCK 6)	DUNGA FIELD	GASCO	PBL	TOTAL
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	65 850	631 098	199 080	41 441	11 188	948 656
Adições	6 701	71 722	21 622	1 683	3 118	104 846
Abates/ Vendas	-	(705)	-	(599)	-	(1 304)
Variação cambial	7 682	73 726	23 245	4 797	(2 655)	106 795
Saldo em 31 de dezembro de 2015	80 233	775 841	243 947	47 322	11 651	1 158 993
Adições	4 344	80 203	14 532	1 872	593	101 544
Abates/ Vendas	-	(4 530)	-	(119)	-	(4 649)
Variação cambial	2 836	28 904	8 684	1 635	2 797	44 856
Saldo em 31 de dezembro de 2016	87 413	880 418	267 163	50 710	15 041	1 300 744
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	47 206	383 956	60 211	5 890	901	498 165
Amortizações do exercício	1 952	52 010	16 700	2 093	750	73 505
Abates/ Vendas	-	(872)	-	-	-	(872)
Imparidade do exercício	12 214	89 911	77 169	-	80	179 374
Variação cambial	5 644	46 279	8 302	709	(257)	60 677
Saldo em 31 de dezembro de 2015	67 016	571 284	162 382	8 692	1 474	810 849
Amortizações do exercício	5 010	72 354	7 674	3 458	434	88 930
Abates/ Vendas	-	(3 696)	-	(116)	-	(3 812)
Imparidade do exercício	(1 289)	(43 049)	(35 714)	-	9 083	(70 969)
Variação cambial	2 374	19 859	4 025	441	825	27 524
Saldo em 31 de dezembro de 2016	73 111	616 752	138 367	12 475	11 816	852 522
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	13 217	204 557	81 564	38 630	10 176	348 144
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	14 302	263 666	128 795	38 235	3 224	448 222

A Fundação possui uma participação no "Dunga Oil Field" de 20% da parceria com a Maersk (operador) e a Oman Oil Company Ltd. no montante de Euros 128.795.000 (2015: Euros 81.564.000). Durante o exercício de 2016, foi registada uma reversão de perda por imparidade no valor de Euros 35.714.000 (2015: perda por imparidade de Euros 77.169.000), cujo valor recuperável foi determinado com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os principais pressupostos utilizados foram os seguintes: i) taxa de desconto de 10,5% (2015: 11,5%); ii) crude de referência foi o Brent; iii) número de anos até ao final da concessão: 8 (2015: 9 anos).

A Fundação possui ainda um investimento no projeto "Mukhaizna Oil Field" onde detém 1% da parceria com outras entidades, sendo o operador a Occidental Petroleum Co. Em 2016 foi registada uma reversão de perda por imparidade no valor de Euros 1.289.000 (2015: perda

por imparidade de Euros 12.214.000), cujo valor recuperável foi determinado com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os principais pressupostos utilizados foram os seguintes: i) taxa de desconto de 10% (2015: 9,5%); ii) crude de referência foi o Brent (2015: Brent); iii) número de anos até ao final da concessão: 19 (2015: 20 anos).

A Fundação possui também uma participação na PDO de 2%. Em 2016 foi registada uma reversão de perda por imparidade no valor de Euros 43.049.000 (2015: perda por imparidade de Euros 89.911.000).

O Grupo reconheceu uma obrigação futura com o abandono de poços e problemas ambientais no fim das concessões, no montante de Euros 55.829.000 (2015: Euros 38.884.000). Esta obrigação está contabilizada pelo seu justo valor, como custo dos ativos relacionados (produção petrolífera) em contrapartida de provisão, conforme referido na nota 25.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor dos Interesses petrolíferos e do gás são apresentados como segue:

	2016	2015
Taxa de desconto utilizada		
PDO	10,00%	9,50%
Mukhaizna	10,00%	9,50%
Dunga	10,50%	11,50%
GASCO	9,60%	9,70%
Potiguar	11,40%	11,40%

A análise de sensibilidade no cálculo do justo valor elaborada pela Fundação a variações potenciais de 20% no preço do barril do *Brent* (cenários de preços baixos e elevados) é apresentada como segue:

	2016		
	MÁXIMO	ATUAL	MINÍMO
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
PDO	282	218	155
Mukhaizna	17	11	2
Dunga	149	128	100
GASCO	55	48	39
Potiguar	6	3	-

A análise de sensibilidade no cálculo do justo valor elaborada pela Fundação a variações potenciais na taxa de desconto (10pb) é apresentada como segue:

	2016		
	MÁXIMO	ATUAL	MINÍMO
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
PDO	236	218	203
Mukhaizna	12	11	10
Dunga	135	128	121
GASCO	50	48	43
Potiguar	3	3	3

13. Ativos fixos tangíveis

A rubrica **Ativos fixos tangíveis** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo				
Imóveis	56 035	56 382	55 326	55 658
Equipamento	38 934	38 996	37 309	37 430
Obras de arte	15 919	15 217	15 919	15 217
Outros ativos	1 722	1 624	1 722	1 624
Obras em curso	226	535	226	535
	112 837	112 755	110 502	110 464
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(74 912)	(70 717)	(72 934)	(68 934)
	(74 912)	(70 717)	(72 934)	(68 934)
	37 925	42 038	37 568	41 530

Os movimentos da rubrica **Ativos fixos tangíveis** durante os anos de 2016 e 2015, no Consolidado, são assim detalhados:

	IMÓVEIS Euros '000	EQUIPAMENTO Euros '000	OBRAS DE ARTE Euros '000	OUTROS ATIVOS Euros '000	EM CURSO Euros '000	TOTAL Euros '000
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	55 891	45 033	14 643	1 532	-	117 100
Adições						-
Abates/vendas	524	2 833	574	92	535	4 558
Transferências	(50)	(8 833)	-	-	-	(8 883)
Variação cambial	17	(37)	-	-	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56 382	38 996	15 217	1 624	535	112 755
Adições	-	1 870	702	98	373	3 043
Abates/vendas	(1 014)	(1 994)	-	-	-	(3 008)
Transferências	663	(9)	-	-	(682)	(28)
Variação cambial	4	71	-	-	-	75
Saldo em 31 de dezembro de 2016	56 035	38 934	15 919	1 722	226	112 837
Depreciações						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25 788	43 877	1 514	1 532	-	72 711
Depreciações do exercício	4 002	2 777	-	92	-	6 871
Abates/vendas	(52)	(8 810)	-	-	-	(8 862)
Variação cambial	14	(17)	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29 752	37 827	1 514	1 624	-	70 717
Depreciações do exercício	4 049	1 992	-	98	-	6 139
Abates/vendas	-	(1 977)	-	-	-	(1 977)
Variação cambial	4	29	-	-	-	33
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33 805	37 871	1 514	1 722	-	74 912
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	26 630	1 170	13 703	-	535	42 038
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	22 230	1 064	14 405	-	226	37 925

Os movimentos da rubrica **Ativos fixos tangíveis** durante os anos de 2016 e 2015, para a Fundação, são assim detalhados:

	IMÓVEIS Euros '000	EQUIPAMENTO Euros '000	OBRAS DE ARTE Euros '000	OUTROS ATIVOS Euros '000	EM CURSO Euros '000	TOTAL Euros '000
Custo de aquisição						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	55 137	43 467	14 643	1 532	-	114 779
Adições	521	2 613	574	92	535	4 335
Abates/vendas	-	(8 650)	-	-	-	(8 650)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	55 658	37 430	15 217	1 624	535	110 464
Adições	-	1 858	702	98	373	3 031
Abates/vendas	(1 014)	(1 979)	-	-	-	(2 993)
Transferências	682	-	-	-	(682)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55 326	37 309	15 919	1 722	226	110 502
Depreciações						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	25 179	42 722	1 514	1 532	-	70 947
Depreciações do exercício	3 916	2 613	-	92	-	6 621
Abates/vendas	-	(8 634)	-	-	-	(8 634)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29 095	36 701	1 514	1 624	-	68 934
Depreciações do exercício	4 049	1 831	-	98	-	5 978
Abates/vendas	-	(1 978)	-	-	-	(1 978)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33 144	36 554	1 514	1 722	-	72 934
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2015	26 563	729	13 703	-	535	41 530
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	22 182	755	14 405	-	226	37 568

A rubrica **Obras de Arte** inclui doações realizadas durante o exercício para o Centro de Arte Moderna, no valor de Euros: 124.000 (2015: Euros 926.000).

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica **Ativos fixos tangíveis em Curso**, referia-se ao investimento na renovação da Central de Segurança no montante de 535.000. A 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica é referente ao investimento para renovação dos espaços lojas e bengaleiro do Museu.

Até 2016 a Fundação financiava parte da aquisição de equipamento de transporte através de contratos de locação financeira. À data de 31 de dezembro de 2016, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira ascende a Euros 1.009.000 (2015: Euros 1.280.000), a amortização acumulada a Euros 924.000 (2015: Euros 1.161.000) e as respetivas rendas vincendas ascendem a Euros 101.000 (2015: Euros 240.000), como segue:

	2016			2015		
	TOTAL Euros '000	MENOS DE UM ANO Euros '000	ENTRE UM E CINCO ANOS Euros '000	TOTAL Euros '000	MENOS DE UM ANO Euros '000	ENTRE UM E CINCO ANOS Euros '000
Capital em dívida	97	45	52	231	70	161
Juros em dívida	4	3	1	9	5	4
Rendas vincendas	101	48	53	240	75	165

14. Ativos financeiros não correntes

A rubrica **Ativos financeiros** não correntes é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Ações				
Interesses petrolíferos e do gás	4 599	4 517	-	-
Fundos de investimento	181 294	176 249	180 539	175 487
	185 893	180 766	180 539	175 487
	185 893	180 766	180 539	175 487

As **Ações em investimentos em interesses petrolíferos e do gás** encontram-se registadas pelo justo valor, conforme descrito na nota 2.9. As avaliações, são efetuadas por entidades independentes e refletem o valor atual líquido dos fluxos de caixa futuros estimados tendo por base pressupostos de mercado.

Os **Adiantamentos em interesses petrolíferos e do gás** destinam-se a financiar ativos de longo prazo, os quais são reembolsados no final dos acordos de adiantamentos, não sendo remunerados durante este período. Estes adiantamentos encontram-se registados ao valor presente descontado, conforme referido na nota 2.9.

A rubrica **Ativos financeiros** não correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, no Consolidado é analisada como segue:

	2016			
	CUSTO Euros '000	RESERVA DE JUSTO VALOR Euros '000	PERDAS POR IMPARIDADE EUROS '000	VALOR DE BALANÇO Euros '000
Ações				
Interesses petrolíferos e do gás:				
OLNG	4 599	-	-	4 599
	4 599	-	-	4 599
Fundos de investimento				
Imobiliários	18 645	3 310	(4 761)	17 194
Capital de risco	142 089	32 789	(10 778)	164 100
	160 734	36 099	(15 539)	181 294
Saldo em 31 de dezembro de 2016	165 333	36 099	(15 539)	185 893

	2015			
	CUSTO Euros '000	RESERVA DE JUSTO VALOR Euros '000	PERDAS POR IMPARIDADE EUROS '000	VALOR DE BALANÇO Euros '000
Ações				
Interesses petrolíferos e do gás:				
OLNG	4 517	-	-	4 517
	4 517	-	-	4 517
Fundos de investimento				
Imobiliários	25 957	2 965	(5 770)	23 152
Capital de risco	140 845	22 312	(10 060)	153 097
	166 802	25 277	(15 830)	176 249
Saldo em 31 de dezembro de 2015	171 319	25 277	(15 830)	180 766

A rubrica **Ativos financeiros não correntes** em 31 de dezembro de 2016 e 2015, na Fundação, é analisada como segue:

	2016			
	CUSTO Euros '000	RESERVA DE JUSTO VALOR Euros '000	PERDAS POR IMPARIDADE Euros '000	VALOR DE BALANÇO Euros '000
Imobiliários	18 645	3 310	(4 761)	17 194
Capital de risco	141 334	32 789	(10 778)	163 345
Saldo em 31 de dezembro de 2016	159 979	36 099	(15 539)	180 539

	2015			
	CUSTO Euros '000	RESERVA DE JUSTO VALOR Euros '000	PERDAS POR IMPARIDADE Euros '000	VALOR DE BALANÇO Euros '000
Fundos de investimento				
Imobiliários	25 957	2 965	(5 770)	23 152
Capital de risco	140 083	22 312	(10 060)	152 335
Saldo em 31 de dezembro de 2016	166 040	25 277	(15 830)	175 487

Os movimentos ocorridos nas Perdas por imparidade nos Ativos financeiros não correntes, na Fundação, são apresentados como segue:

	FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	15 830	14 077
Dotações	2 026	1 942
Utilizações	(2 317)	(189)
Saldo em 31 de dezembro	15 539	15 830

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, no Consolidado, é desagregada da seguinte forma:

	2016		
	COTADOS Euros '000	NÃO COTADOS Euros '000	TOTAL Euros '000
Ações			
Interesses petrolíferos e do gás	-	4 599	4 599
Fundos de investimento	-	181 294	181 294
	-	185 893	185 893

	2015		
	COTADOS Euros '000	NÃO COTADOS Euros '000	TOTAL Euros '000
Ações			
Interesses petrolíferos e do gás	-	4 517	4 517
Fundos de investimento	23 152	153 097	176 249
	23 152	157 614	180 766

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os **Ativos financeiros não correntes** têm o seguinte escalonamento:

	CONSOLIDADO			FUNDAÇÃO
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
De 3 meses a 1 ano	11 421	15 968	10 666	15 206
De 1 ano até 5 anos	157 751	157 254	157 751	157 254
Mais de 5 anos	3 587	2 506	3 587	2 506
Duração indeterminada	8 535	521	8 535	521
	181 294	176 249	180 539	175 487

	CONSOLIDADO			FUNDAÇÃO
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Nível 1	4 599	27 669	-	23 152
Nível 2	17 949	762	17 194	-
Nível 3	163 345	152 335	163 345	152 335
	185 893	180 766	180 539	175 487

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2016 e 2015, pode ser analisado como segue:

	CONSOLIDADO			FUNDAÇÃO
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	152 335	152 882	152 335	146 586
Aquisições	1 751	2 230	1 751	2 230
Alterações de justo valor	9 771	3 516	9 771	3 516
Alienações	(512)	(6 293)	(512)	3
Saldo em 31 de dezembro	163 345	152 335	163 345	152 335

15. Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme descrito na nota 2.19, a Fundação Calouste Gulbenkian está isenta de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Desta forma, os impostos apresentados são relativos às empresas subsidiárias.

As subsidiárias da Fundação com sede em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama.

A 31 de dezembro de 2016, a taxa de imposto é de 25,81% (2015: 24,43%) resultante da taxa de IRC de 21%, da derrama municipal de 1,5%, calculada sobre o lucro tributável e da derrama estadual de 3% sobre o lucro tributável superior a Euros 1.500.000 e inferior a Euros 7.500.000 e 5% sobre o lucro tributável superior a Euros 7.500.000.

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 2016 no Consolidado, é analisado como segue:

	CONSOLIDADO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Imposto diferido	(19 836)	36 590
	(19 836)	36 590

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

	ATIVOS	PASSIVOS	LÍQUIDO
	2016 Euros '000	2016 Euros '000	2016 Euros '000
Prejuízos fiscais reportáveis	22 110	-	22 110
Provisões não aceites fiscalmente	1 460	-	1 460
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	(31 627)	(31 627)
	23 570	(31 627)	(8 057)
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(23 570)	23 570	-
	-	(8 057)	(8 057)

	ATIVOS	PASSIVOS	LÍQUIDO
	2015 Euros '000	2015 Euros '000	2015 Euros '000
Prejuízos fiscais reportáveis	18 193	-	18 193
Provisões não aceites fiscalmente	1 227	-	1 227
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	(7 121)	(7 121)
	19 420	(7 121)	12 299
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(19 420)	19 420	-
	-	12 299	12 299

Os prejuízos fiscais reportáveis para os quais o Grupo está a reconhecer Imposto diferidos não tem prazo de caducidade.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos no balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	CONSOLIDADO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo inicial	12 299	(22 261)
Reconhecido em resultados	(19 837)	36 591
Variação cambial	(519)	(2 031)
Saldo final	(8 057)	12 299

O Grupo não reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo. Em 31 de dezembro os créditos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido passivo ascendem a Euros 8.057.000 (2015: imposto diferido ativo de Euros 12.299.000).

16. Investimentos em associadas e subsidiárias

A rubrica **Investimentos em associadas e subsidiárias** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO			FUNDAÇÃO
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Partex Holding b.v.	-	-	495 453	478 038
Economic and General Secretariat Limited	-	-	27	32
Office Park Expo	-	66 215	-	66 215
	-	66 215	495 480	544 285

Durante o exercício de 2015 a Fundação criou a Partex Holding B.V., para a qual foi transferida, em setembro de 2015, a sua participação que detinha na Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation.

Durante o exercício de 2016, a Fundação alienou a participação que detinha no Office Park Expo pelo montante de Euros 69.182.000, tendo reconhecido uma mais-valia no montante de Euros 2.417.000, conforme evidenciado na rubrica Resultados em subsidiárias na nota 4. O montante efetivamente pago em 2016 ascendeu a euros 61.079.000, ficando o remanescente valor em dívida (Euros 8.100.000) registado na rubrica Devedores e outros ativos não correntes, conforme mencionado na nota 17.

Em 31 de dezembro de 2016, as Empresas subsidiárias incluídas na consolidação da Fundação foram as seguintes:

Subsidiárias	SEDE	CAPITAL	MOEDA	ATIVOS	PASSIVOS	CAPITAL	PROVEITOS	RESULTADO	ATIVID.
		Euros		Euros'000	Euros'000	PRÓPRIO Euros'000	Euros'000	LÍQUIDO Euros'000	ECONOM.
Participações diretas									
Partex Holding B.V.	Holanda	115 179	EUR	937 203	31 282	905 922	(685)	210	c)
Economic and General Secretariat Limited	Inglaterra	4 000	GBP	-	-	-	-	-	(*)
Participações indiretas									
<u>Através da Partex Holding B.V.:</u>									
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	47 434	USD	49 134	5 641	43 493	(1 138)	(714)	c)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2 372	USD	808 239	128 446	679 793	50 400	2 480	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	1 897 353	USD	59 881	36 226	23 655	1 502	45	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	4 743	USD	149 963	216 016	(66 053)	7 517	-	a)
Partex Brasil Ltda.	Brasil	63 040 841	BRL	5 000	26 631	(21 631)	(2 327)	(12 103)	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	47 434	USD	105 932	108 949	(3 017)	(1 382)	-	c)
<u>Através da Partex Brazil Corporation:</u>									
PMO Services, S.A.	Liechtenstein	445 807	CHF	871	23	848	43	11	b)
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 656	USD	426 555	410 420	16 135	91	-	a)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	47 434	USD	61	11 173	(11 112)	227	-	a)
Partex (Angola) Corporation	Ilhas Caimão	47 434	USD	43 185	60 069	(16 885)	(1 673)	-	a)
Partex Brasil Operações Petrolíferas, Lda	Brasil	1 627 680	BRL	1 794	131	1 663	85	(48)	b)
Partex (Iberia), S.A.	Portugal	30 519 444	EUR	6 157	247	5 910	(15 696)	(6 356)	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 181 956	USD	9 853	6 376	3 477	231	-	b)
<u>Através da Partex Services Corporation:</u>									
Partex Services Portugal – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A	Portugal	65 933	EUR	1 909	984	925	94	(49)	b)

a) Companhias participantes em concessões petrolíferas ou operações contratuais.
b) Prestadora de serviços a empresas do grupo.
c) Gestora de participações.
(*) Esta empresa participada encontra-se sem atividade.

Em 31 de dezembro de 2015, as Empresas subsidiárias incluídas na consolidação da Fundação foram as seguintes:

Subsidiárias	SEDE	CAPITAL	MOEDA	ATIVOS	PASSIVOS	CAPITAL	PROVEITOS	RESULTADO	ATIVID.
		Euros		Euros'000	Euros'000	PRÓPRIO Euros'000	Euros'000	LÍQUIDO Euros'000	ECONOM.
Participações diretas									
Partex Holding B.V.	Holanda	111 518	EUR	953 229	16 305	936 923	1 726	1 584	c)
Economic and General Secretariat Limited	Inglaterra	4 000	GBP	-	-	-	-	-	(*)
Participações indiretas									
<u>Através da Partex Holding B.V.:</u>									
Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation	Ilhas Caimão	45 926	USD	54 055	10 067	43 989	-	(430 773)	c)
Partex (Oman) Corporation	Panamá	2 296	USD	712 122	106 489	605 633	248 045	(55 314)	a)
Partex Gas Corporation	Panamá	1 837 053	USD	57 253	35 849	21 404	34 722	(17 636)	a)
Partex (Kazakhstan) Corporation	Ilhas Caimão	4 593	USD	122 299	193 870	(71 571)	48 720	(80 468)	a)
Partex Brasil Ltda.	Brasil	60 803 258	BRL	13 898	63 387	(49 489)	3 642	(30 993)	a)
Partex (Brazil) Corporation	Ilhas Caimão	45 926	USD	102 236	103 757	(1 520)	-	(1 527)	c)
<u>Através da Partex Brazil Corporation:</u>									
PMO Services, S.A.	Liechtenstein	459 263	CHF	2 575	291	2 284	1 428	40	b)
Participations and Explorations Corporation	Panamá	2 572	USD	415 533	400 002	15 531	-	(215)	a)
Partex (Algeria) Corporation	Ilhas Caimão	45 926	USD	14	11 002	(10 988)	-	(1 248)	a)
Partex (Angola) Corporation	Ilhas Caimão	45 926	USD	42 905	57 557	(14 652)	-	(1 770)	a)
Partex Brasil Operações Petrolíferas, Lda	Brasil	1 575 951	BRL	1 357	97	1 260	1 585	468	b)
Partex (Iberia), S.A.	Portugal	29 549 505	EUR	22 398	430	21 968	-	(52)	a)
Partex Services Corporation	Panamá	2 112 611	USD	6 036	2 905	3 131	10 098	(148)	b)
<u>Através da Partex Services Corporation:</u>									
Partex Services Portugal – Serviços para a Indústria Petrolífera, S.A	Portugal	63 838	EUR	2 167	1 334	834	6 556	132	b)

17. Devedores e outros ativos não correntes

A rubrica **Devedores e outros ativos não correntes** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO			FUNDAÇÃO
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Investimentos em fundos de pensões	35 532	30 353	-	-
Outros ativos	8 867	6 321	-	-
Devedores diversos	9 718	2 039	8 132	-
	54 116	38 712	8 132	-

Os montantes registados na rubrica Devedores e outros ativos correntes dizem respeito, essencialmente, a montantes da PDO, GASCO e Dunga Field, na proporção consolidada nas contas da Partex.

Durante o exercício de 2016, a Fundação alienou a participação que detinha no Office Park Expo pelo montante de Euros 69.182.000, tendo reconhecido uma mais-valia no montante de Euros 2.417.000. O montante efetivamente pago em 2016 ascendeu a euros 61.079.000,

ficando o remanescente valor em dívida (Euros 8.100.0000) registado na rubrica Devedores e outros ativos não correntes, conforme mencionado na nota 16.

18. Ativos e passivos financeiros correntes

A rubrica **Ativos e passivos financeiros correntes** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Ativo financeiros correntes				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	263 287	212 848	263 287	212 848
De outros emissores	397 435	362 578	397 435	362 578
Ações				
Outros títulos de rendimento variável	1 111 695	893 359	1 111 695	893 359
Fundos de investimento				
Liquidez	48 376	17 292	48 376	17 292
Ações	180 405	211 723	180 405	211 723
Obrigações	24 506	168 434	24 506	168 434
Outros	51 140	90	51 140	90
Derivados				
Instrumentos financeiros com justo valor positivo				
– Forwards	11 056	27 671	11 056	27 671
– Futuros	433	752	433	752
	2 088 333	1 894 747	2 088 333	1 894 747
Passivos financeiros correntes				
Derivados				
Instrumentos financeiros com justo valor negativo				
– Forwards	(51 931)	(566)	(51 931)	(566)
– Spots	-	(1)	-	(1)
– Futuros	(161)	(304)	(161)	(304)
	(52 092)	(871)	(52 092)	(871)
	2 036 241	1 893 876	2 036 241	1 893 876

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Ativos e passivos financeiros correntes tem o seguinte escalonamento:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Até 3 meses	(20 558)	27 566	(20 558)	27 566
De 3 meses a 1 ano	11 819	5 348	11 819	5 348
De 1 ano até 5 anos	354 803	327 032	354 803	327 032
Mais de 5 anos	274 034	243 008	274 034	243 008
Duração indeterminada	1 416 143	1 290 922	1 416 143	1 290 922
	2 036 241	1 893 876	2 036 241	1 893 876

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica **Ativos e passivos financeiros correntes**, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	2016		
	COTADOS Euros '000	NÃO COTADOS Euros '000	TOTAL Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	263 287	-	263 287
De outros emissores	397 435	-	397 435
Ações			
Outros títulos de rendimento variável	1 111 504	191	1 111 695
Fundos de investimento			
Liquidez	48 376	-	48 376
Ações	180 405	-	180 405
Obrigações	24 506	-	24 506
Outros	51 114	26	51 140
Derivados			
Forwards	(40 875)	-	(40 875)
Futuros	272	-	272
	2 036 024	217	2 036 241

	2015		
	COTADOS Euros '000	NÃO COTADOS Euros '000	TOTAL Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	212 848	-	212 848
De outros emissores	362 533	45	362 578
Ações			
Outros títulos de rendimento variável	893 332	27	893 359
Fundos de investimento			
Liquidez	17 292	-	17 292
Ações	211 723	-	211 723
Obrigações	168 434	-	168 434
Outros	-	90	90
Derivados			
Forwards	27 105	-	27 105
Spot	(1)	-	(1)
Futuros	448	-	448
	1 893 714	162	1 893 876

Os Ativos e passivos financeiros correntes são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado (nível 1) – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2) – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3) – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica **Ativos e passivos financeiros correntes**, por níveis de valorização, é detalhada como segue:

	2016			
	NÍVEL 1 Euros '000	NÍVEL 2 Euros '000	NÍVEL 3 Euros '000	TOTAL Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	660 722	-	-	660 722
Ações	1 111 504	17	174	1 111 695
Fundos de investimento	-	304 401	26	304 427
Derivados	272	(40 875)	-	(40 603)
	1 772 498	263 543	200	2 036 241

	2015			
	NÍVEL 1 Euros '000	NÍVEL 2 Euros '000	NÍVEL 3 Euros '000	TOTAL Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	575 381	45	-	575 426
Ações	893 332	-	27	893 359
Fundos de investimento	397 449	-	90	397 539
Derivados	27 552	-	-	27 552
	1 893 714	45	117	1 893 876

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante os exercícios de 2016 e 2015, pode ser analisado como segue:

	CONSOLIDADO			FUNDAÇÃO
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	117	247	117	247
Aquisições	3	10	3	10
Vendas	(71)	(85)	(71)	(85)
Reclassificações	155	-	155	-
Alterações de justo valor	(4)	(55)	(4)	(55)
Saldo em 31 de dezembro	200	117	200	117

Os ativos e passivos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como segue:

	2016		
	NACIONAL Euros '000	JUSTO VALOR	
		ATIVO Euros '000	PASSIVO Euros '000
Contratos sobre taxas de câmbio			
Forward compra	1 576 679	11 056	(51 931)
Forward venda	(1 576 679)	-	-
	-	11 056	(51 931)
Contratos sobre ações / índices			
Futuros	533	433	(161)
	533	433	(161)
	533	11 489	(52 092)

	2015		
	NACIONAL	JUSTO VALOR	
	Euros '000	ATIVO Euros '000	PASSIVO Euros '000
Contratos sobre taxas de câmbio			
Forward compra	1 300 683	27 671	(566)
Forward venda	(1 300 683)		
Spot compra	806	-	(1)
Spot venda	(806)		
	-	27 671	(567)
Contratos sobre ações / índices			
Futuros	854	752	(304)
	854	752	(304)
	854	28 423	(871)

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos financeiros derivados têm o seguinte escalonamento:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	(22 963)	27 552	(22 963)	27 552
De 1 ano a 5 anos	(17 640)	-	(17 640)	-
	(40 603)	27 552	(40 603)	27 552

19. Outras aplicações de tesouraria

A rubrica **Outras aplicações de tesouraria**, no montante de Euros 28.132.000 (2015: Euros 47.313.000), refere-se a aplicações de tesouraria com um prazo inferior ou igual a 3 meses, que se encontram registadas ao custo amortizado.

20. Inventários

A rubrica **Inventários** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Petróleo bruto	169	140	-	-
Outros materiais	19 495	19 295	-	-
Publicações	4 072	3 939	4 072	3 939
	23 736	23 374	4 072	3 939

A rubrica **Publicações**, no montante de Euros 4.072.000 (2015: Euros 3.939.000), refere-se a edições da Fundação.

21. Devedores e outros ativos correntes

A rubrica **Devedores** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Companhias subsidiárias	-	-	30 021	30
Devedores (interesses petrolíferos)	41 256	43 596	-	-
Despesas com custo diferido	1 167	850	662	850
Estado	3 789	7 550	3 100	3 550
Devedores diversos	11 751	9 259	6 106	5 736
	57 963	61 255	39 889	10 166

A rubrica **Companhias subsidiárias** é assim detalhada:

	FUNDAÇÃO	
	2016	2015
	Euros '000	Euros '000
Dividendos	30 000	-
Outros valores a receber	21	30
	30 021	30

22. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica **Caixa e equivalentes de caixa** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa	72	42	60	28
Depósitos	62 393	68 654	2 387	1 038
	62 465	68 696	2 447	1 066

23. Capital recebido do fundador

A rubrica **Capital recebido do Fundador** no montante de Euros 11.746.690 refere-se ao montante recebido do seu Fundador, Senhor Calouste Sarkis Gulbenkian.

24. Reservas

Durante os anos de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas Reservas do Consolidado foram os seguintes:

	RESERVA DE	OUTRAS	RESERVA DE	DIFERENÇAS	TOTAL
	JUSTO VALOR	RESERVAS	GANHOS ATUARIAIS	CAMBIAIS	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	202 746	2 471 666	(82 715)	(5 924)	2 585 773
Alteração de justo valor	5 196	-	-	-	5 196
Outras variações do justo valor	-	68 702	-	-	68 702
Variação cambial	-	-	-	(14 193)	(14 193)
Desvios atuariais	-	-	(9 581)	-	(9 581)
Doações	-	926	-	-	926
Constituição de reservas	-	(202 079)	-	-	(202 079)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	207 942	2 339 215	(92 296)	(20 117)	2 434 744
Alteração de justo valor	9 111	1 707	-	-	10 818
Outras variações do justo valor	-	17 410	-	-	17 410
Variação cambial	-	-	-	3 358	3 358
Desvios atuariais	-	-	(29 973)	-	(29 973)
Doações	-	124	-	-	124
Constituição de reservas	-	84 440	-	-	84 440
Saldo em 31 de dezembro de 2016	217 053	2 442 896	(122 269)	(16 759)	2 520 921

Durante os anos de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas Reservas da Fundação foram os seguintes:

	RESERVAS DE JUSTO VALOR		RESERVA DE	OUTRAS	TOTAL
	EMPRESAS	ATIVOS FINANCEIROS			
	SUBSIDIÁRIAS	NÃO CORRENTES	GANHOS ATUARIAIS	RESERVAS	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	221 148	20 081	(80 750)	2 425 294	2 585 773
Alteração de justo valor	-	5 196	-	-	5 196
Outras variações do justo valor	(5 491)	-	-	-	(5 491)
Desvios atuariais	-	-	-	926	926
Doações	-	-	(9 581)	-	(9 581)
Constituição de reservas	-	-	-	(142 079)	(142 079)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	215 657	25 277	(90 331)	2 284 141	2 434 744
Alteração de justo valor	-	9 111	-	1 707	10 818
Outras variações do justo valor	20 768	-	-	-	20 768
Desvios atuariais	-	-	(29 973)	-	(29 973)
Doações	-	-	-	124	124
Constituição de reservas	-	-	-	84 440	84 440
Saldo em 31 de dezembro de 2016	236 425	34 388	(120 304)	2 370 412	2 520 921

A reserva de justo valor em 2016 e 2015, no Consolidado e na Fundação explica-se da seguinte forma:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Empresas subsidiárias	-	-	236 425	215 657
Ativos financeiros não correntes	217 053	207 942	34 388	25 277
	217 053	207 942	270 813	240 934

A variação da reserva de justo valor em 2016 e 2015, no Consolidado e na Fundação explica-se da seguinte forma:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	207 942	202 746	240 934	241 229
Variações do justo valor	(43 575)	199 292	36 388	1 647
Alienações do exercício	-	-	(4 483)	-
Imparidade do exercício	52 686	(194 096)	(2 026)	(1 942)
Saldo em 31 de dezembro	217 053	207 942	270 813	240 934

A variação da reserva de justo valor em 2016 e 2015, no Consolidado e na Fundação explica-se da seguinte forma: na **Reserva de justo valor** registam-se as variações acumuladas no justo valor existentes à data de balanço referentes aos Ativos financeiros não correntes e aos Investimentos em empresas subsidiárias.

Na rubrica **Variação cambial de consolidação**, está relevado o montante da variação em moeda nacional do capital das empresas consolidadas expressos em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respetivo.

A rubrica **Outras reservas** a 31 de dezembro de 2016 inclui o montante de Euros 124.000 (2015: Euros 926.000) relativo a doações de obras de arte à Fundação.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

MOEDA	TAXAS EM 2016		TAXAS EM 2015	
	CÂMBIO FINAL	CÂMBIO MÉDIO	CÂMBIO FINAL	CÂMBIO MÉDIO
Dólar – USD	1,0541	1,1032	1,0887	1,1046
Libra – GBP	0,8562	0,8227	0,7340	0,7242
Franco Suíço – CHF	1,0739	1,0909	1,0835	1,0646
Real Brasileiro – BRL	3,4305	3,8193	4,3117	3,7426

25. Provisões

A rubrica **Provisões** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Provisão para planos de pensões	269 107	248 678	269 107	244 229
Provisão para outros benefícios aos empregados	20 558	21 597	7 928	6 536
Provisão para pensões – Omã	35 701	30 548	-	-
Provisão para remoção e restauro	55 829	38 884	-	-
Outras provisões	336	324	-	-
	381 531	340 031	277 035	250 765

Provisão para planos de pensões

A Fundação assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de pré-reforma, nos termos estabelecidos no "Regulamento do Plano de Pensões do Pessoal" (1979) e no "Plano de Pensões" (1997).

Estas pensões destinam-se a complementar as pensões atribuídas pela Segurança Social e são determinadas em função do tempo de serviço de cada empregado. Para cobrir esta responsabilidade é constituída uma provisão que representa uma estimativa do capital necessário para pagar os benefícios aos atuais pensionistas e os benefícios futuros a pagar aos empregados atuais.

O número de participantes abrangidos por estes planos de pensões é o seguinte:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Ativos	343	388	343	384
Pré-reformados	42	51	42	51
Reformados	942	913	942	906
	1 327	1 352	1 327	1 341

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados associados a estes planos de pensões são as seguintes:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Responsabilidades em 1 de janeiro	248 678	247 024	244 229	242 468
Custo dos serviços correntes	2 722	2 716	2 722	2 650
Custo dos juros	4 609	6 049	4 609	5 937
Benefícios pagos	(17 547)	(16 618)	(17 547)	(16 407)
Perdas/(ganhos) atuariais	29 973	9 510	29 973	9 581
Transferências	672	-	5 121	-
Diferenças cambiais	-	(3)	-	-
Responsabilidades em 31 de dezembro	269 107	248 678	269 107	244 229

O custo do exercício no Consolidado e na Fundação é analisado como segue:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Custo dos serviços correntes	2 722	2 716	2 722	2 650
Custo dos juros	4 609	6 049	4 609	5 937
Custo do exercício	7 331	8 765	7 331	8 587

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral no início do exercício	92 225	82 715	90 331	80 750
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício				
– Alteração de pressupostos	31 234	4 074	31 234	4 085
– (Ganhos) e perdas de experiência	1 042	1 107	1 042	1 150
Outros	2 818	4 329	2 818	4 346
Transferências	(5 121)	-	(5 121)	-
Perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento no exercício	29 973	9 510	29 973	9 581
	122 198	92 225	120 304	90 331

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.20, as responsabilidades no Consolidado e na Fundação por pensões de reforma, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	2016	2015	2014	2013	2012
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Responsabilidades por benefícios projetados					
Consolidado	269 107	248 678	247 024	224 616	205 451
Fundação	269 107	244 229	242 468	222 121	203 088

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, foi efetuada a revisão dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de dezembro de 2016.

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é a seguinte:

	2016	2015
Taxa de crescimento nominal dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento nominal das pensões	0,50%	0,50%
Taxa de desconto	1,50%	2,00%
Tábuas de mortalidade		
– Masculina	TV 73/77 -1	TV 73/77 -1
– Feminina	TV 88/90 -2	TV 88/90 -2
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método de valorização atuarial		Unit credit projectado

Em 2016, no Consolidado e na Fundação contabilizaram-se, como custos com pensões de reforma, os montantes de Euros 17.547.000 (2015: Euros 16.818.000) e de Euros 17.547.000 (2015: Euros 16.407.000), respetivamente.

A Provisão para Plano de pensões, no consolidado, ascende ao montante de Euros 269.107.000 (2015: Euros 248.678.000) e, na Fundação, ao montante de Euros 269.107.000 (2015: Euros 244.229.000).

A 31 de Dezembro de 2016, foram transferidas para a Fundação as responsabilidades com planos de pensões da Partex, pelo que a Fundação provisionou integralmente a responsabilidade decorrente deste acordo nas suas contas (Euros: 5.121.000).

No quadro seguinte apresenta-se a análise de sensibilidade à variação da taxa de desconto, crescimento dos salários, pensões e mortalidade futura:

	2016		2015	
	CONSOLIDADO	FUNDAÇÃO	CONSOLIDADO	FUNDAÇÃO
	+ 50 pb	-50 pb	+ 50 pb	-50 pb
Taxa de desconto	(15 030)	16 622	(15 030)	16 622
Taxa de crescimento das pensões	14 067	(12 848)	14 067	(12 848)
Taxa de crescimento dos salários	9 860	(9 721)	9 860	(9 721)
Tábua de mortalidade (+/- 1 ano)	(10 630)	10 784	(10 630)	10 784

	2015		2014	
	CONSOLIDADO	FUNDAÇÃO	CONSOLIDADO	FUNDAÇÃO
	+ 50 pb	-50 pb	+ 50 pb	-50 pb
Taxa de desconto	(12 871)	14 155	(12 662)	13 928
Taxa de crescimento das pensões	12 090	(11 107)	11 882	(10 914)
Taxa de crescimento dos salários	8 043	(8 018)	8 021	(7 997)
Tábua de mortalidade (+/- 1 ano)	(8 673)	8 734	(8 488)	8 547

O plano de contribuições definidas expõe a Fundação a ganhos e perdas atuariais, como a longevidade e taxa de juro. A 31 de Dezembro de 2016, a duração média das responsabilidades é de 12 anos no Consolidado e na Fundação (2015: 11 anos).

Provisão para outros benefícios aos empregados

A Provisão para outros benefícios aos empregados respeita a compromissos com a Segurança Social e benefícios de saúde atribuídos aos pensionistas durante o período de pré-reforma ou reforma antecipada e indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho de trabalhadores no estrangeiro.

Os movimentos relativos a esta provisão são assim detalhados:

	2016		2015	
	CONSOLIDADO	FUNDAÇÃO	CONSOLIDADO	FUNDAÇÃO
	2016	2015	2016	2015
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	21 597	19 282	6 536	6 421
Reforço de provisões	1 280	3 786	1 776	527
Efeito de desconto	38	430	-	-
Utilização de provisões	(2 664)	(1 768)	(384)	(412)
Diferenças cambiais	307	(133)	-	-
Saldo a 31 de dezembro	20 558	21 597	7 928	6 536

A provisão para indemnizações relativas ao termo de contratos de trabalho de trabalhadores no estrangeiro foi calculada com base nos seguintes pressupostos: aumento dos salários de 2% (2015: 2%), tempo médio para o final do contrato 5 anos (2015: 5 anos), a taxa de desconto utilizada foi baseada em obrigações alemãs a 5 anos.

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de saúde são idênticos aos do plano de pensões e preveem ainda um crescimento dos custos médicos de 4,5% (2015: 4,5%).

Provisão para remoção e restauro

Os movimentos relativos a provisões para remoção e restauro são assim detalhados:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	324	290	-	-
Diferenças cambiais	12	34	-	-
Saldo a 31 de dezembro	336	324	-	-

A Fundação reconheceu uma obrigação futura com a remoção e restauro de áreas de produção no montante de Euros 55.829.000 (2015: Euros 38.884.000), em Omã, Cazaquistão, Abu Dhabi e Brasil. Esta provisão está contabilizada pelo seu justo valor, como custo dos ativos relacionados em contrapartida da provisão, conforme referido na nota 12.

Outras provisões

Os movimentos relativos a outras provisões são assim detalhados:

As Outras provisões no montante de Euros 336.000 (2015: Euros 324.000) são referentes a valores a pagar aos operadores por concessões que terminaram ou vão terminar.

26. Subsídios e bolsas

A rubrica **Subsídios e bolsas** no montante de Euros 6.437.000 (2015: Euros 7.631.000) corresponde aos subsídios e bolsas já autorizados pela Administração, mas que ainda se encontram por pagar, por razões não imputáveis à Fundação.

27. Credores e outros passivos correntes

A rubrica **Credores e outros passivos correntes** é assim detalhada:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Credores (interesses petrolíferos)	30 187	40 512	-	-
Fornecedores de locação financeira	41	70	41	70
Credores diversos				
– Fornecedores	4 092	3 091	4 092	3 091
– Estado	7 819	4 298	850	959
– Custos a pagar	7 757	7 497	6 723	6 050
– Receitas com proveito diferido	1 454	889	1 454	889
– Outros credores	10 236	1 629	3 148	1 555
	61 586	57 986	16 308	12 614

28. Eventos subsequentes

Em 2017, não existiu nenhum evento relevante e/ou material que afetasse as demonstrações financeiras da Fundação.

	2016				
	ATIVOS Euros '000	PASSIVOS Euros '000	GARANTIAS Euros '000	CUSTOS Euros '000	PROVEITOS Euros '000
Partex Holding B.V.	30 021	-	2 367	-	-
	30 021	-	2 367	-	-

	2015				
	ATIVOS Euros '000	PASSIVOS Euros '000	GARANTIAS Euros '000	CUSTOS Euros '000	PROVEITOS Euros '000
Partex Holding B.V.	30	-	2 550	-	60 000
	30	-	2 550	-	60 000

29. Transações com partes relacionadas

O valor das transações da Fundação em base individual e anulado na consolidação com partes relacionadas a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisado como segue:

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

30. Justo valor de ativos e passivos financeiros

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 não se verificam diferenças significativas entre o valor contabilístico e o justo valor de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Caixa e equivalente de caixa e aplicações de tesouraria

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Devedores, subsídios e bolsas e credores e outros passivos

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Adiantamentos e credores e outros passivos não correntes

Tendo em conta que estes ativos e passivos são registados ao seu valor atual, considera-se como estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

31. Compromissos

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 os compromissos no Consolidado e na Fundação são analisados como segue:

	CONSOLIDADO		FUNDAÇÃO	
	2016 Euros '000	2015 Euros '000	2016 Euros '000	2015 Euros '000
Garantias bancárias	2 367	2 550	2 367	2 550
Compromissos revogáveis	6 716	6 805	6 716	6 805
	9 083	9 355	9 083	9 355

As Garantias bancárias incluem o montante de Euros 2.367.000 (2015: Euros 2.550.000) referentes a "performance guarantees" emitidas por diversos bancos relativamente a compromissos assumidos pelas concessões na Argélia.

Os Compromissos revogáveis dizem respeito às subscrições a efetuar em fundos de investimentos fechados.

32. Gestão dos riscos de atividade

A Fundação possui investimentos na área do Petróleo e do Gás e em instrumentos financeiros. Desta forma, a Fundação encontra-se exposta a vários riscos, dos quais se destacam, risco operacional, risco de mercado, risco cambial e risco de liquidez.

Risco operacional

O Grupo participa ativamente na exploração e produção de petróleo e gás, desta forma incorre no risco da sua atividade não obter sucesso.

Risco de mercado

O risco de mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa dos preços do crude e gás natural, taxas de juro, taxas de câmbio e preços de ações.

Os interesses petrolíferos da Fundação concentram-se principalmente no Médio Oriente, na Ásia Central e no Brasil. A produção de crude e gás natural é vendida através de contratos celebrados anualmente, os quais permitem reduzir a exposição a flutuações de curto prazo.

A Fundação supervisiona a gestão do risco associado aos seus Ativos e Passivos financeiros.

Risco cambial

O risco cambial surge quando uma entidade realiza transações numa moeda diferente da sua moeda funcional. A Fundação tem como moeda funcional o Euro, enquanto que a maioria das suas subsidiárias tem como moeda funcional o dólar americano.

A repartição dos ativos e dos passivos financeiros, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, por moeda, no Consolidado é analisado como segue:

	2016				
	VALOR DE BALANÇO Euros '000	EURO Euros '000	DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS Euros '000	LIBRA ESTRELINA Euros '000	OUTRAS MOEDAS Euros '000
ATIVO					
Ativos financeiros não correntes	231 095	180 030	51 065	-	-
Ativos financeiros correntes	2 131 623	590 983	1 117 798	66 045	356 797
Outras aplicações de tesouraria	28 132	1 081	25 589	126	1 336
Devedores e outros ativos	52 164	47 359	4 805	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	62 465	15 118	47 140	207	-
	2 505 480	834 571	1 246 398	66 378	358 133
PASSIVO					
Credores e outros passivos não correntes	43 494	52	43 442	-	-
Passivos financeiros correntes	52 224	-	51 049	999	176
Credores e outros passivos correntes	10 023	8 131	1 892	-	-
	105 741	8 183	96 383	999	176
	2015				
	VALOR DE BALANÇO Euros '000	EURO Euros '000	DÓLAR DOS ESTADOS UNIDOS Euros '000	LIBRA ESTRELINA Euros '000	OUTRAS MOEDAS Euros '000
ATIVO					
Ativos financeiros não correntes	214 167	175 487	38 680	-	-
Investimentos em associadas	66 215	66 215	-	-	-
Ativos financeiros correntes	1 939 996	596 359	1 009 127	63 125	271 385
Outras aplicações de tesouraria	47 313	3 393	41 279	297	2 344
Devedores e outros ativos	14 315	9 316	4 999	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	68 696	13 541	55 156	-	-
	2 350 703	864 311	1 149 241	63 422	273 729
PASSIVO					
Credores e outros passivos não correntes	40 254	161	40 093	-	-
Passivos financeiros correntes	1 096	-	317	4	775
Credores e outros passivos correntes	11 873	6 564	5 309	-	-
	53 223	6 725	45 719	4	775

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos financeiros da Fundação têm o seguinte escalonamento:

	2016					
	VALOR DE	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES	DE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5	INDETERMINADO
	BALANÇO	Euros '000	A 1 ANO	Euros '000	ANOS	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
ATIVO						
Ativos financeiros não correntes	180 539	-	10 666	157 751	3 587	8 535
Investimentos em associadas	495 480	-	-	-	-	495 480
Ativos financeiros correntes	2 088 333	9 178	16 535	354 803	291 674	1 416 143
Outras aplicações de tesouraria	28 132	28 132	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	47 359	47 359	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2 447	2 447	-	-	-	-
	2 842 290	87 116	27 201	512 554	295 261	1 920 158
PASSIVO						
Credores e outros passivos não correntes	52	-	-	52	-	-
Passivos financeiros correntes	52 092	29 736	22 356	-	-	-
Credores e outros passivos correntes	8 131	8 131	-	-	-	-
	60 275	37 867	22 356	52	-	-

	2015					
	VALOR DE	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES	DE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5	INDETERMINADO
	BALANÇO	Euros '000	A 1 ANO	Euros '000	ANOS	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
ATIVO						
Ativos financeiros não correntes	241 703	-	15 206	223 469	2 506	522
Investimentos em associadas	478 070	-	-	-	-	478 070
Ativos financeiros correntes	1 893 875	27 566	5 348	327 032	243 008	1 290 921
Outras aplicações de tesouraria	47 313	47 313	-	-	-	-
Devedores e outros ativos	9 316	9 316	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1 066	1 066	-	-	-	-
	2 671 343	85 261	20 554	550 501	245 514	1 769 513
PASSIVO						
Credores e outros passivos não correntes	161	-	-	161	-	-
Passivos financeiros correntes	871	871	-	-	-	-
Credores e outros passivos correntes	6 564	6 564	-	-	-	-
	7 596	7 435	-	161	-	-

A informação é apresentada com base no justo valor dos instrumentos financeiros.

33. As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Fundação aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Aplicáveis a 2016

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures a associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 1 – Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação

específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotaís, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotaís exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotaís adicionais devem ser reconciliados com os subtotaís exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota-parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subseqüentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28 a 30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5.

A aplicação deve ser prospetiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

A aplicação deve ser retrospectiva.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 16 e à IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as corres-

pondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IAS 16 e à IAS 41 – Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. Alternativamente a entidade pode optar por mensurar as plantas que geram produto agrícola ao seu justo valor no início do período comparativo mais recente apresentado.

Aplicáveis a 2016 apenas se adoptadas antecipadamente e desde que divulgada a adopção antecipada e satisfeitas as restantes condições requeridas

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

– Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS – 15 rendimentos de contratos com os clientes.

– Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

– Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.

– Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

– Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

– Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

– Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.

– O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 – Locações. Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.

– A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

– Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% – 125%.

– Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.

– O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.

– Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 – Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 – Transferências de ativos de clientes e SIC 31 – Receitas – Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requer que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *“modified retrospective approach”*.

Não aplicáveis a 2016 e ainda não endossadas pela EU**IFRS 14 – Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas**

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já prepararam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

IFRS 16 – Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – *“right-of-use”* ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *“modified retrospective approach”*.

IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida.

IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas: alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções

quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

IAS 7 – Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. É permitida a aplicação antecipada. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

Clarificações à IFRS 15:

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *“modified retrospective approach”*.

IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações: Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

– Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

– Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.

– Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).

– Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de *net share settlement*.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

– A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.

– Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desreconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

– As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospectiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

– A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.

- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Esta predominância deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.
- As empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.

A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospectivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospectiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

- O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
 - O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.
- A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorreram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospectiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu cinco melhorias em três normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 – Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.
- Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

Estas melhorias devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018. É permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada.

IFRS 12 – Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospectivamente.

Não aplicáveis e já endossadas pela UE:

Não existem normas já endossadas que entrem apenas em vigor após 2016 e cuja aplicação antecipada não seja permitida.



Certificação Legal das Contas (Individual)

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Calouste Gulbenkian (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.884.592 milhares de euros e um total de Fundo de Capital de 2.532.668 milhares de euros, incluindo a transferência para o Fundo de Capital de 84.440 milhares de euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Fundo de Capital e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Calouste Gulbenkian em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

LISBOA, 28 DE ABRIL DE 2017

Ernst & Young Audit
& Associados – SROC,
S.A. Sociedade
de Revisores Oficiais
de Contas

Representada por:
António Filipe Dias
da Fonseca Brás
– ROC n.º 1661
Registado na CMVM
com o n.º 20161271

Certificação Legal das Contas (Consolidadas)

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fundação Calouste Gulbenkian (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.042.555 milhares de euros e um total de Fundo de Capital de 2.532.668 milhares de euros, incluindo uma transferência para o Fundo de Capital de 84.440 milhares de euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Fundação Calouste Gulbenkian em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada
- a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são

consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato Sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por: António Filipe Dias da Fonseca Brás – roc n.º 1661 Registrado na CMVM com o n.º 20161271

LISBOA, 28 DE ABRIL DE 2017

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

Relatório da Comissão Revisora de Contas da Fundação Calouste Gulbenkian

1. Introdução

1.1 Em cumprimento do disposto nos artigos 25.º e 26.º dos Estatutos da Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Revisora de Contas apresenta o seu Relatório e o Parecer sobre as contas referentes ao exercício de 2016.

1.2 As demonstrações financeiras consolidadas da Fundação foram objeto de certificação por revisor oficial.

2. Políticas contabilísticas

Foram aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards, IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia a partir do exercício de 2016. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais com referência a 31 de dezembro de 2015.

3. Análise do Balanço Consolidado

3.1 O património líquido da Fundação atingiu o montante de 2.532,7 milhões de euros, representando um aumento de 86,2 milhões de euros em relação ao final de 2015 (+3,5%). O resultado transferido para o Fundo de Capital cifrou-se em 84,4 milhões de euros (-202,1 milhões de euros, em 2015).

3.2 Em 31 de dezembro de 2016, o ativo ascendia a 3.042,6 milhões de euros traduzindo um incremento de 6,6% (+189,2 milhões de euros), face ao final de 2015. A evolução do ativo corrente constitui o principal fator explicativo, com um aumento de 165,2 milhões de euros (+7,9%), refletindo o aumento dos ativos financeiros em 10,2%. O ativo não corrente também evoluiu positivamente, com um acréscimo de 23,9 milhões de euros (+3,2%).

3.3 O valor do passivo atingiu 509,9 milhões de euros, aumentando 103 milhões de euros (+25,3%), devido à evolução de ambas as componentes, corrente e não corrente, e traduzindo o incremento dos passivos financeiros correntes e das provisões, 51,2 e 41,5 milhões de euros, respetivamente.

4. Análise da Demonstração Consolidada

4.1 O retorno total aumentou 76,3%, alcançando 249,5 milhões de euros. O desempenho do retorno financeiro, que representou 154,2 milhões de euros, explica aquela evolução, com um aumento de 535,4%, já que o retorno das atividades petrolíferas regrediu 18,7%.

4.2 Os custos com distribuição e atividades diretas representaram 66,5 milhões de euros, reduzindo-se 0,8% face a 2015. Também os custos administrativos e operacionais, que se cifraram em 42 milhões de euros, diminuíram 0,3%, contrariando a evolução registada no exercício de 2015.

4.3 O valor dos benefícios a empregados (pensões e outros benefícios) representou 9,1 milhões de euros, diminuindo 2% em relação a 2015.

4.4 A imparidade do exercício atingiu -52,7 milhões de euros, que compara com 194,1 milhões de euros em 2015. A reversão de imparidade sobre Interesses conjuntos constitui o principal fator subjacente.

5. Conclusões

5.1 Os membros da Comissão Revisora de Contas dispuseram dos elementos necessários à análise que lhes competia. Nestes termos, a Comissão Revisora de Contas emite, de acordo com o artigo 26.º dos Estatutos, o seguinte Parecer:

Parecer

Considerando que as políticas e critérios contabilísticos foram adotados de forma adequada e que foram aplicados uniformemente na Fundação e nas empresas subsidiadas englobadas na consolidação;

Considerando que as demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada os aspetos materialmente relevantes da evolução económica e financeira da Fundação;

Considerando que a ação do Conselho de Administração se processou de acordo com as disposições dos Estatutos;

Os membros da Comissão Revisora de Contas deliberam:

- Destacar o desempenho do Conselho de Administração no exercício de 2016;
- Manifestar apreço aos colaboradores e colaboradoras da Fundação pelas competências e empenho demonstrados;
- Homologar as Contas referentes à Gerência de 2016 da Fundação Calouste Gulbenkian.

LISBOA, 19 DE MAIO DE 2016

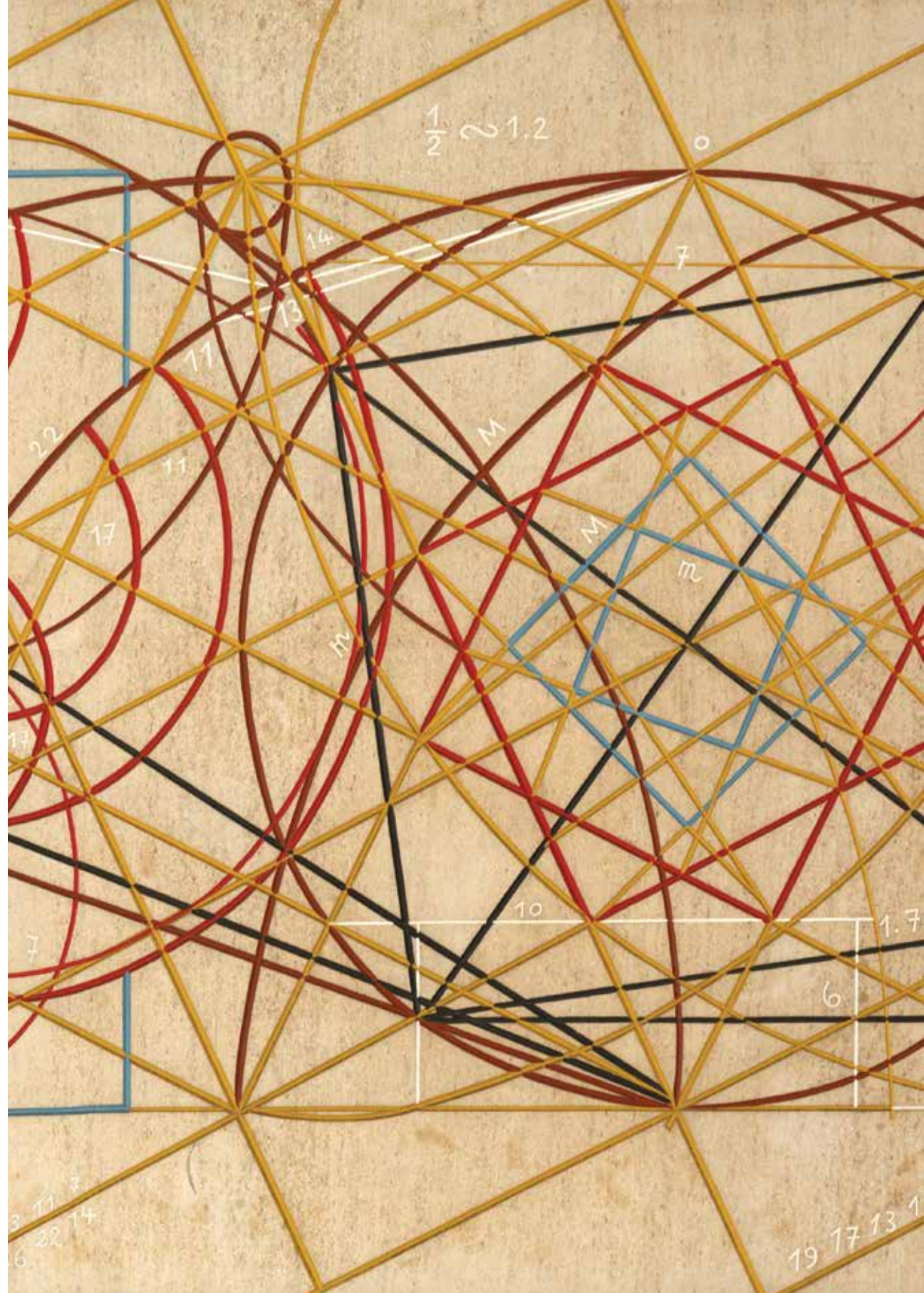
Maria Manuela dos Santos Proença
Diretora-Geral do Orçamento (Relatora)

José Nuno Cid Proença
Diretor-Geral da Segurança Social

Manuel Carlos Lopes Porto
Academia das Ciências de Lisboa

Natália Correia Guedes
Academia Nacional de Belas-Artes

Manuel Maçaroco Candeias
Banco de Portugal



Parcerias

EM 2016, reforçaram-se as ligações às empresas e outras instituições que têm vindo a colaborar de forma continuada com a Fundação e estabeleceram-se novas parcerias que contribuíram para o desenvolvimento de projetos e atividades nos domínios das finalidades e prioridades estratégicas da Fundação.

A Fundação agradece às entidades que se associaram, durante o ano, à realização das iniciativas referidas neste relatório.

Entidades Privadas

Anselmo 1910 Joalheiros
Banco BPI
Banco Privado Atlântico Europa, S.A.
Banco Santander Totta
BMW Portugal
Crédit Suisse
Delta Cafés
JTI Portugal
Leitão e Irmão, Lda
Merck, Sharp & Dohme, Ltd
PricewaterhouseCoopers
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGP
Samsung
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sumol + Compal Marcas, S.A.
Vieira de Almeida & Associados
Youngnetwork

Entidades Públicas

Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia
Camara Municipal de Oeiras
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
Centro de Ciências do Mar do Algarve
Instituto do Emprego e Formação Profissional
Direção-Geral da Educação
Faculdade de Ciências Médicas d e Lisboa
Faculdade de Medicina Veterinária
Farm Id - Associação da Faculdade de Farmácia para a Investigação e o Desenvolvimento
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Ibet - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica
Instituto de Tecnologia Química e Biológica
Instituto de Medicina Molecular
Instituto Politécnico de Leiria
Instituto Superior de Agronomia
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Universidade Aberta
Universidade do Algarve

PARCERIAS

Conselho de Administração

Artur Santos Silva¹

Presidente

Isabel Mota²

Presidente

Teresa Gouveia

Martin Essayan

Emílio Rui Vilar³

José Joaquim Gomes Canotilho³

António Guterres⁴

José Neves Adelino

Guilherme d'Oliveira Martins

Pedro Norton⁵

Secretário-Geral

Rui Esgaio

JUNHO 2017

Comissão Revisora de Contas

Maria Manuela dos Santos Proença

Diretora-Geral do Orçamento (Relatora)

José Nuno Cid Proença

Diretor-Geral da Segurança Social

Manuel Carlos Lopes Porto⁶

Academia das Ciências de Lisboa

Nátalia Correia Guedes

Academia Nacional de Belas-Artes

Manuel Maçaroco Candeias

Banco de Portugal

JUNHO 2017

¹ Cessou funções em 2 de maio de 2017.

² Iniciou funções em 3 de maio de 2017.

³ Administradores não executivos.

⁴ Administrador não executivo. Cessou funções em 9 de dezembro de 2016.

⁵ Iniciou funções em 18 de maio de 2017.

⁶ Substituiu José Alberto Loureiro dos Santos em março de 2017.

Direções de Serviços, Programas e Iniciativas

Gabinete do Presidente

Rui Gonçalves, Diretor

SERVIÇOS

Biblioteca de Arte e Arquivo

Ana Paula Gordo, Diretora¹

João Vieira, Diretor-Adjunto²

Instituto Gulbenkian de Ciência

Jonathan Howard, Diretor

José Mário Leite, Diretor

Adjunto

Jorge Carneiro, Diretor

Auxiliar para a Ciência

Museu Calouste Gulbenkian

Penelope Curtis, Diretora

Bolsas Gulbenkian

Margarida Abecasis, Diretora

Comunidades Arménias

Razmik Panossian, Diretor

Serviço de Música

Risto Nieminen, Diretor

Miguel Sobral Cid, Diretor-Adjunto

José Pinto, Diretor-Adjunto

PROGRAMAS E INICIATIVAS

Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano

Luísa Valle, Diretora

Programa Gulbenkian Inovar em Saúde

Jorge Soares, Diretor

Sérgio Gulbenkian,

Diretor-Adjunto

Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas

Rui Vieira Nery, Diretor

Maria Helena Melim Borges,

Diretora-Adjunta

Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento

Maria Hermínia Cabral,

Diretora

Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações

Manuel Carmelo Rosa, Diretor

Iniciativa Gulbenkian Oceanos

Francisca Moura, Diretora

Iniciativa Gulbenkian Cidades

Francisca Moura, Diretora

Programa Cidadania Ativa EEA Grants

Luís Madureira Pires, Gestor

de Programa

NOVOS PROGRAMAS A INICIAR EM 2018

Programa Gulbenkian Coesão e Integração Social

Luísa Valle, Diretora

Luís Jerónimo, Diretor-Adjunto

Programa Gulbenkian Sustentabilidade

Luís Lobo Xavier,

Diretor-Adjunto

Programa Gulbenkian Conhecimento

Jorge Soares, Diretor

Sérgio Gulbenkian,

Diretor-Adjunto

Delegações

Delegação em França

João Caraça, Diretor³

Miguel Magalhães, Diretor⁴

Delegação no Reino Unido

Andrew Barnett, Diretor

Serviços de Apoio

Serviços Centrais

António Repolho Correia,

Diretor

Maria João Botelho,

Diretora-Adjunta

Paulo Madruga, Diretor-Adjunto

Serviço de Comunicação

Elisabete Caramelo, Diretora

Serviço de Finanças e Investimentos

Gonçalo Leónidas Rocha,

Diretor

Serviço de Marketing e Transformação Digital

Nuno Prego, Diretor

Susana Prudêncio,

Diretora-Adjunta

Serviço de Orçamento, Planeamento e Controlo

Cristina Pires, Diretora

Serviço de Recursos Humanos

Ana Rijo da Silva, Diretora

Pedro Paulo Perdigão,

Diretor-Adjunto

Serviço de Sistemas de Informação

Paulo Pereira, Diretor-Adjunto

JUNHO 2017

¹ Cessou funções em 31 de maio de 2017.

² Iniciou funções em 1 de junho de 2017.

³ Cessou funções em 31 de dezembro de 2016.

⁴ Iniciou funções em 1 de janeiro de 2017.

Edifício Sede

Administração, Serviços,
Receção, Auditórios,
Bilheteira, Loja/Livraria,
Zona de Congressos
Av. de Berna, 45-A, 1067-001
Lisboa
TEL. 21 782 3000 (geral)
FAX: 21 782 3021 (geral)
GULBENKIAN.PT
INFO@GULBENKIAN.PT

Loja/Livraria
(Átrio da Fundação)

HORÁRIO
Segunda-feira a sábado:
das 09h30 às 17h45
Dias de concerto: 1 hora antes
do início e até ao primeiro
intervalo
Domingos: encerrada

**Museu Calouste
Gulbenkian****Coleção do Fundador**

TEL: 21 782 3000 (geral)
MUSEU@GULBENKIAN.PT

Loja
Cafetaria

HORÁRIO
Quarta a segunda-feira:
das 10h00 às 18h00
Terças e dias 01.01, 01.05,
24.12, 25.12 e domingo de Páscoa:
encerrado

Coleção Moderna

Rua Dr. Nicolau Bettencourt
1050-078 Lisboa
TEL. 21 782 3000 (geral)

Galeria de Exposições
Temporárias
Loja/Livraria
Cafetaria

HORÁRIO
Quarta a segunda-feira:
das 10h00 às 18h00
Terças e dias 01.01, 01.05,
24.12, 25.12 e domingo de Páscoa:
encerrado

Biblioteca de Arte

TEL: 21 782 3458
ARTLIB@GULBENKIAN.PT

HORÁRIO
Segunda a sexta-feira:
das 9h30 às 19h00. Entre 15
de julho e 15 de setembro,
das 9h30 às 17h30.
Sábados, domingos e feriados:
encerrada

**Instituto Gulbenkian
de Ciência**

Rua da Quinta Grande, 6
2780-156 Oeiras
TEL. 21 440 7900
INFO@IGC.GULBENKIAN.PT

Biblioteca

HORÁRIO
Segunda a sexta-feira:
das 09h30 às 17h00
Sábados, domingos
e feriados:
encerrada

Delegação em França

39, Bd de la Tour-Maubourg
75007 Paris
TEL. 33 (0) 1 53 85 93 93
WWW.GULBENKIAN-PARIS.ORG
CALOUSTE@GULBENKIAN-PARIS.ORG

**Delegação no Reino
Unido**

49-50 Hoxton Square, London
N16PB, Reino Unido
TEL. +44 (0) 20 70 12 14 00
WWW.GULBENKIAN.ORG.UK
INFO@GULBENKIAN.ORG.UK

FUNDAÇÃO CALOUSTE
GULBENKIAN

Relatório e Contas 2016

Coordenação

Rui Gonçalves, Clara Vilar

Design gráfico

FBA.

Revisão

António José Massano

Capa e verso da contracapa

Fotografia de Ricardo Oliveira Alves,

© FCG 2017

Impressão

Norprint - a casa do livro

Lisboa, junho de 2017

600 exemplares

ISBN

978-989-8807-37-3



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Av. de Berna, 45A
1067-001 Lisboa